



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Fábio Carlos de Mattos da Fonseca

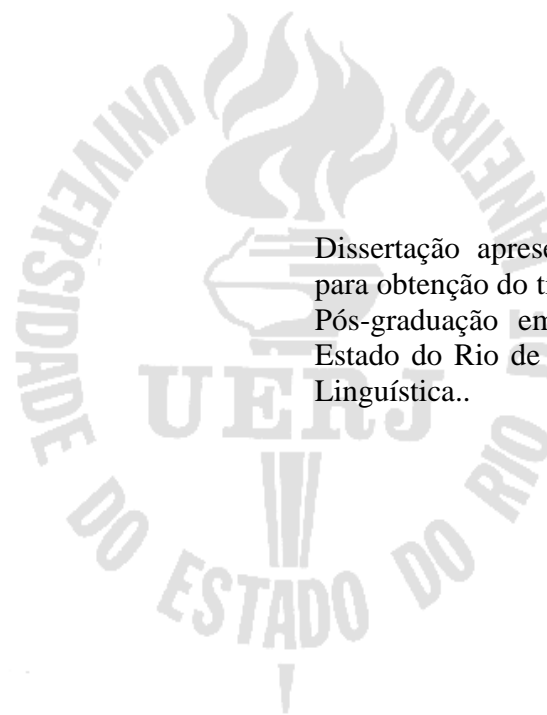
**Estudos para a composição do eu e do(s) outro(s): enunciação, polifonia e
imagens discursivas na cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que
Ser Nosso**

Rio de Janeiro

2010

Fábio Carlos de Mattos da Fonseca

Estudos para a composição do eu e do(s) outro(s): enunciação, polifonia e imagens discursivas na cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística..

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lúcia de A. Sant'Anna

Rio de janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F676	<p>Fonseca, Fábio Carlos de Mattos da. Estudos para a composição do eu e do(s) outro(s): enunciação, polifonia e imagens discursivas na cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso / Fábio Carlos de Mattos da Fonseca. – 2010. 204 f. : il.</p> <p>Orientadora: Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise do discurso – Aspectos políticos – Teses. 2. Discursos, alocações, etc. – Teses. 3. Petróleo – Aspectos políticos – Teses. 4. Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso (Brasil) – Teses. 5. Movimento sociais – Brasil – Teses. I. Sant'Anna, Vera Lúcia de Albuquerque. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fábio Carlos de Mattos da Fonseca

Estudos para a composição do eu e do(s) outro(s): enunciação, polifonia e imagens discursivas na cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 03 de dezembro de 2010

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dr^a. Maria Del Carmen F. Gonzáles Daher
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rio de janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

À professora Vera pela importante contribuição, pela dedicação como orientadora, pelas discussões imensamente produtivas e pelo companheirismo durante todo o mestrado, que muitas vezes parece um fardo pesado demais. Obrigado por me ajudar em tudo.

Aos professores do programa, em especial Décio Rocha e Vanise Medeiros, dos quais tive a honra de ser aluno; toda a minha gratidão.

Às professoras Del Carmen e Maria Cecília, por terem aceitado o convite para compor a banca, pela leitura atenta e dedicada que realizaram desta pesquisa. Sem dúvida foi um diálogo impagável. Espero que esta versão final tenha atendido, pelo menos parcialmente, às sugestões encaminhadas.

Aos colegas de curso, com os quais dividimos, além experiência acadêmica, nossas expectativas e tensões. Obrigado à Fátima, colega das mais dedicadas, à Raphaela, companheira de CIPLOM e muito competente, à Bianca, sempre uma fala importante durante as aulas, e a todos os outros aos quais não faço justiça ao não citar mas que estão muito justamente marcados na minha memória.

Aos mais que amigos Carlos Henrique e Márcio Alexandre, cujos ouvidos aluguei não poucas vezes para falar de minha pesquisa. À minha Tia Neinha, um porto seguro nesse mar de tormentas que às vezes é a vida.

Ao Sindipetro-RJ pela inestimável colaboração.

Aos meus pais, aos quais eu devo tudo aquilo que não caberia em quaisquer agradecimentos.

RESUMO

FONSECA, Fábio Carlos de Mattos da. *Estudos para composição do eu e do(s) outro(s): enunciação, polifonia e imagens discursivas na cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso*. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O anúncio dos gigantescos campos do pré-sal brasileiro recolocou o petróleo no alvo dos holofotes. A propriedade desta imensa riqueza e as inevitáveis mudanças na legislação do setor são as principais questões que derivam deste fato. Com efeito, temos assistido a uma proliferação de discursos acerca do tema. Esta dissertação se insere num conjunto de reflexões que tomam o petróleo como objeto de interesse. Privilegiamos um espaço específico de produção discursiva, a saber, o instituído pela Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso. Um primeiro procedimento metodológico de coleta de dados possibilitou identificar que, entre os seus materiais de mobilização, ganha destaque a cartilha de massas do movimento, que desde julho de 2009 circula pelo território nacional. Inscritos numa perspectiva da Análise do Discurso de base enunciativa, cuidamos de construir uma reflexão sobre alguns dos modos de inscrição do(s) sujeito(s) no discurso. Nossas considerações acerca dos gêneros do discurso revelaram o hibridismo da cartilha; tal peculiaridade nos obrigou a construir dispositivos distintos de análise. Num primeiro momento, decidimos observar as marcas de pessoa, os marcadores temporais e espaciais, com vistas a identificar uma dada cenografia discursiva (Maingueneau, 1997) que nos remetesse às imagens dos coenunciadores; consideramos, num segundo momento, os discursos relatados (Bakhtin, 2006; Authier-Revuz, 1998 e outros) para compreender a polifonia inerente à cartilha. Nossa análise verificou de que maneira um regime de verdade e uma memória se instituem pela cenografia discursiva; a análise dos discursos relatados, com ênfase nos discursos direto, indireto e narrativizado, nos permitiu identificar, no agenciamento das vozes, um espaço de confronto entre formações discursivas divergentes.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Enunciação. Formação Discursiva. Imagens discursivas. Cenografia. Discurso Relatado. Movimentos Sociais. Petróleo.

ABSTRACT

The announcement of the giant fields in the Brazilian pre-salt oil has put the target in the spotlight. The immense wealth and property of the inevitable changes in the legislation of the sector are the main issues arising from this fact. Indeed, we have witnessed a proliferation of discourses on the subject. This work is part of a set of reflections that take oil as an object of interest. We favor a specific space of discursive production, namely that introduced by the National Campaign The Oil Must Be Ours. A first methodological approach to data collection identified that, among its mobilization materials, is highlighted by the primer mass movement, which runs from July 2009 through the national territory. Subscribers perspective of discourse analysis based expository take care to build a reflection on some of the modes of entry (s) of subject (s) in the speech. Our considerations regarding the speech genres revealed hybridization of the primer, such peculiarity forced us to build devices for different analysis. In a first memento, we decided to observe the marks of a person, the temporal and spatial markers, in order to identify a particular scenery discursive (Maingueneau, 1997) which took us to images of coenunciadores; consider, second, the speeches reported (Bakhtin, 2006; Authier-Revuz, 1998 and others) to understand the polyphony inherent in the booklet. Our analysis shows how a regime of truth and memory are instituted for the scenography discourse, the discourse analysis reported, with emphasis on speeches direct, indirect and narrativised allowed us to identify, in the assemblage of voices, a place of confrontation between formations discursive differences.

Keywords: Discourse Analysis. Enunciation. Discursive Formation. Discursive images. Scenography. Reported speech. Social Movements. Oil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Riscos e ganhos nos tipos de contrato de exploração de petróleo	42
Quadro 2 – Relação de publicações coletadas <i>in loco</i>	62
Quadro 3 – Quadro comparativo de posições enunciativas	118
Quadro 4 – Imagens relativas às posições antagônicas	119
Quadro 5 – Marcos temporais e posições enunciativas	121
Quadro 6 – Tipos de discurso relatado por incidência	125
Quadro 7 – Frequência de fala dos personagens da narrativa familiar da cartilha	127
Quadro 8 – Quadro quantitativo de fala dos personagens da narrativa familiar	127
Quadro 9 – Quadro de citantes e citados nos casos de DI	128
Figura 1 – Propostas da Campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso	140
Figura 2 – Fragmento introdutório da narrativa familiar	146
Figura 3 – Lobato conversa com Patrícia	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PETRÓLEO É NOSSO?	21
1.1 O petróleo e a competitividade entre as nações: elementos para uma geopolítica mundial e a formação do sistema mundial contemporâneo	23
1.2 Uma história de longa data: os marcos regulatórios, um país dividido e o monopólio estatal do petróleo brasileiro	29
1.2.1 <u>Histórico de lutas e da legislação brasileira</u>	30
1.2.2 <u>Lei 2.004/53: a fase do monopólio e a consolidação da Petrobras</u>	34
1.2.3 <u>A Lei 9.478/97 e a iminência de alteração do marco regulatório</u>	38
1.3 O jogo de interesses: a batalha pelo petróleo brasileiro continua	44
1.4 A heterogeneidade de um movimento marginal	48
1.5 Breve histórico da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso	49
2. METODOLOGIA: A PROSPECÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA	54
2.1 Dos lugares de produção	55
2.2 Compreendendo um campo discursivo	57
2.3 O foco da pesquisa: em busca de um espaço discursivo	58
2.4 O trabalho de campo como confirmação de uma hipótese	60
2.5 Dos documentos encontrados: uma estante no meio do caminho	61
2.6 Por que a cartilha?	64
2.7 Descrevendo objetivamente a cartilha	66
2.8 Delimitações do corpus	70
3. DAS PLATAFORMAS TEÓRICAS	72
3.1 A Escola Francesa de Análise do Discurso	72
3.2 Os Gêneros do discurso: da atividade humana à linguagem	75
3.2.1 <u>Os gêneros do discurso e a AD</u>	77
3.2.2 <u>Gêneros do discurso e classificação: uma abordagem social</u>	79

3.3	Considerações sobre o campo do discurso relatado	81
3.3.1	<u>Na filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin - por uma evidência do dialogismo nos fatos da língua</u>	82
3.3.2	<u>A reconfiguração do campo pela teoria da enunciação</u>	88
3.3.3	<u>Outras perspectivas sobre a perspectiva do <i>outro</i> no discurso</u>	94
3.3.4	<u>Uma proposta de sistematização</u>	97
4.	O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO	99
4.1	A cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso	99
4.1.1	<u>Os sentidos cristalizados</u>	99
4.1.2	<u>A cartilha da Campanha: especificidades quanto ao tipo e quanto ao gênero</u>	103
4.2.	Identities e alteridades: a conformação dos flancos pela disputa do petróleo	106
4.2.1	<u>Processos discursivos para a construção de um regime de verdade: modos de enunciação e cenografia discursiva</u>	106
4.2.2	<u>A não-pessoa como traço de transparência histórica</u>	107
4.2.3	<u>A pessoa ampliada como tomada de posição: da instalação do co-enunciador</u>	110
4.2.4	<u>Articulando os planos das pessoas do discurso</u>	112
4.2.5	<u>A cronografia como construção de identidades: o tempo dos heróis e o tempo dos vilões</u>	114
4.2.6	<u>Os planos das pessoas e da cronografia: enunciação e formação discursiva</u>	122
4.3	Muitos falam... e outros nem tanto	123
4.3.1	<u>Dos discursos diretos</u>	126
4.3.2	<u>Dos discursos indiretos</u>	128
4.3.3	<u>O discurso narrativizado</u>	130
4.3.4	<u>Dos intertextos, dos condicionais e do discurso segundo</u>	131
4.3.5	<u>Outras formas de relato</u>	132
4.3.6	<u>O relato como índice histórico</u>	133
4.3.7	<u>O relato como índice de julgamento</u>	141
4.3.8	<u>O relato como índice de desigualdade das vozes: o monopólio do petróleo a partir do monopólio enunciativo</u>	145
4.4	A sala de aula fora do espaço escolar – Lição I	147
4.5	A sala de aula fora do espaço escolar – Lição II	150
4.6	A sala de aula fora do espaço escolar – uma atividade de pesquisa e o estudante exemplar	156

47	A sala de aula fora do espaço escolar – Lição III	159
48	A sala de aula fora do espaço escolar – Lição final	164
49	Alguns aspectos para composição da cenografia.....	172
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
6.	REFERÊNCIAS.....	184
	ANEXO A - Quadro com todos os Discursos Relatados encontrados na cartilha	190
	ANEXO B - A cartilha da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso	193

INTRODUÇÃO

As profecias de um novo tempo

Na última semana de 2009, duas das maiores revistas semanais brasileiras (*Veja* e *Época*) distribuíram pelas bancas do Brasil as suas edições especiais cujo conteúdo fazia uma retrospectiva da década que se encerrava. Os temas eram os mais variados, dentre os quais, moda, esporte, saúde, terrorismo etc., enfocando aquilo que na ótica do corpo editorial destas revistas era merecedor de destaque. No início de 2010, logo na primeira semana de janeiro, foi a vez de outra grande revista brasileira, a *Istoé*, editar seus exemplares retrospectivos. O que havia de comum nessas revistas além das temáticas? A forma de tratamento dada aos assuntos. Chamava atenção a polaridade que se estabelecia, do ponto de vista econômico, entre o Brasil e praticamente o resto do mundo. Anunciava-se com orgulho a estimativa de uma década vindoura mais próspera, nosso país enfim emergiria ao posto para o qual historicamente parecia estar destinado.

Todo o clima de euforia se baseava em uma série de dados e números relativos ao suposto crescimento econômico brasileiro que apontava para um período de pujança. Estaríamos a poucos passos de entrar para o seleto grupo de países desenvolvidos, países de primeiro mundo. Nosso PIB aumentava ano a ano, as taxas de crescimento superavam todas as expectativas, a indústria ia “de vento em popa”, os pobres estavam comendo mais com programas sociais jamais vistos de distribuição de renda e assim por diante. Enfim, tínhamos, afinal, do que nos orgulhar.

É claro, tivemos os nossos contratempos: foi uma década violenta, com os seus muitos mensalões, acidentes aéreos, apagões, e tudo mais. Porém, o saldo final era positivo. A copa do mundo de futebol será aqui, no Brasil, as olimpíadas, no Rio de Janeiro e, ainda, muito provavelmente, em breve nossa economia ultrapassará as economias britânica e francesa¹. O fragmento que reproduzimos a seguir sintetiza as nossas palavras iniciais:

Os países ricos chamavam-na de ‘a década que veio do inferno’. Nunca desde o fim da II Guerra, os Estados Unidos, a Europa e o Japão tinham enfrentado tanta adversidade econômica juntos.

¹ “Em 2010, as perspectivas apontam para um crescimento de até 6% - muito acima da média mundial. Se mantiver esse ritmo até a metade da década, o Brasil estará à frente de Grã-Bretanha e França no ranking das maiores economias do planeta”. (Revista *Istoé*, 6 jan/2010, ano 33, nº 2095: p. 40)

Nunca também havia surgido uma força capaz de manter a economia mundial fluando enquanto os ricos naufragavam. Pela primeira vez, o risco foram eles, e nós, a salvação – Brasil, China, Índia e Rússia, os emergentes (Revista Veja, 30 dez 2009, ed. 2145, ano 42, nº 52: p 190)

A poção mágica vem das profundezas da terra

Os números da economia tão comemorados deram ao país, como vimos, segundo a opinião das revistas acima aludidas, a esperança de um futuro “melhor”. Em todos os setores da indústria, no setor de serviços, de varejos, na pecuária, na agricultura (leia-se, o agronegócio) enfim, em diversos segmentos da produção, o Brasil havia se aprimorado com resultados significativos.

Essa crônica de um futuro próspero anunciado, no entanto – e sobretudo – , dizem as revistas, se deve ao anúncio da descoberta, no final da década passada, dos gigantescos campos de petróleo e gás da região do pré-sal brasileiro. O acontecimento tem sido tratado, nas mais diferentes esferas, como sem precedentes na história do país. Levando-se em consideração que o petróleo é a matriz energética mais importante do mundo, porque a mais utilizada no desenvolvimento da indústria, o incremento das reservas brasileiras do combustível pode ter desdobramentos interessantes. É preciso ressaltar, entretanto, conforme terá ficado mais claro no capítulo de contextualização de nossa dissertação, que todos os prognósticos sobre a quantidade de óleo das novas reservas ainda são meramente especulativos e por isso variam bastante. Mas independente disto, ou seja, da incerteza que ronda a questão, temos observado, sobretudo nos três últimos anos, a massificação desse tema e a antecipação dos efeitos que as descobertas devem ter.

Isso significa, portanto, que a questão do pré-sal tem se revestido de sentidos os mais diversos; sentidos estes que se põem em circulação a partir dos mais diferentes canais de produção de discursos. Um exemplo, falando ainda sobre as revistas que foram objeto de nossas palavras iniciais, está na mesma matéria de onde reproduzimos o último fragmento. Intitulada “Nós somos os campeões”, o seu texto integral traz ao fundo a imagem do presidente Luís Inácio Lula da Silva erguendo um recipiente contendo o óleo de um dos campos do pré-sal que já entraram em fase de testes.

O próprio presidente, em diversas ocasiões, tem se colocado sobre o pré-sal em tom otimista, como o mostra o fragmento a seguir, em que fala à nação no tradicional discurso de Sete de setembro: “Feliz é o povo que, no dia de sua Independência, pode olhar com orgulho para o

passado e com esperança para o futuro. Principalmente, quando essa esperança está firmada na realidade, e não é apenas um sonho vago e distante” (BRASIL, 2008, p. 1).

Um ano mais tarde, pela comemoração da mesma data, Lula repetiria o tema do pré-sal, desta vez, num discurso maior e ainda mais otimista, conforme pode atestar o próximo fragmento. Segundo o presidente, o Brasil estava comemorando naquele dia a sua “nova independência”:

Esta nova independência tem nome, forma e conteúdo. Seu nome é pré-sal; seu conteúdo são as gigantescas jazidas de petróleo e gás descobertas nas profundezas do nosso mar; sua forma é o conjunto de projetos de lei que enviamos, há poucos dias, ao Congresso Nacional. E que vai garantir que esta riqueza seja corretamente utilizada para o bem do Brasil e de todos os brasileiros”. (BRASIL, 2009, p. 1)

Conforme o fragmento é capaz de testemunhar por si mesmo, a nova independência de que falava o presidente, tinha nome, forma e conteúdo. Desses três pontos, o que mais tarde se tornaria o centro de uma polêmica tão gigante quanto o próprio pré-sal seria a sua *forma*. Uma semana antes desse pronunciamento, 31 de agosto, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório² para a exploração das jazidas do Pré-sal, o presidente Lula, sua então Ministra-chefe da Casa Civil e o Ministro das Minas e Energia Edison Lobão entregavam solenemente ao Congresso Nacional as sugestões de mudança na lei do petróleo, reunidas em quatro projetos de lei³.

De uma maneira geral e muito esquemática, diversas questões derivaram deste acontecimento. Criou-se um clima de desconfiança acerca das conseqüências de uma possível mudança na legislação vigente no país sobre a produção e exploração de petróleo. No plano econômico, em se tratando de um mercado altamente lucrativo, qual cenário se deveria esperar a partir de tais modificações? Tendo em vista a abertura do setor aos investidores privados, promovida por uma lei anterior (Lei 9478/97), como ficariam os grupos que realizaram os altos investimentos no Brasil? No plano social, se havia sido descoberta uma riqueza de tamanhas proporções, como ela poderia contribuir para desfazer as mazelas sociais de um país tão desigual quanto o Brasil? Afinal de contas, como aconteceria a prometida “nova independência”? Eis algumas questões que passaram a permear as páginas dos grandes jornais, das grandes revistas, a rede mundial de computadores, os programas das emissoras de rádio e TV, enfim, passaram a

² Modelo regulatório diz respeito ao conjunto de leis que regem a atividade de um setor da indústria ou da economia.

³ No capítulo de contextualização, há uma apresentação mais detalhada deste conjunto.

ocupar um lugar central nos massificados canais de circulação dos discursos... mas havia outros meios, menores e não tão massificados, que traziam novas/velhas questões e que queriam ser ouvidos.

O interesse pelo tema

Muitos são os pesquisadores que citam a sua área de atuação profissional como uma de suas motivações para se debruçar sobre determinado objeto de pesquisa. No próprio programa de pós-graduação de que fazemos parte, temos testemunhado muitos projetos que se ligam inevitavelmente ao universo educacional, tendo em vista que boa parte de nosso grupo atua na docência nos seus mais diversos níveis e modalidades.

Nós fazemos parte deste grande segmento de trabalhadores, os professores, que diariamente adentram as salas de aula das escolas para desenvolver o seu trabalho junto a um grupo heterogêneo de alunos. Nós também lidamos com grandes questões em nosso cotidiano de trabalho, muitas delas a nos despertar de uma aparente dormência a que somos submetidos na rotina pedagógica. Poderíamos mesmo realizar alguma pesquisa que tocasse mais de perto a nossa realidade profissional. No entanto, seria tão somente enveredar por um caminho que, embora nos dissesse respeito, se afastaria dos nossos interesses enquanto sujeitos singulares, com os seus acúmulos, suas experiências acadêmicas passadas e que de certa forma são determinantes para a escolha de um objeto de pesquisa.

Inicialmente, conforme o projeto de pesquisa entregue a banca seletiva para o curso de mestrado, era nosso objetivo analisar textos oficiais, como pronunciamentos, discursos, declarações, conjuntas ou não, enfim, qualquer material atribuído ao presidente Luís Inácio Lula da Silva como seu autor. Estávamos movidos pela hipótese de que neles encontraríamos um modo de constituição de sua própria imagem que pudesse explicar um fenômeno que à época considerávamos de extrema relevância, a saber, a sua imensa popularidade atestada pelas pesquisas de opinião.

De certa forma, a escolha do tema se dava, conforme dissemos, por uma experiência acumulada. Para o curso de Especialização em Língua Portuguesa (Uerj/FFP – 2005), realizamos o estudo de um dos pronunciamentos feitos por Lula em cadeia nacional de rádio e TV. Debruçamo-nos especificamente sobre o discurso que tematizava a invasão do território

Iraquiano em inícios de 2003. Tratava-se do primeiro discurso à nação do presidente e sua escolha se deu não por esse motivo, embora constituísse um fato relevante, mas pelo enorme apelo e importância que o fato, a invasão americana ao Iraque, representou à época. Como motivação pessoal, contava o nosso histórico de militância partidária a favor do presidente que naquele ano chegava ao poder depois de três derrotas seguidas desde o processo de redemocratização. Conforme pudemos mostrar em nossa pesquisa, inúmeros discursos foram postos em circulação, muitos defendendo a intervenção americana e muitos outros condenando. Interessou-nos, assim, investigar que posição assumiu o palácio do Itamaraty.

O nosso aporte teórico se baseava nos estudos da morfossintaxe. Atestando, a partir de uma análise superficial, a não referência ao agente principal da ofensiva militar, qual seja, os Estados Unidos, cuidamos de identificar os mecanismos de apagamento das pessoas por meio dos arranjos sintáticos dos enunciados. Nesse sentido, nos aproximamos das conquistas da Análise do Discurso como ferramenta de apoio, sobretudo a partir de Dominique Maingueneau, em sua obra didática *Análise de Textos de Comunicação*. Procuramos ainda, inspirados igualmente pelos pressupostos da AD e sobre uma concepção de linguagem em Mikhail Bakhtin, articular a produção do pronunciamento com um certo contexto, que para nós, a partir da contextualização de pesquisa que realizamos, animava o apagamento que constatamos no nosso corpus.

Como se pode perceber, a escolha e interesse, mais tarde, pelo curso de mestrado em linguística aplicada, cuja linha de pesquisa se abria para a análise de discurso de base enunciativa, bem como o interesse em discursos presidenciais de Lula não foram absolutamente aleatórios. Nosso projeto de pesquisa original, no entanto, ao longo do primeiro ano do curso foi sofrendo as modificações costumeiras a que todo projeto está sujeito, como projeto que é. As primeiras dúvidas surgiram, sobretudo, nas aulas do Seminário Temático, coordenado pelos professores Décio Rocha e Vera Sant'Anna.

Por motivos que talvez não seja necessário citar aqui, na primeira metade do curso já estávamos bastante distantes de nosso primeiro projeto, nós diríamos, estávamos nos encaminhando para uma pesquisa totalmente distinta que de certa forma até desvirtuava nosso interesse inicial.

Preocupados e incomodados com a situação na qual nos encontrávamos, decidimos retomar a ideia inicial e rever os textos os quais já havíamos observado anteriormente. Já

tínhamos levantado um número considerável de textos sem no entanto definirmos o recorte⁴. Numa das tentativas, observando os pronunciamentos realizados pelo presidente nas solenidades em comemoração do Dia da Independência, já que talvez ali se pudesse desenhar a imagem de um presidente provedor, heróico até, enfim vislumbramos o tema de pesquisa que talvez nos fosse satisfatório. Tanto em 2008 quanto em 2009, em virtude de condições bem específicas, Lula tomara como tema de seus pronunciamentos o pré-sal, ou melhor, a descoberta das reservas. Identificamos, ainda, a atualidade do tema, que começava a ganhar destaque na mídia, promovendo uma circulação de discursos bastante significativa.

A partir de então, acreditávamos ter definido pelo menos tematicamente a nossa pesquisa, restando apenas os recortes específicos: seriam os pronunciamentos os textos analisados? Haveria outra instância discursiva que seria merecedora de atenção? Seria possível articular discursos de natureza distinta? Eis as questões com as quais nos encontrávamos às voltas. Para nossa surpresa, constatamos que de alguma forma nos aproximávamos de nossa pesquisa da especialização. Da mesma forma, a invasão do Iraque foi largamente denunciada como motivada pela disputa pelo combustível que aquele país possui em abundância.

Apesar do profundo interesse pelo tema, ainda não tínhamos uma pergunta de pesquisa. Ao final de 2009, escrevemos um trabalho de contextualização de pesquisa, como pré-requisito para aprovação em disciplina de mestrado, justamente com o objetivo de chegar a uma pergunta. Passamos então a investigar o tema do pré-sal mais a fundo e pudemos perceber elementos como a densidade da questão, os interesses, por vezes antagônicos, envolvidos, os atores sociais participantes dos debates a respeito do assunto, a questão histórica do petróleo no Brasil, entre outros, que de alguma maneira foram nos envolvendo. Ao realizarmos este trabalho, operamos outro deslocamento na nossa pesquisa. Lula, no seu pronunciamento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do Pré-sal, colocou o seguinte:

Estou seguro também de que o povo brasileiro entrará de corpo e alma nesse debate tão importante para o destino do Brasil e para o futuro dos nossos filhos.
Porque esse não é um assunto apenas para os iniciados e especialistas. Nem é tampouco um tema que deva ficar restrito somente ao parlamento. Ao contrário, ele interessa a todos e depende de todos.
Por isso mesmo, quero convocar cada brasileiro e cada brasileira a participar desse grande debate. Trabalhadores, donas de casa, lavradores, empresários, intelectuais, cientistas, estudantes,

⁴ Nessa parte de nossa pesquisa, fizemos constantes consultas ao sítio virtual da Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, a partir do qual se pôde ter acesso a um arquivo considerável de textos oficiais do governo.

servidores públicos, todos podem e devem contribuir para que tomemos as melhores decisões.
(BRASIL, 2009, p. 2)

Logo fizemos a hipótese de que havia um espaço não tão privilegiado assim para alguns desses interlocutores. Pensando também no tratamento que o tema do pré-sal vinha recebendo, notamos direções e caminhos diversos quanto à questão atribuindo-lhe igualmente sentidos diversos. Uma pergunta ficou ecoando em nossos ouvidos: quem seriam essas pessoas comuns, os trabalhadores, as donas de casa, os lavradores e de que forma eles estariam contribuindo para o debate, como pedia “encarecidamente” o nosso presidente?

Às margens das discussões

Formulamos, então, previamente, algumas perguntas operatórias que pudessem nos auxiliar na delimitação de nosso objeto de pesquisa:

- a) Que atores sociais estavam envolvidos no debate sobre as possíveis mudanças do marco regulatório do petróleo no Brasil?
- b) De que forma os movimentos sociais e sindicais estavam – e se estavam – inscritos neste debate?

Em nosso levantamento de informações sobre a questão do pré-sal pudemos constatar que de fato, e mesmo sem que o presidente houvesse solicitado, diversos grupos se agitavam para participar ativamente dos debates. E não seria diferente, já que se tratava de uma questão que envolvia uma cifra estimada de elevadas proporções. A mídia logo começou a opinar sobre os projetos de lei forjados pela comissão interministerial de Lula, apontando acertos e erros, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico. As posições começavam a tomar forma à medida que o tema circulava cada vez mais. Para se ter uma ideia, uma simples consulta em sítios virtuais de busca com o nome pré-sal retorna milhares e milhares de páginas referentes ao assunto⁵.

Enquanto os debates giravam em torno da proposta do governo, entregue para apreciação do congresso na primeira semana de setembro de 2009, um movimento coadjuvante era

⁵ Um de nossos principais canais de levantamento de dados, conforme será exposto na metodologia, foi a rede mundial de computadores.

articulado por entidades representativas dos movimentos sociais e sindicais. Em março de 2008, foi lançado na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Rio de Janeiro, o *Fórum Nacional Contra a Privatização do Petróleo e Gás*, reunindo trabalhadores, intelectuais, estudantes e ativistas políticos; acordou-se, também, uma extensa agenda de atividades “em defesa do petróleo e gás brasileiros”. A massificação do movimento resultou, em novembro de 2008, na criação da Campanha Nacional “O Petróleo Tem que Ser Nosso”. A criação da campanha se deu aproximadamente dois meses após o pronunciamento do presidente Lula pela entrega da proposta de sua comissão.

O carro-chefe da campanha “O Petróleo Tem que Ser Nosso” tem sido o recolhimento de assinaturas para dar apoio ao projeto de lei popular, criado pelo movimento, que visa a alterar a legislação atual, reivindicando, entre outras coisas, a reestatização da Petrobras e a nacionalização do petróleo e do gás. O projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal em agosto de 2009, uma semana antes do Ato presidencial de divulgação da proposta governista. Para massificar a proposta, inúmeros materiais tem sido produzidos, bem como a criação de vários comitês locais por todo Brasil. Entre estes materiais⁶, chamou a nossa atenção a cartilha de massas do movimento, que desde julho de 2009, quando do seu lançamento, circula pelo território nacional. Nossa escolha se baseou nos seguintes fundamentos:

- Ser a cartilha o documento básico da campanha na luta pelo petróleo do pré-sal, além de refletir a posição de um movimento unificado;
- O modo de organização dos movimentos sociais de grande contingente, para os quais saber o que fazer com alguma ordem e coerência é fundamental;
- A relação dissimétrica – pressuposta pelo gênero cartilha – entre enunciador (lugar do saber) e co-enunciador (lugar de um vazio);
- O fato de a cartilha, também por sua natureza enquanto gênero, determinar um modo de conduta, aquilo que pode e deve ser dito ou feito.

A partir destas coordenadas, e com base em alguns conhecimentos a que tivemos acesso no trabalho de contextualização, chegamos, enfim às seguintes perguntas de pesquisa:

⁶ Falamos mais detalhadamente destes materiais no capítulo de metodologia.

- a) Que imagens de enunciador e co-enunciador são construídas a partir da cartilha da Campanha Nacional “O Petróleo Tem que Ser Nosso”?
- b) Que regularidades enunciativo-discursivas caracterizam a cartilha em questão?
- c) Que formações discursivas fundamentais atravessam a cartilha e como se dá a inscrição nelas do par interlocutivo?

Ao respondermos tanto estas perguntas como as perguntas operatórias acima colocadas, tínhamos como objetivo geral *compreender que sentidos de petróleo estão sendo construídos a partir das descobertas dos novos campos do pré-sal no âmbito da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso.*

Com base nesse problema de pesquisa, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Delimitar um espaço de confronto entre FD's a partir da análise das formas de relação entre o par interlocutivo, considerando os traços linguístico-discursivos relevantes da cartilha;
- Oferecer ao movimento uma contribuição da AD sobre o material.

Da estrutura da dissertação

No primeiro capítulo fazemos uma apresentação detalhada da questão do petróleo em escala nacional e internacional. Abordamos aspectos de geopolítica enfocando a formação do sistema mundial contemporâneo (Barros, 2007; Fiori, 2007); em seguida, expomos o histórico da legislação do petróleo no Brasil, desde o Império até a contemporaneidade, passando, entre outros fatos relevantes, pela campanha “O Petróleo é Nosso”, em meados do século passado, e pela mais recente reformulação da legislação do setor no país, com a Lei 9478/97 (Barbosa, 2002; Lima, 2008; 2009; Coelho, 2009; Victor, 1970; Fonseca, 1955; Dalla Costa e Souza Santos, 2002; Costa, 2002; Carvalho e Tepassê, 2008); por fim, situamos a conjuntura atual das descobertas do pré-sal pontuando todo o clima de especulação em torno das reservas do pré-sal.

Apresentamos ainda um histórico da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso a fim de oferecer uma visão conjuntural da sua composição bem como de seus objetivos mais gerais.

No segundo capítulo, recuperamos metodologicamente toda a pesquisa. Destacamos os passos dados na nossa aproximação com o objeto de interesse. É possível perceber os caminhos que seguimos bem como as justificativas para os respectivos recortes que operamos. A fim de esclarecer o percurso metodológico, apresentamos inicialmente os lugares de produção de discursos bem como a nossa inclinação aos espaços institucionais; em seguida, tratamos de demonstrar de que maneira se optou por um espaço institucional específico, a saber, aquele representado pela campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso. A seguir, fazemos uma exposição sinótica dos diversos tipos de textos com as quais tivemos contato e justificamos a escolha da cartilha como material empírico de análise. Então, realizamos uma descrição objetiva da cartilha bem como a delimitação do corpus, apontando as categorias de análise a serem consideradas.

Uma apresentação geral do quadro epistemológico da Escola Francesa de Análise do Discurso se encontra no terceiro capítulo desta dissertação. Enfocamos o percurso de emergência da disciplina a partir de autores referenciais da área, como Helena N. Brandão (1995; 1998) e Francine Mazière (2007). Buscamos pontuar os caminhos teóricos classicamente adotados pela AD, sua forma de intervenção sobre os objetos que toma para estudo e suas divergências internas que a caracterizam como um campo em constante processo de configuração. Ao final do capítulo, expomos a posição de Maingueneau, a respeito da consideração da linguagem como algo dual, “integralmente formal e integralmente atravessada por embates subjetivos e sociais”.

O mesmo capítulo é dedicado às considerações acerca dos gêneros do discurso. Partindo de Mikhail Bakhtin (1992) discutimos a relação dos tipos relativamente estáveis de enunciados com as esferas da atividade humana. Ainda a partir deste mesmo teórico e levantando uma breve polêmica, sobretudo com José Luis Fiorin (2006), abordamos a tensão entre a uniformidade e a variedade no que tange aos gêneros. Situamos igualmente a posição da AD quanto ao papel dos gêneros do discurso no trabalho de análise dos corpora. Apresentamos ainda as reflexões de Dominique Maingueneau (1997; 2001; 2008b) a respeito da noção, na tentativa de pontuar as possibilidades de trabalho. Por fim, entramos na questão específica de nosso material, enfocando algumas das variáveis das quais trata Maingueneau articuladas aos sentidos cristalizados das cartilhas em geral; imediatamente, realizamos uma análise da cartilha da campanha, ressaltando os aspectos dos tipos do discurso e dos gêneros que a constituem.

Ainda no terceiro capítulo apresentamos algumas pesquisas sobre o campo do discurso relatado. Mais uma vez, convocamos Bakhtin (2006), considerado nome obrigatório nos trabalhos que se preocupam com o problema da transmissão do discurso de outrem. Sobre o autor russo, destacamos a sua importância na reconfiguração do campo ao abordar os fenômenos sob uma perspectiva sociológica, buscando avaliar, mais do que os arranjos sintáticos, a correspondência entre as formas de transmissão e os meios nos quais eles são investidos. Tratamos também de resgatar os estudos de Jacqueline Authier-Revuz (1998) a respeito do tema, cuja maior contribuição foi a superação de um quadro restrito dos discursos relatados; apresentamos, sem pretensões de esgotamento, as suas principais ideias. Por fim, convocamos o trabalho de Vera Sant`Anna (2004) para uma visão de dentro da Análise do Discurso.

No quarto cuidamos de recuperar as imagens discursivas de enunciador e de co-enunciador somente na introdução da cartilha. Como noção operatória, trabalhamos com a cenografia discursiva: verificamos, portanto, as marcas de pessoa, os elementos temporais e espaciais para tratar da locução discursiva, da cronografia e da topografia. Trabalhando com cada um desses elementos isoladamente, em seguida buscamos articulá-los para a delimitação das formações discursivas.

Tratamos também do problema dos discursos relatados especificamente relacionados ao nosso corpus. Na primeira parte do capítulo expomos os processo de recuperação dos DR`s, realizamos a sua caracterização e levantamos algumas questões de provável interesse. Fazemos ainda algumas considerações sobre os tipos de discurso relatados que a esta pesquisa interessam mais particularmente, a saber os discursos direto e indireto, o narrativizado, os intertextos, os condicionais e o discurso segundo. Nas análises propriamente ditas, identificamos certo modo de atualização das vozes que nos apontaram para determinado monopólio enunciativo, enfatizando as formas do discurso direto, do indireto e do discurso narrativizado. O último capítulo se destina às considerações finais.

1 O PETRÓLEO É NOSSO

Recentemente, no segundo semestre de 2007, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) anunciou, publicamente, a descoberta de uma enorme reserva de petróleo, numa região do litoral brasileiro, denominada Camada Pré-sal. Do estado de Santa Catarina até o Espírito Santo, a área compreende aproximadamente 149 mil Km² (o que equivale a mais ou menos toda a extensão do estado do Acre ou do Amapá, por exemplo). Estima-se que do total de hidrocarbonetos, 83% seja de óleo e 17 % de gás natural. Para se ter uma idéia do que essa descoberta pode representar para as reservas brasileiras, em apenas três áreas, conhecidas como Tupi, Iara e Parque das Baleias, o volume de petróleo pode estar entre 8,5 e 16 bilhões de barris. Confirmadas essas estimativas, e havendo hipoteticamente certeza sobre o cálculo máximo, isso elevaria as reservas do Brasil para aproximadamente 30 bilhões. A área está a 300 Km da costa brasileira, seus reservatórios se encontram entre 5 e 7 mil metros de profundidade (23 vezes a altura da torre Eiffel) e a espessura da camada de sal chega a 2 mil metros⁷.

Uma descoberta desta magnitude, sobretudo em decorrência da importância que a referida matriz energética tem para o desenvolvimento industrial e econômico de um país, colocou em destaque um amplo debate nacional sobre a exploração e a produção, a respeito do qual têm se pronunciado o governo, organizações que representam as companhias petrolíferas, entidades de classe e unidades federativas de todo o país. Em 31 de agosto de 2009, numa pomposa solenidade, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de seu comitê interministerial⁸, encaminhou ao congresso nacional, quatro projetos de lei que visam à alteração do marco regulatório do setor no país (a lei em vigor, que ainda abordaremos com mais atenção, é a lei 9.478/97), a criação de uma nova empresa estatal (a Petrosal), a cessão onerosa dos campos à Petrobras (empresa ambígua, pois representa interesses do Estado brasileiro e de seus acionistas) e ainda a criação de um fundo social para a erradicação da pobreza e investimentos, sobretudo, nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura.

⁷ Os dados são da própria Petrobras, com base na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo), EPA (Empresa de Pesquisa Energética) e EIA (Energy Information Administration). www.petrobras.com.br/presal

⁸ O comitê foi formado pelos responsáveis de quatro pastas ministeriais (Minas e Energia; Casa Civil; Planejamento; Fazenda), pelo diretor-geral da ANP, pelo presidente da Petrobras e pelo presidente do BNDES.

O debate, em virtude dos ganhos e oportunidades que promete o tamanho de tais jazidas e dos interesses distintos, tem ganhado contornos dramáticos e ainda improváveis, na medida em que amplos setores da sociedade apenas começaram a se organizar para garantir lugar na mesa de negociações. Além disso, em razão da dificuldade de acesso dessas áreas, coloca-se como questão relevante o alto investimento necessário à exploração, o que demandaria a participação do capital estrangeiro. Outro ponto polêmico reside na distribuição dos royalties, hoje destinado apenas aos estados e municípios produtores⁹. Da mesma forma, a previsão do fim do petróleo (fala-se em 40 anos) coloca o Brasil na rota de países que são grandes consumidores da matriz, como Estados Unidos da América, China e Índia.

Dessa forma, para uma contextualização de pesquisa ampla e minimamente satisfatória, devemos abordar certos aspectos da geopolítica do petróleo, bem como apresentar um histórico da inserção deste vetor energético na cadeia produtiva internacional, a partir de números da indústria. Pretendemos também traçar a evolução das legislações que regularam e regulam atualmente o setor petrolífero brasileiro e seus reflexos políticos, remontando o início da exploração de petróleo no Brasil, passando pela campanha “O Petróleo é Nosso”, em finais da década de 40 e início da década de 50, do século passado, até chegarmos ao cenário da flexibilização do monopólio estatal do setor. Igualmente relevante é uma compreensão do contexto de criação da Petrobras, a expansão de suas operações e seu lugar de destaque na política energética nacional. Faremos ainda, de forma genérica, uma caracterização das principais disputas no campo ideológico a respeito das propostas recentes feitas pelo governo e seus desdobramentos.

Nosso objetivo é responder a algumas perguntas operatório-metodológicas (c.f. apresentação da dissertação) que nortearão toda a nossa pesquisa. Nesse sentido: a) Qual o significado (ou significados) tem essas recentes descobertas dos campos gigantes do pré-sal para o Brasil? Que atores sociais estão envolvidos no debate sobre as possíveis mudanças do marco regulatório do setor? De que forma os movimentos sociais e sindicais estão inseridos nesse debate?

⁹ Recentemente (março/2010), a questão se complexificou ainda mais por conta da “Emenda Ibsen”. O deputado gaúcho Ibsen Pinheiro (PMDB) propôs alterar as regras de pagamento dos royalties, ocasionando em perdas significativas para as receitas dos estados produtores. No Rio de Janeiro, 150000 pessoas, aproximadamente, saíram às ruas para protestar contra a decisão, num movimento que ficou conhecido como “Contra a covardia Em defesa do rio”. O protesto se transformou num grande espetáculo, beirando a despolitização. Da mesma forma, serviu de palanque para que muitos políticos se promovessem.

1.1 O petróleo e a competitividade entre as nações: elementos para uma geopolítica mundial e a formação do sistema mundial contemporâneo

Ao longo dos anos, em consequência da sede por acumulação das Grandes Potências mundiais e da enorme competitividade decorrente, o petróleo ganhou lugar de destaque entre os principais vetores energéticos utilizados na produção de bens industrializados. Segundo o professor Evandro Vieira de Barros (2007), do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense, todo o modelo tecnológico, bem como o modelo de vida rural e urbano contemporâneos, dependem sobremaneira das seguintes matrizes energéticas: carvão, petróleo, gás natural, energia nuclear e hidroeletricidade. Apoiando-se em dados estatísticos da International Energy Agency, o autor nos mostra que, em 2007, a oferta mundial de energia estava assim distribuída: petróleo (34,3%), carvão mineral (25,1%), gás natural (20,9%), energias renováveis (10,6%), nuclear (6,5%), hidráulica¹⁰ (2,2%) e outras (0,4%). Se esses números já são suficientes para demonstrar a proeminência do petróleo, sua importância fica ainda mais evidente se observarmos os dados relativos ao consumo final: derivados de petróleo (42,3%), eletricidade (16,2%), gás natural (16,0%) energias renováveis (13,7%), carvão mineral (8,4%) e outras (3,5%).

Como bem salienta Barros (2007, p. 48), “se o petróleo e o gás natural trazem a possibilidade de geração de riqueza, trazem também toda uma série de disputas comerciais, financeiras e diplomáticas, bem como guerras e conflitos violentos entre Estados”. Sobre o petróleo, nos lembra que

é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas, desde quando se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna (Ibid. ibidem)¹¹.

Ainda de acordo com Barros, a despeito do “Pico do Hubbert”¹², o petróleo deve seguir na liderança ainda por algum tempo. Apenas para termos uma idéia dos interesses econômicos

¹⁰ Vale ressaltar que esta também é considerada uma fonte de energia renovável.

¹¹ De acordo com dados da Petrobras, o mundo consome atualmente 135 milhões de barris de petróleo por dia; isso representa quase 55 % da energia total consumida no mundo inteiro; no Brasil, são 47%. No entanto, para nossa surpresa, os números divulgados pela ANP, em seu anuário estatístico, o consumo chega a pouco mais de oitenta milhões. O número não deixa de ser significativo, mas a disparidade dos dados chama atenção.

¹² A expressão se refere ao geofísico norte-americano Marion King Hubbert, que em 1956 previu, acertadamente, uma crise de produção americana: “A produção dos EUA, antes o maior produtor e exportador, está hoje reduzida a 40 % desse máximo, sendo

envolvidos no assunto, o setor de transportes consome de 57% da oferta mundial de derivados de petróleo (de toda energia consumida pelo setor, isso representa 90%). Além disso, conforme destaca Barros, as fontes alternativas não devem tomar o lugar do petróleo tão cedo, em vista do alto custo de produção.

Para Barros, os principais agentes envolvidos no setor de petróleo são as empresas multinacionais, as organizações financeiras, as empresas estatais e os órgãos reguladores; e no que diz respeito à competitividade entre as nações, o autor destaca o papel principal dos primeiros, considerados os responsáveis por ditar as regras da questão energética e por reordenar, constantemente, em atendimento dos seus interesses, a conjuntura mundial. Numa visão economicista e de mercado, segundo Barros, a competitividade é fator fundamental para a inovação e a evolução tecnológicas. Pesa ainda o fato de que a indústria do petróleo é a base para o desenvolvimento e conseqüente fortalecimento de outras indústrias: “o setor energético é importante para garantir as condições de fatores de produção e por constituir-se numa indústria de apoio a inúmeros outros setores industriais em todas as economias nacionais” (Barros, 2007, p. 51). Sendo assim,

A competitividade adquire relevância crescente considerando-se que a nova geopolítica mundial será delimitada a partir da geopolítica dos Estados Nacionais que ampliem e/ou preservem as condições de competitividade de suas economias, inclusive em face às mudanças à vista na matriz energética mundial (Barros, 2007, p. 51)

Dessa forma, na visão de Evandro Vieira de Barros, as mudanças no sistema mundial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, devem considerar os seguintes pontos básicos: a globalização¹³ se tornou um fenômeno mundial e sem precedentes na história, integrando e criando graus de relativa dependência entre os Estados-nação; criou-se com isso um clima de absoluta competitividade, muitas vezes belicosa, entre as economias nacionais; essa disputa por vantagens competitivas está intimamente associada à disponibilidade de energia para o desenvolvimento econômico e industrial; e por fim, a demanda se dá em meio a uma crise energética que assola muitos países, sobretudo as Grandes Potências.

dependente em 70% do petróleo importado” (Barros, 2007, p. 49). Os cálculos atuais que prevêem a duração das reservas mundiais se baseiam no Pico de Hubbert.

¹³ Dizer que a globalização se tornou um fenômeno mundial não significa se curvar diante dela como projeto e afirmar o seu sucesso, uma vez que junto da mundialização do mercado financeiro, a exemplo do liberalismo inglês do final do século XIX, vieram a fome e o aumento das desigualdades sociais; a expectativa dos neoliberais, sobre a natural benevolência do mercado, que mais cedo mais tarde, pela competitividade garantida no plano político dos Estados-nação, daria a humanidade seus proventos jamais se cumpriu.

O acesso às fontes de petróleo internacionais constitui uma questão fundamentalmente geopolítica, uma vez que depende necessariamente da localização geográfica do recurso natural e envolve ao menos dois atores internacionais: o Estado que detém o petróleo em seu território e o Estado carente de energia que precisa do petróleo para assegurar a competitividade de sua economia. Assim, a geopolítica do petróleo trouxe nova configuração à geopolítica internacional (Barros, 2007, p. 55).

Para uma compreensão mais apurada dessa nova geopolítica mundial de que fala Barros, sobretudo o lugar das Grandes Potências e das potências emergentes espalhadas pelo globo, lançamos mão do auxílio do professor de Economia Política Internacional, José Luís Fiori, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua análise competente e valiosa do sistema mundial nos proporcionará um panorama mais completo, à luz do curso histórico de formação desse sistema, bem como a identificação dos principais atores envolvidos. Em seu artigo, Fiori discorda da tese de que a hegemonia estadunidense sofreu abalos irreversíveis nas últimas décadas. O que para alguns analistas representava o declínio do poder americano era, para Fiori, uma reorganização do sistema mundial, com a universalização do sistema interestatal moderno, “reacendendo a competição político-econômica dos seus estados mais poderosos” (Fiori, 2007, p. 78)

Iniciaremos a exposição das idéias de Fiori a partir das generalizações teóricas acerca da história da formação, expansão e mudanças do sistema mundial. Para o autor, a origem do sistema político mundial pode ser resumida em onze pontos fundamentais, a saber:

- Seu início data do século XVI, por obra dos conquistadores europeus, no período das Grandes Navegações;
- Tal empreitada teve como consequência a internacionalização das economias européias;
- Lograram êxito pela imensa capacidade de acumulação de poder e riqueza;
- Utilizaram-se da guerra como mecanismo de destruição e paradoxalmente de integração de mercados;
- Os estados europeus constituíram-se enquanto impérios de alcance mundial;
- Apesar da ambição, nenhum império conseguiu se mundializar totalmente, pois isso seria fator de extinção do sistema político-econômico mundial de competição entre as nações colonizadoras;

- Constituiu-se, portanto, um oligopólio de poucos e privilegiados membros: as Grandes Potências;
- Os estados conviveram sob alianças e conflitos (após uma guerra, uma nação sai vencedora e hegemônica, ocupando o posto de liderança sobre os demais membros do grupo e sobre o resto do mundo);
- As economias coloniais, depois de suas independências, se tornaram economias periféricas;
- Consolidou-se, nos quatro cantos do mundo, a forma Estado como entidade de exercício de poder;
- As grandes potências são em sua natureza dominadoras e expansionistas, provocando desigualdades, por deterem o controle da expansão econômica em suas mãos.

Como se pode notar, a formação do atual sistema político-econômico mundial data ainda do final da Idade Média. Ao longo dos séculos, lenta e eficientemente, o mundo se ocidentalizou deste ponto de vista. A Europa fez espalhar seu modelo de organização social, político e econômico, subalternizando povos inteiros e aplicando a sua agenda quase sem restrições. Fiori, no artigo de que tratamos, se dedica, sobretudo, ao processo de ascensão dos Estados Unidos à condição hegemônica, possibilitado nas décadas recentes pela sua política intervencionista.

Diferente da maioria das colônias européias, a região dos Estados Unidos teve no seu processo de independência (1776) uma disputa entre europeus (franceses e ingleses)¹⁴. Isso é um fator que merece destaque, uma vez que desde a sua colonização até a sua independência, a nova nação esteve impregnada do pensamento expansionista europeu que logrou êxito séculos antes. À ideologia expansionista de sua independência seguiram as anexações dos estados, por meio da guerra ou de uma política de mercado – Flórida (1819), Texas (1835), Oregon (1846), Novo México e Califórnia (1848). Depois, pela Doutrina Monroe¹⁵, intervenções aconteceram em Santo Domingo, México, Venezuela e Brasil (1861, 1867, 1887 e 1893, respectivamente)¹⁶.

¹⁴ “Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que se formou fora da Europa. Mas sua conquista e colonização foi uma obra do expansionismo europeu, assim como sua guerra de independência foi uma “guerra européia” (Fiori, 2007, p. 82)

¹⁵ Em 1823, o presidente James Monroe, em mensagem ao congresso nacional, afirmou que os Estados Unidos não aceitariam mais nenhum tipo de colonização dos países americanos; a Doutrina também ficou conhecida como “América para os americanos”.

¹⁶ Alguns anos mais tarde, a intervenção americana em dois países especificamente teria relação direta com a questão energética. Em 1948, o presidente venezuelano Rómulo Gallegos fora deposto pelo governo estadunidense, com apoio incondicional das companhias estrangeiras de petróleo; trinta e cinco anos antes, no México, o mesmo já havia ocorrido, com a deposição de

Na primeira metade do século XX, depois de saírem vitoriosos da guerra declarada contra a Espanha, conquistaram boa parte da América Central, evidenciando seu projeto e seu poder; mas, de fato, somente depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América passaram a ocupar o posto hegemônico, impondo-se sobre a Europa, a Ásia e, mais tarde, sobre o Oriente Médio. A favor dos Estados Unidos, a Guerra Fria possibilitou um clima de competitividade com a extinta União Soviética (que não era menos imperialista), dando aos estadunidenses, pela proximidade com a Grã-Bretanha e a França, – e comercialmente com a Alemanha e o Japão, sem falar na unificação europeia possibilitada pela OTAN¹⁷ – vantagens competitivas.

Ao término da segunda Grande Guerra, havia sessenta estados nacionais; mas acabada a Guerra Fria, já eram cerca de duzentos esses estados (Fiori, 2007), comprovando o sucesso do projeto de universalização do sistema interestatal (iniciado pelas nações européias, como vimos, no século XVI), criando assim um novo desafio de governança mundial. A atual geopolítica tem nessa conjuntura que acabamos de apresentar a sua gênese, com a aproximação americana do mercado asiático, sobretudo a China, considerada hoje a locomotiva da economia mundial (Fiori, 2007).

A partir dos anos 1990, os Estados Unidos ampliaram e sofisticaram suas relações econômicas abrangendo países antes sob influência e domínio soviético e aperfeiçoaram seu aparelho de guerra, sobretudo em virtude da experiência fracassada do Vietnã. A partir do século XXI, no entanto, seu poder global sofreu fortes abalos, sobretudo no Afeganistão e no Iraque que, depois de derrotados, não encontraram a estabilidade necessária para a consolidação de seus estados nacionais, mesmo sob a tutela dos estadunidenses. Resulta disso que a sustentação de um império global se tornou inviável política e financeiramente.

Some-se a isso o vertiginoso crescimento econômico da China, já impossível de ser freado, criando-se assim um novo tabuleiro para a competição global. Dessa forma, em todos os continentes reacendem-se disputas que aumentam a crise expansiva do império americano. Para Fiori, os principais motivos são: o fortalecimento iraniano no Oriente Médio; a ressurreição da Rússia na Europa; a rejeição da ALCA e conseqüente aposta no MERCOSUL e na Comunidade

Francisco Madero. Em ambos os casos, os governos depositos tinham a intenção de alterar as taxas fiscais sobre a produção de petróleo. (Victor, 1970)

¹⁷ Organização do Tratado do Atlântico Norte

Sul-americana de Nações; na África, os Estados Unidos têm de conviver com a concorrência da China e da Índia; na Ásia, a nova expansão global da China e o crescimento da Índia.

Sendo assim, na nova geopolítica mundial, três personagens ganham destaque: Estados Unidos, China e Índia. Esse tripé da economia global e motor da disputa entre os mercados têm em comum o fato de que ambas são hoje extremamente dependentes de petróleo importado para manterem seus parques industriais em pleno vapor. Segundo Fiori, a demanda por energia da China crescerá em 150 % até 2020; também era exportadora de óleo, mas hoje é a segunda maior importadora. Na Índia, o caso não é muito diferente: até 2020, sua demanda por energia deverá subir até 100%; nos últimos quinze anos, a dependência de fornecimento externo subiu de 70 para 85%. A Respeito dos Estados Unidos, a sua condição já expomos algumas páginas atrás. Para Fiori,

a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do sistema mundial e de todas as suas economias nacionais, em particular a das suas Grandes Potência (2007: p. 95)

José Luis Fiori ainda salienta que estes três países estão disputando por todos os territórios com excedentes energéticos atuais ou potenciais. Isso, evidentemente, nos faz pensar em como será o relacionamento político e econômico dos três grandes com o Brasil se as estimativas sobre o Pré-sal se confirmarem¹⁸. Atualmente, os Estados Unidos vêm perdendo espaço no continente sul-americano, sobretudo para a China. Observando os dados do mercado de 2006, vemos que as exportações da China para toda a América Latina cresceram 52%. Com o Brasil, esse aumento foi da ordem de 53%; as importações de produtos brasileiros foram de 32% a mais. Nesse ano, o Brasil comprou mais da China do que da Europa e dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que perdeu para a mesma China o posto de maior fornecedor de manufaturados aos países da América Latina (Fiori, 2007). Apesar disso, os Estados Unidos ainda detêm sua influência política sobre a região.

Diante deste quadro, nesta seção tentamos demonstrar como o atual sistema mundial está articulado, seus agentes mais importantes e as relações de poder existentes entre alguns deles.

¹⁸ Os números sobre o Pré-sal são ainda meramente especulativos, como veremos mais adiante neste trabalho. Há quem fale em 50 bilhões de barris; outros estimam a existência de 80 bilhões; os mais otimistas fala em mais de 100 bilhões, que colocariam o país entre os cinco com maior reserva no mundo; para um dos ex-diretores da ANP, o número seria astronômico – 334 bilhões de barris (Veja Online, 2008/2009).

Pela exposição feita dos estudos de Evandro Vieira de Barros e José Luis Fiori, podemos levantar alguns pontos importantes e chegar a algumas conclusões preliminares:

- a) O cenário político-econômico mundial está profundamente marcado pela disputa obcecada das principais economias nacionais;
- b) Tida como mola-mestra para o desenvolvimento da produção industrial, a demanda de energia (sobretudo de petróleo) cresce vertiginosamente¹⁹;
- c) Descobertas de novas reservas (principalmente quando se fala de uma fonte de energia esgotável) como as do Pré-sal despertam o interesse de grupos distintos, colocando o Brasil na rota das Grandes Potências.

Dando prosseguimento ao nosso trabalho, na próxima seção faremos uma exposição da história do petróleo no Brasil, desde o Império até a implementação da Lei 9.478/97. Nossa intenção é fornecer subsídios históricos que possibilitem compreender por que as atuais descobertas têm mobilizado tantos corações apaixonados e levantado questões de aspecto técnico e jurídico. Trata-se de uma apresentação indispensável à nossa dissertação, uma vez que o que está em jogo, para o material que tomamos para análise, é a questão da instituição, da quebra e da pretendida retomada do monopólio estatal do petróleo. Focalizaremos também o lugar da Petrobrás no debate.

1.2 Uma história de longa data: os marcos regulatórios, um país dividido e o monopólio estatal do petróleo brasileiro

Ao contrário do que se pode pensar, o petróleo como matéria-prima já vem sendo utilizado há alguns séculos, ainda que sob a forma rudimentar. Segundo o advogado, professor da FGV-RJ e ex-procurador geral da ANP Alfredo Ruy Barbosa (2002), desde a antiguidade há

¹⁹ Para se ter uma idéia do papel do petróleo na economia mundial, basta olhar a relação das maiores empresas do mundo em 2009: **Royal Dutch Shell – Petróleo (Holanda)** – US\$ Bi 458,3; **Exxon Mobil – Petróleo (EUA)** – US\$ Bi 442,8; **Wal-Mart Stores – Varejo (EUA)** – US\$ Bi 405,6; **BP – Petróleo (Grã-Bretanha)** – US\$ Bi 367; **Chevron – Petróleo (EUA)** – US\$ Bi 263,1; **Total – Petróleo (França)** – US\$ Bi 234,6; **ConocoPhillips – Petróleo (EUA)** – US\$ Bi 230,7; **ING Group – Financeiro (Holanda)** – US\$ 226,5; **Sinopec – Petróleo (China)** – 207,8; **Toyota Motor – Automotivo (Japão)** – US\$ Bi 204,3 (Valores referentes à receita gerada pelas empresas, segundo a revista *Fortune* em julho de 2009).

relatos de utilização do betume²⁰; os egípcios o utilizaram na conservação dos corpos dos faraós; na Mesopotâmia, no ano 3000 a.C., o mesmo era largamente empregado como material de construção; em Jerusalém, o betume era usado oficialmente para a iluminação dos altares; já se tem certeza de que no início da era cristã, o petróleo foi destilado em Alexandria e também os persas e os árabes o destilavam para fins militares.

Assim, o petróleo tem acompanhado a trajetória da humanidade (e vice-versa), desde os primórdios da civilização, trazendo consigo progresso e conforto, mas provocando, paralelamente, muitas lutas e desavenças entre nações, quase sempre decididas pela força das armas (Barbosa, 2002: p. 1)

Veremos, nas subseções seguintes, de que forma foi encaminhada a questão jurídica de estabelecimento dos marcos legais para o setor do petróleo (e dos recursos minerais lato sensu) no Brasil, os processos de luta que contribuíram para a organização no setor e a flexibilização do monopólio ocorrida recentemente.

1.2.1 Histórico de lutas e da legislação brasileira

Sabe-se que o petróleo se encontra em fraturas geológicas localizadas na área do subsolo. Somente depois dessa descoberta, houve a necessidade de se distinguir entre dois tipos de propriedade: a do solo e a do subsolo. O código Mineiro de Napoleão (1810) instituiu a sistematização científica necessária para a distinção, permitindo “a exploração dos recursos minerais sem interferência do proprietário da superfície” (Ibid. ibidem). A propriedade privada passou a ser, portanto, distinta da propriedade mineral.

De acordo com a historiografia, os primeiros poços de petróleo com exploração comercial foram perfurados na década de 1850. O ano de 1858 teria sido um marco para a indústria, com a descoberta do primeiro poço nos Estados Unidos, já com a utilização de modernas técnicas de exploração, produção, transporte e comercialização. Fundava-se, a partir de então, um dos maiores negócios do mundo moderno, base tecno-energética para o fabuloso desenvolvimento do século XX (DIEESE, 2008: p. 1)

No Brasil, a política pública do setor petrolífero nacional teve seu início ainda no período do Império. O regime de exploração era o chamado dominial. Nele, a Coroa outorgava o direito de explorar determinada área. O primeiro beneficiário, conforme estudo de Paulo César Ribeiro

²⁰ O betume é uma mistura de hidrocarbonetos que pode ser encontrada em diferentes estados (sólido, semi-sólido ou líquido), solúvel em solventes orgânicos, natural ou obtida em processo de destilação (nesse caso, do petróleo).

Lima (2008), foi o inglês Thomas Denny Sargent, que obteve o direito de extrair turfa, petróleo, ferro, cobre e quaisquer outros minerais, em duas comarcas (Camamu e Ilhéus) da Província da Bahia. Segundo Barbosa (2002), em 1869, outro inglês, Edward Pellew Wilson, obteve direito de explorar, nas margens do Rio Maraú, os mesmos minerais. Ambas as concessões valiam por noventa anos. Já em 1891, de acordo com a Constituição Republicana (art. 72, § 17), adotou-se o regime fundiário:

Os direitos do proprietário mantêm-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. As minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações que forem estabelecidas a bem da exploração deste ramo da indústria. (Lima, 2008: p. 3)

O regime fundiário vigorou até a Lei Magna de 1934 que, adotando a premissa do Código de Napoleão, deu início ao processo de nacionalização das reservas minerais. O aproveitamento ou exploração industrial só seria possível mediante concessão federal. Só eram concedidas permissões a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil. O proprietário do ponto de extração da jazida detinha preferência na exploração ou participação nos lucros. Conforme Lima (2008), a Constituição promulgada em 1937 manteve o regime dominial. No entanto, alterou-se a expressão “autorização” para “concessão”. Na constituição de 1946, embora no texto não haja referência especificamente ao petróleo, retoma-se o espírito da constituição de 1934, mas eliminando a participação do proprietário nos lucros, reservada somente a preferência para concessão de área para exploração²¹.

No ano de 1947, por meio da proposta do Estatuto do Petróleo²² (de inspiração estadonovista), o então presidente da república Eurico Gaspar Dutra tentou estimular a presença maciça do capital estrangeiro no setor do petróleo. Com o envio do anteprojeto ao congresso nacional, claramente liberal e alinhado aos interesses do capital internacional, insurgiram-se diversos setores nacionalistas defendendo uma política econômica baseada no monopólio de Estado²³. De acordo com Vladimir Tadeu Silveira Coelho, conselheiro da Fundação Brasileira de

²¹ O poço de Lobato (BA) foi o primeiro no Brasil a ter confirmada a existência de petróleo. Em 1940, produziu-se mais de 2000 barris de óleo (DIEESE, 2008)

²² Algumas páginas atrás, fizemos uma apresentação de como se formou o atual sistema político-econômico mundial, focalizando o papel da economia estadunidense e sua política intervencionista. A pertinência de tal panorama se evidencia se observarmos este fragmento do artigo de Coelho: “O argumento da necessidade de liberalização da exploração petrolífera no Brasil – com destaque para as atividades relacionadas ao refino – coincidem com a modificação da prática das empresas estadunidenses que, diante do aumento da oferta e facilidades de transporte, optam pela criação de refinarias nas áreas produtoras como forma de baratear o combustível” (2009, p. 2)

²³ Segundo a comissão, instituída por Dutra, sob direção do Conselho Nacional do Petróleo, a nacionalização era uma via improvável e até utópica, por falta de verbas próprias, de mão-de-obra especializada, entre outros.

Direito Econômico, as constituições de 1934, 1937 e 1946 previam a criação de estatais e o monopólio de qualquer setor da economia. A de 1946, para sermos mais precisos, acenava com a possibilidade de concessão para a exploração de recursos minerais a empresas privadas, desde que constituídas no país (Coelho, 2009). O Estatuto do Petróleo de Dutra, nesse sentido, feria os princípios das constituições anteriores, nos seus artigos referentes à matéria.

Como justificativa para ampliação da abertura do setor petrolífero ao capital internacional o governo Dutra utiliza como argumento a necessidade de ‘colaboração’ externa para o desenvolvimento deste ramo da indústria no Brasil cuja ação estaria impedida em função da legislação instituída a partir da Constituição de 1937 (Coelho, 2009: p. 2)

A campanha “O Petróleo é Nosso”²⁴ foi encampada pelo ex-presidente, então deputado federal, Arthur Bernardes²⁵, em reação à proposta do Presidente Dutra. O parlamentar defendia a monopolização imediata e irrestrita do setor petrolífero nacional. Do outro lado da disputa, estava o general e ex-ministro da Agricultura, Juarez Távora; para ele, o monopólio isolaria o Brasil política e comercialmente do restante do mundo. Em oposição ao nacionalismo de Bernardes, Távora falava em defesa dos interesses “continentais”. De acordo com Coelho, muitas campanhas para o congresso nacional, inclusive a de Távora, foram bancadas, naquela época, pela companhia estadunidense Standard Oil²⁶. Se por um lado, os defensores da abertura do setor à especulação estrangeira eram rotulados de “entreguistas”, na visão destes, os nacionalistas se coadunavam com os ideais do comunismo²⁷ (à época, um termo pejorativo), eram chamados de “perigosos”, “inocentes”, “apaixonados”. Os “entreguistas”, por sua vez, consideravam-se “sadios”, “lúcidos” e “modernos”.

Em 1946 a Standard Oil atuava livremente no Brasil, com significativos ganhos e influência inegável. Victor (1970) nos mostra que naquele ano o grupo “se encontrava em

²⁴ “Os nacionalistas, que adotavam a tese do monopólio estatal integral, começaram a se organizar em abril de 1948 em torno do CEDP (Centro de estudos e defesa do petróleo)” (Nosso Século, 1985)

²⁵ Outro nome que merece destaque é o de Horta Barbosa

²⁶ “Os nossos irmãos do continente – especialmente os norte-americanos, dispendo de amplos recursos e interessados, como nós mesmos, nesse reforço da segurança continental – devem ajudar-nos em nossas necessidades iniciais, proporcionando-nos, sem preocupações de imperialismo ou de monopólio, os capitais, os equipamentos de que necessitamos, para cumprir, com oportunidade e eficiência, a tarefa nacional e continental que nos cabe” (Távora, apud Coelho, 2009). Em 1911, a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou uma surpreendente lei antitruste e condenou a Standard Oil, do famoso John Rockefeller, à completa dissolução; à época, o grupo controlava 115 empresas, das quais 53 outras, mundo afora, eram subsidiárias. (Barbosa, 2002) Da dissolução da Standard Oil, surgiram as gigantes do petróleo mundial, conhecidas como as “Sete Irmãs”, das quais cinco eram estadunidenses – Exxon, Mobil Oil, Chevron, Texaco e Gulf Oil – e duas européias – Royal Dutch Shell e British Petroleum. (Dieese, 2008). No entanto, fora do território americano a companhia continuava a atuar e expandir seus negócios.

²⁷ De fato, o próprio PC do B foi um dos partidos ativos na campanha (Fonseca, 1955), mesmo tendo sido cassado pelo projeto de lei 900-A (Victor, 1970). O auge da Guerra Fria fez ecoar sobre os países de influência estadunidense a idéia de que o comunismo era a desgraça a ser evitada e combatida.

posição tranqüila para penetrar no mercado brasileiro, dominando a pesquisa, a lavra e o comércio do petróleo” (p. 190). Diante da pressão dos trustes internacionais e do projeto dutraniano, em 13 de junho de 1947, Roberval de Rezende publicava um artigo que é considerado o início não oficial da campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Em 18 de julho do mesmo ano, com o artigo “Nosso petróleo e o futuro do Brasil”, subscrito por Matos Pimenta, Plínio Cantanhede e Mário de Brito, considerado por Mário Victor uma carta de princípios, os nacionalistas afirmavam sua posição frente aos capitais estrangeiros, que só seriam aceitos sob a forma de empréstimos ao governo, para exercer o monopólio do setor.

Em 30 de julho, em conferência realizada no Clube Militar, Horta Barbosa dizia que “as empresas particulares, de qualquer natureza, buscam extrair o máximo de petróleo no mínimo de tempo, pelo desejo maior de lucro imediato” (Ibid. p. 203). Em contrapartida, em novembro, Sylvio Fróes Abreu, favorável ao Estatuto dizia que “Se quisermos desenvolver rapidamente a exploração do petróleo, é necessário interessar o capital estrangeiro por meio de garantias bem fixadas e perspectivas de lucros que compensem os riscos que a pesquisa aqui já comporta” (Ibid. p. 209).

A campanha “O Petróleo é Nosso” ganhou expressão por todo território nacional. No manifesto assinado pela juventude estudantil paulista, lia-se o seguinte:

Senadores e deputados, civis e militares, industriais e comerciantes, professores, médicos, advogados, engenheiros, técnicos e trabalhadores, enfim, brasileiros, cerrai as fileiras em torno dos estudantes nesta luta em prol da emancipação econômica do Brasil. Formai em vossas associações de classe comissões de defesa do petróleo nacional que, unidas aos estudantes, continuem a campanha memorável, fazendo com que ecoe na própria Organização das Nações Unidas (Ibid, p. 227)

Matos Pimenta declarava: “Duvido que os grandes movimentos nacionais como a Independência, a Abolição e a República tenham empregado mais rapidamente o nosso povo do que essa campanha do petróleo, campanha da Redenção” (Ibid, p. 231). Carlos Lacerda, escrevendo para O Correio da Manhã, defendia posição favorável aos investimentos estrangeiros. Sobre a capacidade do Estado de administrar o setor do petróleo, questionava:

Por que será que ninguém vê o perigo de entregar a uma máquina administrativa que, em quase tudo, se revela morosa, dispendiosa e incapaz, o monopólio de uma atividade que exige meticulosa

aplicação de verbas, no mínimo de gastos arriscados e, sobretudo, grande urgência? (Victor, 1970 p. 235)²⁸

Na avaliação de Coelho (2009), a proposta do presidente Dutra, contra a qual lutaram os nacionalistas, era um instrumento de subordinação do Brasil aos interesses externos. O autor lembra ainda como a campanha em defesa do monopólio do petróleo foi deliberadamente ignorada pela imprensa, citando o caso do conhecido e hoje já extinto Repórter Esso²⁹. O anteprojeto de Dutra não passou no congresso nacional; o novo governo (mais uma vez Getúlio Vargas chegava ao posto de mais alto mandatário do país) tinha assumido em campanha o compromisso de nacionalizar o petróleo³⁰. Dessa forma, em 1951, Vargas enviou ao plenário da câmara os projetos de lei 1516 e 1517; o primeiro criaria a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.³¹ e o segundo instituiria formas e mecanismos de financiamento da indústria do setor no país. Conforme avalia Coelho, a proposta inicial de Vargas, apesar do compromisso eleitoral, não era de conteúdo nacionalista³², pois no projeto não havia referência ao monopólio estatal e ainda acenava com a possibilidade de participação de pessoa jurídica brasileira de direito privado, abrindo espaço para a atuação dos chamados “testas-de-ferro”.

1.2.2 Lei 2.004/53: a fase do monopólio e a consolidação da Petrobras

No ano de 1950, na Convenção Nacional do Partido Trabalhista, a candidatura de Getúlio Vargas foi aprovada. Naquela ocasião, “o pai dos pobres” dizia que

²⁸ A fala de Lacerda revela um quadro da campanha, naquela altura, e também um equívoco, ou mesmo distorção: quanto ao primeiro, a campanha já estava bastante forte, o que justifica o tom estupefato do seu questionamento; o segundo é a afirmação de que o negócio do petróleo é arriscado, uma vez que o setor era responsável, e ainda é, pela construção de fortunas.

²⁹ “A influência dos trustes do petróleo na imprensa também pode ser notada no setor radiofônico quando a Companhia Esso de Petróleo cria em 1941 um informativo cuja redação funcionava nas dependências de sua empresa de publicidade (...). A campanha do Petróleo é Nosso foi solenemente ignorada pelos redatores do Repórter Esso” (Coelho, 2009: p. 7). O único jornal de grande circulação a dar cobertura à campanha e acolher matérias em defesa da estatização foi *O Diário de Notícias*. “Os partidários dos trustes estrangeiros não desanimavam nem tampouco fugiam à luta. Para isso, contavam com a proteção de alguns órgãos da imprensa, para os quais o auxílio do capital estrangeiro, na forma estabelecida pelo anteprojeto do Estatuto, era o sistema ideal para alcançarmos a independência econômica naquele setor” (Victor, 1970: p. 228)

³⁰ “Durante 53 dias, Getúlio Vargas, agora com 68 anos, percorreu em campanha os vinte Estados brasileiros e o Distrito Federal. Seus temas principais eram o nacionalismo, o controle pelo Estado dos setores básicos, e a reforma social” (Lamounier, 1988)

³¹ Note-se não se tratar da Petrobras, que seria criada dois anos mais tarde, a partir de um debate ferrenho sobre a proposta original de Vargas.

³² “Getúlio Vargas, que não tinha opinião alguma sobre a questão, adotou, com o correr do tempo, a tese nacionalista. Devemos lisamente declarar, por ser verdade, que sem Getúlio e sem Dutra (vivamente combatidos ambos) e sem a clarividente cooperação do Congresso Nacional, onde homens como Arthur Bernardes se sagraram, para sempre, beneméritos da pátria, - a Petrobras não teria surgido e a Standard dominaria o Brasil” (Fonseca, 1955: p. 12)

só os regimes de ditadura coletiva é que eliminam a iniciativa privada ou socializam todas as fontes e meios de produção. Se, dentro das linhas da empresa privada, não se podem vantajosamente para o povo explorar alguns dos serviços e indústrias que, pela sua distinção e impotência, são pilares da economia e da defesa de uma Nação, também não é possível submeter à exploração do Estado todas as iniciativas (Victor, 1970: p. 287)

Com essa fala, Vargas colocava em suspenso o compromisso feito em campanha de conduzir o debate sobre o setor petrolífero dentro das exigências feitas pela campanha “O Petróleo é Nosso”. Nos grupos nacionalistas, mesmo na campanha, havia certa dúvida quanto à monopolização do petróleo. E, após eleição, um fato alarmava ainda mais os defensores de uma indústria nacional e estatal do petróleo, pois o presidente, contrariando suas metas eleitorais, declarou:

O governo não poupará esforços para alcançar, com presteza, a solução deste problema, e para isso conjugará os esforços da iniciativa oficial e da iniciativa privada, confiando à empresa de um e de outro tipo as tarefas de industrialização e as de exploração desse combustível, sem prejuízo do princípio de que as jazidas de petróleo consistem patrimônio nacional e devem ser monopólio estatal (Ibid, p. 290)

A esse respeito, o jornalista Matos Pimenta, cuja contribuição na campanha pelo monopólio estatal do petróleo já pudemos observar neste trabalho, fez duras e severas críticas, apesar de ter declarado abertamente seu voto ao candidato petebista: “Getúlio Vargas, candidato partidário da exploração da indústria petrolífera pelo Estado, tornou-se, no Governo, o protetor dos sócios da Standard Oil e demais empresas alienígenas” (Ibid, p. 297). Segundo Mário Victor,

fazendo um estudo comparativo da Mensagem do Presidente Getúlio Vargas e do texto do projeto da Petrobras, notava-se logo uma grande contradição entre ambos. Na mensagem, o Presidente da República denunciava o perigo da participação dos capitais estrangeiros na indústria do petróleo, em face da sua tendência a ‘criar atritos entre os povos e entre governos’. Entretanto, no projeto, deixava a porta aberta à entrada desses capitais com a aceitação de acionistas representados por ‘pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras’ (1970, p. 300)

Dessa forma, reacendia-se o debate iniciado em 1948. Em virtude do desacordo com a proposta inicial do governo Vargas, a Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais, por meio do seu departamento de Estudos Econômicos, sob responsabilidade do professor Washington Peluso Albino de Souza, “elaborou um projeto propondo a estatização de todo processo de exploração e comercialização do petróleo brasileiro através de um documento denominado de “Tese Mineira do Petróleo”” (Coelho, 2009: p. 9). Na IV Reunião Nacional da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realizada no Rio de Janeiro (24,25 e 26 de janeiro de 1952), a proposta mineira foi amplamente debatida. A principal preocupação expressa

pelo documento, além da questão já colocada do monopólio, era com a auto-suficiência do petróleo, tema sobre o qual nenhuma das constituições, desde 1934, dedicou uma alínea sequer. Diferente do projeto de lei 1516, os defensores da Tese Mineira entendiam que a nova empresa a ser criada deveria ser de propriedade da União, Estados e municípios, sem a necessidade de abertura alguma ao capital privado, fosse ele nacional ou estrangeiro.

Embora nem todas as reivindicações dos mineiros tenham sido atendidas, deste processo de mobilização e pressão sobre o Poder Executivo, associado à massificação a campanha “O Petróleo é Nosso”, resultou a proposição e aprovação da Lei 2.004/53:

O monopólio da União para explorar e produzir petróleo, de fato, somente ocorreu com a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), dispôs sobre a política nacional do petróleo e fixou atribuições aos Conselho Nacional do Petróleo (Lima, 2008: p. 4)

E ainda:

O movimento “O Petróleo é Nosso” mobilizou milhões de pessoas país afora, englobando os mais diferentes segmentos de nossa sociedade, dos militares nacionalistas aos comunistas, passando pela importante contribuição dos estudantes. O resultado desta inédita mobilização foi a assinatura da Lei nº 2.004 pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1953, criando a empresa de capital misto Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras S.A.) e outorgando a esta o papel de representar o Estado no cumprimento do monopólio em todos os segmentos do setor. (DIEESE, 2008: p. 17)

Avançando mais na história, apesar do arrefecimento decorrente da Ditadura Militar de 1964, o setor petrolífero continuou sofrendo mudanças na esfera legal. A Carta Militar de 1967 e a Emenda Constitucional nº 9, de 1969, marcaram algumas mudanças significativas no regime de exploração do petróleo. De acordo com Lima, tais medidas restabeleceram “o direito do proprietário de participar dos resultados da lavra e [inovaram] ao estabelecer de forma explícita, em seu art. 169, o monopólio da união na pesquisa e na lavra” (Op. cit., p: 4). Vale ressaltar que as explorações *offshore*³³ da década de 1970, com os chamados contratos de risco, para prestação de serviços, não tinham fundamento legal, segundo a constituição vigente. A constituição de 1988, em seu artigo 176, dispõe sobre a exploração dos recursos minerais de uma maneira geral. No texto constitucional, lê-se claramente que tais reservas pertencem à União, estando a esta garantido o direito de conceder as jazidas a concessionários, que passam à condição de proprietários do resultado da lavra:

³³ O termo se refere à exploração de petróleo em mar; opõe-se a *onshore*, para as operações em terra firme.

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. (Lima, 2008: p. 4)

Mas para o setor petrolífero, há um artigo específico. Trata-se do art. 177. Nele, é reafirmada a nacionalização, estatização e monopólio do petróleo em todo o seu processo, desde as atividades de pesquisa, passado pela exploração, até o refino do produto. Não há sequer uma referência à possibilidade de concessão das atividades a terceiros, sejam grupos nacionais ou estrangeiros (à exceção da distribuição):

Art. 177. Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

§ 1º O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, § 1º. (Ibid. p. 5)

Essa redação, no entanto, sofre, em 9 de novembro de 1995, a partir de uma Emenda Constitucional, alterações significativas. Vejamos:

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:

I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;

II - as condições de contratação;

III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União. (Ibid. p. 6)

Concretamente, a emenda em questão representou o primeiro e fundamental passo para a quebra do monopólio do petróleo. Sem ela, a Lei do Petróleo (9.478/97) seria considerada inconstitucional e, portanto, não seria aprovada.

A Petrobras, desde a sua criação até 1970 (período do famoso Choque do Petróleo³⁴) concentrou suas operações exclusivamente na área de refino, tendo como justificativa para tal

³⁴ “Os Choques do Petróleo podem ser sintetizados em dois fatos. O primeiro ocorreu em 1973 quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), comandada pelos árabes, detinha grande parte da produção mundial de petróleo, promoveu deliberadamente o aumento de preços em virtude da retaliação ao apoio norte-americano e ocidental a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (1973) resultando na vitória israelense sobre os países árabes da região. O segundo ocorreu em 1979 com a desorganização da produção petrolífera iraniana em virtude da emergência de instabilidades políticas que levaram ao poder um

escolha o baixo custo do óleo cru (que podia ser importado a preços muito atraentes e ainda eliminava a necessidade de exportação) e a excessiva e garantida oferta de *commoditie* por parte dos países do Oriente Médio. No entanto, em virtude da crise e da profunda instabilidade na maior região produtora de petróleo do mundo, o Brasil passou a adotar uma política energética alternativa, com o Programa Nacional do Álcool (o pró-álcool); paralelo a essa iniciativa, a Petrobras deu início à exploração das reservas da Bacia de Campos. A tecnologia *offshore* já era utilizada nos Estados Unidos desde o século XIX. Inicialmente, a Petrobras se utilizou de tecnologia importada, adaptada por meio de pesquisas realizadas no primeiro instituto de desenvolvimento tecnológico criado no Brasil, o CENPES (Leopoldo Américo Miguez de Mello Research and Development Center), em 1973.

Essa opção feita pela então estatal deu a ela a condição de se especializar em extração de petróleo em grandes profundidades. A partir de 1986, a Petrobras passou a desenvolver a sua própria tecnologia com o Procap (Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Produção em Águas Profundas). Em 1993, surgiu o Procap 2000 (Programa de Inovação Tecnológica para Sistemas de Exploração em Águas Profundas). Em 2000 (já sob um novo regime, não sendo mais uma estatal comum), a Petrobras desenvolveu o Procap 3000 (Programa Tecnológico da Petrobras em Sistemas de Exploração em Águas Profundas). Esses programas deram à Petrobras a liderança mundial nesse tipo de operação.

Apesar de todo o sucesso tecnológico conquistado pela empresa, sob o pretexto de incrementar o setor, todo o marco legal do petróleo foi alterado, resultando na desnacionalização da Petrobras e na flexibilização do monopólio do petróleo no país, como veremos a seguir. Veremos também como se configuram as propostas de alteração do marco regulatório apresentadas pelo governo Lula em virtude das descobertas do pré-sal.

1.2.3 A Lei 9.478/97 e a iminência de alteração do marco regulatório

Em 6 de agosto de 1997 foi sancionada pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso a Lei nº 9.478, que ficou conhecida com a Lei do Petróleo. “Essa Lei instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás

governo islâmico anti norte-americano, agravado pela Guerra com o Iraque, outro importante produtor mundial, na década de 1980.” (Dalla Costa e Souza-Santos, 2009: p. 8)

Natural e Biocombustíveis (ANP) e dispõe sobre a atual política do setor petrolífero nacional” (Lima, 2008, p. 6). O principal argumento para a proposição e a aprovação da nova legislação era a necessidade de incrementar o setor no Brasil, atraindo, sobretudo, os investimentos estrangeiros. Comparando o conteúdo da Lei do Petróleo com o previsto no artigo 177 na constituição vigente, segundo constatou Lima, percebe-se que a contratação de empresas privadas, prevista na lei magna como mera possibilidade, a partir da aprovação de lei 9.478³⁵, passou a ser obrigatória; ou seja, de opcional, segundo a constituição, passa a ser o modo único de exploração do petróleo, na redação da nova lei.

Outra importante mudança decorrente da Lei do Petróleo foi a descaracterização da Petrobras. A fim de capitalizar a empresa e capacitá-la para competir em condições de igualdade com as empresas privadas, títulos de ações foram colocados à disposição na bolsa de valores. Com o dinheiro arrecadado na venda das ações, a empresa teria condições de investir mais em tecnologia e em suas atividades de pesquisa, garantindo assim uma vantagem competitiva nos leilões de licitação dos blocos para exploração do óleo e do gás natural. Até outubro de 2010, apenas 40 % das ações da Petrobras pertenciam à União e o restante está sob controle de investidores privados, desde pessoas físicas até grandes grupos financeiros; dos 60 % das ações em mãos privadas, aproximadamente 40 % pertence a investidores e grupos estrangeiros. Mas um novo processo de capitalização devolveria à União o controle acionário.

Comparadas a Lei 2.004/53 e a Lei 9.478/97 percebemos disparidades gritantes. Da lei original que criou a maior empresa do setor petrolífero brasileiro e instituiu *in verbis* o monopólio de pesquisa, exploração e extração do petróleo pouco sobrou. A Lei do Petróleo se orienta pela política neoliberal proposta ainda em 1989, pelo Consenso de Washington, baseado nas recomendações do economista John Williamson. Para André Costa, o documento tratava de dez pontos básicos:

disciplina fiscal, reversão nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária de forma a reduzir os impostos e ao mesmo tempo ampliar a base de contribuição, taxas de juros determinadas pelo mercado, liberalização do mercado e reorientação das economias para os setores de exportação, taxa de câmbio fixada pelo mercado e não pelos governos, **suspensão de restrições aos investimentos diretos de capital estrangeiro, privatização de empresas**

³⁵ Em março de 2005, a lei foi submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, para ser julgada a sua constitucionalidade, contestada pelas ADI's 3273 e 3366 (Ações diretas de inconstitucionalidade). Apesar de comprovada a constitucionalidade da Lei do Petróleo, não houve consenso entre os ministros do Supremo (dos dez, sete divergiram das ações, dois acataram e um as julgou procedente parcialmente). Destaque-se que do debate, algumas posições se inclinavam para um discurso nacionalista e outros falavam em nome da livre iniciativa do setor. (Lima, 2009)

públicas, desregulamentação das atividades econômicas e reforço das garantias ao direito de propriedade (2002: p. 67)³⁶

Realmente, o Brasil deu um salto significativo na produção de petróleo desde a sanção da Lei³⁷. No entanto, com a adoção dos chamados contratos de concessão, grande parte das receitas fica sob poder das empresas: cerca de 80% dos lucros advindos das atividades. Isso decorre do fato de que segundo a Lei do Petróleo, ao jorrar do poço, todo o óleo fica sob propriedade do concessionário, não cabendo sequer uma gota ao país³⁸. Independente dos imbróglis político-ideológicos sobre o atual marco regulatório, devemos reconhecer que a Petrobras se transformou numa das maiores empresas do mundo³⁹. E hoje atua em 29 países⁴⁰, dos quais, quatro fazem parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Porém, para que a Petrobras se transformasse na mega-empresa de hoje, o governo brasileiro teve de permitir sua capitalização por meio do mercado de ações. A Petrobras, inclusive, tem suas ações cotadas na Bolsa de Nova Iorque, e não na de São Paulo, apesar de sua sede ser no Brasil. A Lei do Petróleo deu, portanto, à Petrobras um caráter ambíguo: atua como instrumento da política energética nacional e, como empresa semi-privada, tem por obrigação, segundo as regras do mercado financeiro, dar retorno aos investidores que nela apostaram.

Além da desnacionalização da Petrobras, outra mudança importante com a Lei do Petróleo foi o modo de exercício do monopólio sobre o combustível. A Lei do Petróleo reconhece o monopólio da União sobre as jazidas de óleo. Mas isso pouco significa pois esta mesma legislação prevê, necessariamente, a concessão de áreas para a iniciativa privada. De acordo com o texto da Lei 9.478, ainda, depois da prospecção, todo óleo passa a ser de propriedade da concessionária, uma vez que no Brasil vigoram os já quase extintos no restante do mundo

³⁶ Ainda sobre a política neoliberal, adotada em quase todo continente americano, Costa afirma serem os seguintes os objetivos básicos de cada nação: “vencer a inflação e estabilizar a economia; promover a competitividade mediante a liberalização do mercado e a abertura às importações; racionalizar o Estado e reduzir o déficit público” (2002: p. 69)

³⁷ Em 1997, a produção brasileira era de 1 milhão de barris por dia; hoje ela é de 2 milhões. Números da Petrobras em 2008: Valor de Mercado - dezembro/2008 US\$ 96 bilhões; Postos de Abastecimento mais de 8 mil; Empregados - Junho/2009 75.240; Plataformas de Produção 112; Termoelétricas 18; Refinarias 15; Produção Média de Petróleo por dia (em bbl) 1.855; Investimento Planejado - 2009 a 2013 US\$ 174,4 bilhões. (Dalla Costa e Souza-Santos, 2009: p. 11)

³⁸ Além dos tributos, o governo arrecada com os Bônus de Assinatura (espécie de taxa de adesão ao consórcio), Retenção da área (aluguel do bloco ou campo), Royalties (pago em dinheiro de acordo com o volume de produção) e Participação especial (em caso de produção além do esperado)

³⁹ 8ª empresa do mundo em valor de mercado, segundo Ernest & Young; 4ª maior empresa de capital aberto do continente americano. Em 1997, os lucros anuais da empresa chegaram a US\$ 1,373 bilhões; dez anos depois, esses lucros chegaram a mais de US\$ 13 bilhões. Recentemente, um novo salto decorrente de mais um processo de capitalização elevou a Petrobras ao posto de segunda maior empresa do mundo no ramo em valor de mercado.

⁴⁰ Angola, Argentina, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Cuba, Equador, Estado Unidos, Índia, Irã, Japão, Líbia, México, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Senegal, Tanzânia, Turquia, Uruguai e Venezuela.

contratos de concessão. Vejamos quais são, segundo Lima (2008), os tipos básicos de contrato e suas características:

i. Concessão – O Oriente Médio é a região petrolífera com maior tradição nesse tipo de contrato. Apresenta três características básicas: grandes áreas; longo prazo de concessão; o controle da velocidade de produção é do contratado. Esse tipo de contrato é altamente rentável para a concessionária, pois ela pode regular a produção do óleo de acordo com a cotação internacional do barril. Além disso, os pagamentos de royalties não representam um gasto substancial, em virtude do retorno garantido do investimento. Os modernos contratos de concessão são menos nocivos para os países detentores de reservas petrolíferas, mas não deixam de ser absolutamente vantajosos para as concessionárias. A reestruturação do sistema de concessões trata de três questões: “O nível do controle permitido à empresa operadora, a partilha das receitas e o nível de envolvimento da empresa no país” (Lima, 2008, p. 9)

ii. Partilha de produção - Adotado por volta de 1960, na Indonésia, neste contrato, o petróleo é de propriedade do governo. A empresa contratada é paga com uma parte do óleo extraído. Este é o modelo proposto pelo governo e que vem encontrando resistência por parte de representantes das empresas petrolíferas que atuam no Brasil.

iii. Prestação de serviços – Bastante similar ao contrato de partilha, nele o Estado se sobrepõe às empresas, contratando uma ou mais delas mediante um contrato de prestação de serviços, trabalho pelo qual será pago em dinheiro e não em parte da produção.

iv. Joint ventures – tudo é repartido entre Estado e empresas: custos de investimento, riscos assumidos etc. Há duas formas de celebração dos joint ventures, sob a forma de participação e sob a forma contratual: no primeiro, cria-se uma empresa híbrida, sob a qual as partes responderão por cinquenta por cento das ações; no segundo, há um acordo de operação e o Estado leva pequena vantagem.

A natureza destes contratos⁴¹, lembra Lima (2008), deve considerar inúmeros parâmetros como maturidade do setor, regime fiscal, dependência de importação ou exportação, aspectos geológicos, custos, estrutura regulatória, entre outros. O quadro a seguir, elaborado por Lima, ajuda a compreender melhor estes tipos de contrato, considerados os riscos e as recompensas:

⁴¹ Alfredo Ruy Barbosa enumera outros quatro tipos de contrato, mas eles não são mais tão celebrados atualmente; ademais, conforme o autor, independente dos tipos de contrato e de suas diferenças, todos eles guardam entre si, 80 % de semelhança nos seus termos.

↓ Tipo de contrato ↓	Empresa	Governo
<i>Concessão</i>	Todo risco e toda recompensa	Parte da produção
<i>Partilha de produção</i>	Risco exploratório e parte da produção	Parte da produção
<i>Contrato de serviço típico</i>	Nenhum risco	Todo o risco
<i>Joint Venture</i>	Parcela no risco e parte da produção	Parcela no risco e parte da produção

Quadro 1 – Riscos e ganhos nos tipos de contrato de exploração de petróleo

A respeito dos contratos, a proposta do atual governo é de alteração do modelo previsto pela Lei 9.478. A justificativa principal é o aumento significativo das reservas brasileiras com o pré-sal e a qualidade do petróleo lá encontrado. Acena-se uma resistência por parte das empresas petrolíferas, pois isso representaria uma perda de dividendos substancial, mesmo que o negócio ainda continue sendo vantajoso. Todas as áreas já licitadas até a nona rodada da ANP, sob o regime de concessão, terão seus acordos honrados, de modo que a mudança da lei só valerá para as áreas ainda não licitadas⁴².

Além da alteração dos modelos de contrato, o governo pretende ainda garantir para a Petrobras vantagens frente às outras empresas do setor de petróleo. Na proposta de cessão onerosa à empresa semi-estatal, estaria a ela garantida privilégio nas rodadas de licitação, podendo ser exercida o direito de arremate sem leilão. Ainda propõe-se que a Petrobras seja a operadora em todos os blocos de exploração, com participação mínima de 30 %. O discurso do governo é de valorização de uma empresa que, devemos lembrar, apesar de toda a sua grandeza⁴³, não representa mais os interesses do Estado brasileiro somente. Ao levar ao Congresso e ao Senado uma proposta nesses termos, o governo reafirma um compromisso não somente com as contas públicas, mas também com os acionistas, ávidos por lucros, que confiaram recursos ao investirem em ações da empresa.

⁴² 41.739 Km² (28 %) da área do pré-sal já estão concedidas. A Petrobras tem participação (opera com associadas) em 35.739 Km². Entre 1999 e 2007 foram realizadas 9 rodadas de licitações, sendo concedidos mais de 500 blocos para exploração, arrematados por 72 empresas (32 nacionais e 32 estrangeiras); o leilão da nona rodada ocorreu, mas sem 41 blocos, por conta do anúncio por parte da Petrobras sobre Tupi. Com isso, o governo acenou com a sua proposta de mudança do marco regulatório. (DIEESE, 2008)

⁴³ Dez maiores empresas do Brasil em 2009: 1 – Petrobras (energia) – US\$ 92,4 Bilhões; 2 – BR Distribuidora (distribuição) – US\$28,8 Bilhões; 3 – Vale (mineração) – US\$ 15,2 Bilhões; 4 – Volkswagen (automóveis) – US\$ 14,4 Bilhões; 5 – Fiat – (automóveis) – R\$ 11,4 Bilhões; 6 – Ambev (bebidas) – R\$ 11,2 Bilhões; 7 – General Motors (automóveis) – R\$ 10,7 Bilhões; 8 – Shell (Atacado) – US\$ 10,19 Bilhões; 9 – Bunge Alimentos – (Bens de Consumo) – US\$ 10,11 Bilhões; 10 – Carrefour (Varejo) – US\$ 9,9 Bilhões; (Segundo a edição de 2009 da Melhores e Maiores da Revista Exame)

Apesar de colocar em destaque o peso da Petrobras com um projeto de lei dessa natureza, quando propõe a criação de uma nova estatal (trata-se de outro projeto de lei), a Petrosal, o governo de certa forma reconhece que não poderia ser uma empresa como a Petrobras, ambígua, de capital aberto e extremamente sensível às oscilações de mercado, o instrumento mais indicado para a construção da política energética nacional. A Petrosal não seria uma operadora, mas uma espécie de proprietária das novas jazidas do pré-sal e catalisadora dos recursos advindos das concessões e das receitas de exploração delas. A idéia é construir uma empresa enxuta, com quadro funcional reduzido e altamente especializado, voltada apenas para as atividades de gerência dos contratos. A proposta de criação de uma nova estatal tem sido duramente combatida, sobretudo pelos mais neoliberais, que desejam um Estado cada vez mais mínimo e um mercado cada vez mais livre.

O quarto projeto de lei do governo Lula visa a criação de um fundo social de desenvolvimento (Fundo Social). Segundo a proposta, as receitas advindas dos novos contratos celebrados no pré-sal constituiriam uma poupança para investimento em áreas como saúde, educação, moradia, cultura, tecnologia entre outros. Esse também é outro ponto polêmico, pois para alguns, sobretudo os que acusam o governo Lula de ser um governo assistencialista (Bolsa-família, Fome Zero etc), o fundo representaria o gasto irresponsável das receitas. Isso, se olharmos com calma o projeto de lei, não é verdade. De acordo com o texto, os investimentos serão subordinados a LDO (Lei de diretrizes orçamentárias), o que significa que só será gasto o que for permitido na forma de tais leis. Além disso, o fundo teria um objetivo macroeconômico, pois com ele, o país faria investimentos no exterior em negócios que forem atrativos e bastante rentáveis. O governo ainda tem anunciado que o fundo servirá para evitar a “doença holandesa⁴⁴”, muito comum em países detentores de grandes reservas de óleo e gás⁴⁵.

De uma maneira geral, o conjunto das propostas do governo, como o próprio tem anunciado, segue o modelo adotado na Noruega, anos atrás, quando da descoberta de reservas significativas naquele país. Com exceção do projeto que visa o privilégio da Petrobrás, todos os outros são o resultado da receita e experiência norueguesas. Lá vigoram os contratos de partilha; a maior empresa nacional do setor energético é a Statoil (corresponde à Petrobras); a Petoro

⁴⁴ Com a exportação massiva de petróleo, o câmbio se valoriza, diminuindo o grau de competitividade dos outros produtos brasileiros que são importados; dessa forma, a valorização cambial pode ser desastrosa para outros setores da indústria.

⁴⁵ Dos dez maiores fundos soberanos do Mundo, cinco são oriundos do petróleo. Os primeiros países a criar o fundo foram os grandes exportadores de petróleo, com objetivo de investirem parte dos recursos em ativos externos (Carvalho e Tepassê, 2008). Um artigo sobre o tema, escrito pelos pesquisadores do IUPERJ, não cita, na história dos fundos, nenhum que se assemelhe à proposta brasileira.

administra os contratos, tal qual faria por aqui a Petrosal; as receitas foram utilizadas para a criação de um fundo soberano. O governo se utiliza de um discurso que se escora na proposta norueguesa e seu sucesso para fazer aprovar nas instâncias legítimas a sua própria proposta. De fato, os projetos parecem ser bastante semelhantes. Mas as semelhanças param pelo projeto. Para citarmos apenas uma particularidade, a Noruega conta com uma população de aproximadamente quatro milhões de habitantes; só o número de miseráveis brasileiros o supera bastante. A dívida social do Estado com o seu povo é bem maior em terras brasileiras.

Como colocamos no início desta contextualização, o tema do pré-sal e seus desdobramentos está apenas em sua fase embrionária. Amplos setores da sociedade estão se mobilizando para debater o assunto; outros sequer tomaram conhecimento do debate, que promete ser travado não apenas nas casas legislativas e nos gabinetes de parlamentares e representantes do poder executivo; nem tampouco, essa é uma questão meramente técnica, que excluiria os não iniciados. Tal qual na década de 1940, quando grupos nacionalistas saíram em defesa do monopólio estatal do petróleo, hoje um movimento se atíça, inspirado na história e com amplo espectro de mobilização.

1.3 O jogo de interesses: a batalha pelo petróleo brasileiro continua

Em sete de setembro de 2008, por ocasião das comemorações ao Dia de Independência do Brasil, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu pronunciamento à nação disse:

Eu tive o privilégio de ter um vislumbre deste futuro, em pleno mar aberto, na última terça-feira, na costa do Espírito Santo. Vi com os meus olhos e senti nas minhas mãos, na Plataforma P-34 da nossa querida Petrobrás, o petróleo que começou a ser produzido no pré-sal. (Lula, 2008, p. 1)

E no parágrafo seguinte, completou:

O que assisti ali – e faço questão de dividir esta emoção com vocês – foi o início de um dos enlances mais simbólicos da vida deste país. A abertura de uma ponte direta entre riqueza natural e erradicação da pobreza. E fico muito feliz de explicar esta história para vocês, justamente no dia em que a gente comemora a nossa Independência. (Lula, 2008, p. 1)

A respeito destes dois fragmentos, Joseph Campbell, mitólogo, autor do famoso livro *O herói de mil faces* (1995), diria se tratar de um caso clássico de sua teoria do monomito. Para o autor, a trajetória dos heróis costuma seguir um modelo universal, uma espécie de unidade

nuclear, quando para o herói há “um afastamento do mundo, uma penetração em alguma fonte de poder e um retorno que enriquece a vida (1995: p. 40). Ao retornar, ele “traz de sua aventura os meios de regeneração de sua sociedade como um todo” (Ibid. p. 42). Os fragmentos supracitados do discurso de Lula demonstram com clareza as características básicas do herói e da trajetória de que fala Campbell. Lula vai a algum lugar (o mar sempre foi símbolo do desconhecido e do perigo), como verdadeiro argonauta, e de lá retorna com o seu “velocino de ouro negro”. Foi ele quem viu, quem sentiu. E é ele quem vai contar aos seres mortais as dádivas das quais teve notícia.

Mas se o trecho expõe bem o monomito de Campbell, não é bem a figura do herói que nos interessa, mas sim a dádiva que esse herói diz ter descoberto e promete trazer aos comuns. As gigantescas jazidas de petróleo da região do pré-sal brasileiro têm figurado como tema de narrativas tão ou mais maravilhosas que as do presidente da república, carregadas de tom grandiloquente, como se a descoberta fosse uma enorme benesse guardada ao povo brasileiro, uma dádiva de Deus. O mito antigo do novo mundo e suas belezas retorna com toda força nas palavras sobre a descoberta geológica mais importante dos últimos anos. Não é nossa intenção, obviamente, retirar do fato a importância que lhe cabe. Trata-se apenas de conferir ao assunto um tratamento menos festivo e mais científico. Evidente que as novas reservas representam um avanço significativo para o Brasil. No entanto, relativizar a questão não seria má idéia.

Os números relativos ao pré-sal são meramente especulativos. São dados prognósticos. Estima-se com base em características geológicas das rochas-reservatório. As opiniões não são convergentes e parece haver uma queda-de-braço mesmo quando já se tem alguma certeza sobre os volumes das reservas. O caso do campo de Tupi, por exemplo, que está em fase de teste de produção, já foi licitado pela ANP e tem como empresa operadora a Petrobras (65%), é ilustrativo. Pelos dados divulgados pela petrolífera, deve haver só neste campo, conforme já expomos no início desta contextualização, de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo. Mas as parceiras da empresa brasileira, a inglesa BG Group e a portuguesa Galp (com 25% e 10%, respectivamente, de participação no campo) divulgaram dados diferentes e afirmam a possibilidade de que o volume de Tupi alcance sozinho a casa dos 30 bilhões de barris (Folha Online, 2009c). Além disso, acredita-se que, se confirmado o número aproximado de 100 bilhões de barris (Folha Online, 2009c) em toda área do pré-sal, o Brasil ficará entre os dez maiores produtores do mundo. Essa avaliação não é plausível, pois essa escalada de produção não tem a

ver apenas com o volume das reservas de um país. O Iraque, por exemplo, tem a quarta maior reserva do mundo, com aproximadamente 115 bilhões de barris, mas não figura no grupo dos dez maiores produtores. No sentido oposto, Estados Unidos e China, que não estão entre as dez maiores reservas do mundo, ocupam, respectivamente o terceiro e o quinto lugares na cadeia produtiva mundial (Dalla Costa e Souza-Santos, 2009)⁴⁶

A questão envolvendo o tamanho total da reserva do pré-sal ainda promete pegar fogo. Estima-se que em Tupi apenas em 2017 será atingido o pico de produção do campo, o que nos dá então ainda sete anos, desconsiderados os imprevistos, para conhecermos de fato do que aquele campo é capaz. Embora a região do pré-sal tenha ganhado destaque nos últimos dois anos, desde a década de 1970, a Petrobras vinha realizando testes na área, sem obtenção de sucesso. Segundo uma matéria, entre 1970 e 1990, foram realizadas 150 perfurações com 25% de sucesso, dos quais apenas 10 % dos reservatórios eram potencialmente comerciais (Folha Online, 2009b). Ainda de acordo com esse mesmo veículo, a tese de risco zero defendida pelo governo, como pretexto para realizar as alterações que deseja no marco regulatório, vem sendo combatida por um documento intitulado “Risco Zero no pré-sal: fato e ficção”. O documento teria sido elaborado por duas petrolíferas estrangeiras, como forma de pressionar a favor da manutenção do regime de concessão⁴⁷.

Além dessa questão técnica (na verdade, política), nos bastidores outro debate promete ser bastante polêmico. Trata-se da divisão das receitas do petróleo. Acredita-se que o assunto deverá ser tema de projeto de lei distinto dos que estão tramitando nas casas legislativas (Folha Online, 2009a). A proposta com a qual acena o governo é a criação de um fundo de desenvolvimento social (que não deve ser confundido com o Fundo Social), para o qual os recursos seriam destinados e deste realocados nas contas públicas dos Estados e municípios. No modelo atual, para os blocos já licitados até a nona rodada de leilões da ANP, a alíquota dos royalties é de 10%, dos quais 3 pontos percentuais ficam para a União e o restante é dividido entre os Estados e municípios produtores de petróleo. O governo já teria uma proposta encaminhada para o pré-sal, mas deverá enfrentar resistências por parte de alguns de seus aliados, sobretudo do Rio de Janeiro, unidade federativa brasileira com maior volume de produção (Folha Online, 2009a).

⁴⁶ Um aspecto relevante é a relação produção-consumo. Segundo Fonseca (1955: p. 48-49), “a riqueza de qualquer terra mede-se pela energia que ela consome (origem-se do carvão, do petróleo ou da eletricidade) e não pela energia que ela produz”.

⁴⁷ Apesar de nosso esforço, não tivemos acesso ao documento.

Do ponto de vista macroeconômico, devemos levar em consideração inúmeros fatores. Conforme Márcio Garcia (Valor Econômico, 2008), do departamento de economia da PUC-Rio, apesar das descobertas do pré-sal, a economia brasileira deve permanecer dependente da economia mundial. O professor lembra ainda que a exploração das jazidas envolve duas questões centrais: os problemas tecnológicos e o marco regulatório. Os cálculos do banco UBS apontam para a necessidade de 600 bilhões de dólares, somente para a área já conhecida do pré-sal (Tupi, Júpiter e Pão-de-açúcar devem, se confirmadas as estimativas, conter aproximadamente 50 bilhões de barris). O total do PIB brasileiro aplicado em investimentos é de 18% (compreendendo todos os setores e não apenas o de petróleo). Os valores necessários para o pré-sal representariam 45% do produto interno bruto (Veja Online, 2009). Existe a possibilidade de que para o levantamento dos recursos, os gastos públicos sejam redirecionados; assim, o fortalecimento de um setor da cadeia produtiva pode representar o enfraquecimento, e até mesmo a falência, de outro; também é possível que o governo considere o corte no orçamento para os programas sociais. Mas as informações disponíveis apontam para cálculos diferentes, pois segundo a própria Petrobras, o montante de 600 bi seria suficiente para desenvolver as seis áreas já licitadas – Tupi e Iara, Bem-Te-Vi, Carioca e Guará, Júpiter e Caramba – das quais é operadora, em sociedade com outras empresas do ramo. De qualquer forma, os riscos do investimento envolvem incertezas técnicas, a possível inexistência do petróleo, a concentração excessiva de dióxido de carbono, que poderia danificar as instalações, entre outros fatores.

Diante dessa conjuntura, uma queda-de-braço entre o governo e a iniciativa privada vem sendo e deve continuar a ser travada. Representantes das empresas petrolíferas que vêm investindo no Brasil nos últimos anos tem se manifestado negativamente sobre a alteração do marco regulatório do setor. Na época do cancelamento do leilão de alguns blocos do pré-sal, pela nona rodada de licitação, por ocasião das novas descobertas, em 2007, o então presidente do IBP expôs seu descontentamento com a decisão tomada pela ANP. O governo, por sua vez, alega agir em defesa dos interesses e da soberania da nação. O debate, como vimos ao longo desta contextualização, não é novo e remonta um momento histórico do Brasil. Embora algumas vezes se levantem contra a proposta do governo, temerosas a respeito do retorno a um “monopólio do atraso” e procurando associar a imagem de Lula ao que chamam de “populismo autoritário, a la Chávez e Putin” (Veja Online, 2008), longe dos holofotes, um movimento cresce, congregando trabalhadores, estudantes, aposentados, entidades de classe, setores da igreja, parlamentares,

governadores, prefeitos, entre outros. Em novembro de 2007, integrantes dos movimentos sociais e sindicais realizaram a ocupação da sede da ANP, no Rio de Janeiro, para se manifestarem contra a nona rodada de licitações, a mesma da qual foram retirados os 41 blocos do pré-sal. Em março de 2008, foi lançado o Fórum Nacional Contra a Privatização do Petróleo e Gás. Deu-se início, portanto, à Campanha Nacional “O Petróleo Tem que Ser Nosso”⁴⁸, que desde então tem organizado atos, promovido palestras, criado comitês por todo país e emitido inúmeros documentos que vão dando um corpo ao processo de lutas em torno da questão, resgatando o movimento fundado em 1948 “O petróleo é Nosso”.

1.4 A heterogeneidade de um movimento marginal

Não se pode pensar que a Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso seja um movimento que tenha surgido tão recentemente. Trata-se de um desdobramento de um processo histórico de lutas que envolve há anos os petroleiros. Em 1995, por ocasião das alterações na constituição, nas matérias relativas à exploração das reservas minerais, foi deflagrada, no Brasil, uma grande greve da categoria dos petroleiros. Apesar da grande mobilização, uma emenda foi aprovada, abrindo assim a brecha constitucional para que mais tarde, em 1997, o monopólio estatal da exploração, produção e comércio de hidrocarbonetos fosse revisto pela Lei 9478.

Efetivamente, não faremos aqui uma apresentação detalhada de todas as manifestações realizadas pelos petroleiros ao longo dos anos e anos de existência de suas entidades representativas. Até porque o nosso foco não é apreender tão somente a perspectiva de uma única categoria. De fato, a Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso é bastante heterogênea e congrega instituições de tipos muito diversos: setores da igreja, trabalhadores rurais, sindicatos de diferentes categorias, centrais sindicais de orientação variada, movimentos sociais independentes, segmentos inteiros do movimento estudantil entre outros.

Se a semelhança entre esta campanha e a de 1948-53 é evidente do ponto de vista do nome que recebe, também assim o é do ponto de vista de sua constituição. Essa característica do movimento traz pelo menos duas questões importantes que não devem ser desconsideradas: a primeira representa algo de positivo, já que estão reunidos em torno das mesmas bandeiras grupos extremamente heterogêneos e por vezes até mesmo antagônicos, dependendo da matéria;

⁴⁸ Fazem parte desta campanha, além de outras entidades, a Assembléia Popular, Conam, Conlutas, Consulta Popular, CTB, CUT, FNP, FUP, Intersindical, MAB, MST e PCB.

a segunda, como consequência desta primeira, diz respeito ao modo de conciliação das diferenças. Esta preocupação está muito clara na apresentação de Emanuel Cancelli, secretário geral do sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro, feita para o livro *Uma proposta classista para a reestatização da Petrobras*⁴⁹:

Temos que ter consciência de que estamos defendendo a soberania nacional e deixar de lado as diferenças menores para que possamos assim agregar as mesmas forças que compuseram o movimento 'O petróleo é nosso', que juntou trabalhadores, artistas, estudantes, militares, comunistas e conservadores (2009, p. 8)

Sendo assim, os próprios agentes envolvidos se mostram conscientes de que conformam um bloco compósito, sendo este talvez o problema a ser resolvido de imediato. Apesar dessa constatação, tanto de nossa parte, quanto da parte dos integrantes do movimento, é preciso reconhecer que dentro do movimento há um grupo de vanguarda. E este se conformou dentro da categoria dos petroleiros. Isto é perfeitamente compreensível já que toca ainda mais de perto as questões inerentes a este segmento de classe em específico. E mesmo o histórico da campanha demonstra o papel crucial que os petroleiros desempenharam.

1.5 Breve histórico da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

Para esta pequena apresentação dos passos dados pelo movimento até aqui, nos baseamos na própria campanha, que em todos os seus boletins informativos⁵⁰ dedica uma página inteira (às vezes até mesmo duas) para resgatar os seus principais momentos; realizamos também consultas ao sítio virtual www.apn.org.br.

O marco inicial é novembro de 2007, no Rio de Janeiro, precisamente na sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Durante a nona rodada de leilões para concessão de blocos de petróleo, aproximadamente 200 pessoas se manifestaram contrariamente ao pregão, realizando a ocupação da sede. Uma intervenção policial para dispersar a manifestação resultou na prisão de alguns líderes. Nesta mesma rodada, foram retirados os 41 blocos, por recomendação da Petrobras, relativos à região do pré-sal.

Deu-se início a uma série de discussões que resultaram, em março de 2008, na criação do Fórum Nacional Contra a Privatização do Petróleo e Gás. Estiveram presentes mais de 60

⁴⁹ Note-se que o título do livro sintetiza a proposta de uma única frente.

⁵⁰ No capítulo de metodologia faremos uma apresentação mais detalhada dos principais materiais de campanha.

entidades de todo país, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro). Foram deliberados três eixos centrais, em torno dos quais girariam as ações do fórum: impedir a realização dos leilões de áreas consideradas de grande potencial em volume de petróleo e gás; revogar a lei 9478/97, sobretudo no tocante ao monopólio estatal; reivindicar a nacionalização de todo o petróleo e gás brasileiros, inclusive em áreas já concedidas. Ainda naquele mês, a União Nacional dos Estudantes aderiu ao fórum, incluindo o tema em muitas de suas atividades.

No dia 7 de setembro de 2008, durante o tradicional Grito dos Excluídos, foram distribuídos exemplares especiais do jornal Brasil de Fato, cuja preocupação maior era a de nacionalizar o fórum. Nos meses antecedentes, inúmeras panfletagens foram realizadas, sobretudo no Rio de Janeiro, na tentativa de massificação das bandeiras defendidas. Naquele mesmo mês, foi entregue ao presidente Lula um manifesto produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) exigindo a suspensão total e imediata dos leilões da ANP. Na semana de 16 a 19 de setembro daquele mesmo ano, realizou-se um acampamento em frente ao prédio central da Petrobras no Rio de Janeiro (Edise): petroleiros, sem teto e sem terra realizaram uma jornada de lutas por uma “Petrobras 100% estatal e pública”. Atividades de teatro, debates e oficinas marcaram o evento. Ao fim, uma carta foi entregue aos presidentes da Petrobras, do BNDES (cujo prédio fica logo à frente) e da ANP.

Em novembro ainda de 2008, no sindicato dos professores de São Paulo, inúmeras entidades e organizações se reúnem “para começar a organizar uma campanha nacional em defesa do petróleo sob a perspectiva popular” (Informativo da Campanha – edição especial Fórum Social Mundial – nº 3/ano 2 – Jan/2010). Temas como soberania nacional e controle social das riquezas do país norteiam o evento. O marco principal desta plenária é a criação de uma coordenação nacional da campanha do petróleo, reunindo “a esquerda brasileira e mesmo aqueles que não são de esquerda, mas são nacionalistas e rejeitam com veemência a entrega das riquezas do país aos oligopólios do setor” (Ibid. p. 4).

No mês seguinte, por conta da realização da 10ª rodada de leilões, são deflagradas inúmeras manifestações pelo país, como a ocupação do Ministério das Minas e Energia, em Brasília, pelo MST. No Rio, a Petrobras é novamente ocupada, agora pelos petroleiros da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), por estudantes e inúmeras outras organizações sociais. Em 17 de dezembro, em vários pontos do Rio de Janeiro, gigantescas faixas verde-amarelas são estendidas com o dizer “O Petróleo Tem que Ser Nosso”.

Um dia depois, em frente a sede da ANP, vários manifestantes são feridos pela polícia militar e pela guarda municipal do Rio de Janeiro, que tentavam conter os protestos pela realização da 10ª rodada de leilões.

No mês de maio do ano seguinte, uma plenária nacional do movimento ocorre em Guararema, São Paulo, a terceira até então. Nela, chega-se a um consenso a respeito do nome da campanha. Uma série de ações de divulgação da campanha é acordada, como a produção de materiais impressos, panfletos, adesivos, cartilhas de militância e de massas, a organização de cursos de formação, enfim, os instrumentos necessários à mobilização. A inclusão da campanha como ponto de pauta no congresso da UNE, realizado em junho daquele ano, bem como a realização de uma palestra no Clube Militar, Rio de Janeiro – um dos palanques mais importantes da campanha 1948-53 – possibilitam a disseminação do movimento.

O dia 30 de julho marca um dos momentos mais importantes da campanha, com o lançamento, no Cine Odeon, tradicional cinema do Rio de Janeiro, do documentário “O petróleo tem que ser nosso, última fronteira”. Cerca de 800 pessoas estiveram presentes à exibição do documentário. O documentário, que depois se transformaria em material nacional de campanha, sendo exibido em todo o Brasil, foi patrocinado pelo sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro e pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras). Nessa mesma noite, foi lançada também a cartilha de massas do movimento que, em sua primeira edição, teve uma tiragem de 100.000 exemplares, sendo impressas outras 100.000 na segunda edição. “Desde então, a campanha deu um salto na sua capacidade de dialogar com a população” (Informativo da Campanha, 2010, p. 4).

Em agosto, é entregue ao Congresso Nacional e ao Senado Federal o projeto de lei popular criado pelos movimentos sociais que fazem parte da campanha. Este projeto pode ser resumido nas seguintes bandeiras principais: “Fim das rodadas de licitações e retomada dos blocos que já foram leiloados; Monopólio estatal na exploração, desenvolvimento, produção, refino, pesquisa e transporte do petróleo bruto e seus derivados, tendo a Petrobras como executora; Fundo Social Soberano (com controle social) para garantir que os recursos gerados pelo petróleo sejam investidos em políticas públicas voltadas para as necessidades do povo brasileiro (previdência, saúde, meio ambiente, educação, habitação, reforma agrária, trabalho, etc) e no incremento de fontes alternativas de energia renovável e limpa; Petrobras 100 % estatal e pública, garantindo também a reincorporação da Transpetro e da Refap e a incorporação da

Refinaria Riograndense (antiga Ipiranga), da Refinaria de Maginhos (RJ) e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB); Estabelecimento de quarentena de 12 meses para os diretores e gerentes executivos da Petrobras que deixarem a empresa; Mudança do papel da ANP, que deixa de ser reguladora do setor e passa a ter a função de fiscalizar as atividades da indústria nacional de petróleo e gás, sobretudo a distribuição” (Ibid., p. 6).

Desde então, a campanha tem tentado expandir-se por todo o Brasil. Sua meta principal é o recolhimento de assinaturas de apoio ao seu projeto de lei. Para tanto, inúmeras atividades, passeatas, protestos e manifestações tem ocorrido Brasil afora e Brasil adentro. As atividades são muito diversificadas, conforme se pôde perceber durante o carnaval de 2010, no Rio de Janeiro, com o desfile de um bloco da campanha; “arraiais”, por ocasião das festas juninas, também foram organizados; recentemente, foi lançado um concurso nacional de monografias, redações, trabalhos fotográficos, de vídeo, desenho entre outros, com o objetivo de aglutinar forças, sobretudo dos estudantes⁵¹.

Há, inclusive, a possibilidade de se fazer a assinatura virtual do abaixo-assinado em apoio ao projeto de lei popular. No entanto, apesar de todo o esforço realizado pelo movimento, as propostas governistas tem avançado nas pautas de votação das sessões do Congresso Nacional, tendo, inclusive, algumas delas já sido aprovadas. Somente no Senado Federal, o projeto de lei popular já está em andamento. Segue firme também a criação de novos comitês de campanha por todo o país. E os materiais de divulgação nacional mais importantes e utilizados têm sido o documentário e a cartilha.

Nesse brevíssimo histórico, procuramos demonstrar em que pé está a campanha, já que ela ainda não se concluiu e muito provavelmente esta dissertação estará concluída bem antes dela. Gostaríamos apenas de acentuar alguns pontos. Primeiro, o caráter absolutamente heterogêneo do movimento, que congrega frentes muito diversas e até mesmo divergentes; segundo, a reivindicação que a campanha faz de um passado, colocando-se como herdeira de outro movimento histórico; terceiro, o fato de que este movimento se constitui às margens da grande mídia, uma vez que em nosso acompanhamento, não tivemos acesso a qualquer material que lhe fizesse menção; e finalmente, o quarto ponto, o fato de que apesar da marginalidade, dos poucos espaços de intervenção, o movimento tem demonstrado força e condições de crescimento, até

⁵¹ O tema dos dois concursos, um para público universitário e outro para os demais estudantes, é “*Petróleo, para quê e para quem? O futuro do Brasil em nossas mãos*”

quando e quanto, não sabemos... e este é justamente o ponto que mais nos fascina e nos motiva a tomá-lo como objeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA: A PROSPECÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Para pesquisarmos os possíveis dados a serem coletados, nos utilizamos, inicialmente, de meios eletrônicos. Optamos, no levantamento preliminar de informações, pela palavra-chave *pré-sal*. A consulta aos principais sítios de busca disponíveis na rede mundial de computadores nos permitiu contemplar a extensão dos discursos produzidos acerca do tema. Seria impossível listar aqui, evidentemente, todos os tipos de textos que se nos apresentaram.

Eles eram de naturezas as mais distintas, porém com alguma predominância para discursos técnicos, políticos e econômicos. Essa primeira sondagem, apesar de muito ampla e, portanto, genérica, nos permitiu especificar mais ou menos em qual terreno discursivo estávamos prestes a pisar. Sabíamos, dessa forma, que tínhamos diante de nós um tema que envolvia três diferentes campos do conhecimento, cada qual resguardado na sua especificidade.

Inicialmente, ficamos inclinados a ter de decidir sobre qual desses campos iríamos privilegiar. Ou seja, qual recorte seria mais pertinente aos objetivos da pesquisa. Nossa hipótese inicial era de que trabalharíamos mais com o campo político, tendo em vista o nosso interesse em tentar compreender como os movimentos sociais e sindicais vinham se organizando em torno do grande debate que se desenhava em âmbito nacional.

No entanto, tão logo íamos mergulhando nesse grande universo discursivo do pré-sal, sentíamos uma dificuldade, nós diríamos mesmo a impossibilidade, em tentar separar o político do econômico e do tecnológico. Apesar de os documentos privilegiarem este ou aquele campo, não havia, num primeiro levantamento do material disponível, documento que não tocasse em questões dessas três ordens, o que comprovava a sua complexidade.

Essa constatação foi de suma importância, pois a partir dela percebemos o caminho que deveríamos tomar na construção de uma contextualização de pesquisa (c.f. capítulo anterior) capaz de dar conta da complexidade do tema, demandando, portanto, a incursão em textos acadêmicos relativos ao campo da política, da economia e de saberes técnicos. Aliado a isso, some-se a necessidade que sentimos também de situar a questão do petróleo na sua evolução histórica, o que só nos fez confirmar a heterogeneidade do assunto.

De fato, ao longo dos anos, o tema relativo ao petróleo esteve sempre acompanhado de uma preocupação que envolvia os três campos que nosso levantamento inicial nos apresentou. Já

tínhamos dado um passo significativo na delimitação da pesquisa, mas ainda estávamos longe do recorte final. A massa de documentos assim descrita não daria conta de um estudo especificamente discursivo. Da mesma forma, não havíamos decidido o quadro institucional a partir do qual queríamos recuperar os discursos.

2.1 Dos lugares de produção dos discursos

O levantamento de dados realizado na rede mundial de computadores de fato nos retornou um montante de documentos de orientação muito diversa. Notamos, por exemplo, que havia um conjunto muito heterogêneo de páginas pessoais, ou seja, blogs, microblogs, redes sociais em geral, entre outros. Logo definimos que considerar esse tipo de espaço de produção de discursos poderia ser fecundo, já que estávamos interessados em investigar os modos de inscrição da sociedade no debate sobre a pré-sal. Evidentemente, seria necessário escolher e justificar a própria escolha deste ou daquele sítio virtual. Poderíamos ter utilizado, é claro, como critério de recorte uma variável de classe, de idade, de raça, gênero, local de origem, um recorte temporal, área de atuação profissional entre outros.

Se por um lado havia esses sítios particulares de produção discursiva, por outro, exatamente como lugares distintos, identificamos os espaços institucionais de dizer⁵². Toda sorte de instituições estavam se posicionando a respeito dos novos campos descobertos na região do pré-sal. Muitas delas ligadas ao setor produtivo, como por exemplo o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) que congrega várias empresas ligadas aos serviços de exploração, produção, transporte e comercialização de petróleo e de seus derivados. Outros órgãos ligados ao governo, como a Agência Nacional do Petróleo e Gás (ANP), também se manifestavam diante do novo fato.

A própria Petrobras, a partir de suas secretarias técnicas e de comunicação, fazia circular um considerável número de textos sobre o pré-sal. Algumas entidades de classe, como o sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro e a Federação Única dos petroleiros também ocupavam lugar de destaque. A grande mídia, através dos grupos de comunicação, também estava inserida nesse grande universo discursivo. Seria tolice, até porque, para nós, inviável, relacionar todas as instituições.

⁵² Pode-se vislumbrar na fala de um indivíduo o eco de uma determinada instituição, mas isso diz respeito a uma etapa posterior de análise. Aqui, a oposição que propomos é puramente metodológica.

De fato, haveria a possibilidade de construir uma pesquisa que caminhasse tanto por essa quanto por aquela via, cujos resultados talvez fossem bastante produtivos para se compreender os sentidos que estavam sendo construídos a partir das descobertas de petróleo.

Apesar de considerarmos a possibilidade e acreditarmos na viabilidade de um estudo de discursos produzidos em sítios particulares, identificamos algumas peculiaridades deste tipo de material que para nós poderiam constituir em desvantagens.

O primeiro dizia respeito à regularidade da produção dos textos. Por se tratarem de sítios pessoais, para os quais não há qualquer determinação ou obrigatoriedade de publicação periódica, talvez pudesse se produzir uma discrepância significativa entre os possíveis sítios escolhidos para análise e os respectivos textos.

E segundo, a questão da representatividade; não estávamos absolutamente seguros de que ao escolher esses espaços de produção discursiva estaríamos contemplando o que pretendíamos ser uma visão de conjunto. Estes dois argumentos, obviamente, não invalidam uma pesquisa que articule espaços individualizados de circulação dos discursos, mesmo porque estes seriam determinados pelo primado do interdiscurso, que permitiria ao analista enxergar para além da superfície dos enunciados produzidos as alteridades constitutivas que dessem conta pelo menos da questão da representatividade.

É lógico que como consequência dessas considerações, nos aproximamos mais dos espaços institucionais. Estes compreendiam exatamente o oposto dos dois itens que arrolamos no parágrafo anterior⁵³. Dificilmente não haveria a preocupação com a regularidade de produção de discursos, já que uma das principais formas de existência das instituições é a sua produção discursiva.

Igualmente, a questão da representatividade estaria resolvida já que as instituições são justamente representativas, no sentido de que figuram como uma imagem identitária das coletividades. Havíamos, portanto, definido pelo menos que estávamos interessados num determinado tipo de espaço de produção discursiva, o espaço institucional.

2.2 Compreendendo um campo discursivo

⁵³ Mais uma vez, não estamos aqui sugerindo que a relação entre espaços individualizados e espaços coletivo-institucionais devam ser compreendidos como duas extremidades as quais não se tocam; trata-se, no nosso caso, apenas de uma questão pontual de definição dos caminhos de pesquisa.

Passamos então a observar com mais atenção os sítios virtuais relativos a alguns espaços institucionais. Embora o passo que demos tivesse sido importante, ainda não tínhamos precisamente delimitado o nosso corpus. Sequer estávamos próximo disso. Mesmo desconsiderados os sítios pessoais, ainda havia muitos e variados tipos de instituições que estavam produzindo discursos sobre o pré-sal. Algumas instituições estavam ligadas ao setor produtivo, outras às categorias profissionais; havia também algumas outras que não se ligavam diretamente com a questão do petróleo mas que produziam os seus discursos; revistas de grande circulação, jornais, entre outros, também figuravam entre os prováveis lugares para coleta de dados. As possibilidades eram ainda enormes, ainda caminhávamos sobre um terreno extenso demais.

Era preciso realizar mais uma triagem, esta também, como no caso da seção anterior, podendo se dar nas mais distintas direções. Poderíamos ter optado por considerar espaços em sua especificidade. Por exemplo, investigar a posição das empresas produtoras de petróleo, bem como de outras ligadas ao ramo seja em qualquer uma das suas atividades fundamentais. Igualmente possível seria uma investida sobre os sítios dos órgãos oficiais do governo. Poderíamos nos interessar pelos textos produzidos na grande mídia. Ou então, aqueles que manifestassem a visão das entidades de classe em geral.

Para cada uma dessas possibilidades pensamos nas vantagens e desvantagens. Para o caso das empresas do setor do petróleo, a vantagem seria tentar compreender sobre o destino do mercado no país, já que elas compreendiam os grandes investidores, a linha de frente para a exploração dos novos campos. No entanto, logo nas primeiras leituras dos textos disponíveis nos sítios virtuais, identificamos haver apenas documentos técnicos: notas, balancetes, anuários, relatórios de mercado, projeções financeiras etc. De fato, em nenhum desses textos havia uma problematização do tema do pré-sal. Parecia haver uma preocupação em não polemizar a questão.

Quanto aos órgãos oficiais do governo, enxergamos um quadro mais ou menos parecido com o que relatamos no parágrafo anterior. A vantagem era também mais ou menos a mesma. A polêmica, da mesma forma, passava longe. Nosso principal canal de busca foi o sítio da ANP, cujos dados se relacionavam quase que em sua totalidade ao mercado de exploração e produção; aos números da indústria, informações técnicas sobre os blocos de petróleo a serem leiloados, assim como a relação dos que já haviam sido leiloados; documentos relativos à regulamentação do setor etc. De uma maneira geral, eram dados “frios”.

Sobre estas duas primeiras fontes, é necessário abrir um parêntese. Não é de praxe a divulgação pública de muitos documentos, haja vista que este setor, o da indústria do petróleo, é extremamente estratégico. Daí o imenso cuidado com o sigilo de inúmeras informações, o que torna o espaço de produção de discursos que lhes é característico um lugar investido de imensas restrições.

Da parte da grande mídia, o problema era de outra natureza: a diversidade de textos colocados em circulação. Essa diversidade, ao mesmo tempo em que constituía uma enorme vantagem, em virtude da riqueza de posições, também poderia oferecer dificuldades. Se enveredássemos por esse caminho, seria necessário considerarmos outras variáveis e talvez até retornarmos a uma questão parecida com a que já esclarecemos: textos pessoais ou institucionais? Além disso, de que tipo de mídia nos utilizaríamos? A questão do gênero do discurso também deveria ser considerada, se escolhêssemos trabalhar por exemplo com jornais ou revistas⁵⁴. Haveria ainda a necessidade de se pensar a orientação ideológica dos possíveis canais a serem investigados.

No que toca as entidades de classe, teríamos a vantagem de investigar uma das partes que sofrem as maiores opressões em todos os processos de transformação histórica. Seria uma escolha interessante, mas havia também suas dificuldades. Que categoria ou categorias deveríamos privilegiar? Ou ainda, considerando que os trabalhadores se organizam em diferentes formas de entidades, qual delas privilegiar? Essas eram ainda questões a serem respondidas.

2.3 O foco da pesquisa: em busca de um espaço discursivo

Apesar de não termos definido exatamente qual seria o nosso recorte institucional, a etapa de que acabamos de falar foi fundamental porque a partir dela pudemos elucidar pelo menos alguns caminhos. A essa altura, já tínhamos uma ideia de tipos de textos dos quais estávamos prestes a nos aproximar. A pesquisa em sítios virtuais foi muito importante porque permitiu-nos realizar algumas escolhas assim como criar algumas expectativas com relação ao andamento do levantamento de dados. Conforme ficou colocado na seção anterior, investimos sobre quatro frentes, observando nelas aquilo que nos chamava a atenção.

⁵⁴ É claro que todo trabalho que se oriente por uma perspectiva discursiva deverá considerar em algum grau a questão dos gêneros do discurso; mas aqui falamos muito mais do ponto de vista metodológico, ou seja, das escolhas relacionadas à delimitação do corpus, e não do ponto de vista analítico.

Logo percebemos que, apesar de ter de realizar um recorte mais específico, nós não poderíamos negligenciar totalmente todas as quatro possibilidades. Era preciso verificar de que maneira cada uma delas contribuiria para a nossa pesquisa. Se já tivéssemos uma pergunta de pesquisa claramente definida, talvez o caminho estaria facilitado, mas ao contrário, não sabíamos exatamente o que nos chamaria a atenção no material empírico de análise.

Esse aparente impasse se mostrou produtivo pois possibilitou-nos convergir dados de naturezas distintas em diversos momentos de nossa pesquisa. No entanto, devemos reconhecer uma predileção pela perspectiva dos movimentos sociais que surgiu no processo de levantamento de dados, pois percebíamos, à medida que íamos avançando em nosso trabalho de sondagem, que havia grupos se constituindo para debater a questão do pré-sal. De fato, uma massa de documentos muito interessantes ia se constituindo a nossa frente.

Nossa atenção se redobrou sobretudo quando tomamos conhecimento da existência de uma campanha em andamento. O seu nome era bastante sugestivo e constituía mais um chamariz. Tratava-se da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso. Evidentemente, tão logo nos deparamos com o slogan da campanha, fomos remetidos à campanha de meados do século passado e da qual já tínhamos um conhecimento; conhecimento este que tivemos a oportunidade de aprimorar, em virtude do trabalho de contextualização de pesquisa, no qual abordamos talvez satisfatoriamente a questão. Percebemos, assim, que de algum modo estávamos agora mais próximos daquilo que se tornaria, mais tarde, o nosso foco de pesquisa.

Contudo, havia um problema: não conseguimos encontrar um sítio virtual específico da campanha. Havia sim duas páginas com conteúdos significativos e que depois acabariam por se tornar uma das nossas fontes privilegiadas de coleta de dados secundários: o presal.org.br e o apn.org.br.

Descobrimos ainda outros domínios virtuais que se ocupavam da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso, mas de fato, os dois aos quais nos referimos eram os principais canais de divulgação da campanha, disponibilizando ao público um conjunto variado de materiais, tais como notas técnicas, deliberações de plenárias da campanha, artigos científicos sobre a questão do petróleo de diversos pontos de vista entre outros..

Pela representatividade da campanha, que, como vimos, congregava muitas instituições de classe e diversas entidades de categorias de trabalhadores muito diversas, assim como setores da igreja, políticos de direita e de esquerda, estudantes e ativistas políticos, acreditamos que este

seria um caminho interessante para compreender a questão do pré-sal. Além disso, diferente das outras fontes das quais falamos, havia uma polêmica instaurada. Note-se que o slogan remontava um período de grande efervescência política no Brasil e, pela sua própria constituição, permitia-nos investigar uma visão de conjunto tal qual nos referimos algumas páginas atrás. Estaríamos, assim, no nível de um subconjunto do campo discursivo, ou seja, o espaço discursivo, “constituído de pelo menos dois posicionamentos discursivos mantendo relações particularmente fortes” (Maingueneau, 1998, p.20).

2.4 O trabalho de campo como confirmação de uma hipótese

Mas antes de decidirmos pelo enfoque na campanha, consideramos fundamental um último movimento. O nosso próximo passo foi realizar uma pesquisa de campo. Aproveitamo-nos do fato de muitas das sedes de várias instituições às quais temos nos referido se localizarem na cidade do Rio de Janeiro, o que facilitaria em muito o nosso acesso direto a elas. Decidimos, portanto, realizar algumas visitas a quatro instituições: à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), à sede da Petrobras, à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e ao Sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ). A proximidade dos endereços destas instituições também representou um fator de extrema relevância.

Essas visitas foram fundamentais para a definição de qual seria de fato a instituição (na verdade, as instituições, conforme a composição do movimento) sobre a qual iríamos investir. Nossa ida à ANP não foi bem sucedida. A agência não se constitui num espaço de visitação, restringindo bastante o acesso a suas dependências. Não conseguimos sequer conversar com algum funcionário responsável pelo departamento de relações externas ou da sua secretaria de comunicação social.

Na Petrobras, a nossa visita não foi muito diferente da que fizemos à ANP. Também não tivemos acesso a muitas informações. Pudemos somente visitar um espaço de exposição permanente chamado Espaço Conhecer, localizado no Hall, no qual podem ser vistas algumas maquetes, bem como acessar um serviço de intranet com informações superficiais sobre a indústria do petróleo. Retiramos alguns folhetos explicativos que no máximo nos serviram para as questões mais técnicas.

Quanto às entidades de classe, o retorno foi absolutamente distinto. É bem verdade que não nas duas às quais nos dispusemos a visitar. No escritório da Federação Única dos Petroleiros não conseguimos muitos materiais. Foi-nos possível recuperar, mais precisamente, um livreto que continha informações sobre a descoberta do pré-sal e algumas propostas de utilização dos lucros advindos da sua exploração. Retornamos lá ainda mais duas vezes, na tentativa de conseguir um material que nos havia sido prometido, mas que jamais conseguimos obter.

Com relação à Petrobras e à ANP, já desconfiávamos de que não teríamos muito sucesso. Os materiais disponíveis dos sítios virtuais nos serviram de parâmetro. Contudo, devemos confessar, decepcionou-nos um pouco constatar que a FUP nos retornaria tão pouco.

Mas a visita a qual aguardávamos fazer com maior expectativa, uma vez que já havíamos identificado toda uma mobilização em andamento, foi a que realizamos ao sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro. No mesmo prédio do sindicato funcionava também a APN (Agência Petroleira de Notícias), a rádio responsável pela divulgação do sindicato e em cujo sítio (apn.org.br) encontraríamos, como já dissemos, um de nossos canais privilegiados de acesso às informações da Campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso.

Havíamos chegado enfim ao espaço institucional a ser privilegiado em nossa pesquisa.

2.5 Dos documentos encontrados: uma estante no meio do caminho

O comitê central da Campanha Nacional O petróleo Tem que Ser Nosso, no estado do Rio de Janeiro, fica Sindipetro-RJ. Logo à entrada do prédio do sindicato, topamos com uma estante onde era deixada à disposição do público uma variedade de publicações. Deparamo-nos, assim, desde os primeiros passos dados nas dependências do sindicato com diversos documentos, muitos dos quais se referindo à campanha. Nem todos os documentos eram assinados pelo sindicato ou pelo comitê operativo da campanha.

Havia, nessa estante, publicações de diversas entidades: outros sindicatos, associações de bairro, centrais sindicais entre outros. Tivemos o nosso primeiro gesto de coleta de material *in loco* a partir dessa estante. No corredor que se estendia até as escadas que davam acesso aos andares superiores, inúmeros murais faziam circular os mais diversos discursos. O próximo quadro mostra algumas dessas publicações:

Entidades	Tipo de publicação	Nome	Tipo de referência
Associação de Moradores do Morro do Estado – Niterói/RJ	Jornal	A voz do morro do estado	Icônica
Federação Única do Petroleiros	Boletim ed. 923	PrimeiraMão	Matéria
Federação Única do Petroleiros	Boletim ed. 925	PrimeiraMão	Matéria
Federação Única do Petroleiros	Boletim ed. 934	PrimeiraMão	Matéria
Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Jornal	-	Matéria
Federação Nacional dos Petroleiros – Caxias/RJ	Boletim	União dos Petroleiros	Nenhuma
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região	Jornal	Jornal do Professor	Nenhuma
Sindipetro-RJ	Boletim	Surgente	Chamada para plenária
Associação para o Desenvolvimento do Comércio Ambulante do Rio de Janeiro	Jornal	Jornal do ambulante	Editorial e matéria
Frente Internacionalista dos Sem-teto	Jornal	Jornal da FIST	Matéria
Fórum Virtual de Discussão	Jornal	Painel: a voz da maturidade: “Nossas vozes serão ouvidas!”	Matéria
União Nacional dos Estudantes	Panfleto	-	-
ONG Sentinela Ambiental	Jornal	A Sentinela Ambiental	Matéria
Sindipetro-NF	Jornal	Nascente	Matéria
Associação de Moradores e Amigos de Botafogo	Jornal	O Manequinho	Matéria

Quadro 2 – Relação de publicações coletadas *in loco*

Dentre os materiais que encontramos disponíveis na estante, um em especial nos chamou a atenção. Folheamos rapidamente o material até nos darmos conta de que se tratava da cartilha

da campanha. Um folheto cuja capa trazia o slogan da campanha em destaque, na parte superior. Completava o conjunto a imagem de uma torre de exploração de petróleo da qual jorravam gordas gotas, nas quais apareciam inscritos alguns dizeres relativos às exigências do movimento. Registre-se que não identificamos, tão rapidamente assim, o gênero do discurso com o qual estávamos lidando. Só nos foi de fato possível identificar a sua natureza genérica graças ao próprio material, que assim se intitulava.

“Esta cartilha é uma publicação da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso, editada sob responsabilidade do Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás/Sindipetro-RJ”

Em relação aos outros materiais coletados na estante, a cartilha constituía uma exceção. Todos os documentos eram jornais, panfletos ou boletins (havia inclusive um da própria campanha). Além disso, a cartilha (assim como o boletim o qual acabamos de mencionar) era uma publicação oficial da campanha, ao passo que os outros materiais apenas a esta faziam referência. Topar com esta estante no meio do caminho foi fundamental, porque pudemos constatar que havia todo um esforço “discursivo” que ajudava a construir a campanha. Até então, esforço este materializado em dois tipos de documentos: alusivos (que faziam referência à campanha) e originais (que constituíam parte direta da campanha).

Nesta primeira visita fomos recebidos pela assessora de imprensa do SINDIPETRO-RJ e da Agência Petroleira de Notícias. Numa conversa rápida e informal, pudemos saber mais sobre o andamento da campanha, bem como as informações básicas a respeito das suas formas de organização. Recebemos ainda uma cópia em DVD do documentário O Petróleo Tem que Ser Nosso: última fronteira e uma cópia de sete programas transmitidos pelo rádio, sob responsabilidade da Radioagência NP. Recebemos autorização (na verdade fomos convidados) para participarmos das plenárias estaduais, que aconteciam mensalmente nas dependências do próprio sindicato, nas quais se realizava o balanço da campanha e se projetavam novas ações.

A acolhida que tivemos nos lugares que nos dispusemos a visitar, a constatação de que a Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso possuía uma estrutura de organização bem definida, a descoberta de cinco materiais fundamentais desta mesma campanha (a cartilha, o boletim informativo, panfletos, o documentário e os programas de rádio) foram determinantes para que chegássemos a uma definição quanto ao foco que nossa pesquisa sobre o pré-sal ia

tomar⁵⁵. Desde então, passamos a freqüentar, com alguma regularidade, as plenárias estaduais da campanha, tendo a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento da mesma.

Por meio dos canais virtuais, passamos a consultar e investigar outros documentos, sobretudo aqueles disponíveis no sítio *persal.org.br*. Os documentos lá encontrados nos serviram de bússola em muitos momentos de nossa pesquisa. A partir do sítio da APN nos mantivemos informados a respeito da campanha. Mas estes, apesar da sua importância, eram passos alternativos e auxiliares, na tarefa de considerar mais de perto a cartilha da campanha.

2.6 Por que a cartilha?

De fato, será necessário justificar a escolha da cartilha como objeto empírico de análise. Conforme já colocamos, este não era o único material ao qual tivemos acesso. Dessa forma, seria possível realizar escolhas bem diferentes. Poderíamos considerar o que chamamos de documentos alusivos. Esta via nos daria uma ideia da maneira como a campanha estava sendo construída numa perspectiva bastante distinta. Optamos, no entanto, pela seleção de um material dito original. Consideramos mais conveniente trabalharmos com um material já consolidado como um dos principais da campanha. Um outro fator que na nossa opinião, se não inviabilizava, no mínimo dificultava bastante, com relação aos materiais alusivos, era a inconstância de circulação desses materiais. Muitos deles chegavam ali pelas mãos de quem visitava as dependências do sindicato; outros materiais nós os conseguimos durante algumas das plenárias estaduais da campanha às quais estivemos presentes.

Com relação aos outros materiais ditos oficiais da campanha, acreditamos que a cartilha conferia algumas vantagens significativas. Para que contemplássemos os boletins informativos, por exemplo, seria necessário uma metodologia de coleta de materiais muitíssimo trabalhosa. Nós tentamos, ainda, ter acesso aos materiais anteriores ao nosso contato com os organizadores da campanha, sem no entanto obtermos sucesso. Não houve a preocupação dos organizadores em construir um arquivo. E apesar dos nossos apelos, não conseguimos sequer as versões digitais que haviam sido remetidas às gráficas para impressão. Além disso, a irregularidade da impressão do material representava um novo entrave. Podia ainda ocorrer, como de fato ocorreu, dos boletins se esgotarem antes que a eles tivéssemos acesso. A questão da tiragem também podia se tornar

⁵⁵ Ao longo do acompanhamento que fizemos da campanha, outros materiais foram surgindo, como, por exemplo, um gibi.

um empecilho. A edição número zero, por exemplo, saiu com 10 mil exemplares; já a edição número 3, teve 60 mil⁵⁶ exemplares rodados; a seguinte, 20 mil. Havia ainda edições com quatro páginas e outras com seis em formato tablóide e um em formato jornal tradicional. Apesar de considerarmos os boletins nas nossas reflexões, não os elegemos como objeto empírico de análise.

Os panfletos pelo seu caráter esporádico também não nos soou a melhor escolha. Seria igualmente complicado recuperar estes materiais. O documentário, apesar de muito interessante, haja vista as diferentes posições que ele permitiria observar, seria um desafio talvez grande demais para o curto tempo de que dispõe um pesquisador para sua dissertação de mestrado⁵⁷. A transcrição levaria tempo; e mesmo à transcrição, necessitaríamos de um conhecimento específico sobre este tipo de trabalho ou no mínimo de uma assessoria.

Sendo assim, elegemos a cartilha como o nosso material empírico de análise. Pesou a seu favor o fato de ter sido, por exemplo, o primeiro em âmbito nacional. Em duas plenárias nacionais do movimento, realizadas em março e maio de 2009⁵⁸, constam das deliberações a proposta consensuada de confecção de uma cartilha de massas. Uma questão de gênero influenciou enormemente na escolha. Esse tipo *sui generis* de enunciado relativamente estável que se nos coloca desde um primeiro contato com questões para nós interessantes.

1. a dissimetria radical que lhe é constitutiva, abrindo um fosso entre o enunciador e o co-enunciador, fosso este cuja profundidade deve ser a todo tempo minimizada;
2. a validade de um documento dessa natureza para um grande movimento, de proporções nacionais, fazendo convergir todas as diferenças (ou pelo menos com este desafio colocado);
3. o papel que uma cartilha cumpre na organização de um grande contingente, servindo-lhe de bússola;
4. e a estabilidade do material, já publicado e posto em circulação, diferente dos outros materiais, sobretudo os boletins e os panfletos, alguns já rodados e muitos outros ainda por rodar.

⁵⁶ O que justifica uma tiragem maior para esse número é o fato de ter sido uma edição especial, trilingue, rodada para circular durante o Fórum Social Mundial 2010.

⁵⁷ Sobre a questão da diversidade de posições, note-se que, no referido documentário, predominam os depoimentos de inúmeros políticos, de partidos os mais diferentes, figuras públicas como atores, músicos entre outros.

⁵⁸ Deliberações da II plenária nacional do fórum "o petróleo tem que ser nosso" e Deliberações da III plenária do fórum "o petróleo tem que ser nosso" (www.presal.org.br)

2.7 Descrevendo objetivamente a cartilha

Pretendíamos, em princípio, para orientar a própria redação da dissertação, realizar uma descrição da cartilha. Ou seja, apresentar características objetivas do material, a fim de tornar mais claro o seu modo de composição. Um dos objetivos era possibilitar uma nomenclatura que não permitisse desentendimentos na leitura e na referência às partes que compõem o material. O outro, de ordem menos pragmática, era construir uma perspectiva, digamos, panorâmica da cartilha, a fim de situar os diversos elementos semióticos que a compõem.

Devemos salientar de antemão que face às normatizações que tomamos por base para realizar a dita descrição, a cartilha pode ser considerada uma publicação *sui generis*. A Associação Brasileira de Normas Técnicas, a partir de sua NBR 6029 *, sugere a editores, autores e usuários, normas para padronização de livros e folhetos. Trata-se de uma sugestão, porque o documento não possui caráter normativo obrigatório.

Apesar disso, pudemos constatar, realizando uma grosseira comparação de cinco publicações escolhidas a esmo que constam da bibliografia desta mesma dissertação, que as editoras seguem certo padrão da editoração e diagramação de seus produtos. Isso comprova que a despeito da facultatividade da NBR 6029, dá-se bastante importância ao que nela está previsto. Segundo o próprio documento, o seu objetivo é estabelecer “princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro e o folheto”(ABNT, 2002, p. 1). A NBR assim define livro e folheto:

- Livro – Publicação não periódica acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISBN)
- Folheto – Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISBN)

A distinção entre livro e folheto, conforme podemos observar, é de caráter apenas quantitativo, ou seja, segundo variação no número de páginas. Grosso modo, livro é um folheto de maiores dimensões da mesma forma que folheto pode ser considerado um livro de menores dimensões. Considerando a maneira como a ABNT defini livros e folhetos, nosso material se

enquadraria na categoria dos folhetos. São 20 páginas no total, excluídas as capas. Além dessa primeira distinção, o documento da ABNT também definiu uma estrutura sugerida para apresentação de livros e folhetos, constituída de **parte externa** e de **parte interna**, nesta compreendendo elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Na parte externa, teríamos os seguintes elementos: sobrecapa*, capa(s), folha de guarda, lombada, goteira e orelhas*. Na parte interna, como elementos pré-textuais, teríamos a falsa folha de rosto, folha de rosto, dedicatórias*, agradecimentos*, epígrafe*, lista de ilustrações*, lista de abreviaturas e siglas*, lista de símbolos*, errata, sumário e prefácio; já os textuais seriam introdução, desenvolvimento e conclusão; e por fim, os pós-textuais se dividiriam em posfácio*, referências, glossário*, apêndices*, anexos*, índice* e colofão⁵⁹.

Não convém aqui, obviamente, uma apresentação minuciosa de cada um desses elementos tais quais são definidos pela NBR 6029. Além de exaustiva, seria desnecessária. A economia que fazemos ao não considerarmos tais definições é menos uma questão de escolha do que a coerção da própria cartilha. “Arredia”, ela não se deixa enquadrar nos padrões estabelecidos, em quase nenhum dos seus aspectos, constituindo-se, como dissemos acima, num material *sui generis*.

Sendo assim, da leitura que realizamos do documento da ABNT, decidimos nos apropriar somente de algumas nomenclaturas, fazendo as adaptações que julgarmos necessárias, a fim de delimitar melhor as coordenadas do material quando qualquer referência na análise for pertinente. Não deixaremos, evidentemente, de cotejar, porém apenas de maneira superficial, a cartilha e as definições da ABNT⁶⁰.

Conforme colocamos, do ponto de vista quantitativo, a cartilha se enquadra na categoria dos folhetos, face ao número reduzido de páginas que apresenta. Ressalve-se que caso seguissemos estritamente o determinado pela norma, nem mesmo de um folheto se trataria, já que a ela falta o Número Internacional Normalizado (ISBN). Não estamos, é claro, apontando qualquer problema ou defeito na maneira como o material foi organizado, sugerindo desrespeito ou desvio, mas apenas tentando deixar evidente a originalidade a ele inerente. Vejamos, enfim, como se estrutura, superficialmente a cartilha:

- Capa(s)
- Vinte páginas, no total;

⁵⁹ Os elementos seguidos de asterisco são opcionais.

⁶⁰ De fato, a seleção dos elementos pertinentes à cartilha se orientou pelo que eles significam dentro dos padrões da norma, mas isso não funcionou para nossas considerações como camisa-de-força.

- a) Três páginas pré-textuais
- b) Dezessete páginas textuais, com linguagem heterogênea, mesclando texto e imagem⁶¹; temos a seguinte divisão: contendo apenas texto (9); contendo apenas imagem (1); contendo imagem e texto (7);

- Divisão em capítulos, mas sem discriminação a partir de títulos, que estão assim divididos em número de páginas:

- a) Introdução (2)
- b) Capítulo I (1)
- c) Capítulo II (5)
- d) Capítulo III (2)
- e) Capítulo IV (2)
- f) Capítulo V (5)

A partir de agora, podemos abordar, em linhas gerais, cada uma dessas partes da estrutura.

I. Capa(s) – Compreende o revestimento externo do livro ou folheto; distinguem-se a primeira e a quarta capas (faces externas) e a segunda e terceira capas (faces internas, correspondentes, respectivamente, ao verso da primeira e quarta capas). Levando em conta as especificações da ABNT, todas as capas da cartilha fogem ao padrão. De acordo com a NBR 6029, na primeira capa devem constar: nome(s) do(s) autor(es); título e subtítulo (se houver) da publicação, por extenso; indicação de edição; local (cidade); editora e/ou logomarca; ano de publicação⁶². Na quarta capa devem ser impressos: resumo do conteúdo; ISBN; ano de publicação⁶³. A segunda e terceira capas devem permanecer em branco. A primeira capa da cartilha não apresenta nenhum desses itens especificados pela ABNT. O mesmo acontece com a

⁶¹ Dominique Maingueneau (1997) entende texto num sentido bem mais amplo, incluindo aí até mesmo as imagens; nós, pelo menos nesta descrição, para evitar confusões, faremos distinção entre texto e imagem segundo critério clássico, sendo o primeiro uma manifestação da linguagem verbal e o segundo da linguagem não verbal.

⁶² As cinco obras que observamos, conforme afirmamos acima, não seguem este padrão; apresentam somente o título, o(s) autor(es) e a(s) editora(s).

⁶³ Verificamos que na quarta capa, a exemplo da primeira (cf. nota anterior), nem todos os elementos especificados apareciam; além disso apresentavam variação de livro para livro.

quarta, com a segunda e com a terceira. Em acordo com a norma, apenas o fato de servirem de revestimento externo. Por isso, convencionaremos chamá-las de *falsas capas*.

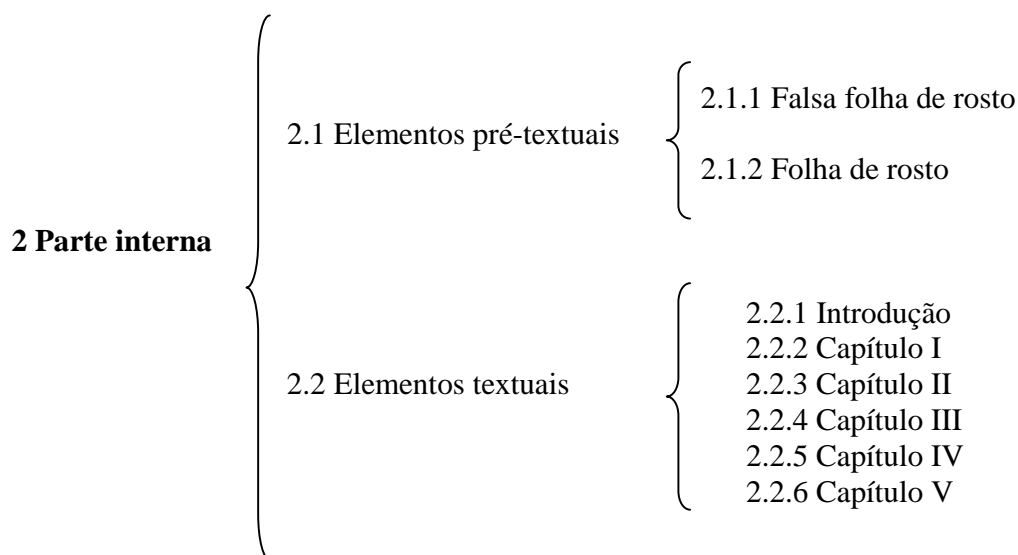
II. Páginas pré-textuais – A originalidade, ou melhor, a particularidade editorial da cartilha não se resume às suas capas (falsas capas). Na verdade, chamar as páginas que ora consideramos de pré-textuais obedeceu a um critério bastante raso, mas pertinente. De acordo com a NBR 6029, tais páginas se caracterizam, dentre outras coisas, por não apresentarem os fólhos, mais conhecidos como numeração de páginas; além disso, elas “antecedem o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do livro ou folheto” (NBR 6029, 2002: p. 6). Em virtude das especificidades da cartilha, não faremos quaisquer considerações à luz da NBR 6029; apenas nos apropriaremos das nomenclaturas. A página subsequente à segunda falsa capa chamaremos de *falsa folha de rosto* (possui anverso e verso) e a seguinte de *folha de rosto* (possui apenas anverso)⁶⁴.

III. Páginas textuais – estas não apresentam grandes problemas de identificação; dividem-se em capítulos, conforme estrutura acima sugerida. As páginas da introdução não são numeradas, o que poderia causar certa confusão com as pré-textuais, não fosse a sua discriminação no alto da página 4; a página 11 também não é numerada, mas se encontra no miolo do texto; em ambas as páginas as imagens parecem determinar a exclusão dos fólhos; nelas também não há cabeça (ou cabeçalho), que geralmente traz o título e o autor. Se tomarmos a cabeça como critério, podemos dizer que o título da cartilha coincide com o slogan da campanha: O Petróleo Tem Que Ser Nosso.

Feitas essas considerações, podemos sugerir o seguinte esquema estrutural final da Cartilha O Petróleo Tem Que Ser Nosso:

- | | | |
|------------------------|---|-------------------------|
| 1 Parte externa | { | 1.1 Primeira falsa capa |
| | | 1.2 Segunda falsa capa |
| | | 1.3 Terceira falsa capa |
| | | 1.4 Quarta falsa capa |

⁶⁴ De fato, os elementos que constam dessas páginas pré-textuais da cartilha de que tratamos mesclam-se com os tipos de elementos constitutivos das páginas pós-textuais, segundo normas da ABNT; com relação a folha de rosto, ela possui sim um verso, mas que não corresponde mais a sua continuação, mas sim ao capítulo de Introdução.



2.8 Delimitações do corpus

O recorte do material se deu segundo critérios bastante simples. Primeiro, apesar de considerarmos os elementos da ordem do não-verbal, decidimos nos debruçar sobre aqueles propriamente linguísticos, em virtude das nossas filiações teóricas. Cuidamos de segmentar, inicialmente, o corpus em dois momentos: o primeiro compreendendo a introdução e o segundo compreendendo também a introdução e o restante dos capítulos. Essa segmentação se baseou na distinção observada entre a introdução e os capítulos seguintes. Com efeito, para nós, a introdução conservava certa autonomia em relação ao restante da cartilha, de um ponto de vista genérico mesmo.

Evidentemente, também os procedimentos metodológicos de qualquer pesquisa no âmbito dos estudos discursivos sofrem as coerções advindas dos materiais que toma para investigação. Sendo assim, tendo identificado a distinção de que já falamos, decidimos proceder de maneira igualmente distinta na introdução, num primeiro gesto de análise, e depois contemplando conjuntamente a introdução e os outros capítulos constitutivos da cartilha.

Com relação à introdução, cuidamos de isolar as marcas de pessoa uma vez que chamou a nossa atenção a aparente predominância de uma em especial, ou melhor, de um traço discursivo evidenciado em marcas específicas de pessoa. Confirmadas as nossas expectativas, conforme terá

sido demonstrado no capítulo de análise referente, buscamos depreender os efeitos de sentido decorrentes dessa característica da introdução. Isolamos ainda os marcadores temporais e espaciais no intuito de compreender a questão da cronografia e da topografia, de maneira a acessar, a partir dessas coordenadas e das relativas às marcas de pessoa, a cenografia discursiva da parte introdutória da cartilha. De fato, nossas análises trouxeram à tona não apenas uma dada cenografia discursiva bem como as redes de formações discursivas que neste âmbito se encontravam em posição de confronto.

Avançando, e movidos igualmente pela observação do que seria linguisticamente marcante, identificamos o diálogo, um dado até certo ponto explícito nos capítulos II ao V. A partir disso, notamos nesta estrutura dialógica interlocutiva a possibilidade de contemplar a verificação dos discursos relatados e tentar compreender como a partir de um certo agenciamento de vozes os efeitos de sentido tomavam forma. O primeiro passo foi o mapeamento dos discursos relatados, bem como a identificação dos tipos a que pertenciam. Depois, agrupamos estes discursos relatados em um quadro a partir do qual pudéssemos observá-los isoladamente, procurando delimitar os enunciadores responsáveis pelo relato e as fontes dos enunciados relatados⁶⁵. Essa etapa nos permitiu identificar certa predominância de tipos específicos de discursos relatados bem como a presença de uma voz dominante.

Em seguida, lhes restituímos aos seus lugares de origem na cadeia dos enunciados de que faziam parte para então realizarmos as nossas análises com base nas informações decorrentes dessa “dissecação” do corpus. Demos ênfase aos discursos direto, indireto e ao narrativizado.

⁶⁵ Há uma discrepância entre os discursos relatados isolados no quadro que segue anexo e os dados quantitativos apresentados no capítulo 9, mas no referido capítulo essa discrepância é esclarecida.

3 DAS PLATAFORMAS TEÓRICAS

O capítulo que segue se destina a apresentação e à discussão de alguns conceitos teóricos fundamentais a esta pesquisa. Pautando-nos nos estudos sobre a linguagem que a consideram para além do seu aspecto meramente formal, buscamos contribuir para consolidar um campo que tem se mostrado cada vez mais produtivo, a saber a Análise do Discurso, em especial aquela corrente proposta por Dominique Maingueneau. Dialogamos ainda com Mikhail Bakhtin e seus postulados mais fundamentais, como por exemplo o dialogismo. Outra importante teórica da qual lançamos mão é Jacqueline Authier-Revuz e sua teoria da heterogeneidade. Com isso buscamos estabelecer as plataformas teóricas que melhor se aproximam dos nossos interesses de pesquisa, a fim de refinarmos a nossa análise.

3.1 A Escola Francesa de Análise do Discurso

Esta dissertação se inscreve numa perspectiva teórica dos estudos da linguagem denominada Análise do Discurso. O surgimento da AD na França tem a ver não apenas com uma mudança epistemológica no interior da linguística, mas com fatores conjunturais diversos. Helena Nagamine Brandão (1998), a partir de Dominique Maingueneau, conta que a AD teria surgido como disciplina a ocupar as lacunas deixadas no rastro de uma Análise de Conteúdo, que ocupando-se dos textos na sua transparência deixavam inúmeras questões em aberto que suas ferramentas metodológicas não teriam sido capazes de dar conta. Ainda de acordo com a autora, a AD questionava os textos justamente pensando não no que neles houvesse de transparente, mas sim a partir de uma opacidade, a qual só se teria acesso considerando-se todo o instrumental de que os diferentes discursos lançavam mão, articulados ao problema das modalidades e ainda a um contexto social e histórico de suas produções⁶⁶.

Refletindo um pouco mais, o próprio termo “análise de conteúdo” pressupunha a aceitação de algo contido no texto; haveria portanto uma crença de que o conteúdo teria sido depositado, sob a forma de uma representação, na materialidade do texto, criando uma espécie de

⁶⁶ “A análise do discurso, (...), nasceu com a preocupação de fazer uma análise textual voltada para o texto considerado na sua opacidade: para ela, a interpretação devia levar em conta o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades de exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção.” (Brandão, 1998: p. 19).

efeito especular, estando a exterioridade refletida na interioridade mesma do texto. A AD, ao contrário, preocupa-se com o universo dos sentidos que se constituem no texto; este não é, nesta visão, “a tábua-rasa” sobre a qual se projetaria um dado exógeno. O “conteúdo” emerge da e na própria superfície lingüística, tanto pelo dito quanto pelo que se deixou de dizer. E o texto assim concebido implica consideração daquele que por ele se responsabiliza sob condições específicas de sua produção. Por isso a AD não se restringiria a questionar apenas o texto, mas o sujeito e a história.

Segundo Maingueneau (1997) a gênese da AD também tem a ver com uma prática comum à própria tradição européia (e a francesa especificamente) ao articular, nas salas de aula, desde as escolas até as universidades, análise de textos e história⁶⁷. Percebe-se, assim, o lugar privilegiado que uma Filologia ocupava no cenário intelectual francês⁶⁸. Maingueneau conclui, portanto, a partir de Bertil Malmberg, que a AD teria sido convocada a ocupar “uma boa parte do território liberado pela antiga Filologia” (Maingueneau, 1997, p. 10.)

É preciso falar, mesmo que sucintamente, sobre as heranças teóricas devidas aos estudos do marxismo de Louis Althusser (Colocar o ano de Aparelhos ideológicos), aos trabalhos de J. Lacan sobre o inconsciente, ambos em diálogo com as pesquisas no âmbito da linguística⁶⁹. Segundo Brandão,

o quadro epistemológico do surgimento da AD é marcado, portanto, pela presença do materialismo histórico, da linguística, como processos sintáticos e de enunciação, e da teoria do discurso como teoria dos processos semânticos. A esse quadro deve-se acrescentar, ainda, o apoio teórico buscado no sei da psicanálise lacaniana (Brandão, 1998, p. 22)

A respeito dos trabalhos em AD, é justo dizer que, inicialmente,

o núcleo dessas pesquisas foi um estudo do discurso político, efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava linguística estrutural e uma ‘teoria da ideologia’, inspirada, ao mesmo tempo, na releitura de Marx por Althusser e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a linguística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discursivo no ideológico (Maingueneau, 1998, p. 70)

⁶⁷ “Na França e, de forma geral, na Europa, é tradição associar fundamentalmente reflexão sobre os textos e história” (Maingueneau, 1997, p. 9).

⁶⁸ Lembramos que a Filologia não constitui uma disciplina em si, mas sim uma ciência auxiliar da História, que não tinha a língua como objeto único e específico.

⁶⁹ Para uma apresentação mais detalhada deste contato, remetemos à Francine Mazière (2007).

Porém, apesar de reconhecer a importância do marxismo, da psicanálise e do estruturalismo na constituição da AD, Dominique Maingueneau (1997) prefere acentuar o seu surgimento como o reflexo de uma crise no próprio interior do campo da linguística. Buscando fundamentar seu ponto de vista, Maingueneau ressalta que na linguística uma divisão fundamental está na base da própria ciência, concretizada na existência do que ele chama de “núcleo rígido” em oposição às “periferias instáveis”⁷⁰. De um lado (núcleo rígido) estariam os herdeiros da tradição saussureana, que procuram proteger a língua da interferência de fatores externos e do outro (na verdade outros), os que aceitam bem a “violação” da língua. Nas palavras do próprio Maingueneau,

A primeira região é dedicada ao estudo da ‘língua’, no sentido saussuriano, a uma rede de propriedades formais, enquanto, a segunda se refere à linguagem apenas na medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas (Maingueneau, 1997, p. 12)

Mais a frente o autor continua:

Há duas formas de ler a oposição entre estas duas zonas do campo lingüístico: a primeira revela uma hierarquia entre o que depende plenamente da linguística e o que seria apenas um conjunto de margens, de reincidências pouco científicas do núcleo rígido; a outra, aquela que defendemos, afirma, de início, a dualidade radical da linguagem, a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais (Ibid. ibidem)

Maingueneau, ao comentar suas próprias filiações, enxerga nova tensão, o que revela o caráter conflituoso em torno dos debates sobre os estudos da linguagem. Segundo o autor, mesmo nessas “periferias instáveis”, há espaço para duas posições distintas: uma que aceita a “partilha do campo” (estamos falando da linguística) e a dos que sonham – o verbo é do próprio autor – com a instituição de uma linguística do discurso totalmente divorciada da linguística da língua. Maingueneau considera esta segunda posição tão radical quanto àquela que se fecha em torno dos fatos do sistema lingüístico. Dessa forma, o autor apregoa, para a AD, uma interação “amigável”, produtiva e necessária entre as posições divergentes.

A respeito do discurso, ele pode ser entendido, defende Maingueneau (2008), como sistema ou estrutura, mas com a condição de ser remetido sempre ao universo dos sentidos (é um

⁷⁰ Barbara Weedwood (2002) divide o campo da linguística em três dicotomias, dentre as quais a que coloca de um lado uma *microlinguística* e de outro uma *macrolinguística*; à primeira corresponderia o “núcleo duro”, compreendendo a fonética, a fonologia, a sintaxe, a morfologia, a lexicologia e a semântica; à segunda corresponderiam correntes como a pragmática, linguística do texto, análise da conversação, análise do discurso, etc. Note-se que ao incluir a semântica no núcleo rígido, Weedwood está se referindo a uma semântica da língua, no sentido saussureano, e não a uma semântica do discurso pechatiana.

estudo semântico, primeiramente)⁷¹. Intervêm, assim, não apenas os elementos estruturais (palavras, enunciados, textos etc), mas também os contextos históricos. Dessa feita, Maingueneau propõe articular, prioritariamente, aspectos relacionados à materialidade linguística às condições históricas de seu acontecimento.

Para Maingueneau, o início dos anos oitenta do século passado representou a pulverização da corrente clássica. A partir de então, – e apesar da dissolução do grupo de Pêcheux – em virtude da disseminação da AD, “contudo, podemos falar de Escola Francesa, num sentido amplo” (Maingueneau, 1998, p. 70-1.), reunindo frentes diversas, mas que compartilham as seguintes características:

- seleção de corpus escritos de representatividade histórica;
- uma reflexão sobre os diversos modos de inscrição do sujeito no discurso;
- articulação com os estudos da Teoria da Enunciação;
- consideração do discurso a partir do interdiscurso.

3.2 Os Gêneros do discurso: da atividade humana à linguagem

Mikhail Bakhtin identifica a língua como elemento onipresente, pois “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas” (Bakhtin, 1992, p. 279) a ela. Consequentemente, tão diversa quanto essas esferas será a utilização que se faz da língua. E se a mesma se efetiva por meio de enunciados, estes, então, refletiriam, a partir de determinadas coordenadas, as condições singulares de tais esferas. Não se trata, no entanto, na visão do autor russo, de um enunciado isolado, ou assim considerado, mas sim daqueles nos quais se atualizariam *tipos relativamente estáveis de enunciados*, ou seja, os *gêneros do discurso*, que se realizam em contextos particulares:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Ibid. ibidem)

⁷¹ “As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (Maingueneau, 2008a, p. 16).

Abordar a questão dos gêneros resulta, dessa forma, num trabalho restrito que não se rende a generalizações, ou pelo menos, não no sentido estrito do termo, uma vez que a menor transformação nas esferas da atividade humana reflete uma mudança no universo dos gêneros. Os gêneros do discurso são as formas relativamente estáveis por meio das quais a vida se vê em profunda relação com a língua, eles funcionam como uma espécie de mediador entre os dois universos; são, assim, unidades que se articulam com certa dinamicidade, relativos aos mais distintos contextos em que ocorrem⁷².

Bakhtin defende, portanto, que a seleção de enunciados e de tipos de enunciados implica a incontornável compreensão responsiva ativa. Ou seja, uma instância que converte a enunciação em “co-enunciação”, o enunciado em “co-enunciado”, bem como determina a mútua dependência entre o enunciator e o “co-enunciador”.

Todo enunciado – desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão) (Bakhtin, 1992, p. 294)

Evidentemente, tais considerações nos remetem a pelo menos uma pergunta: que conseqüências isso traz para uma concepção de gênero? Ele envolve no mínimo dois lugares, um ocupado pelo enunciator e outro ocupado pelo co-enunciador (em pessoa ou na forma de um enunciado seu que pressupõe o do enunciator). As formas relativamente estáveis são, portanto, resultado de uma troca entre enunciados, estes mesmos investidos em tipos de enunciados (gêneros do discurso) específicos.

Isso demonstra a profunda dialogicidade que envolve os gêneros, tanto na sua instância interlocutiva quanto na sua instância interdiscursiva. Estamos, portanto, diante de um fenômeno que joga com a unidade (dos tipos que se estabilizam precariamente, dos enunciatadores, das

⁷² Para organizar melhor este universo arredo dos gêneros do discurso, Bakhtin propõe uma divisão elementar entre *gêneros primários* e *gêneros secundários*, aqueles sendo estruturas mais simples e estes estruturas mais complexas. Os secundários estão associados a circunstâncias mais elaboradas de comunicação verbal, enquanto os primários, a circunstâncias mais espontâneas. Ambos se relacionam por absorção, já que os primários poderiam integrar os secundários. Para Fiorin (2006), o inverso também é verdadeiro. O autor argumenta que uma conversa pode tomar a forma de um diálogo filosófico, o que representaria a passagem do secundário ao primário. Cabe ressaltar que essa perspectiva de passagem entre domínios, os quais não devem ser vistos como antagonísticos mas sim complementares, atravessa toda a teoria bakhtiniana. A título de exemplificação, basta que recordemos duas discussões que Bakhtin faz em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, uma sobre ideologia e outra sobre a dialética da significação. O autor russo mostra que no que diz respeito à primeira, há um diálogo ininterrupto entre *ideologias do cotidiano* e *sistemas ideológicos constituídos*, em que um é ao mesmo tempo instância de atualização e de renovação do outro; o mesmo ocorre na relação significação/ tema, em que o sentido joga com a relação potencialidade/realização. Em ambos os casos, a solidariedade dos domínios surge como marca fundamental, e da mesma forma, acreditamos, ocorre também nos gêneros.

estruturas etc) e com a diversidade (dos deslocamentos que a precariedade das formas relativamente estabilizadas permitem, dos interlocutores como fator de pressuposição, dos enunciados aos quais se deve responder etc), relação sobre a qual refletimos melhor na subseção seguinte, tentando pensá-la numa perspectiva da Análise do Discurso.

3.2.1 Os gêneros do discurso e a AD

Para a AD os indivíduos não enunciam de um ponto absoluto, mas de lugares enunciativos resultantes da formação discursiva na qual estão inscritos. Intervir no mundo por meio da linguagem implica fazê-lo dentro de um determinado gênero do discurso, estando este ligado, necessariamente, a uma esfera da atividade humana. Ambos os domínios, o lugar enunciativo e o gênero no qual este se manifesta, constituem interesse para a AD.

Para Maingueneau (1997, p. 35), “a noção de ‘gênero’ não é de fácil manejo. Os gêneros encaixam-se, frequentemente, uns nos outros”, o que nos autoriza dizer que há a possibilidade de lidarmos com manifestações híbridas no que diz respeito aos tipos de enunciados. Por essa razão, catalogar os gêneros de discurso torna-se tarefa ingrata, diríamos mesmo impossível. A taxonomia moderna que oferece um inventário cada vez mais heterogêneo de tipos, ao invés de esclarecer, obscurece ainda mais as discussões sobre a questão.

As pesquisas em AD não fazem dos gêneros um objetivo, mas um ponto de passagem para as questões às quais deseja responder. Num quadro específico, por que tal gênero emerge como forma da linguagem a partir da qual uma ou várias FD's se constituem? Considerando-se o gênero em questão, que sentidos nele estão inscritos?

Como coloca Maingueneau (1997) o estudo dos gêneros e das cenografias deve ser considerado como um caminho, portanto não uma finalidade, nos estudos em AD. A descrição do gênero deve permitir ao analista ter acesso às formações discursivas nele constituídas e, da mesma forma, compreender que conseqüências este tipo específico de inscrição apresenta. Tentando explicitar o ponto, Maingueneau diz que

ao considerar, por exemplo, manifestos surrealistas, sua intenção não será a de examiná-los como amostras do gênero ‘manifesto’, mas, antes, para compreender como o discurso surrealista investe as regras próprias deste gênero. (Maingueneau, 1997, p. 37)

Isso não significa que não se possa empreender um estudo que considere as regras de formação deste ou daquele gênero do discurso. É perfeitamente possível. Mas mesmo uma análise nessa linha depende do gênero tomado para observação, já que, devemos lembrar, há gêneros mais suscetíveis a padronização e outros não. Além disso, se assim o fizer, a pesquisador não estará realizando uma investigação ligada ao campo teórico-metodológico da AD. Custamos também a acreditar que possa haver um projeto de pesquisa que se resume a explicitar as características formais de um gênero.

Sendo assim, para uma perspectiva da Análise do Discurso, interessa a questão dos gêneros do discurso muito mais como “suportes” para a compreensão de como se materializa uma dada formação discursiva. Podemos citar um exemplo de uma pesquisa em AD bem sucedida que, apesar de trazer uma contribuição importante para um gênero largamente utilizado em nossa sociedade, não se absteve de pensar a tensão entre FD’s como objetivo maior de um trabalho em AD.

Sant’Anna (2004) demonstrou, pela via do discurso relatado, que o gênero notícia se realiza na tensão entre a informação e a opinião, o que desconstrói uma idéia da notícia como texto imparcial e neutro, sem no entanto, abdicar de compreender os modos de inscrição das vozes de atores sociais específicos neste gênero.

Maingueneau (1997, p. 75) alerta que “o gênero do discurso tem uma incidência decisiva sobre a interpretação dos enunciados”. E sem dúvida não fugiremos a essa orientação. No entanto, para nossa pesquisa, não trataremos da cartilha enquanto gênero em seu sentido mais amplo. Por isso, nossa análise será pontual, destacando a cartilha especificamente da campanha “O Petróleo Tem que Ser Nosso”. Evidentemente, faremos considerações sobre os aspectos mais gerais de uma cartilha; igualmente dedicaremos alguma atenção aos gêneros que se materializam dentro da própria cartilha, mas, mesmo assim, isto não constituirá o nosso objetivo principal.

Tentaremos, acima de tudo, pensar a questão da cartilha como manifestação de um modo de funcionamento institucional, pensando a relação do gênero com a esfera da atividade humana, ou seja, na perspectiva de seu estatuto pragmático. Por que uma cartilha? Que dados materiais justificariam o surgimento deste tipo relativamente estável de enunciado? Há alguma relação entre as instituições, no seu modo de funcionamento, que compõem a campanha e a cartilha? Eis algumas das perguntas as quais, acreditamos, nortearão as nossas reflexões.

3.2.2 Gêneros do discurso e classificação: uma abordagem social

Os gêneros do discurso, segundo temos visto, como tipos relativamente estáveis de enunciados, correspondem às mais diferentes e diversas esferas da atividade humana, conforme Bakhtin (1992). No entanto a sua estabilidade convive com a instabilidade, o que representa um eterno processo de transformação dos mesmos, tão logo os campos em que se materializam sofram as suas transformações⁷³. Nota-se que a questão das mutações a que os gêneros estão sujeitos refletiu, conforme aponta Brandão, a uma enxurrada de propostas taxonômicas:

À medida que as relações sociais vão se tornando mais complexas, que as formas de interação entre os indivíduos se renovam, se reinventam, abandonando velhos hábitos, criando novos, remodelando os que já haviam sido abandonados, enfim, quanto mais dinâmico é o processo de transformação do homem e das atividades que o caracterizam, mais complexa se torna a grade de formas e tipos de troca. A vertiginosa evolução tecnológica, por exemplo, impõe como necessidade novas maneiras de se estabelecer a comunicação, o que implica na igualmente necessária redefinição dos papéis a serem desempenhados pelos indivíduos. São diferentes formas de se fazer circular a informação, exigindo dos parceiros comportamentos específicos a partir dos quais a interação passa a se dar.

Evidentemente, um quadro de mudanças tão rápidas assim concebido aponta para a imensa dificuldade de se pensar em formatos homogêneos de troca verbal ou produção textual. Consequentemente, a quantidade de termos de que dispõem os usuários da língua para distribuir em categorias os textos que circulam é imensa. Visto por esse ângulo das profundas transformações das esferas da atividade humana, corroboramos a ideia de que a heterogeneidade de tipologias e classificações é menos um capricho teórico que um reflexo da própria dinâmica das mudanças. Dessa forma, tentar dar conta tanto da totalidade dos gêneros quanto das propostas de classificações parece tarefa impossível. Apesar disso, no âmbito de uma pesquisa que se ocupe dos textos por uma perspectiva, mesmo que mínima, dos gêneros, deve-se operar alguma escolha, a partir da qual os materiais tomados para análise serão considerados. Gostaríamos de ressaltar,

⁷³ A subversão dos gêneros, sugerindo certa liberdade do sujeito falante, só é possível se o mesmo domina os gêneros. Ou seja, só se permite subverter aquilo ao qual já se está plenamente convertido. Devemos ser cautelosos, evidentemente, sobre algumas questões, pois a maneira como elas são colocadas pode sugerir que os gêneros do discurso são estruturas emperradas no tempo ou no interior de determinadas instituições. Isso seria silenciar a filosofia de Bakhtin: o dialogismo. Não pretendemos sugerir, tanto em Bakhtin quanto na AD, o engessamento da linguagem em formas impermeáveis de enunciados. Bakhtin mostra – e nisso está de acordo com a AD – como a evolução é concomitantemente centrípeta e centrífuga. Ao mesmo tempo em que há um processo de homogeneização, há um movimento de espraiamento dessa homogeneidade. É essa tensão que faz dos gêneros formas relativamente estáveis.

portanto, que para este trabalho, daremos privilégio aos aspectos sociocomunicativos dos gêneros, em detrimento dos aspectos meramente estruturais.

Optar por uma orientação desta natureza torna o trabalho um tanto mais complicado, pois saímos das certezas e dos modelos seguros oferecidos pelos estudos tradicionais das estruturas dos textos para enveredarmos por uma via em que se caracterizam os gêneros como fenômenos heterogêneos. Ao analista ou pesquisador resta então o cuidado de, no seu trabalho de análise, não aprisionar, em seus resultados, aquilo que inicialmente ele quis livre. Surge assim a tarefa de descrever os gêneros como um verdadeiro impasse do qual devemos ser capazes de dar conta. Precisa-se, portanto, construir um método tão heterogêneo quanto os próprios gêneros, tendo o analista o cuidado de manipular corretamente as variáveis, processo a partir do qual se poderia chegar a conclusões bastante distintas. Entendemos que um trabalho dessa natureza não deve se preocupar em construir classificações⁷⁴. Buscar compreender a emergência de um determinado gênero em função do seu contexto social de uso constitui-se, acreditamos, num primeiro e importante passo para a análise.

Maingueneau (1997, 2008) trata mais detalhadamente das tipologias, dentre as quais destacamos as de *situação de comunicação*. Conforme a própria expressão que as designa, operariam um recorte bastante específico. Maingueneau mostra que por esse critério poderíamos falar em gêneros do discurso, no sentido que tem sido entendido por aqueles que se orientam pela perspectiva de Bakhtin; nas palavras de Maingueneau (1997, p. 61), “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. Maingueneau sugere a distinção entre *gêneros* e *tipos* de discurso, sendo estes considerados categorias nas quais poderiam se agrupar aqueles; como exemplo o autor mostra que o “*talk show*” seria um *gênero* associado a um *tipo de discurso* específico, o *televisivo*, assim como o telejornal, a novela, entre outros. Maingueneau fala também na possibilidade de outras classificações dos gêneros do discurso de acordo com o *lugar institucional* (sindicato, movimentos sociais, igreja etc), o *estatuto dos parceiros* (o militante e a base, o professor e o aluno, o iniciado e o iniciante etc) e a *natureza ideológica* (discurso nacionalista, entreguista etc).

⁷⁴ No caso de nossa pesquisa, essa questão se torna ainda mais crucial. Não podemos, nem pretendemos, dar conta de todas as cartilhas políticas. Interessa-nos especificamente a cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem Que Ser Nosso. Assim, é em função deste contexto que a cartilha nos diz respeito enquanto objeto de pesquisa. Claro que necessitamos fazer considerações acerca das cartilhas de uma maneira geral, mas isso constitui apenas um pressuposto de trabalho, um ponto de passagem para o nosso objetivo maior.

O autor destaca que em AD, todas essas invariantes assumem um papel central e são indissociáveis.

Maingueneau lembra que alguns textos seguem *rotinas* muito rígidas, muito embora ainda sejam passíveis de sofrer adaptações⁷⁵. Ou seja, alguns gêneros são mais maleáveis que os outros. Textos literários, para darmos um exemplo, são mais abertos a singularidades, muito embora eles se enquadrem em um “protótipo” (romance, poesia, conto, crônica)⁷⁶; textos ligados ao universo jurídico, para darmos um exemplo oposto, são mais padronizados e portanto menos suscetíveis a singularidades. Um gênero do discurso também pode constituir *atividade bem-sucedida* (ou não) desde que se encontre submetido “a um conjunto de condições de êxito” (Id. 2001, p. 65): uma finalidade reconhecida (a que se presta o gênero?); o estatuto dos parceiros legítimos (o que se espera dos coenunciadores?); lugar e momento legítimos (onde e quando os gêneros devem interpelar seus interlocutores?); um suporte material (em qual canal o gênero é veiculado?); uma organização textual (como se dá o encadeamento dos constituintes do texto?). Estas coordenadas podem ser muito produtivas na análise de corpus.

3.3 Considerações sobre o campo do discurso relatado

Perguntar pelo mesmo é procurar no outro a resposta. Evidência nos mais diversos campos do conhecimento, o princípio da alteridade tem sido cada vez mais levado em consideração nos estudos que buscam compreender as formas de socialização e de constituição mesma dos sujeitos. Em AD, como vimos, o princípio da alteridade é fundamental. Tal movimento está marcado, obviamente, pela revisão necessária de uma concepção de sujeito que está no centro de tudo. “A identidade de um ser não está nele mesmo, mas naquele ser ao qual se opõe” (Chauí *apud* Brandão, 2005, p. 267). No âmbito dos estudos da linguagem, é cada vez mais significativa a posição daqueles que não aceitam ver qualquer sinal de homogeneidade na produção dos discursos, fazendo deste um espaço de troca, conflitos, acordos, enfim, de todo tipo de relação possível entre sujeitos historicamente marcados. Amplamente aceito como heterogêneo, portanto, o discurso passa a ser um objeto de investigação possível, que tem mobilizado ferramentas metodológicas as mais distintas. Nossa proposta aqui é apresentar

⁷⁵ Não custa lembrar que estamos falando de tipos relativamente estáveis.

⁷⁶ É o caso do poeta Nicolas Behr, c.f. Fiorin (2006): trata-se do poema “Receita” em que o poeta, utilizando o formato de uma receita, compõe um texto sobre como se fazer poesia romântica, sendo a receita mesma um poema.

algumas dessas frentes que tomam o problema do discurso relatado. Evidentemente, nossa intenção não é esgotar o assunto, mas apenas situar algumas posições que têm recebido destaque no conjunto vasto de estudos teóricos do fenômeno. A questão do DR remonta contextos bastante remotos, como os da narratologia e da retórica antiga, entre os gregos, e posteriormente entre os latinos. O ocidente dos séculos XVII, XVIII e XIX, numa perspectiva gramatical, também se destinou ao estudo do discurso citado⁷⁷. Nosso ponto de partida, no entanto, é já o século XX, a partir da Translinguística de Mikhail Bakhtin e das conquistas das teorias da enunciação, até chegarmos à questão no âmbito da Análise do Discurso. Não bastasse a tarefa que não nos cabe, a saber, catalogar todas as nomenclaturas, metodologias, destacaremos, no entanto, dentro do conjunto vasto de formas de transmissão do discurso de outrem, tão somente aquelas que atendem aos objetivos específicos desta dissertação. Nesse sentido discutimos com um pouco mais de profundidade os discursos direto e indireto e ainda o discurso narrativizado.

3.3.1 Na filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin - por uma evidência do dialogismo nos fatos da língua

Katerina Clark e Michael Holquist, em sua biografia sobre Mikhail Bakhtin⁷⁸, afirmam que o problema do discurso relatado⁷⁹ é, no conjunto das reflexões do filósofo da linguagem, o que toca mais de perto a linguística tradicional. Trata-se, sobretudo, de um estudo no domínio da sintaxe, porém numa perspectiva das relações que os discursos estabelecem entre si no processo incontornável de troca⁸⁰. Para o autor russo, a realidade fundamental da língua está justamente na interação verbal. Portanto, se é verdade que o dialogismo⁸¹ marca a linguagem em toda a sua substância e extensão, o problema do discurso citado se torna questão de primeira ordem. Holquist e Clark salientam, a partir da leitura que fazem de Bakhtin, a ubiquidade da “fala relatada”. Ou seja, ela está em toda ocasião em que a enunciação é manifestada, no jogo estabelecido entre o mesmo e o outro. Em Bakhtin, aliás, o outro ocupa lugar privilegiado, pois

⁷⁷ *Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical*, Dóris de Arruda C. da Cunha, 2009.

⁷⁸ *Mikhail Bakhtin*, Clark e Holquist, 1998.

⁷⁹ É preciso ter claro que a expressão *discurso relatado* não é empregada nos textos de Bakhtin, o que não significa que não estejamos autorizados a aplicá-la ao conjunto das suas reflexões sobre a transmissão do discurso de outrem.

⁸⁰ Conforme o subtítulo da subseção: “*por uma evidência do dialogismo nos fatos da língua*”

⁸¹ Uma boa demonstração do alcance teórico-metodológico do dialogismo é brevemente descrita por Dóris de Arruda C. da Cunha (2009), que aponta nomes como os de Authier-Revuz (sobre a qual ainda iremos falar), Moirand, Fairclough e Bres que, de uma maneira ou de outra, se apropriaram da premissa para seus fins.

ele se impõe ao mesmo como seu fator de constitutividade. É a partir do outro que o mesmo se define⁸².

Logicamente, toda a discussão sobre os elementos significativos do fenômeno de que tratamos deve nos levar a pensá-lo concretamente, ou seja, no âmbito de sua manifestação. Assim, para operacionalizar nossas reflexões, devemos destacar que na transmissão da enunciação de outrem dois tipos de discurso estão envolvidos, o citante e o citado. Nesse sentido, “no campo do discurso referido, temos a linguagem sendo mobilizada para reportar não o mundo, na sua imaginária exterioridade em relação à linguagem, mas a própria linguagem” (Paulillo, 1993, p. 25). Sendo assim, uma pergunta se faz necessária: como ocorre a interação entre o discurso citante e o discurso citado e qual a natureza deles? Bakhtin (2006, p. 150) responde a esta pergunta – nós a formulamos a partir do próprio autor – logo nas primeiras linhas do nono capítulo de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”.

No entanto, mesmo integrado à unidade estrutural do mesmo, o outro permanece outro. Bakhtin postula que independente do esquema de base e suas variantes de transmissão da enunciação de outrem em questão, “o discurso do outro permanece palpável” (2006, p. 151). Uma consequência importante dessa delimitação, ainda que precária, o fato do discurso citado ser um elemento de alteridade, de vir de uma determinada exterioridade, implica ao discurso citante um atitude responsiva ativa; isso pressupõe, dessa forma, uma tripla relação possível entre os discursos envolvidos no processo de transmissão: o citante pode falar *a partir / sobre / com o* citado. A relação é dialógica do começo ao fim.

a enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob a forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido (Ibid. ibidem)

Resta ainda dizer que todo enunciado, depois de produzido, torna-se um discurso citado em potencial. Basta que se conformem as condições sócio-históricas favoráveis para tal

⁸² “Para Bakhtin, o homem não existe fora da relação com o outro, que se dá por meio da linguagem, constitutivamente dialógica” (Cunha, 2008, p. 130)

acontecimento⁸³. O fenômeno da transmissão da enunciação de outrem é, portanto, o sintoma mais “grave” da interação como realidade fundamental da língua. Isso somente demonstra como as reflexões de Bakhtin já antecipavam noções teóricas como a de interdiscurso, tão elementar e cara à Escola Francesa de Análise do Discurso⁸⁴.

Bakhtin destaca, ainda, que para as formas de transmissão, além da relação estabelecida entre o mesmo e o outro, uma terceira pessoa deve ser levada em conta, o interlocutor. Some-se a isso, como corolário, a influência que o contexto de interlocução exerce sobre as formas de transmissão. Para Cunha,

o discurso reportado, fenômeno bivocal por excelência, não pode ser abordado fora da situação de interlocução. Ele pode ser mais ou menos marcado por aquele que o retoma, como pode ser mais ou menos percebido por aquele a quem é dirigido, de modo que o discurso relatado não é só o que é marcado como tal pelo relator, mas também o que é percebido como tal pelo interlocutor que reconhece diferentes vozes nos discursos (2005, p.293-4)

Num nível macroscópico, segundo Bakhtin, cada época, em virtude de fatores conjunturais, fornece aos falantes formas específicas de transmissão do discurso de outrem. Assim, “a língua não é o reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas, mas das relações sociais estáveis dos falantes” (Bakhtin, 2006, p. 153). Por isso, o autor critica as abordagens do fenômeno realizadas até a sua época por se tratarem de metodologias que não buscaram compreendê-lo a partir da consideração do relacionamento entre citado e o citante. “O objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo”(Ibid. p. 154). No entanto, segundo Maristela Botelho França,

considerando as formas de citação do discurso do outro como sintáticas, com função de construir a unidade narrativa, Bakhtin (...) chama a atenção para o fato de a análise dessas formas não visar à compreensão da relação dinâmica em si entre o discurso narrativo e o discurso citado, mas ao que ela reflete da dinâmica da relação social e, acrescento, profissional dos indivíduos na comunicação ideológica verbal (2007, p. 170)

Percebe-se que a perspectiva de Bakhtin amplia o campo de visão do pesquisador na medida em que este passe a observar o processo interativo das vozes colocadas em cena na citação dos discursos. “Na verdade, eles só têm uma existência real, só se formam e vivem

⁸³ “(...) todo discurso citante é passível de tornar-se discurso citado, num fenômeno telescópico de encadeamentos sucessivos” (Cunha, 2009, p. 36)

⁸⁴ “O dialogismo instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem” (Grigolletto, 2005, p. 4)

através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso citado e o contexto de transmissão são somente termos de uma inter-relação dinâmica” (Bakhtin, op. cit., p 154). O foco passa a ser quais sentidos se constroem pelas formas sintéticas que organizam o discurso citante e o discurso citado. Ou melhor, que efeito de sentido uma determinada forma de transmissão possibilita, num dado contexto, que uma outra forma, ou a mesma num contexto diferente, não possibilitaria? Eis a pergunta elementar quando se trata de estudar o fenômeno do discurso relatado.

Para Bakhtin, são duas as orientações básicas que marcam a inter-relação entre o contexto narrativo (citante) e o citado. Essas orientações variam segundo as fronteiras que são estabelecidas entre estes últimos. A primeira, a qual Bakhtin nomeia *estilo linear*, é a que se caracteriza por fundar lugares os mais possivelmente marcados para a fala autoral e para a fala relatada:

Nesse acaso, os esquemas linguísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e mais estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias ao autor, de simplificar e consolidar suas características linguísticas individuais (Bakhtin, 2006, p. 155)⁸⁵

A essa orientação correspondem o que Bakhtin chama de *variantes analisadoras de conteúdo*, já que nelas o discurso citado está mais propenso a ser tematizado, “a ênfase cai no significado da proferição, não em seu estilo” (Clark e Holquist, 1998, p. 254). Já a segunda orientação, por sua vez, é de “natureza exatamente oposta” (Bakhtin, 2006, p. 156), nomeada *estilo pictórico*. Nela, predominam as *variantes analisadoras de expressão*, em que “os diferentes aspectos da enunciação podem ser sutilmente postos em evidência”(Ibid. p. 157):

A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. O contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras (Bakhtin, loc. cit.)⁸⁶

Note-se que até aqui, os apontamentos de Bakhtin que trazemos para o contexto dessa dissertação se referem tão somente a noções mais gerais, sem tocar ainda nos esquemas de base para transmissão do discurso de outrem e suas variantes propriamente ditas. Contudo, a partir dessa exposição preliminar, articulada com uma reflexão mais apurada, podemos considerar, para

⁸⁵ Bakhtin toma com referência o contexto da França do século XVII, bem como a Rússia, no século XVII.

⁸⁶ Bakhtin toma com referência o contexto da França do final século XVIII e todo o século seguinte.

sintetizar e amarrar os nossos apontamentos, os estilos linear e pictórico como extremidades de uma escala dos discursos citados. Da mesma forma, parece-nos, o problema está profundamente associado ao gerenciamento das vozes – na maneira como se relacionam – que constituem os enunciados. Conforme assinalam Holquist e Clark, “a questão de quanto do significado do outro eu permitirei que passe quando cerco suas palavras com as minhas é uma questão acerca da governança do significado, acerca de quem o preside e de que porção dele é partilhada” (Clark e Holquist, op. cit., p. 255).

Avançando para problemas mais concretos, Bakhtin faz um balanço dos esquemas e suas variantes, vistos por ele como “os indicadores da relação de força que se estabelece entre o contexto narrativo e o discurso citado num determinado momento do desenvolvimento da língua” (Bakhtin, op. cit., p. 161). Bakhtin deposita toda a sua fé nas variantes, tomadas como realização dos esquemas de base. No autor, estes são três: *discurso direto*, *discurso indireto* e *discurso indireto livre*⁸⁷. Segundo o russo, “os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (Bakhtin, 2006, p. 164)⁸⁸.

O *discurso direto* Bakhtin “batiza” como estilo monumental, em que se “percebe a enunciação de outrem como um todo compacto, inalisável, imutável e impenetrável” (Ibid, Ibidem). Já o *discurso indireto* possui o que Bakhtin chama de tendência analítica, pois nele a enunciação de outrem não é apenas mostrada, ela é analisada pelo citante. Buscando diferenciar os dois esquemas em questão, Bakhtin diz que “as abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso indireto por causa de sua tendência analítica” (Ibid. p. 165). Por outro lado, “o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem, ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado” (Ibid. ibidem).

⁸⁷ Para o *discurso indireto livre* Bakhtin dedica todo o último capítulo de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, apresentando um histórico minucioso das visões até então lançadas sobre ele. O autor russo aponta o que considera equívocos de teorização, até chegar à sua própria maneira de conceber este terceiro tipo de transmissão do discurso de outrem. Nas palavras de Bakhtin, o que faz dele “uma forma específica é o fato de o herói e o autor (Os termos autor e herói são decorrentes, evidentemente, da opção de Bakhtin em trabalhar com textos literários) exprimirem-se conjuntamente, de, nos limites de uma e única construção, ouvirem-se ressoar as entoações de duas vozes diferentes” (Bakhtin, op. cit., p. 184).

⁸⁸ Essa passagem é extremamente significativa, pois já antecipa a posição de Jacqueline Authier-Revuz a respeito do DR não como citação de um enunciado, mas de um ato de enunciação.

Nesta apresentação das ideias de Bakhtin sobre o problema do discurso relatado, vamos “ignorar” todas as variantes dos esquemas de base⁸⁹ apresentadas pelo autor. Isso não se deve, obviamente, por não reconhecermos o valor de tais reflexões. Se assim o fazemos, deve-se apenas a uma questão de economia, por talvez não serem necessárias aos fins específicos desta dissertação. Nossa intenção nestas últimas páginas foi tão somente situar o lugar daquele que muito bem reordenou a discussão sobre a questão da relação entre o discurso citado e discurso citante, apresentando-a sob uma dimensão sociológica. E esperamos ter cumprido o nosso objetivo. “Quanto ao discurso reportado, Bakhtin foi, sem dúvida alguma, o autor que melhor percebeu a importância do estudo da palavra de outrem e propôs a abordagem mais produtiva do fenômeno” (Cunha, 2005, p. 292).

Precisamos lembrar que Bakhtin escreveu o livro em 1929 e que será sempre necessária, até mesmo para sermos coerentes aos ensinamentos do próprio autor, a relativização das suas ideias com vistas aos novos contextos e aos diferentes corpora possivelmente tomados para análise. Pensando criticamente o que o próprio Bakhtin coloca, por exemplo, sobre os esquemas de base do *discurso direto* e *indireto*, seria pertinente apontar alguns casos em que suas variantes não corresponderiam fielmente ao que está postulado nos esquemas que tomam como referência. É possível no *discurso direto* haver uma penetração do citante no citado, rompendo a fronteira e fazendo deste um bloco menos compacto, ou seja, analisável e mutável⁹⁰. Da mesma forma, dependendo dos verbos que o citante seleciona para introduzir o citado, numa variante do *discurso indireto*, podemos testemunhar uma aparente imparcialidade e distanciamento de quem se encarrega por citar, evitando qualquer julgamento ou análise.

Definitivamente, o maior mérito de Bakhtin é dotar a discussão sobre o fenômeno de uma orientação sociológica, articulando o problema das formas de transmissão aos contextos em que ele ocorre, que nos permite pensar, por exemplo, na forma como determinadas instituições autorizam a fala de outrem sob a forma de citação⁹¹. Da mesma maneira, segundo o autor, a evolução dos esquemas de base e de suas variantes testemunham a evolução das redes sociais em

⁸⁹ Bakhtin apresenta um conjunto diversificado e extenso de variantes, que aqui citamos, em rodapé, apenas para fins de registro; para discurso indireto, temos o *discurso indireto analisador de conteúdo*, o *discurso indireto analisador de expressão*, a *variante impressionista do discurso indireto* e o *discurso direto preparado* (apesar do termo direto, trata-se de uma variante do indireto); para discurso direto, temos o *discurso direto esvaziado*, o *discurso citado antecipado ou disseminado*, as *interferências de discurso*, o *discurso direto retórico* e o *discurso direto substituído*; sobre o indireto livre, Bakhtin não apresenta variantes por ter optado por uma discussão mais histórica e teórica do esquema.

⁹⁰ Sobre o discurso direto, o próprio Bakhtin já se colocara, apresentando-o como “desde os blocos maciços, inertes (...) até os procedimentos flexíveis e freqüentemente ambíguos” (Bakhtin, 2006, p. 171)

⁹¹ Aqui, talvez, um ponto crucial para nossa dissertação: o de considerar como no espaço de uma determinada instituição se dá o jogo das vozes permitidas a partir do discurso relatado.

seu curso histórico. Lembrando Mikhail Bakhtin, “as condições mutáveis da comunicação socioverbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas que observamos no que concerne à transmissão do discurso de outrem” (Bakhtin, 2006, p. 160). Aqui vemos claramente a preocupação do autor em pensar questões de infra-estrutura e superestrutura, tema que ele discute no início de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Gostaríamos de fechar esta subseção com algumas palavras de Holquist e Clark:

O modo como as pessoas tratam caracteristicamente a fala de outrem não reflete apenas uma estilística literária ou as regras da gramática ou pontuação que se aplicam quando se faz citação, mas revelam também atitudes a respeito da circulação de palavras estrangeiras típicas de culturas inteiras. O modo como o discurso é ordenado em dada sociedade é o registro mais sensível e compreensivo de como são ordenadas todas as suas práticas ideológicas, inclusive religião, educação, organização do Estado e polícia (1998, p. 255)

3.3.2 A reconfiguração do campo pela teoria da enunciação

Além de Bakhtin, outro teórico (ou melhor, teórica) capital para os estudos sobre o discurso relatado é Jacqueline Authier-Revuz. No quadro de uma linguística da enunciação, a autora sustenta o conjunto de suas reflexões sob a pedra fundamental da heterogeneidade enunciativa. Conforme Eni Orlandi, num prefácio para uma das obras de Authier⁹², nesta autora, há de se ressaltar, antes de tudo, uma heterogeneidade teórica, responsável por promover um diálogo entre a Linguística, a Psicanálise e a Análise do Discurso. A linguística da enunciação é a base, porém, os dois outros campos do conhecimento não devem ser tomados como meros coadjuvantes. O que há de frutífero para a AD em Authier, destaca Orlandi, é a convergência entre estrutura e acontecimento, como contribuição para a reflexão do que se refere a uma relação entre o lingüístico e a sua exterioridade.

As influências da autora são tão heterogêneas quanto a teoria que ela propõe. Se por um lado a autora se apóia sobre o dialogismo bakhtiniano e sobre a noção de interdiscurso de Michel Pêcheux, por outro abre um diálogo com a concepção freudo-lacaniana de sujeito. Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira, sobre Authier, colocam que na autora francesa,

a singularidade de sua abordagem deve-se ao reconhecimento de que o campo da enunciação é marcado por uma heterogeneidade teórica, o que a leva a ver como inevitável o chamamento, para descrição dos fatos da língua, de abordagens estranhas à linguística como tal. A autora considera

⁹² *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*, Authier-Revuz, 1998.

que passar da consideração da língua – concebida como fechada sobre si mesma, à maneira das correntes imanentistas – à consideração do discurso é abandonar um domínio homogêneo, em que a descrição é da ordem do um, por um campo duplamente marcado pelo não-um, em razão da heterogeneidade teórica que o atravessa (2005, p. 74)

A esse respeito, segundo Dominique Maingueneau,

dizer de um objeto que ele é heterogêneo, é, via de regra, desvalorizá-lo. Entretanto, quando se fala da heterogeneidade do discurso não se pretende lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’” (1997, p. 75)

Para a francesa, de Bakhtin, o que interessa “é o lugar dado ao outro na perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um” (Authier-Revuz, 2005, p. 25), donde as nossas palavras são sempre palavras alheias. Da psicanálise, Authier retoma Freud relido por Lacan, no que diz respeito ao homem pela consideração do inconsciente e no seu conseqüente descentramento. O sujeito aparece assim cindido, clivado, destituído da ilusão de centro do seu dizer. Dessa forma, “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos outros discursos e pelo ‘discurso do outro’. O outro não é um objeto (exterior do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é a fonte-primeira desse discurso” (Authier-Revuz, 2005, p. 69).

Nesse sentido, Jacqueline Authier-Revuz se refere a duas maneiras de presença do outro no discurso: a heterogeneidade mostrada, um problema da ordem da linguagem, e a constitutiva, que podemos pensar como uma premissa teórica para a autora⁹³. Essas duas categorias se recobrem na medida em que a primeira é entendida como a manifestação de uma negociação dos sujeitos falantes com a segunda. Dito de outra forma, a heterogeneidade constitutiva diz respeito, pois, à própria natureza da linguagem, fenômeno do qual as “formas da heterogeneidade mostrada no discurso” (Ibidem. p. 11) constituem, mais ou menos, um sinal de evidência⁹⁴. Segundo Jacqueline Authier-Revuz, “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor

⁹³ De fato, a heterogeneidade constitutiva é uma hipótese teórica sobre a qual a autora se apóia para defender o seu ponto de vista. Num de seus artigos, a autora se coloca a esse respeito – como já apontamos neste mesmo trabalho – da seguinte forma: “Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado, apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan” (Cad. Est. Ling., Campinas, (19). 1990).

⁹⁴ Empregamos aqui a expressão “sinal de evidência” conscientes de que não é o mais adequado, mas decidimos mantê-la pela falta de outra que nos soasse melhor. A possível inadequação se dá pelo fato de que Authier distingue, no conjunto da heterogeneidade mostrada formas *marcadas* e *não-marcadas*.

único produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem em sua linearidade, o *outro*” (Ibidem. p. 12).

Mas essa relação entre as duas formas de heterogeneidade é reveladora de conseqüências ainda mais significativas. Com efeito, ela circunscreve um movimento em que o um, no discurso assumido como seu, tenta se colocar como anterior ao não-um, este aprisionado sob a aparência de um objeto de citação, corpo estranho que é colocado, de alguma maneira, em evidência. Essa referência ao elemento de alteridade produz um efeito de sentido contrário ao que é constitutivo do discurso e do sujeito. O outro assim nos é dado a ver como algo que só penetra o mesmo desde que este o permita. A heterogeneidade mostrada, em certa medida, simula a ilusão do “eu” todo poderoso discursivo. Lembrando mais uma vez Authier,

o que caracteriza as formas marcadas da heterogeneidade mostrada como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva é que elas operam sobre o modo da **denegação**. Por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença. Elas manifestam a realidade desta onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-la (1990, p. 31)

O conjunto de reflexões de Jacqueline Authier-Revuz é bastante abrangente e não compete a este trabalho apresentá-lo até a sua exaustão. Interessa-nos, evidentemente, a posição da autora sobre a problemática do discurso relatado. De partida, destacamos que em relação a Bakhtin, há um considerável avanço já que o inventário de formas de citação do discurso de outrem em Authier é bem mais extenso, uma vez que, evidentemente, as reflexões sobre a questão já se encontravam em um estágio de evolução bastante distinto daquele em que o russo produziu as suas. Não queremos – nem poderíamos – aqui, também, discutir a fundo a questão dos contextos intelectuais, já que seria prolongar demais o objetivo desta subseção. O texto base a partir do qual iremos nos orientar para expor a posição de Authier é *Observações no campo do discurso relatado*⁹⁵.

Como Bakhtin, que advertiu a respeito da precariedade das visões sobre o fenômeno em sua época, Authier-Revuz vê, mesmo aproximadamente seis décadas depois, um quadro não menos precário. A autora, sobre as insuficiências resultantes das abordagens tradicionais, assevera que “o campo do discurso relatado, ou seja, os modos de representação no discurso de um discurso outro, têm sido, limitadamente, expostos de três formas: o **discurso direto**, o **indireto** e o **indireto livre**, apresentados como uma espécie de extensão” (Authier-Revuz, 1998,

⁹⁵ *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*, Authier-Revuz, 1998.

p. 133). No conjunto da tradição, segundo a autora, algumas características relativas a esses três tipos são constantemente reproduzidas:

- a) Discurso direto (DD) – prima pela simplicidade formal do plano sintático e pela fidelidade/objetividade semântico-enunciativa.
- b) Discurso indireto (DI) – forma derivada do discurso direto por regras de transformação das categorias pronominais e verbais.
- c) Discurso indireto livre (DIL) – forma sintética do discurso indireto, com ausência da conjunção subordinativa.

Como se pode notar, essa maneira tradicional apresentada pela autora sugere um *continuum* do DD ao DIL, passando, obviamente, pelo DI. Authier-Revuz não concorda nem com a divisão tripartite do campo nem com a maneira como é feita a sua caracterização. Segundo a autora, é inadequado afirmar a simplicidade do DD, sendo ele até mesmo mais complexo do que o DI; igualmente ela não aceita a idéia de que haja fidelidade ou objetividade quando se trata de DD. A respeito do DI, a autora nega haver derivação com relação ao DD, por se tratarem de fenômenos de ordem distinta: aquele uma reformulação-tradução e este uma citação-relíquia⁹⁶. O DIL é, também, uma forma original e não concerne somente ao discurso literário⁹⁷. Por fim, conforme a autora, a trilogia não daria conta do conjunto vasto de “representação do discurso outro no discurso” (Authier-Revuz, 1998, p. 134). A reformulação proposta por Jacqueline Authier-Revuz pressupõe a estruturação do campo do discurso relatado em três oposições fundamentais: Discurso relatado no sentido estrito vs. Modalização em discurso segundo; Signo-padrão vs. Signo-autônomo; Explícito vs. Interpretativo.

Com relação ao *discurso relatado em sentido estrito*, “o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação, o fato de alguém ter dito alguma coisa” (Maingueneau, 2006, p. 46); já na *modalização em discurso segundo*, o enunciador “modaliza sua própria enunciação, apresentando-a como secundária com relação a um outro discurso” (Ibid. ibidem), podendo esse tipo de modalização incidir sobre o conteúdo ou sobre o emprego de uma palavra. O *signo-padrão* é aquele que serve para se referir a alguma entidade do mundo e o *signo-autônomo* ocorre

⁹⁶ Aqui testemunhamos uma proximidade bastante relevante com Bakhtin quando este fala do DD como estilo monumental e do DI como tendência analítica.

⁹⁷ A tradição sempre se valeu de exemplos retirados de obras literárias consagradas, reduzindo o campo de atuação do DIL ao gênero em questão.

quando dentro do enunciado, o conjunto de signos se volta para um dos signos da cadeia como efeito de metalinguagem; dessa oposição, segundo a autora, derivam, respectivamente, o DI (homogêneo/padrão/uso) e o DD (heterogêneo/autônomo/menção)⁹⁸; a autora fala ainda numa estrutura mais complexa, a conotação autonímica⁹⁹, em que uso e menção se articulam sobre um só signo ou segmento do enunciado.

Finalmente Authier-Revuz chega a sua última oposição fundamental (explícito vs. Interpretativas), sobre a qual opera nova subdivisão, agora em níveis, ou melhor, em escalas que variam tal qual o grau de evidência da presença do outro no discurso. Tem-se, assim:

- a) Formas marcadas, unívocas – discurso direto; discurso indireto; modalização em discurso segundo sobre o conteúdo; modalização em discurso segundo sobre as palavras (modalização autonímica).
- b) Formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo – aspas, itálicos e entonação de modalização autonímica com uma marca que remeta a um outro discurso.
- c) Formas puramente interpretativas – discurso direto livre; DIL; citações escondidas, alusões e reminiscências (grau zero da modalização autonímica: o receptor reconhece se lhe for familiar o índice de alteridade).

É a partir desse quadro que a autora preconiza “um *continuum*, desde os fatos de representação do discurso outro no discurso (formas da heterogeneidade representada) até o fato da presença constitutiva de um outro lugar discursivo no discurso” (Authier-Revuz, 1998, p. 145). Authier-Revuz, apesar a variedade de casos, concentra-se sobre as formas do DD, DI, DDL e DIL¹⁰⁰, estabelecendo entre eles distinções importantes para a compreensão de sua natureza e de seu modo de funcionamento.

Para falar do DD e do DI, Jacqueline discute inicialmente o que lhe parece característico aos dois. De acordo com a autora, o DR no sentido estrito não pode ser pensado como o relato de

⁹⁸ A utilização dos termos *homogêneo* e *heterogêneo* merece um rápido comentário: não significa que em DI fica excluída a heterogeneidade como marca fundamental da linguagem.

⁹⁹ A conotação ou modalização autonímica compreende um vasto campo de trabalho com diversas formas de materialização que neste estudo não nos cabe apresentar. Um estudo detalhado deste tópico pode ser encontrado ao longo de toda a obra de Authier-Revuz, porém o primeiro capítulo de *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer* pode ser esclarecedor.

¹⁰⁰ A respeito do DDL e do DIL, como “formas não marcadas, puramente interpretativas de representação de um outro ato de enunciação” (Ibid. ibidem), o que os distingue são os elementos dêiticos. De acordo com a própria Authier-Revuz, “no DDL todos os dêiticos de pessoa, tempo e lugar são, como no DD, os de e. O que significa que se pode considerar o DDL como um DD sem introdutor e sem marca tipográfica. No DIL a situação é mais complexa: os dêiticos de pessoa são obrigatoriamente os de E, o que significa que eles são, como em DI, reformulados em função de L e R, mas não acontece sempre assim com os dêiticos de tempo, os verbais ou adverbiais” (Ibid. p. 160)

um enunciado, mas do ato de enunciação¹⁰¹. Para tornar essa sua afirmação mais clara Authier elabora um esquema que descreve a relação entre os elementos correspondentes ao processo:

um ato de enunciação E, definido por um par de interlocutores L, R, uma situação SIT, com seu Tempo, seu Lugar e, entre a infinidade de dados referenciais, um acontecimento particular que é o ato de enunciação e que é objeto da mensagem M de E; e sendo ele mesmo definido por l, r, sit... (Ibid. p. 146)

Sobre essa base a autora consegue refinar suas observações a respeito do campo do discurso relatado no sentido estrito. A primeira sobre as fronteiras do DR, como ponto limite para se poder falar em DR: “necessidade de um traço semântico de ‘dizer’; de uma informação mínima sobre o elemento **m** de **e**” (Ibid. p. 147). A segunda sobre a questão do sentido: o ato de enunciação **e**, apropriado pelo ato de enunciação **E**, estará por este impregnado, donde as conclusões de que não há DR que restitua fielmente o outro ato de enunciação que toma como objeto, o que significa que qualquer DR é um caso de reinterpretação, como resultado de uma configuração específica dos sintagmas introdutores¹⁰². Buscando diferenciar melhor o DD do DI, Authier-Revuz expõe sete critérios que dão conta da heterogeneidade do primeiro e da homogeneidade do segundo. São eles: o estatuto semiótico; a estrutura sintática; a modalidade de enunciação; o quadro de indicações dêiticas; a designação por descrições definidas; os elementos expressivos, exclamativos; e os avaliativos e ‘modos de dizer’¹⁰³.

Exposto tudo isso, conforme pudemos notar, Jacqueline Authier-Revuz incrementa bastante as considerações sobre o campo do discurso relatado, sobretudo ao direcionar sua reflexão para o âmbito da linguística, identificando traços que caracterizam as formas (quando estas os apresentam, é claro) por ela listadas. Certamente o trabalho da autora francesa constituiu-se – sem a intenção de fazer aqui um trocadilho – num outro olhar do problema capaz de ampliar os horizontes de análise. Apesar das importantes contribuições que esta autora, bem como Bakhtin, pode trazer ao nosso trabalho, faz-se notório que nenhum deles discutiu a noção do discurso narrativizado.

¹⁰¹ “O que de fato um DR relata não é uma frase ou um enunciado, é um ato de enunciação” (Authier-Revuz, 1998, p. 146)

¹⁰² Por sintagma introdutor a autora entende a parte que compete a quem cita.

¹⁰³ Registramos aqui muito sucintamente como esses critérios aparecem definidos, na ordem em que foram listados no corpo do texto: DD opera um modo autônomo e DI, padrão; DD organiza duas construções e DI apenas uma; DD combina diversas modalidades e DI não; os indicadores no DD podem ser distintos, mas no DI não; em DD elas são distintas em quem cita e em quem é citado e no DI ficam vinculadas ao citante; há certa permanência no DD e no DI são reformulados; idem ao anterior. Charaudeau e Maingueneau (2004) mostram que autores como Rosier e Tuomarla preferem pensar o DD como modalização autonímica, haja vista a possibilidade de fenômenos discursivos outros que essa forma de discurso permite, como ironia, dramatização, modalização etc.

3.3.3 Outras perspectivas sobre a perspectiva do *outro* no discurso

Bakhtin e Authier-Revuz constituem nomes clássicos sobre a questão do discurso relatado. Na sua esteira, muitos são os trabalhos que mobilizaram o campo para os seus fins metodológicos específicos. Igualmente tais trabalhos podem se inscrever em propostas teóricas muito distintas, o que implica necessariamente tratamento diferenciado. Da mesma forma, os olhares variam na medida em que são considerados corpus de natureza distinta. Cada gênero tem a sua maneira de permitir ao outro incluir a sua voz. O autor russo se propôs a uma investigação das formas de transmissão do discurso de outrem no âmbito de uma filosofia da linguagem de base marxista, perseguindo um método sociológico de investigação da linguagem. Authier, por seu turno, como vimos, reconfigurou o campo pela perspectiva da teoria da enunciação, ampliando os dispositivos do discurso relatado bem como dotando sua visão de uma orientação mais linguística, preocupando-se em descrever as formas da língua através das quais o fenômeno poderia se realizar.

Faltou-nos, no entanto, trazer para o contexto desta dissertação uma contribuição mais próxima da nossa escolha teórico-metodológica, a saber, a Análise do Discurso. Para cobrirmos essa lacuna e vislumbrarmos um trabalho já referido, pela linha da AD, gostaríamos de recorrer mais uma vez à pesquisa da professora doutora Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna¹⁰⁴. Trabalhando com notícias em jornais da Argentina e do Brasil sobre a indústria automotiva, nos seus desdobramentos tanto discursivos (relação linguagem/mundo do trabalho), quanto econômicos e políticos, a autora identifica no corpus de sua pesquisa o *discurso relatado* como noção operatória fundamental, além de considerar também, como consequência do jogo estabelecido pela heterogeneidade enunciativa característica dos textos selecionados para análise, questões relativas aos *traços de didaticidade* e ao *processo avaliativo*.

Evidentemente não nos propomos aqui, como não o fizemos também em outra altura, a resenhar integralmente o estudo da autora, cuja contribuição para a compreensão do gênero notícia, conforme já tínhamos dito, é um de seus pontos altos. Preocupamo-nos, tão somente, em apresentar de que maneira o discurso relatado é tratado no âmbito da pesquisa, bem como a visão da autora sobre o funcionamento dos esquemas de transmissão do discurso que tomou como

¹⁰⁴ A tese de Sant'Anna foi selecionada pela editora da PUC-SP para publicação em 2004, o que comprova a importante contribuição que a pesquisa apresenta para os estudos discursivos.

significativos para os seus objetivos específicos. Interessa à Sant'Anna identificar como os lugares enunciativos são construídos por um certo enunciador-jornalista. Além de discutir o caráter do gênero notícia, outra contribuição importante do trabalho é no aspecto metodológico, pois permite ao leitor perceber como os gêneros exercem papel fundamental nos rumos a serem tomados pelo pesquisador, já que optar pelos discursos relatados foi antes uma necessidade que se foi constatando ao longo do trabalho. Sant'Anna (2004, p. 175), para dar conta da hipótese de que o gênero notícia se constitui “na tensão entre informar e opinar”, procurou explicitar “as diversas estratégias empregadas pelo enunciador-jornalista para incluir uma maior ou menor exibição” (Ibid. ibidem) da voz do outro, bem como os sentidos daí resultantes. Não entraremos nas questões específicas deste trabalho e nos contentaremos, conforme dissemos anteriormente, em apresentar os tipos de DR dos quais a autora procura dar conta.

Sant'Anna identificou no seu corpus sete esquemas de transmissão do discurso de outrem, organizados sob a forma de um *continuum*: entrevistas; discurso direto, ilhas de discurso direto; discurso segundo; discurso indireto; intertexto; discurso narrativizado. Tal organização, segundo critério de atribuição das fontes enunciativas dos discursos citados, levou em consideração que “numa ponta está a ocorrência mais explícita dessa atribuição (a entrevista), enquanto na outra está a forma mais apagada, o discurso narrativizado”(Sant'Anna, 2004, p. 182)¹⁰⁵. Quanto às formas do DD, DI e entrevistas, as deixaremos de lado pelo fato de, sob muitos aspectos, elas já terem sido contempladas nas visões de Bakhtin e Authier¹⁰⁶. Sendo assim, faremos a exposição de como são caracterizadas as outras formas.

Respeitando a própria ordem do *continuum* de Sant'Anna, começamos pelas *ilhas de discurso direto*. Obviamente a nomenclatura se exhibe pela metáfora que encerra. Ilha aqui tem exatamente a função de oferecer uma imagem mais aproximada possível de como citante e citado se organizam dentro do fio de um mesmo enunciado. A ilha de discurso direto se intercala no discurso que a cita, como se por este estivesse banhada por todos os lados. Segundo Sant'Anna (Ibid. p. 176), o “enunciador incorpora fragmentos do discurso do outro por meio do emprego de marcas tipográficas, aspas ou itálico, que delimitam as fronteiras [nós diríamos as margens] de uma citação”. Este caso de DR se enquadra num tipo de modalização autonímica, pois envolve “uso e citação ao mesmo tempo” (Ibid. ibidem). De acordo com a autora, o que caracteriza este

¹⁰⁵ Segundo a autora, a objetividade parcial do gênero notícia se apóia sobretudo nesta última forma de DR.

¹⁰⁶ A bem da verdade, nem Bakhtin nem Authier falam de “entrevista”, mas devido à sua “simplicidade”, também a deixaremos de lado.

tipo de DR é que o enunciador “divide com o outro os sentidos nascidos de tal emprego” (Ibid. p. 174)¹⁰⁷.

Sant’Anna fala de *modalização em discurso segundo* como uma forma intermediária em relação ao DD e ao DI. Com relação ao DD observamos que o emprego de expressões do tipo *segundo fulano, de acordo com fulano, nas palavras de fulano* etc., sugere o efeito de restituição fiel da palavra do outro. No entanto Sant’Anna adverte que a modalização em discurso segundo pode estar mais próxima do DI já que consiste também num processo de reformulação operado pelo citante e de enviesamento que se pode realizar com o verbo que acompanha a expressão modalizadora. Mais importante do que isso, talvez, já que dependerá de observar casos específicos de sua manifestação, é o que aponta Sant’Anna a respeito da possibilidade de aumento ou diminuição da precisão da origem da informação, que também pode produzir efeitos de sentido distintos.

Há ainda a possibilidade de nos depararmos com formas mais atenuadas da presença do discurso de outrem: o *intertexto*. São considerados para tanto os casos em que há alguma passagem que remeta a um exterior, a uma fala produzida “lá” e antes, sob a forma de algum documento que remeta a um dizer distinto daquele que se opera no ato de enunciação citante. Os intertextos são escorregadios e o seu reconhecimento exige atenção do analista. A finalidade desse tipo de recorrência variará de contexto narrativo para contexto narrativo, estando a sua caracterização precisa condicionada aos casos específicos de sua ocorrência. É a partir da noção de intertexto que Sant’Anna concebe a forma mais apagada de inserção do discurso de outro, o *discurso narrativizado*. Este tipo de DR parece se apoiar bem mais na noção de uma heterogeneidade constitutiva, pela sua natureza de quase apagamento, mas que num determinado ponto, e sob a consideração de alguns parâmetros, é recuperável. Uma concepção desta ordem tem o mérito, apesar da aparente inconsistência, de postular o atravessamento mútuo e constante dos discursos. É Sant’Anna mesmo quem diz que ela, a forma narrativizada de transmissão do discurso de outro, é “polêmica, é de difícil identificação”(Sant’Anna, 2004, p. 181), mas que para os objetivos da pesquisa da autora se mostrou como substancial, na medida em que se instituíam

¹⁰⁷ Futuramente, se for o caso, problematizaremos um pouco essa questão da “divisão” dos sentidos que, acreditamos, toma rumos distintos se a consideramos como compartilhamento de sentido *ipsis litteris* ou se essa suspensão promovida pela ilha de discurso direto não pode até mesmo sugerir um desacordo. Outro detalhe que nos chama a atenção é que os exemplos da autora mesclam num só enunciado casos de modalização em discurso segundo com as ilhas de discurso direto: “Según le dijeron(...)”; “Según el ministro(...)” (Ibid. p. 176).

como mecanismos privilegiados de instauração de regimes de verdade para um gênero que sempre se quis enxergar como objetivo e imparcial.

3.3.4 Uma proposta de sistematização

Nosso intuito nesta breve apresentação do problema do discurso relatado foi tão somente situar minimamente (e, de certa forma, precariamente, em virtude da amplitude das pesquisas produzidas) o campo dos estudos sobre o discurso relatado¹⁰⁸. Se não conseguimos contemplar o tema na sua exaustão, pelo menos, talvez, tenhamos sido capazes de fazer ver a pertinência que marca historicamente as pesquisas neste âmbito em diferentes correntes (não todas, é claro) teóricas. Verdade seja dita, não fizemos aqui a resenha de nenhuma pesquisa empírica, contentando-nos apenas em mostrar a diversidade dos pontos de vista que foram capazes de dar azo a uma complexa lista (obviamente não a única) de formas de transmissão do discurso de outro que foi, e ainda continua, se refinando ao longo do tempo. Que fique claro que de nada adianta discutir o assunto sem que se vislumbre um corpus a partir do qual possamos mostrar como os discursos interagem em torno da citação, que relações estabelecem, suas tensões e distensões. Se assim o fizermos, cairemos na mesma esterilidade dos estudos que se contentam em prescrever formas de passagem de um esquema a outro apagando, dessa forma, o que há de significativo e dinâmico no que diz respeito, conforme ensinou Bakhtin, à natureza fundamental da linguagem, a interação. De qualquer forma, registramos que “o fenômeno do DR traz evidências à tese do dialogismo, que é a marca específica do chamado Círculo de Bakhtin” (Paulillo, 1993, p. 34). Isso faz do campo dos estudos discursivos um dos grandes eixos a partir do qual se pode pensar o homem na sua constitutiva diversidade em detrimento de sua aparente unidade.

O que acreditamos que deva ficar claro, apesar das nossas limitações, a respeito da problemática do discurso relatado, é que: 1. “O discurso citado é uma das manifestações mais evidentes da alteridade” (Cunha, 2009, p. 130), o que garante a heterogeneidade dos discursos como radical, sendo a homogeneidade não mais que uma denegação, um efeito de monologia que só se sustenta sob a forma de ilusão de dominância; 2. Os esquemas de base, suas variantes e as

¹⁰⁸ Tratamos somente do discurso relatado, que representa uma fração de um universo de fenômenos: “O levantamento exaustivo e a classificação das marcas de heterogeneidade representam uma tarefa perigosa, talvez impossível” (Maingueneau, 1997, p. 75). Nesta mesma obra o autor apresenta um inventário interessante, no qual figuram a *teoria polifônica* de Ducrot, a *pressuposição*, a *negação*, o próprio *DR*, entre outros.

formas mais apagadas de citação não constituem um fenômeno involuntário e arbitrário, uma vez que refletem os modos de relação que indivíduos estabelecem a partir das posições ocupadas nos mais diversos quadros institucionais; 3. É possível constatar relações de poder a partir das relações que os discursos envolvidos na citação estabelecem, se o que se cita é um dogma, ou um ponto de vista do qual se quer afastar, se se trata de uma autoridade ou daquilo que se considera indigno de respeito etc.

Para a AD, conforme a breve e insuficiente apresentação que fizemos da pesquisa de Sant'Anna, interessa o problema, também, sob a perspectiva dos posicionamentos e dos gêneros do discurso particulares envolvidos no processo de transmissão do discurso alheio. A cada situação de comunicação correspondem coerções de natureza específicas na quais o enunciador se verá implicado, devendo reagir ativamente a elas. Fugir de uma concepção estreita do discurso relatado é, portanto, fundamental, no objetivo de observar na constituição dos discursos formas das mais evidentes até as mais apagadas de presença do elemento de alteridade, afastando qualquer ponto de vista que insista em ver o fenômeno como produto das intenções particulares dos locutores que assumem a autoria de um enunciado. Seguindo a proposta de Maingueneau,

em matéria de análise do discurso nos absteremos de toda concepção superficial do discurso relatado. As formas de representação de discursos de outrem são apenas manifestações de uma propriedade constitutiva de todo discurso, que é trabalho sobre outros discursos, negociação permanente de sua própria fronteira. (1998, p. 48)

Ainda de acordo com o mesmo autor,

a AD dedica grande atenção aos fenômenos referentes à citação para descobrir, por exemplo, o contraste entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação, ou ainda o distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado (Id. 1997, p. 85)

As palavras de Maingueneau nos parecem muito próximas das nossas, quando no início deste capítulo falamos da guinada promovida por Bakhtin, a saber, a de considerar as formas de transmissão em virtude de contextos específicos de produção dos discursos e que efeitos de sentido resultam dos processos em questão. Essa talvez uma linha de trabalho produtiva para os analistas do discurso¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Cabe salientar que Maingueneau (1997) associa a discussão do DR ao problema das Formações Discursivas, que abordaremos num outro momento.

4 O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO

O presente capítulo reúne o conjunto de nossas análises. A partir de nossa plataforma teórica buscamos construir um dispositivo de leitura da cartilha, buscando considerar o seu discurso no bojo de um interdiscurso. Começando pelos gêneros do discurso, passando pela cenografia discursiva e chegando aos discursos relatados, cuidamos de recuperar imagens discursivas que nos sejam relevantes.

4.1 A cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

Antes de darmos início a nossa caracterização, iremos apontar, em linhas gerais, o percurso adotado. Faremos uma visada aos sentidos cristalizados da palavra cartilha segundo a perspectiva de alguns dicionários de língua portuguesa. Nosso objetivo é obter subsídios para uma melhor compreensão do funcionamento social deste tipo de texto. Partindo ainda desta breve apresentação, de como o termo tem sido apresentado nos compêndios lexicológicos, estaremos aptos a tecer as considerações seguintes.

Sobre a cartilha que se constitui em nosso material privilegiado de análise, realizaremos o seguinte percurso: se é verdade que os tipos relativamente estáveis equivalem às esferas da atividade humana, será necessário evidenciar que esfera, do ponto de vista histórico mesmo e conjuntural, justifica a emersão da cartilha; disso resultará, acreditamos, a identificação do tipo de discurso a que pertence a cartilha, considerada o setor de atividades da sociedade na qual ela está inserida; em seguida passaremos a sua caracterização de gêneros em si, a partir da qual, levaremos em consideração a possibilidade de ver aí, ou seja, na cartilha de que tratamos, uma particularidade, qual seja, o hibridismo.

4.1.1 Os sentidos cristalizados

Uma consulta a um dos maiores e mais usados sítios de busca da internet com a expressão “tipos de cartilha” apresentou o espantoso resultado de aproximadamente 281.000 páginas com alguma referência. É possível inferir, logicamente, que a diversidade de tipos de cartilha é tão

astronômica quanto os resultados que a pesquisa apresentou. Esse tipo de publicação, de fato, tem sido largamente utilizado por instituições das mais diversas naturezas, com a finalidade comum de se apresentar como um texto de iniciação sobre algum assunto. Temas ligados à Saúde (dengue, drogas, AIDS, sexualidade, alimentação etc), à Segurança Pública (abordagem policial, reação a assalto, situações de risco etc), ao Trabalho (prescrições profissionais, sugestões de sucesso etc), à Religião (modos de adoração, os meios de coordenar um grupo de oração etc), ao Direito, à Economia, à Política, ao Meio Ambiente etc, eis apenas alguns exemplos do retorno que tivemos em nossa consulta.

A diversidade e a abundância de tipos de cartilha, segundo um recorte temático, dificultam a construção de um estudo cujas considerações possam se estender a todo um conjunto. No entanto, o fato de inúmeras instituições recorrerem ao termo cartilha para algumas de suas publicações deve ser um sintoma de algo. A pista para tal escolha pode estar na própria definição do que seja cartilha. Vejamos como alguns dicionários da língua portuguesa a definem:

Cartilha. [Dim. de *carta*] *S.f.* **1.** Livro para aprender a ler. **2.** Compêndio elementar ou rudimentos de arte, ciência ou doutrina: *cartilha de música; cartilha cristã.* **3.** *Fig.* Maneira de se viver; padrão, modelo. ◊ **Ler pela mesma cartilha.** Ter a mesma opinião, doutrina ou teoria.¹¹⁰

Cartilha, *s.f.* Livrinho em que se aprende a ler. || **2.** Tratado elementar. || **3.** Compêndio de doutrina cristã.¹¹¹

Cartilha, *s.f.* dim. de *carta.* || Livro ou carta para ensinar a ler. || Compêndiozinho de doutrina cristã. || (P. ext.) Tratado elementar. || *Não saber a cartilha,* (fig.) ser muito ignorante. || *Ler por outra cartilha,* (fig.) seguir sistema diverso, outro modo de proceder. || *Isto não está na cartilha,* (loc. Fig.) é ponto duvidoso, e talvez errôneo; não é doutrina corrente. F. *Carta.*¹¹²

Conforme podemos notar, a primeira definição que os três dicionários escolhidos apresentam diz respeito a sua função pedagógica, qual seja a de se tratar de um livro (livrinho ou carta) destinado à aquisição da leitura. Os sentidos apontam para uma relação de ensino-aprendizagem, que ora põe em relevo quem aprende (o primeiro e o segundo dicionários) ora quem ensina (o terceiro dicionário). Embora em ordens diferentes, ambos os dicionários ressaltam também a função religiosa da cartilha, depositária de uma doutrina cristã.

Além disso, a cartilha também é considerada um “tratado elementar”, o que amplia significativamente o seu alcance. Isso explica, obviamente, a quantidade imensa de publicações

¹¹⁰ Novo Dicionário Aurélio, Ed. Nova Fronteira, s/d.

¹¹¹ Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, Ed. José Olympio, 1957.

¹¹² Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, Ed. Delta, 1964.

que se intitulam de cartilha, conforme já havíamos colocado, por se tratar de um texto para iniciantes. O emprego da palavra compêndio também revela uma outra característica das cartilhas, a saber, o seu aspecto de síntese. Podemos inferir, portanto, que não se trata de um texto que pretende esgotar qualquer assunto, constituindo-se tão somente como uma entrada. O uso do diminutivo tanto para a palavra “compêndio” quanto para a palavra “livro” reforça a leitura que fazemos das acepções encontradas nos dicionários.

O primeiro e o terceiro dicionários apresentam ainda sentidos figurados sobre os quais não podemos deixar de fazer comentários. O *Novo Dicionário Aurélio* fala em “maneira de se viver; padrão, modelo”. Tais sentidos dependem, é claro, do tipo de cartilha de que se trate. No entanto, apesar disso, podemos enxergar aqui, também, um traço marcante da cartilha: a prescrição.

Esse sentido figurado parece derivar de um outro, não figurado, aquele que diz respeito à doutrina cristã. Há um modelo, um padrão subentendido, talvez mesmo explícito, nas cartilhas, que serve de bússola aos que a ela recorrem. Assim, a cartilha permite ao leitor saber exatamente o que ele deve e, conseqüentemente, o que ele não deve fazer, sob a pena de não se enquadrar no modelo proposto. Cartilha, nesse sentido, é uma publicação que conforma grupos coesos, ou pelo menos o pretende fazer.

O Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa apresenta ainda alguns exemplos de emprego da palavra cartilha e os seus respectivos sentidos. Chamamos a atenção para o exemplo “Ler por outra cartilha”, traduzido da seguinte maneira: “seguir sistema diverso, outro modo de proceder”. Reparemos que este sentido está muito próximo daquele que ressaltamos no parágrafo anterior. Percebe-se, portanto, a cartilha como um tipo de texto que não apenas se insere numa relação de ensino-aprendizagem, mas também na de doutrinação.

Conforme Leonardo Pinheiro Mozdzenski (2006), em consonância com o que verificamos nos dicionários consultados, as cartilhas, na sua origem, estavam associadas à educação e à catequese. A relação entre os dois domínios, o educativo e o religioso é testemunhado, mesmo, em algumas publicações passadas, já que “gramática e catecismo, ou cartilha e catecismo, inclusive, aparecem frequentemente lado a lado, impressos no mesmo livrinho, como é o caso da *Cartilla y Doctrina Christina... em la lengua Chuchona*” (Daher *apud* Mozdzenski, 2006).

Note-se ainda que as cartilhas se enquadram em um tipo de publicação que tem vez com o advento do chamado método sintético de aprendizagem, aliás, mais antigo que a própria

cartilha. O método em questão consiste na consideração dos elementos mínimos e rudimentares de um saber, que somados apontam para uma totalidade do domínio em questão. Um exemplo categórico é o próprio sistema clássico de alfabetização, concretizado no ensino de letras e sílabas, até chegar à palavra, desta às frases, aos textos e assim por diante.

Se cotejarmos as nossas reflexões sobre os gêneros do discurso com os sentidos cristalizados que ora apresentamos, perceberemos alguns elementos interessantes e extremamente relevantes. Primeiramente, pela ótica de um tipo de discurso, o que os dicionários nos apontam é que se pode falar tanto de um discurso didático quanto de um discurso religioso; mesmo esses universos tipológicos são ainda muito amplos a ponto de não conseguirem esgotar qualquer espécie de caracterização.

A princípio, não importando a esfera social específica, desde que se possa falar numa relação de ensino-aprendizagem, justifica-se a emergência de uma cartilha. Além disso, mesmo de um ponto de vista da religião, estamos ainda a pensar a cartilha como instrumento de ensino. Ora, as religiões, enquanto artifícios sociais só se consolidam mediante o seu ensinamento. Podemos assim, pelo menos em linhas gerais, considerar a cartilha como um tipo relativamente estável de enunciado que se caracteriza, em primeira ordem, como um dado gênero capaz de atualizar diferentes tipos de discurso. Pode-se falar em cartilha religiosa, em cartilha educativa, cartilha política, entre outros (a nossa consulta aos sítios virtuais não nos deixa dúvidas).

No que diz respeito às condições de êxito de que fala Maingueneau, pelos menos três critérios devem ser satisfeitos, independente dos diferentes tipos de cartilha: a questão da finalidade (há algo a ser ensinado); o estatuto dos parceiros (alguém que ensina e alguém que aprende); lugar e momento legítimos (quando e onde a cartilha se faz necessária). De um ponto de vista das tipologias comunicacionais, especificamente as funções da linguagem, é legítimo afirmar que as cartilhas são claramente metalinguísticas: falam do ensino na exata medida em que ensinam, ou da doutrina na exata medida em que promovem a doutrinação.

Podem ser, numa ou noutra proporção, ainda do ponto de vista das funções da linguagem, apelativas, já que pressupõem a interpelação de um aprendiz, um iniciante. Podem ser também referenciais, uma vez que há um conjunto de saberes e comportamentos que justificam a existência de uma cartilha e sobre as quais se articulam os mecanismos enunciativos. Obviamente, não se pode falar nesses traços senão em linhas muito gerais, já que, conforme

vimos na seção que trata deste aspecto tipológico dos gêneros, as funções da linguagem não se separam como água e óleo.

No entanto, acreditamos que a função metalingüística será uma espécie de essência da cartilha, pelo menos num plano mais abstrato.

4.1.2 A cartilha da Campanha: especificidades quanto ao tipo e quanto ao gênero

Finalmente chegamos ao ponto de olhar mais de perto o material que tomamos para análise. Primeiramente devemos avaliar a esfera da atividade humana à qual está ligada a cartilha. Com efeito, uma dada conjuntura e uma dada contingência histórica se impõem como condição de emergência da cartilha. Conforme temos visto ao longo dessa dissertação, há toda uma polêmica instaurada em torno da indústria do petróleo brasileiro que se baseia na mudança do marco regulatório do setor.

A conformação de grupos interessados em discutir a questão desponta como um fator fundamental do fenômeno, uma vez que coloca uma disputa deliberada de opiniões e propostas para a constituição desse novo marco regulatório de que falamos. Segundo o que temos exposto, um desses grupos, reunido sob uma campanha intitulada O Petróleo Tem que Ser Nosso, tem deflagrado várias ações pelo país no intuito de ganhar a opinião pública e assim engrossar o próprio movimento. Isso significa formar novos quadros, ganhar a base.

Note-se que para tanto, demanda-se um esforço que se traduz nas mais diversas iniciativas, as quais envolvem, em grande escala, a produção de discursos capazes tanto de identificar o movimento quanto de torná-lo cada vez mais sólido. Já expusemos nos capítulos de metodologia e de contextualização as bases da Campanha, tanto na sua cronologia quanto na sua forma de organização. Igualmente relacionamos alguns dos materiais que surgem como instrumento de mobilização e justificamos a escolha de um material específico.

Ora, devemos pensar, lembrando Bakhtin, na relação entre a emergência de determinados gêneros do discurso e as esferas de atividade humana. O fato de que grupos se conformem para a disputa ideológica demanda certa coesão de pensamento, que junto da conformação do grupo se conformem igualmente uma doutrina e um plano de ações comum. Vimos que as cartilhas se caracterizam como compêndios de uma determinada doutrina. Percebe-se, assim, como um tipo de enunciados relativamente estável dessa natureza vem à tona.

Evidentemente, estamos postulando a relação entre materialidade histórica e constituição discursiva desta mesma materialidade. Não é vertical a relação. A esfera da atividade humana é ao mesmo tempo origem e produto do gênero que lhe é representativo. Um dado gênero não existe sem a esfera de atividade humana na qual intervêm na mesma medida em que essa esfera não seria possível sem o gênero a partir do qual se constitui. Tendo em vista esse conjunto de fatores, aliado ao que expusemos nos capítulos de metodologia e de contextualização – sobretudo a partir deste último, que nos deixa perceber um certo perfil institucional subjacente à Campanha – é possível postular a filiação da cartilha a no mínimo dois tipos de discurso, a saber, o político e o didático. Estamos falando, assim, da cena englobante.

Em segundo lugar, saindo do quadro da cena englobante e passando ao quadro da cena genérica, notamos uma série de elementos que devemos considerar. Estamos falando, sobretudo, do caráter híbrido da cartilha. Com efeito, o material apresenta como traço peculiar o fato de convergir num só suporte um conjunto variado de gêneros, cartaz, panfleto, conto e adesivo. Trata-se, portanto, acreditamos, de um intergênero, na medida em que se constitui num espaço de convivência solidária de diversos gêneros. Avaliaremos agora a maneira como os gêneros constitutivos da cartilha se relacionam a partir de algumas coordenadas: *tema, memória, níveis de economia enunciativa e finalidade*.

Em se tratando de uma cartilha dessa natureza, poderíamos pensar na conveniência de segmentá-la em suas distintas partes, ou seja, desfazer o intergênero nos diversos gêneros que o constituem. Com efeito esse é um percurso necessário, porém insuficiente. Não se pode perder de vista que não é com gêneros isolados que estamos lidando, mas com uma determinada organização destes em torno da cartilha que lhes serve de suporte. Que elementos, portanto, desses diversos gêneros conformam-se numa totalidade? É preciso, assim, pensarmos em traços mínimos capazes de estabelecer a ligação entre estes diversos gêneros.

Um primeiro ponto seria a questão do *tema*. Importa destacar que aqui podemos recuperar Bakhtin (1992), para quem um dos eixos sobre os quais se sustentam os gêneros é justamente o conteúdo temático. De fato, de uma ponta a outra a cartilha é atravessada por um tema central: o monopólio estatal do petróleo. Evidentemente que o nível de complexidade de alguns gêneros inscreve na ordem de sua manifestação uma variedade significativa de subtemas, mas que necessariamente orbitam o tema central.

Um outro dado no qual podemos pensar, como responsável pela unidade dos gêneros, é o *domínio da memória*. De uma forma ou de outra, em todos os gêneros há uma referência ao evento da metade do século passado, seja pelo slogan que reformula um dizer fossilizado na história, do qual somente o conhecimento de mundo do co-enunciador dará conta, seja pelo “esmiuçamento” dessa memória nos gêneros de maior extensão. Alguém talvez terá se questionado se a memória não integraria os subtemas. Nós estamos inclinados a dizer que não, pois a este domínio, o da memória, inúmeros outros temas poderiam se articular. A memória é, portanto, uma instância autônoma, muito embora, obviamente, com ela se articule(m) o(s) tema(s).

Se por um lado, o tema e a memória podem ser pensadas como eixos que estabelecem o vínculo entre os gêneros, por outro, é preciso considerar o que os distingue, sem que se perca, é claro, a unidade que lhes é constitutiva. Sobre a distinção, estamos pensando no que chamamos de *níveis de economia enunciativa*. Por esse critério, que será explicado juntamente à descrição de seu funcionamento, podemos organizar os gêneros constitutivos da cartilha em dois grandes blocos: de um lado, os cartazes e o adesivo; de outro, o panfleto e o conto.

Note-se, portanto, que estamos postulando a existência de quatro gêneros que se integram na e integram a cartilha. Os cartazes (primeira e segunda falsas capas) e o adesivo¹¹³ (quarta falsa capa) ocupariam o nível inferior da economia enunciativa, uma vez que prezam pela síntese, materializados na extensão mínima dos enunciados que os constituem; eles são diretos, objetivos e demandam do co-enunciador, portanto, um tempo igualmente mínimo e sintético de leitura. Apesar de sua brevidade, é preciso reconhecer, de um ponto de vista mais estrutural, que nestes gêneros constam todas as informações necessárias.

Os cartazes, sobretudo, mas também o adesivo, se relacionam ainda quanto a *finalidade*: ambos servem para divulgar. Obviamente, o adesivo guarda uma particularidade importante; ele não apenas divulga, ele divulga que alguém (no caso, quem o use) aderiu àquilo que é mesmo objeto de divulgação. Apesar desse detalhe fundamental, devemos ter claro que o adesivo não está em seu modo de existência habitual, posto que integra a quarta falsa capa de um folheto. Mudando o seu modo de existência, muda, por conseguinte, o seu modo de significar.

¹¹³ O que aqui chamamos de adesivo figura também como identidade visual da campanha; basta notar que na própria cartilha, o personagem Lobato usa uma camisa com a referida identidade. Estamos considerando, no entanto, o que consta na quarta capa como adesivo porque foi este o seu primeiro modo de existência discursiva. O mesmo acontece com os cartazes, assim considerados em vista de um conhecimento prévio de nossa parte, já que verificamos a circulação destes materiais em outras instâncias.

Tratemos agora do nível superior de economia enunciativa, do panfleto e da narrativa. Seus enunciados são complexos, do ponto de vista da sua extensão, o que institui com o leitor um modo de relacionamento discursivo bastante distinto. Demandam certo tempo de leitura (que varia do panfleto ao conto) e são, ao contrário dos gêneros anteriores, prolixos. O panfleto e o conto também se relacionam quanto à finalidade: ambos se prestam à explicação, de uma maneira geral.

Estão, assim, estabelecidos os dois blocos de gêneros do discurso da cartilha quanto ao nível de economia enunciativa. Com relação a tudo que foi exposto, uma ressalva se faz necessária. O fato de constituírem dois grandes blocos que se opõem segundo alguns parâmetros não deve significar que tais gêneros se excluam mutuamente. Ao contrário, eles se complementam: um é a síntese do outro enquanto o outro é a tese do um. E este é, acreditamos, como fator de solidariedade discursiva, um traço de extrema relevância.

4.2. Identidades e alteridades: a conformação dos flancos pela disputa do petróleo

Nas subseções que seguem descrevemos as análises que realizamos em nosso corpus. Conforme explicitado na metodologia, num primeiro gesto de análise, tomamos a parte introdutória da cartilha sob a perspectiva de uma cenografia discursiva, com o intuito de delimitar as imagens discursivas dos coenunciadores, bem como das formações discursivas em questão.

Em seguida, naquele que seria o nosso bloco principal de análise, observamos as formas de transmissão do discurso de outrem e os efeitos de sentido que daí decorrem. Observamos, ainda, como os discursos relatados nos dão um testemunho das imagens do par interlocutivo e como as vozes que são trazidas para o contexto da cartilha estão organizadas.

4.2.1 Processos discursivos para a construção de um regime de verdade: modos de enunciação e cenografia discursiva

A introdução da cartilha constitui-se de 6 parágrafos curtos mais ou menos simétricos, possuindo o de maior extensão 9 linhas e o de menor apenas 3 (outros 3 apresentam 5 linhas cada e um outro 4). Superficialmente falando, nos cinco primeiros, o enunciado assume o tom do relato. Restringem-se à apresentação de alguns dados históricos quanto à questão do monopólio

sobre a exploração, transporte e comércio do petróleo no Brasil, considerados mais ou menos os últimos 60 anos.

A apresentação destes temas, obviamente, como em todo discurso, se orienta para algum lugar, ou melhor, institui lugares que serão ocupados por atores específicos que desempenham papéis distintos. São apresentados ainda onze tópicos que sintetizam as reivindicações da Campanha Nacional O Petróleo Tem Que Ser Nosso.

Segundo Maingueneau, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (Maingueneau, 2001, p. 85). Isso significa que o texto oferece aos que por ele se interessam, enquanto objeto de análise, determinadas pistas que permitem reconstituir os caminhos pelos quais os seus sentidos tomam forma. Interessa-nos, sobretudo, perceber que imagens são construídas dos coenunciadores e como eles interagem. Tais formas de interação, segundo os estudos discursivos, podem ser contemplados de maneiras muito distintas.

Em nossa análise focalizaremos a *cenografia discursiva* como noção teórica, privilegiando como categorias de análise as marcas de pessoa, para uma caracterização do par interlocutivo – a *locução discursiva* – e os dêiticos de tempo e espaço, para apreendermos a *cronografia* e, talvez, a *topografia*, além dos elementos de referenciação fora de contexto.

4.2.2 A não-pessoa como traço de transparência histórica

O tom de um relato parece marcar a introdução da cartilha. Progressão temporal, marcadores linguísticos deste tempo em progressão, a organização linear dos fatos apresentados, traços pronominais predominantemente referenciais, entre outros.

Mas chegamos a esta constatação mediante, sobretudo, a observação das marcas de pessoa que evidenciam um tom majoritariamente relator. Dizemos majoritariamente porque em certa altura da introdução, há uma passagem, no nível dos enunciados, da não-pessoa à pessoa ampliada, que constitui, acreditamos, um importante efeito de sentido para a enunciação, sobre o qual ainda iremos nos colocar.

Já nos referimos ao número de parágrafos que dão forma à introdução de que tratamos; ratificando, são seis no total. Destes, em cinco, vemos instituir-se um modo de enunciação em que o enunciador é apagado, ou se apaga; na verdade há aqui um duplo apagamento, tanto do

enunciador quanto do co-enunciador¹¹⁴. Abaixo, o primeiro parágrafo, reproduzido na íntegra, é emblemático.

*(1) Já se passaram 60 anos da campanha **O Petróleo é Nosso**. Naquela época, o petróleo era apenas um sonho. O Brasil nem sabia que teria tanto petróleo. Mesmo assim, o povo saiu às ruas e conquistou o monopólio da União sobre a sua exploração, transporte e comércio, através da Lei 2004/53, assinada no governo Getúlio Vargas.*

Os indícios linguísticos mais contundentes disto que afirmamos são os verbos, que a partir de suas marcas desinenciais apontam, em todas as suas ocorrências (estamos falando dos cinco primeiros parágrafos, obviamente, e não apenas do fragmento acima reproduzido), para a terceira pessoa, segundo Benveniste, o traço exclusivo da não-pessoa. Por meio desse recurso, e assumindo a forma de um relato, são tematizados nestes cinco primeiros parágrafos alguns tópicos que serão o centro de toda a cartilha. Trata-se da campanha “O Petróleo é Nosso” e da promulgação da lei 9.478, respectivamente relativos à instituição e à dissolução do monopólio estatal do petróleo; da descoberta dos campos do pré-sal; e, por fim, da campanha que a cartilha promove e encena, “O Petróleo Tem que Ser Nosso”.

São esses temas, acreditamos e tentaremos mostrar, os eixos norteadores do jogo de filiações e desacordos instaurado pela enunciação da cartilha que, buscando conquistar a adesão de seus leitores, cumpre a função de servir de base para aquilo que parece ser o seu objetivo principal, a saber, divulgar a própria campanha da qual faz parte.

A enunciação em terceira pessoa, característica desta introdução, constitui-se num rastro sobre o qual podemos refletir para compreender que efeitos de sentido que aí são produzidos. A condensação de muitos temas e épocas, por sua vez, faz-nos pensar na possibilidade de que o que se ergue nessa enunciação, ou melhor, nesse modo de enunciação, de um ponto de vista temático mesmo, é um necessário conjunto de informações básicas, que servirão ao leitor de bússola para orientar a sua leitura. É preciso conhecer a história que envolve a polêmica do petróleo. Por isso, não é de se estranhar que ocorra esse apagamento inicial do enunciador do qual falamos.

Os temas relatados na terceira pessoa, portanto como referentes, apresentam a vantagem de se mostrarem ao interlocutor como incontestáveis. A imparcialidade característica da não-

¹¹⁴ No momento oportuno voltaremos a este ponto tentando comprovar nossas afirmações com fragmentos do corpus.

pessoa possibilita o afastamento relativo de qualquer tipo de desconfiança por parte do leitor. O texto, assim, ganha em verossimilhança. Os enunciados que o constituem passam ao status de um fato, isento de pontos de vista apaixonados.

A objetividade do relato garante, dessa forma, um efeito de verdade. Além disso, o discurso assim construído parece responder por si mesmo, assentado no absoluto, o que caracteriza melhor o seu regime de verdade. Os fatos nos são dados a ver por si mesmos e não pela leitura de um enunciador específico. A história apresentada sob a forma de um relato, de uma narrativa, não resulta, dessa maneira, de qualquer versão comprometida: é a história sem rasuras que parece contar-se por si mesma.

(2) Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal, que começam a ser anunciados pela Petrobrás no final de 2007, já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos. Mas só agora a empresa brasileira desenvolveu a tecnologia que permite comprovar e explorar essas reservas, sendo, nesse sentido, pioneira no mundo.

Não se pode duvidar sobre a veracidade das informações apresentadas porque elas se bastam, não havendo qualquer tipo de atribuição de uma fonte para essas mesmas informações. Efetivamente, como faz parecer esse modo de enunciação, os funcionários técnicos e especializados da Petrobrás já sabiam dos grandes campos do pré-sal. Não se trata aqui, aparentemente, de defesa de um ponto de vista, mas apenas da averiguação dos fatos, permitida pela opção feita pelo relato.

Se por acaso aqui houvesse uma inscrição explícita de posições, tanto a favor ou contrárias, estaria aberta a possibilidade de que o leitor se coadunasse com qualquer uma delas, mesmo com toda a força que os argumentos pudessem conter. Esse risco fica então amenizado a partir do momento em que a enunciação aparenta ser intangível.

Acreditamos que a caracterização dos marcos históricos, seus conflitos e dos atores neles envolvidos permite ao leitor identificar com mais clareza o cenário de uma batalha e os papéis aí distribuídos. Desenhada como a disputa de dois grupos, um com suas nobres e o outro com as suas escusas intenções, a batalha em torno da posse do petróleo já incita o leitor a simpatizar com uma das frentes.

A enunciação, assim, aparentemente imparcial, na maneira como mostra os temas, vai aos poucos também revelando certa parcialidade. É como se o enunciador se inscrevesse de viés, não por marcas explícitas, mas pelo seu modo de enunciação, pelas filiações com as quais aos poucos vai se mostrando afinizado. Sobre isso trataremos mais à frente e com mais clareza quando falarmos sobre a cronografia.

4.2.3 A pessoa ampliada como tomada de posição: da instalação do co-enunciador

Já colocamos aqui a questão da esmagadora maioria de pistas lingüísticas que dão conta da “impessoalidade” dos enunciados da introdução. No entanto, conforme também já havíamos adiantado, há uma passagem. É somente ao final da introdução que percebemos no fio do discurso os vestígios de uma pessoa do discurso distinta, não mais aquela que até essa altura do texto vínhamos observando, mas sim da pessoa ampliada. Os fragmentos a seguir mostram uma perífrase e um verbo, flexionados na primeira pessoa do plural, além de um pronome possessivo.

(3) *Vamos repetir a vitoriosa campanha que resultou na criação da Petrobrás, atualmente a maior empresa do país e uma das maiores petrolíferas do mundo.*

(4) *Temos que lutar para que todo o petróleo, inclusive o do pré-sal, seja de fato, nosso.*

Nestes fragmentos testemunhamos o enunciador se revelar, ou seja, sair da toca em que se havia metido até então. Enunciando a partir da pessoa ampliada, o locutor cria junto de si um espaço em que também pode caber seu interlocutor, abrindo lugar para a inscrição concomitante de um co-enunciador. Sobre as três marcas da primeira pessoa do plural aludidas acima, associado às reflexões de Benveniste sobre as marcas de pessoa, podemos ver aí duas vias. O “nós” pode ser tanto inclusivo quanto exclusivo.

Em primeira hipótese, o “nós” busca integrar o co-enunciador; em segunda, não. Além disso, como lembra Benveniste, quem enuncia “nós” é um “eu” que governa a enunciação, por mais que dentro do pronome plural possam ser encaixadas outras pessoas e não-pessoas (se inclusivo, dá conta do co-enunciador; se exclusivo, refere-se apenas aos “movimentos sociais,

sindicais, estudantes, partidos políticos, enfim, brasileiros e brasileiras que estão dispostos a lutar para que as riquezas do país sejam revertidas em benefício do povo brasileiro”)¹¹⁵.

Estamos inclinados a acreditar que esse *nós*, apesar da sua ambigüidade característica, é inclusivo e busca integrar o co-enunciador. A justificativa mais razoável é que uma campanha para ter algum sucesso precisa fazer o leitor aderir ao seu projeto. Não apenas o emprego do “*nós*” dá-nos a prova disso, ou seja, de que o enunciador busca integrar o leitor, mas também as categorias genéricas a partir das quais o texto se articula (“povo, Brasil, nação brasileira), circunscrevendo um auditório o mais amplo possível. Aliás, esse auditório amplo talvez justifique uma apresentação inicial e sintética de um histórico em torno do petróleo. Somente depois que enunciador e co-enunciador compartilham de informações básicas é que se torna possível enunciar “*nós*”.

O co-enunciador é sutilmente convocado a se somar à luta que o enunciador define como legítima e digna de ser levada a cabo. Compreende-se, portanto, porque o tom assumido pelo enunciador inicialmente é o de uma voz que apenas relata, já que a imagem que faz de seu interlocutor é a de alguém que primeiro necessita conhecer a história (ou a história que o próprio discurso constrói), como forma de se sensibilizá-lo, para depois se ver numa situação confortável para aderir ao projeto.

Além disso, podemos especular que assim o enunciador conquista lentamente a confiança de seu interlocutor. A aproximação é gradativa. Podemos vislumbrar ainda, como estamos tratando de um material que se proclama cartilha, nesta opção pela não-pessoa, certa identificação com os discursos didático-pedagógicos¹¹⁶, que se contentam em apresentar objetivamente as informações.

(5) *Vamos repetir a vitoriosa campanha que resultou na criação da Petrobrás, atualmente a maior empresa do país e uma das maiores petrolíferas do mundo. Ao contrário da campanha **O Petróleo é Nosso**, quando a luta que moveu multidões ainda era por um sonho, hoje as reservas de petróleo e gás são uma realidade e **temos** que lutar para que todo o petróleo, inclusive o do pré-sal, seja de fato, **nosso**.*

¹¹⁵ “(...) ‘nós’ não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma junção entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’” (Benveniste, 1976 (vol I), p. 256).

¹¹⁶ Num capítulo específico tentaremos dar conta da hipótese da existência de um enunciador/explicador, identificando fragmentos que se destinam a elucidar o leitor sobre questões as mais diversas.

O verbo que introduz o fragmento supracitado sugere a ideia de ação. Flexionado em primeira pessoa do plural, esta ação se torna coletiva. Enunciador e co-enunciador se unem para um objetivo comum: “repetir a vitoriosa campanha que resultou na criação da Petrobrás”. É interessante observar o apelo que se constrói a partir da referência à Petrobrás, empresa resultante de um esforço coletivo tal qual ao que é sugerido pelo enunciador.

É preciso notar também que o último marcador de pessoa, o possessivo *nosso*, não é um simples elemento referenciador das instâncias interlocutivas, mas também uma peça da engrenagem que manifesta a constitutiva interdiscursividade de todo e qualquer discurso. O referido pronome integra uma sequência que se constrói a partir de uma reformulação.

O enunciado que está na base dessa rede interdiscursiva de que falamos é o tão famoso slogan da campanha pelo petróleo de meados do último século. É o outro da memória que é convocado e, ao mesmo tempo em que cria um espaço comum ao enunciador e ao co-enunciador, permite compartilhar visões de mundo.

4.2.4 Articulando os planos das pessoas do discurso

Benveniste insiste na ideia de que “a forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa” (Benveniste, 1976, p. 250). No caso da introdução o que está comportado na não-pessoa? Trata-se de uma instância da própria enunciação.

Devemos pensar que a introdução, apesar da raridade das marcas de um “*eu*”, assumindo explicitamente a enunciação, é parte integrante de um material mais amplo, assinado, conforme o expediente (“*Esta cartilha é uma publicação da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso, editada sob a responsabilidade do Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás/Sindipetro-RJ*”). Sendo assim, a voz responsável pela enunciação é uma voz delegada¹¹⁷; aquele que diz “*nós*” e aquele que diz “*ele*” coincidem. Não estamos diante de dois enunciadores distintos, mas de um mesmo enunciador desdobrado pela sua própria enunciação.

¹¹⁷ Brandão (1998) chegou a uma conclusão semelhante, sobre a qual nos apoiamos, a respeito das propagandas institucionais da Petrobrás divulgadas em 1979. A autora mostrou que, apesar de em certos textos de seu corpora não haver qualquer menção à Petrobrás, pode-se atribuir todo o dito a ela, já que as propagandas são de sua responsabilidade. Daí, a noção de “voz delegada”.

(6) *A campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso pretende organizar a resistência popular, contra a ganância dos oligopólios e das elites.*

Uma análise de conjunto permite afirmar que aqui se diz, implicitamente, o seguinte: “Nós, da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso, pretendemos organizar a resistência popular contra a ganância dos oligopólios e das elites”. Falar de si como se estivesse falando do outro constitui tão somente um recurso parecido com o que identificamos nos fragmentos relativos ao item 5.2.2. Ganha-se em legitimidade; com a impessoalidade pressupõe-se que o conteúdo do dito seja legítimo.

Apenas recapitulando, praticamente toda a introdução é marcada pela não-pessoa. Somente em três ocorrências, por meios de traços verbais e pronominais, podemos enxergar claramente a figura do enunciador.

Assim organizada, quanto às marcas de pessoa, a introdução pode ser dividida em dois momentos: inicialmente há uma voz que parece falar de um outro lugar, é uma voz exterior à própria enunciação, sem qualquer ancoragem enunciativa capaz de fornecer evidências de quem se responsabiliza pelo dito; ao final, um enunciador coletivo, ampliado, diria Benveniste, irrompe na materialidade discursiva, e assume, de certa forma, para si os enunciados anteriores, ou neles se fia.

Poderíamos pensar, a partir do número reduzido de marcas lingüísticas de primeira pessoa e nenhuma de segunda no texto, na ausência ou na escassez de evidências sobre a imagem do par interlocutivo. Essa seria, no entanto, uma observação prematura e talvez equivocada. Na verdade, embora os rastros de uma identidade enunciativa não se mostrem assim tão facilmente, isso não significa que eles não estejam lá, na própria enunciação. A maneira como o texto é construído permite leituras no mínimo interessantes a respeito das imagens pressupostas para o os coenunciadores. E aqui, o dado curioso, nos parece, está exatamente num jogo criado a partir da relação entre a não-pessoa (“não-eu”) e o enunciador (“nós”).

Lembrando Benveniste (1976, p. 285), “há enunciados de discurso, que a despeito de sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamamos a terceira pessoa”. No caso da introdução, são exatamente as situações objetivas mobilizadas sob a forma da não-pessoa, e a maneira como elas são caracterizadas, os indícios, como tentaremos provar, das imagens que o

enunciador constrói delas e com as quais busca identificar-se, os outros que constituem um grupo do qual se quer fazer parte; são as efemérides e a sua com muitas aspas “vocação” para sedimentar a memória, e ao mesmo tempo fazendo dela um inventário aberto.

Mas a isso retornaremos depois de uma consideração sobre a cronografia, que nos possibilitará, acreditamos, chegar a algumas conclusões ainda acerca das imagens dos coenunciadores.

4.2.5 A cronografia como construção de identidades: o tempo dos heróis e o tempo dos vilões

A cronografia não pode ser entendida como mera marcação temporal (se assim o fosse, ficaríamos somente com os clássicos elementos circunstanciais de tempo aos quais a gramática chama advérbios). A cronografia, como elemento do discurso, permite ver para além dos registros cronológicos. São dados da memória que uma vez inscritos nos enunciados dão ao leitor um quadro mais ou menos específico de um conjunto de sentidos que dele pode ser depreendido. Conforme destaca pertinentemente a professora Del Carmen Daher (2007, p. 66) “as articulações temporais são, conseqüentemente, recursos de fundamental relevância, pois permitem variadas formas de inscrição de um tempo que se quer perpetuar como referência na história”.

Arriscamo-nos a acrescentar que, mais do que referências na história, essas articulações temporais nos dão um testemunho dela, considerada a maneira específica como tais referências se encontram mobilizadas pela enunciação e as possibilidades interpretativas que delas podem decorrer. A história, assim como a historicidade de um discurso, não é, portanto, um bloco monolítico, compacto, mas o resultado de recortes que são o efeito de coerções específicas, das formações discursivas.

O eixo temporal da cartilha é julho de 2009. Essa informação não é apresentada no corpo textual da introdução, mas no expediente da cartilha (folha de rosto). É a partir desse tempo que a enunciação organiza as suas referências históricas. Com relação à introdução, apenas dois embreantes se dão a ver, estabelecendo a instância do AGORA enunciativo.

(7) [...] só **agora** a empresa brasileira desenvolveu a tecnologia que permite comprovar e explorar essas reservas, sendo, nesse sentido, pioneira no mundo.

(8) *Ao contrário da Campanha O Petróleo é Nosso, quando a luta que moveu multidões ainda era por um sonho, **hoje** as reservas de petróleo e gás são uma realidade e temos que lutar para que todo o petróleo, inclusive o do pré-sal, seja de fato, nosso.*

Apesar do expressivo número de anos – já que estamos a falar de uma metade inteira do século passado mais o início do atual –, são selecionados apenas alguns eventos que para a enunciação da cartilha assumem um grau de relevância significativo. O ponto original, como o demonstra o fragmento 9 (ver abaixo), se firma numa referência ao movimento que no início dos anos 1950 garantiu ao estado brasileiro o monopólio sobre o setor de petróleo no país.

(9) *Já se passaram 60 anos da campanha O petróleo é nosso.*

“Já se passaram 60 anos” para ser interpretado corretamente, deve ser relacionado com o eixo temporal da cartilha. Adiante, outro evento marcante mobilizado na cartilha é a assinatura da Lei 9.478, em 1997, que representou a abertura do mercado para o capital privado, tanto nacional quanto internacional. Diferente da referência da campanha do petróleo, esse segundo evento aparece sob a forma de uma progressão no tempo, a partir do ponto original estabelecido anteriormente, como *referência fora de contexto*.

(10) *Em agosto de 1997, foi desferido um golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira. A Lei 9.478, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, derrubou o monopólio da exploração e produção de petróleo pela Petrobrás e, ao mesmo tempo, criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de emitir permissões ou concessões para a exploração do petróleo brasileiro.*

O salto de décadas no tempo (de 1953 a 1997) sugere certa descontinuidade histórica e implica o esquecimento de eventos que talvez tenham sido relevantes e que acarretaram as mudanças do marco regulatório do setor no país. É como se na linha do tempo histórico uma tesoura realizasse um corte (recorte discursivo) de partes específicas para depois ser dado um nó. Portanto o tempo da cartilha é um tempo de emendas, para formar um todo pertinente à formação

discursiva na qual ela se inscreve. Essa operação permite construir mais facilmente os pólos de uma disputa, as extremidades de uma polêmica, em suma, as filiações e as incompatibilidades a que se associa ou das quais deve se afastar o enunciador da cartilha.

Nesse sentido, para além das referências temporais propriamente ditas, podemos ainda perceber, na superfície discursiva do parágrafo no qual figura o fragmento 10, por parte do enunciador, embora assumindo o tom do relato, uma espécie de tomada de posição, evidenciada pela caracterização da assinatura da Lei 9478/97, um “*golpe mortal* contra os anseios de soberania da nação brasileira”. Sobre a campanha “O petróleo é nosso”, notamos uma fala laudatória, ainda que tímida, a respeito do agente responsável (o povo) pela implementação do monopólio estatal do petróleo. Ao apresentar a Lei 9478/97, percebemos que o enunciador assume uma posição distinta, atribuindo a esta contornos de uma traição ao que havia sido conquistado em 1953.

De alguma maneira, mesmo pretendendo uma imparcialidade de quem apenas relata os fatos do passado que constituem a história da indústria do petróleo no Brasil, constatamos que, em relação aos dois marcos iniciais, o enunciador se identifica ao período mais remoto e se afasta do mais recente. Podemos dizer então que se trata da instituição de lugares de filiação que se dá a ver no processo de reconstituição da memória. A campanha **O Petróleo é Nosso**, como tempo da conquista, representará então a dêixis fundadora, a partir da qual toda a enunciação da cartilha buscará construir a legitimidade de sua fala; Agosto de 1997, com a sanção da Lei 9.478, será o tempo da derrota; 1953 será sempre lembrado como um tempo a ser reeditado e 1997 como um tempo a ser execrado. Articulado agora cronografia com as marcas de pessoa, a partir da consideração de um fragmento específico, vemos se desenhar mais claramente a cenografia discursiva:

(11) *Vamos repetir a vitoriosa campanha que resultou na criação da Petrobrás, atualmente a maior empresa do país e uma das maiores petrolíferas do mundo.*

Vislumbramos, aqui, toda a identificação estabelecida entre o enunciador e o movimento de 1953. “Vamos repetir a vitoriosa campanha” significa repetir tudo que o povo fez, ou seja, conquistar o monopólio da União sobre o petróleo. Reconquistar seria um verbo mais pertinente. Tendo sido o povo o agente, é com o povo mesmo que o enunciador se identifica e dá ao mesmo

tempo as cores da imagem que pretende construir de si para o seu interlocutor. Imagem que aparece como repetição, como filiação à memória que a própria enunciação fez revelar. Se observarmos os sentidos construídos para esse povo histórico e memorial/memorável, podemos ter acesso à imagem do enunciador. Analisemos o seguinte fragmento:

(12) *Mesmo assim o **povo** saiu às ruas e conquistou o monopólio da União sobre a sua exploração, transporte e comércio, através da Lei 2004/53, assinada no governo Getúlio Vargas.*

O **povo**, sintaticamente como sujeito lingüístico do enunciado, discursivamente também o tematiza, protagonizando um momento histórico do país; ele também é designado como agitador (“saiu às ruas”), vencedor (“conquistou o monopólio”), o que lhe constitui certo perfil. Louvado, o **povo** se converte no personagem central da trama histórica que vai sendo relatada ao leitor. Trata-se de um **povo** patriota e nacionalista, pois entregou o objeto de sua conquista nas mãos da União. É um filho que “não foge à luta”. Temos aqui a impressão de lermos uma verdadeira epopéia. Trata-se de uma saga coletiva pela quimera do petróleo (“*Naquela época o petróleo era apenas um sonho*”). Este item lexical uma vez mobilizado permite outra construção, na ordem dos efeitos de sentido que se pretende dar ao texto e dos efeitos de sentidos que se pretende despertar nos interlocutores, como recurso de sua adesão. É importante destacar que esse **povo**, anônimo, apresenta a vantagem de compreender perfis muito diversos de interlocutores.

Portanto,, embora a entrada do co-enunciador na enunciação se dê muito precariamente, não podemos dizer que ele não seja contemplado. E ele o é, mas a partir de outros índices. É a palavra **povo** quem ao mesmo tempo sintetiza todos os segmentos da sociedade no invólucro de um pré-construído e legitima o próprio movimento enunciativo do discurso. **Povo**, palavra de todos e de ninguém ao mesmo tempo, consegue condensar os anseios de um coro; a fala do **povo** sempre se pretenderá uma fala coletiva, uma fala plural, uma polifonia, portanto. Essa voz (“*A voz do povo é a voz de Deus*”) é quem autoriza a voz do próprio enunciador. É ela quem governa a enunciação, tem a sua autoridade de fala apoiada sob a âncora de uma memória e, mais ainda, de uma memória coletiva, de um coletivo uno e, parece, uníssono. Aqui temos o que Bakhtin chamaria de monofonização da dialogia da vida, reduzindo-se a heterogeneidade da existência e das relações humanas, conduzindo o leitor a um mundo construído pelo discurso que remete apenas a uma entidade: o **povo**.

E o enunciador faz do *povo* não só um objeto de sua fala, mas também a sua platéia potencial, ao mesmo tempo o seu próprio palanque e também o seu espelho. Estabelecendo um paralelo com a metalinguagem da literatura, o *povo* é tratado como um personagem do qual o enunciador fala como se narrador fosse¹¹⁸; um narrador que narra de longe, apenas como um observador, que apresenta os personagens na forma da 3ª pessoa, na forma de uma não-pessoa. Sendo assim, é a própria palavra, tomada sob a forma de uma impessoalidade, como objeto circunscrito unicamente sob a fala e ótica do enunciador, como síntese e ideologia ao mesmo tempo, como fonte, meio e meta, é a palavra *povo* um dos sustentáculos do grande polvo discursivo da cartilha: o enunciador. Ela condensa num só tempo um objeto do discurso, um auditório legítimo, a autoridade de quem a enuncia e a sua imagem. Estamos falando do tempo dos heróis.

Com relação a “agosto de 1997”, entendemos que ali está marcado o tempo dos vilões. Os adversários são mostrados como inimigos da nação, da pátria, do povo. Foram eles (os adversários) que retiraram do povo as conquistas gloriosas que só foram alcançadas pela mobilização popular. Deram “golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira”. Traíram os ideais de uma época gloriosa, profanaram a dêixis fundadora que legitima a fala do enunciador, ocupando, portanto, o lugar reservado à vilania. Temos, assim, elementos que se dicotomizam e vão delinear todo o horizonte da polêmica. O enunciador, de um lugar situado no presente, ao resgatar no conjunto vasto e extenso do passado os eventos que correspondem à posição enunciativa de onde pretende construir o seu discurso, descreve então o seguinte quadro:

1953 – Posição fiadora	1997 – Posição adversa
O intertexto - Lei 2004/53	O intertexto - Lei 9478/97
O agente – Povo	Os agentes – Elites e empresas privadas
A autoridade - G.V	A autoridade – FHC
A finalidade - Compromisso com o Brasil	A finalidade - Não compromisso com o Brasil
A instituição – Petrobrás	A instituição – ANP

Quadro 3 – Quadro comparativo de posições enunciativas

¹¹⁸ No próximo bloco de análise verificaremos, sem nos confundirmos com teoria literária, que essa posição de narrador constitui um aspecto enunciativo de suma importância para a construção dos regimes de verdade.

Depreendem-se, igualmente, as seguintes imagens:

1953 (Lei 2004/53)	1997 (Lei 9478/97)
Soberano	não soberano
Nacionalista	não nacionalista
Brasileiro	não brasileiro

Quadro 4 – Imagens relativas às posições antagônicas

Portanto, ao dizer “vamos repetir a vitoriosa campanha” o enunciador se reveste da imagem que construiu de um povo mítico, mitificando-se, conseqüentemente. Ao mesmo tempo, distingue-se totalmente do outro lado da disputa pelo petróleo.

Vejamos agora o seguinte fragmento, que nos parece ser de suma importância para uma construção da cronografia:

(13) *Diante da cobiça internacional, mais uma vez o povo brasileiro é desafiado a ir às ruas, para derrotar os grupos econômicos que se utilizam de todas as armas para controlar as novas reservas nacionais.*

Os verbos neste fragmento estão flexionados no presente, o que marca uma coincidência do dito com a situação de enunciação. No entanto, se associarmos os tempos verbais aos outros elementos destacados, notamos uma sutileza de sentido bastante interessante. No enunciado de que tratamos, vemos se integram todas as referências temporais até aqui apresentadas.

O fragmento “diante da cobiça internacional”, embora não seja considerado um dêitico temporal, tampouco um simples elemento circunstancial de tempo, remete a agosto de 1997; “mais uma vez” liga o presente discursivo à dêixis fundadora, que se atualiza plenamente na situação de enunciação.

É, portanto, neste enunciado que todas as referências temporais se amarram, formando um todo coerente. Está definitivamente instaurada a cena de uma batalha, com os seus flancos bem definidos, os objetivos de cada um e a legitimidade da ação que o enunciador propõe.

O enunciador fala de um tempo da tradição de lutas em defesa dos interesses coletivos da nação. Dessa forma, ficam justificadas as suas intenções. Como já havíamos antecipado, sobre a figura do povo, aqui vemos o seu retorno. Ele parece saído lá de 1953 para comparecer a esse novo chamado (“... o povo brasileiro é desafiado”), como um soldado reformado que é convocado para a guerra que se anuncia; a referência a ele, já dissemos anteriormente quando comentávamos as marcas de pessoa, também permite açambarcar a figura do co-enunciador.

Talvez possamos dizer que aqui estão os eixos primários da oposição, que nos permitem afirmar como o enunciador da cartilha se posiciona frente às contingências históricas que envolvem a questão do petróleo no Brasil. Temos então uma noção mais clara das posições defendidas (contra da lei 9478, a favor do monopólio) pelo mesmo do discurso e aquelas que o enunciador atribui ao seu outro (a favor da lei 9478 e contra o monopólio).

Tudo isso demonstra dois princípios fundamentais do discurso:

1º - o princípio da horizontalidade, a consideração de uma linearidade, os encaixamentos sintáticos são importantes, porém não suficientes; dois elementos dispersos no tecido textual se relacionam por um princípio do funcionamento discursivo;

2º - há um jogo estabelecido entre o mesmo e o outro do discurso, nos remetendo a associação entre identidade e alteridade; o enunciador caracteriza a sua própria posição a partir da afirmação do que falta ao outro e que é constitutivo de si; não se afirma explicitamente que a campanha de 1953 foi um projeto de “soberania energética da nação brasileira”, mas o leitor pode deduzi-lo a partir do enunciado que faz parte de um parágrafo que aparentemente serve para falar de um outro tempo e lugar; aqui vemos articular-se o mesmo e o outro do discurso, estando o outro numa posição contra a qual se coloca a posição do mesmo; é falando do outro que o enunciador fala de si. É somente a partir de um cruzamento não-linear das marcas temporais presentes na cartilha que se pode reconstituir a cronografia, e alocar cada ator no seu devido tempo.

O quadro que segue é apenas uma tentativa de sintetizar a organização característica do próprio texto, em que o tempo progride linearmente de um passado mais remoto, referindo-se a um outro passado mais recente, até chegar ao tempo zero, ou seja, o tempo da enunciação.

Passado remoto	Passado recente	Tempo zero
1953 – ano da assinatura da Lei 2.004, assinada pelo governo Vargas, por pressão de movimento popular	1997 – ano da assinatura da Lei 9.478, assinada por FHC, por pressão de empresas petrolíferas internacionais	2007/2009 – Descoberta dos grandes campos do pré-sal, gerando expectativas quantos ao incremento das reservas nacionais
Conseqüência	Conseqüência	Conseqüência
Instituição do monopólio sobre a exploração, produção e transporte do petróleo	Dissolução do monopólio da União e abertura do setor aos investimentos privados	Início da campanha “O Petróleo tem que ser Nosso”
“ <i>Já se passaram 60 anos</i> da campanha O Petróleo é Nosso”	“ Em agosto de 1997 , foi desferido um golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira”	“(…) hoje as reservas de petróleo e gás são uma realidade e temos que lutar para que todo o petróleo, inclusive o do pré-sal, seja de fato, nosso”
* 2009 é o ano de publicação da cartilha, conforme o expediente		

Quadro 5 – Marcos temporais e posições enunciativas

Não contemplamos nesta análise a topografia, pela ausência dos dêiticos espaciais. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que o enunciador produz o seu discurso de um determinado lugar, ou de lugares:

(14) *A campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso pretende organizar a resistência popular, contra a ganância dos oligopólios e das elites. Reúne movimentos sociais, sindicais, estudantes, partidos políticos, enfim, brasileiros e brasileiras que estão dispostos a lutar para que as riquezas do país sejam revertidas em benefício do povo brasileiro.*

Podemos depreender pelo menos um lugar de fala para esse enunciador; ele fala do interior de organizações distintas, a saber, das entidades da sociedade civil organizada, dos sindicatos, das escolas e universidades, dos diretórios dos partidos políticos e do Brasil, representado pelos brasileiros e brasileiras. Podemos falar ainda de um outro lugar institucional, a Petrobras, síntese de eficiência do modelo de monopólio estatal. Também podemos nos orientar pelos elementos paratextuais, como as cores verde e amarelo que ornamentam as duas páginas da introdução, bem como as ilustrações que mostram instalações da empresa Petrobras. Embora não

sendo elementos característicos de uma topografia, são sem dúvida vestígios que apontam para um lugar de onde fala o enunciador.

4.2.6 Os planos das pessoas e da cronografia: enunciação e formação discursiva

Dissemos ainda em algum ponto anterior de nossa análise que a utilização da não-pessoa permite ao enunciador tematizar alguns tópicos essenciais à cartilha. Foi, sobretudo, nesse processo de tematização que pudemos enxergar o posicionamento do enunciador. Devemos fazer a ressalva de que o fato de o enunciador se apagar por meio de sua própria enunciação, escondendo-se sob a forma do relato, não significa uma impossibilidade para percebermos qual mundo os seus enunciados evocam e os valores ideológicos atribuídos a ele. Vimos como as referências temporais são de suma importância para a construção de sentidos. Não se restringindo apenas a ancorar os enunciados no tempo, elas são tomadas como paradigmas das quais o enunciador busca uma aproximação ou um afastamento em virtude dos objetivos que persegue. É a partir desses marcos que podemos vislumbrar, por meio de uma identificação com personagens históricos, as imagens construídas pelo enunciador para si e para o seu co-enunciador.

Cabe também registrar como a inscrição do enunciador está em sintonia com a progressão cronológica. Da terceira pessoa à primeira do plural, integrando os co-enunciadores; do passado remoto ao presente, ponto de integração dos atores sociais e também dos co-enunciadores. Criase, portanto, uma cena do contato do militante com a sua base, gradativo, que legitima a própria enunciação. Curioso foi notar como há um deslocamento da voz enunciativa, na passagem da não-pessoa à pessoa ampliada. O conjunto dos enunciados apresentados sob a forma da narrativa, com o objeto referente caracterizado à distância, confere verdade, ao dito. Quando o enunciador ampliado aparece no fio do discurso, ele se investe dessa caracterização feita pelo enunciador (que era ele mesmo, desdobrado) precedente. Dessa forma, torna-se ainda mais legítimo, aos olhos de quem lê, o conjunto de reivindicações feitas. Devemos ressaltar que essa interpretação não se dá no nível da transparência, mas na opacidade fundamental constitutiva deste – e de qualquer – discurso.

Nesse primeiro bloco de análise conseguimos avançar nas respostas a nossa primeira pergunta de pesquisa, a saber, que imagens de enunciador e de co-enunciador se constituíam no âmbito da cartilha. É claro que estamos ainda aquém de uma conclusão, já que tratamos apenas

de um dos capítulos do material. No entanto, talvez tenhamos sido capazes de mostrar que até então, o enunciador se definiu segundo algumas características básicas que ora apresentamos: uma atitude de vanguarda, como conhecedor da história de lutas pelo petróleo, traduzindo-se no portavozeiro dessa tradição; identificação com valores nacionalistas, comprometido com a causa nacional; solidário às lutas de qualquer natureza, desde que soberanas, nos termos assim colocados; compromisso com a causa coletiva e movido pelo senso de justiça. Esse conjunto de imagens identificadas para/pelo enunciador se transfere ao seu co-enunciador por meio de construções enunciativas que talvez tenhamos conseguido mostrar a partir das marcas de pessoa, da observação de uma cronografia e de uma topografia instituídas.

Estes últimos elementos permitiram, ainda, vislumbrar um espaço ocupado por um simulacro do adversário na disputa pelo petróleo. Conforme tentaremos discutir no próximo bloco de análise, a caracterização preliminar realizada sobre a parte introdutória da cartilha se mostrou fundamental, sobretudo para a observação de marcas lingüísticas que atendessem aos nossos objetivos de pesquisa.

Acreditamos ainda que desse primeiro bloco de análise o que resultou de mais produtivo foi a possibilidade, a partir dos traços relativos a uma cenografia discursiva, de termos acesso às formações discursivas, que no contexto da cartilha são divergentes. Talvez seja lícito dizer que estamos lidando com no mínimo duas FD's: uma que chamaremos metodologicamente de *Formação Discursiva Nacionalista* e outra, *Formação Discursiva Entreguista*¹¹⁹. O enunciador da cartilha estaria inscrito na primeira FD, na qual busca inscrever também o seu co-enunciador; já na segunda, estaria inscrito o adversário, ou melhor, o seu simulacro, conforme tentaremos mostrar nos próximos blocos de análise.

4.3 Muitos falam... e outros nem tanto

Em nosso primeiro bloco de análises ressaltamos aspectos que, nos parecem, são de suma importância para a continuidade do trabalho. Todas as nossas considerações se basearam na identificação de um perfil para o enunciador e seu co-enunciador a partir das marcas de pessoa que atravessavam o fio do discurso. Fundamental também foi a investida sobre os rastros de uma cronografia, sobretudo, e de uma topografia que nos permitiu, acreditamos, tecer uma reflexão

¹¹⁹ As FD's alcinadas nos termos dessa análise se inspiram na identificação que fizemos, conforme o capítulo de contextualização, de uma história de disputa pelo petróleo brasileiro.

acerca dos lugares enunciativos a serem ocupados pelo par interlocutivo e pelo que reconhecemos ser o adversário contra o qual se colocava o enunciador. A opção por utilizar noções operatórias em busca da compreensão da cenografia discursiva se motivou, primordialmente, pela nossa pergunta de pesquisa acerca das imagens de enunciador e co-enunciador.

Para este segundo bloco de análise, no entanto, constatamos a necessidade de enveredar por outras categorias. Se por um lado, na introdução da cartilha nos pareceu mais simples caminhar pela via das marcas identificadas, já nos capítulos seguintes, notamos certa singularidade que não nos autorizava investir sobre eles sem considerar algumas variáveis. O primeiro, absolutamente óbvio, era a própria extensão dos capítulos a serem analisados; o segundo, a sua natureza genérica; o terceiro, como corolário deste último, a “hipertrofia” das posições enunciativas; quarto, a necessidade de avaliar e levantar outras marcas linguísticas; e quinto, mas não menos importante, como articular a introdução e os capítulos seguintes.

Comentando inicialmente esta última variável, de fato notamos haver certa independência da introdução em relação ao restante do material: ela parecia se bastar. Constatamos que a introdução da cartilha, embora mantivesse relações estreitas com o restante do material, não poderia ser concebida como a introdução da narrativa que a sucedia. O que nos permitia articular os dois momentos era tão somente uma questão evidente, qual seja, a de ocuparem, a introdução e os capítulos restantes, o mesmo suporte: a cartilha¹²⁰. Esse destacamento das partes que constituíam o todo logo chamou a nossa atenção para o fato de que isso pudesse representar uma exigência de análise particular, que, num primeiro momento, nos soava um impasse, mas que logo se transformou numa possibilidade metodológica importante.

Decidimos, para operacionalizar nossas análises, realizar um levantamento das ocorrências de DR da introdução ao capítulo V para termos uma exata noção do quantitativo de discursos citados com os quais estávamos lidando. Nós optamos por esse levantamento porque acenávamos com a hipótese de que pudesse haver uma ordenação particular das vozes autorizadas no conjunto dos textos constitutivos dos capítulos acima referidos. A hipótese se baseou, sobretudo, nos resultados parciais aos quais pudemos chegar em nosso primeiro bloco de análise.

Convencidos de que a caracterização das formações discursivas nas quais identificamos estarem inscritos os coenunciadores e um adversário pudesse refletir uma polifonia da parte

¹²⁰ No capítulo sobre gêneros, discutimos melhor essa questão.

narrativa da cartilha, passamos então a observar de que maneira tais posições enunciativas eram autorizadas, ou não, a manifestar suas falas. O quadro abaixo apresenta, por ordem quantitativa de incidência, os DR's identificados:

Tipo de DR	Incidência
Discurso direto	48
Discurso indireto	22
Discurso narrativizado	12
Intertexto	3
Condicional	2
Discurso segundo	1
Total	88

Quadro 6 – Tipos de discurso relatado por incidência

Observando o quadro acima, notamos uma assimetria no quantitativo de tipos de DR identificados. Os discursos diretos equivaliam a aproximadamente 50% de todos os DR's somados (48 ocorrências num total de 88). Comparados os casos de discurso indireto com os que o seguem no quadro, víamos também uma discrepância significativa. Os discursos narrativizados também se apresentaram em abundância. De acordo com os números, portanto, do ponto de vista meramente quantitativo, os discursos direto, indireto e narrativizado se caracterizavam como os principais meios agenciadores de distribuição das vozes ao longo da cartilha. Se por um lado, chegávamos a informações que poderiam ser úteis para a nossa análise, por outro, algumas questões ainda nos incomodavam.

Apenas identificar as incidências dos tipos de DR nos permitia chegar a alguma conclusão? Que sujeitos eram autorizados a falar e quem os autorizava? As falas relatadas estavam acrescidas de algum tipo de julgamento valorativo de quem as autorizava? Buscando dar conta desses questionamentos, julgamos, então, importante, apontar com clareza a quem se dava a voz por meio dos DR's inicialmente levantados. Começamos, obviamente, pelos discursos diretos. Depois, procedemos o mesmo com relação aos discursos indiretos. A seguir, tecemos algumas considerações a respeito dos discursos narrativizados. Com relação aos intertextos, os condicionais e discurso segundo, comentamos sobre algumas de suas particularidades com relação ao nosso corpus. Acenamos ainda, com a possibilidade de se considerar uma categoria distinta de discurso relatado.

4.3.1 Dos discursos diretos

Ainda na etapa anterior, de levantamento geral dos DR's, identificamos uma peculiaridade do material no que diz respeito ao excessivo número de discursos diretos. Em se tratando de um tipo de texto muito próximo dos contos, das fábulas, das crônicas, enfim, afeiçoado aos textos do gênero narrativo, ou mesmo do gênero dramático, os capítulos II a V, na sua estrutura composicional, mostravam a presença da voz de um narrador que orquestrava a trama, bem como a de seus personagens. Dos 48 casos de discurso direto observados, 46 se deviam a falas dos personagens envolvidos na história que compunha a cartilha.

No total, 10 personagens fazem parte da história contada pelo enunciador, agora, investido da posição de narrador, constituindo-se, podemos dizer, num enunciador-narrador. Decidimos conferir de que forma cada um desses personagens era convidado a falar, com relação ao número de falas; se havia equilíbrio nas suas intervenções ou não. O quadro abaixo mostra a frequência com que cada personagem toma a palavra (a ordem obedece a seqüência em que aparecem no texto):

Personagem	Número de falas	Porcentagem
<i>Maria</i>	7	15,2 %
<i>Roberto</i>	10	21,7 %
<i>Patrícia</i>	9	19,5 %
<i>Pedro</i>	3	6,5 %
<i>Fernando</i>	7	15,2 %
<i>Alfredo</i>	1	2,1 %
<i>Luíza</i>	2	4,3 %
<i>Antonio</i>	2	4,3 %
<i>Lobato</i>	4	8,6 %
<i>Campos</i>	1	2,1 %
Todos os personagens	46	100 %

Quadro 7 – Frequência de fala dos personagens da narrativa familiar da cartilha

Conforme o quadro acima, há uma relação assimétrica entre as personagens no que diz respeito ao número de vezes que a palavra lhes é dada. Orientando-nos tão somente por um parâmetro quantitativo, diríamos que Roberto, Patrícia, Maria e Fernando constituiriam um

primeiro grupo, Lobato, sozinho, estaria uma posição logo abaixo, Pedro, também sozinho, em seguida e, por último, os outros, Alfredo, Antonio, Luíza e Campos, teriam participação irrisória.

Mas as coisas não são tão simples assim. Olhadas essas falas mais de perto, ainda do ponto de vista quantitativo, veremos que há uma alteração neste ranking. A seguir, apresentamos um quadro que considera o número de linhas dedicadas à fala de cada um dos personagens:

Personagem	Número de linhas	Porcentagem
<i>Maria</i>	12	7,3 %
<i>Roberto</i>	24	14,6 %
<i>Patrícia</i>	17	10,3 %
<i>Pedro</i>	7	4,2 %
<i>Fernando</i>	38	23,1 %
<i>Alfredo</i>	1	0,6 %
<i>Luíza</i>	4	2,4 %
<i>Antonio</i>	4	2,4 %
<i>Lobato</i>	29	17,6 %
<i>Campos</i>	28	17,0 %
Total de linhas	164	100 %

Quadro 8 – Quadro quantitativo de fala dos personagens da narrativa familiar

Esse novo quadro reconfigura totalmente o espaço de que cada personagem dispõe para intervir por meio de um discurso direto. Chamam atenção alguns casos, como, por exemplo, o do personagem Campos, geólogo, que numa só intervenção supera inúmeros outros; Lobato, um senhor de terceira idade, em apenas quatro situações de fala atinge 17 % do total de linhas; e ainda Fernando, com as suas insuperáveis 38 linhas, definitivamente o personagem que mais fala.

Os outros dois discursos diretos, que são atribuídos a Roberto e a Barbosa Lima Sobrinho, completavam as 48 incidências. Esse levantamento quantitativo não se constitui numa finalidade de nossas considerações sobre os discursos diretos. No entanto, ressaltamos que ele foi importante para direcionar as análises que realizamos. Articulando os dados quantitativos a alguns dados de outra natureza, percebemos com mais clareza o papel que os discursos relatados têm na construção discursiva das imagens de quem enuncia e de para quem se enuncia. Na seção dedicada mais estritamente às análises, retomaremos alguns desses dados quantitativos.

4.3.2 Dos discursos indiretos

Em segundo lugar, com 22 ocorrências, estão os discursos indiretos. Definido, grosso modo, como a reformulação de um dizer, a observação do funcionamento deste tipo de discurso relatado se mostrou bastante interessante para a nossa pesquisa. Chamou-nos a atenção a respeito dos fragmentos identificados, ao construirmos o quadro para mapearmos os discursos relatados em geral, quando considerados os casos de DI, as informações relativas às fontes do dizer, qual seja, os enunciadores responsáveis pelo discurso citado (conforme o anexo, no quadro constam os referidos fragmentos, a fonte do dizer, o tipo de DR e as marcas linguísticas). A seguir, recuperamos os dados relativos às fontes do dizer, bem como a quem é atribuído a responsabilidade pelo discurso citante (a sequência segue a ordem de aparição no texto). À esquerda estão relacionados aqueles enunciadores que recuperam um dizer; e à direita estão aqueles enunciadores de quem os dizeres são recuperados:

Citante	Citado
Patrícia	Desconhecido
Pedro	O professor de educação física
Enunciador-narrador	Jornal
Enunciador-narrador	Um dos colegas de Roberto
Enunciador-narrador	O colega
Luíza	Desconhecido
Fernando	Desconhecido
Fernando	Fernando
Enunciador-narrador	Internet
Enunciador-narrador	Uma colega
Enunciador-narrador	Outra colega
Patrícia	Desconhecido
Maria	Maria
Maria	Os colegas do grupo
Maria	Maria
Maria	Eles (os colegas do grupo)
Pedro	Desconhecido
Fernando	Desconhecido
Patrícia	O velho Lobato
Enunciador-narrador	Desconhecido
Enunciador-narrador	Desconhecido
Enunciador-narrador	A apresentadora (Maria)

Quadro 9 – Quadro de citantes e citados nos casos de DI

De acordo com o quadro acima, é possível hierarquizar aqueles que mais fizeram uso do discurso indireto como recurso de sua enunciação. Em nove oportunidades, o enunciador-narrador foi quem mais fez a citação do discurso de outrem por um processo de reformulação; em seguida, Maria, por quatro vezes; em terceiro lugar, empatados com três, Fernando e Patrícia; e por fim, Pedro, que faz uso do DI duas vezes. Observando ainda o quadro, na coluna dos citados, ficamos intrigados com a incidência de fontes desconhecidas do dizer (oito). Vejamos um caso:

(1) *Mas dizem que, se a Petrobrás estiver voltada apenas para os interesses de mercado, sendo controlada pelo capital privado, vai dar mais lucro.*

Aqui, Patrícia se dirige ao sei pai, Lobato, para se referir a um ponto de vista contrário ao que ele vinha defendendo. Conforme os traços linguísticos, estamos diante de uma ocorrência de discurso indireto, com o verbo *dicendi* e a conjunção subordinativa; no entanto, como o verbo está na terceira pessoa do plural e sem apontar para um sujeito empírico, verificamos a indeterminação linguística do sujeito.

Dessa forma, constatamos que esse exemplo nos mostra um discurso indireto que poderia ser chamado de impessoal, de cuja fonte do dizer não temos nenhuma informação, ou melhor, poderia ser o veículo de uma voz que circula, que se espalha, uma voz geral, quase um boato, quase um rumor.

Notamos, também, que alguns dos termos ou expressões relativos às fontes do dizer não revelavam nada (ou muito pouco) a seu respeito, como, por exemplo, o seguinte fragmento:

(2) *Um deles diz que, com a flexibilização do monopólio do petróleo no país, no governo Fernando Henrique, o setor petróleo ficou mais ativo.*

Note-se que no segmento destacado, não se pode atribuir seguramente a quem se deve o dito relatado. Por uma competência linguística, o leitor será capaz de perceber que *um deles* se liga ao enunciado anterior (“Roberto chega ao trabalho e ouve os colegas discutindo”), sem no entanto saber de quem se trata. Das 22 ocorrências de discurso indireto, verificamos que apenas em sete deles é possível ter certeza de a quem se atribuiu o discurso citado. Esse apagamento das fontes ou a sua relativa negligência nos fez olhar com mais atenção para tais casos. A essa altura,

já desconfiávamos de que isso seria importante para compreender os efeitos de sentido instituídos em nosso material.

O que representaria esse apagamento? Seria possível recuperar os responsáveis pelo dito a partir de um conhecimento de mundo? A análise da introdução, que nos mostrou uma certa identidade acerca do par interlocutivo assim como filiações a formações discursivas, poderia nos fornecer pistas sobre os desconhecidos e anônimos? Ou ainda, haveria alguma razão para tal apagamento?

4.3.3 O discurso narrativizado

A noção de discurso narrativizado, conforme Sant'Anna (2004) a formulou, repetimos, “é polêmica, é de difícil identificação” (p.181). As pesquisas a que tivemos acesso quanto ao papel dos discursos narrativizados caracterizavam-se pela observação de seu funcionamento em gêneros distintos daqueles com os quais estamos lidando. De fato, Sant'Anna (2004) trabalhou os discursos narrativizados identificados no gênero notícia, como recurso de construção de uma certa aparência de real, no qual se camuflava a opinião do enunciador-jornalista.

Em nosso corpus, acreditamos que a consideração dos discursos narrativizados poderia ser bastante produtiva, já que a cartilha de uma maneira geral se insere num contexto de disputa de opiniões, e esta forma de DR permitiria fazer passar uma avaliação como se tratasse apenas de uma constatação; a informação objetiva.

Aproveitamo-nos ainda da pesquisa realizada por Bruno Deusdará (2006) acerca do funcionamento discursivo do mural de uma escola da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, especificamente no que diz respeito aos critérios de identificação dos discursos narrativizados. Pautado numa leitura de Sant'Anna (2004) e Sandra Arias (2003), o autor identificou três critérios a partir dos quais se poderia falar em discurso narrativizado. Não abordaremos aqui, por não se constituir num interesse nosso, os tais critérios. Ressaltamos tão somente que de nossa parte, estamos considerando, como Deusdará, uma concepção ampliada de força *dicendi*, para recuperarmos os discursos narrativizados. No entanto, decidimos demarcar apenas os casos em que verbos ou expressões remetessem a essa força *dicendi*.

Conforme talvez tenha dado a entender a nossa forma de explorar os DN's, em nosso trabalho também interessa observar aqueles relatos que de alguma maneira se pretendem

objetivos, a última palavra, e que disputam, nos termos de Deusdará (2006) *uma certa interpretação do real*.

4.3.4 Dos intertextos, dos condicionais e do discurso segundo

Quando realizamos um levantamento de dados relativos a um determinado corpus, nossos olhos logo se voltam para o que há de mais recorrente. O percurso desta apresentação dos discursos relatados é a prova mais cabal. Iniciamos pelos discursos diretos em virtude da abundância deles; procedemos depois às considerações dos discursos indiretos, que vinham logo depois em número de ocorrências. Por fim chegamos ao intertexto, ao condicional e ao discurso segundo, que juntos somam “ínfimos” cinco casos (três para o primeiro, dois para o segundo e um para o terceiro).

Evidentemente, o aspecto quantitativo não deve ser desprezado, porque ele é sinal de algum sintoma. Considerar importante observar com atenção um traço mais evidente (por 46 vezes os personagens falam de seus próprios lugares; 15 fontes do discurso indireto são uma incógnita) não significa que o analista se antecipe aos resultados, julgando de antemão o que essa ou aquela característica deverá apontar. Claro que disso resultará alguma hipótese, mas nada garante que ela será confirmada. Trata-se apenas de um caminho sem o qual nenhuma pesquisa caminha.

A pobreza de intertextos e condicionais, e ainda mais do discurso segundo, no lugar de afastar nossos olhos, fez com que os observássemos com mais atenção. Se por um lado o excesso fascina, a raridade atrai. Não foi difícil nos perguntarmos logo de saída que papel teriam os três tipos de DR tão pouco referidos em meio a multidão de discursos diretos e indiretos. Algum peso eles deveriam ter, nos restava saber qual. Evidentemente, sem considerarmos fatores de outra ordem, como por exemplo a análise relativa ao capítulo de introdução da cartilha, talvez não fosse possível interpretar corretamente.

Na verdade, conforme tentaremos mostrar, a introdução, que avaliamos servir de bússola ao co-enunciador, serviu da mesma forma a nós, na posição de analista do discurso. As considerações sobre os discursos relatados raros se farão no momento mais pertinente, especificamente, quando da demonstração das etapas de análise. Por hora, gostaríamos de adiantar que estes, os intertextos, os condicionais e o discurso segundo, se articulam em torno de

um projeto discursivo maior da cartilha. Não é tanto o tipo de DR que deve interessar aos analistas do discurso, mas os efeitos de sentido deles resultantes em contextos bem específicos.

4.3.5 Outras formas de relato

Uma questão que talvez tenha ficado latente em nosso levantamento de discursos relatados é se não haveria em nosso corpus outros tipos de DR. O questionamento é pertinente e nós mesmos, em muitos momentos de nossa pesquisa, nos colocamos. De fato, sabemos que as categorias de DR não se restringem aos discursos diretos, indiretos, discurso segundo, o narrativizado, aos intertextos e aos condicionais. E mesmo estes não abrangem a totalidade das pesquisas sobre o assunto. Sant'Anna (2004), por exemplo, não considera em sua pesquisa os condicionais, mas nós, para nossos fins específicos sim.

Notamos também diversos outros traços de heterogeneidade como as aspas, algumas perguntas que remetiam para outras vozes, o uso na negação polêmica, expressões vagas que remetiam para enunciadores outros etc. Evidentemente, nós os contemplaremos, mas apenas quando julgarmos que eles tenham a ver com os objetivos específicos dessa pesquisa.

Falando sobre outras possíveis formas de discurso relatado, nas etapas de mapeamento do corpus, ficamos, inicialmente, bastante interessados sobre algumas formas peculiares de relato do discurso de outrem, como, por exemplo, o que reproduzimos a seguir:

(3) *Desde o final de 2007, jornais, rádios e TVs nos **bombardeiam com notícias** de novas descobertas de petróleo. O Brasil está se tornando um país com grandes reservas. A cada dia, são nomes e mais nomes de novas jazidas: Tupi, Júpiter, Carioca, Bem-te-vi....*

No decorrer de nossa análise, consideramos não apenas os discursos diretos, indiretos, narrativizados, intertextos, condicionais e discurso segundo, como também outras marcas de heterogeneidade que apontassem para um dizer lá e antes, num outro discurso que não os dos enunciadores observados. Sobre os casos específicos que destacamos do corpus e que constam nos anexos, identificamo-nos considerando nos enunciados em questão a presença do que considerássemos qualquer tipo de manifestação de um ato verbal. Conforme o trecho destacado

no fragmento acima, no qual se pode perceber claramente se tratar da referência que o enunciador faz a enunciados produzidos numa outra instância de enunciação.

Boa parte desses enunciados são atribuídos ao enunciador-narrador e cumprem uma função bastante específica, a saber, a de organizar a narrativa. No entanto, apesar de parecerem, a primeira vista, recursos meramente funcionais que pudessem garantir a progressão das ações que os personagens representavam, identificamos haver aí um espaço privilegiado para enviesar as falas dos personagens.

Se na análise que procedemos dá-se alguma ênfase, sobretudo, mas não somente, aos discursos diretos e indiretos, isso se deve apenas a uma hipótese: a de que a partir deles, se perceberia com mais clareza o agenciamento das vozes que são ou não autorizadas a falar, quem as autoriza ou não, por que algumas são autorizadas e outras não e que efeitos de sentido esse jogo polifônico constrói para as imagens dos coenunciadores da cartilha. Sobre as *outras* formas de referir-se ao discurso de outrem, discutimos o que acreditamos revelar uma fronteira não muito bem definida entre relatar e declarar.

A seguir, apresentamos as análises realizadas. Optamos inicialmente por separar as considerações para demarcarmos a relativa autonomia dos textos que compõem a cartilha, sobretudo do capítulo de introdução em relação aos demais capítulos.

4.3.6 O relato como índice histórico

Conforme já destacamos em diversos momentos, o primeiro bloco de análise privilegiou a introdução da cartilha, unicamente. Empreendemos um trabalho de investigação que, no entanto, em nenhum momento ressaltou o funcionamento dos discursos relatados. Fomos movidos, obviamente, pela própria natureza da introdução. Buscando refletir sobre as formas de instituição de um par interlocutivo e de suas relações, observamos, por outro lado, a construção de uma cenografia discursiva; avaliamos ainda a organização discursiva dos dêiticos de tempo e espaço para a construção de uma cronografia e de uma topografia.

Baseando-nos em resultados parciais a que tínhamos chegado, concluímos, também parcialmente, pela identificação de um certo modo de enunciação na linha do relato objetivo, com uma abundante presença de marcas linguísticas de terceira pessoa, fazendo daquilo que se conta algo investido de uma autonomia, como se os relatos se bastassem a si mesmos. De fato, se assim

o era, verificamos ali efeitos de sentido que pareciam resultar de uma determinada forma de enunciar, uma aproximação lenta e gradual do enunciador de seu co-enunciador, evidenciada pela própria ordem de aparição dos termos pronominais ou verbais que indicavam a ampliação da pessoa: da não-pessoa para a pessoa ampliada.

Faltou, porém, contemplar um provável modo de relato que desse conta dessa característica anteriormente identificada, qual seja, do efeito de objetividade. Acreditamos que ao lado dos elementos tradicionais de referência a uma dada cenografia, a partir da qual pudemos constatar a construção de uma aparência objetiva dos fatos que se relatam, assim como a instituição de certos lugares enunciativos, também é possível pensar o papel que os discursos relatados desempenham neste processo. Isto é, se o seu funcionamento discursivo reflete ou refrata o que se observou a respeito das categorias anteriores.

Um tipo de DR bastante evidente (c.f quadro anexo) nesta introdução é o intertexto. Vimos que este tipo em particular se caracteriza pelo apagamento da fonte. Ele representa ainda, conforme argumenta Deusdará (2006, p. 136), o reconhecimento de “um funcionamento autônomo dos textos”, ou seja, a eles, os textos, é atribuído um caráter quase de pessoa, cuja fala é relatada. O intertexto, nesse sentido, como forma de discurso relatado, é a personificação do próprio discurso. Personificar o discurso (texto) garante assim apagar quem por ele se responsabilizaria. Evidentemente que a esse recurso discursivo pode ser atribuído um conjunto diverso de mecanismos, os quais dirão respeito aos contextos específicos em que figure.

Retomando o fio da meada, na introdução, destaca-se, logo no segundo parágrafo, a presença de um intertexto como forma de relato:

(1) *A Lei 9.478, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, **derrubou** o monopólio da exploração e produção de petróleo pela Petrobrás e, ao mesmo tempo, **criou** a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de emitir permissões ou concessões para a exploração do petróleo brasileiro.*

Os verbos destacados apontam para as ações atribuídas à Lei 9.478. O que se quer objetivo camufla, no entanto, o posicionamento de quem relata. Embora se possa atribuir à Lei a responsabilidade pela *ação de derrubar* “o monopólio da exploração e produção de petróleo” e pela *ação de criar* a ANP, devemos destacar que a seleção do verbo que descreverá tais ações

desempenhadas pela Lei, com todas as conseqüências semânticas que isso implica, é da responsabilidade do enunciador que faz o relato. Na verdade, o verbo derrubar não provém da seleção que enunciador faz deliberadamente, mas sim da coerção exercida sobre ele pela formação discursiva na qual está inscrito.

Inúmeros verbos poderiam figurar no lugar de “derrubar”, mas isso representaria a substituição não somente de um simples item lexical, mas sim toda uma reconfiguração da atitude do enunciador em relação à Lei 9478 bem como da sua FD. No fragmento especificamente de que tratamos, não está tão evidente assim a avaliação que o enunciador faz da Lei, no entanto, no enunciado anterior, o leitor já é levado a interpretá-lo como algo que soa negativo:

(2) Em agosto de 1997, foi desferido um golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira.

O “golpe mortal”, do qual já falamos num outro momento, dado em 1997, se refere à assinatura da Lei 9478, cuja conseqüência foi a derrubada do monopólio. Podemos pensar ainda sob o ponto de vista de uma semântica global, que o tema do fim do monopólio é não desejável, mas imposto, e por isso mesmo, traduzido segundo um sistema de referências próprio à formação discursiva na qual se fia o enunciador. Na sequência do parágrafo do qual o fragmento acima reproduzido faz parte, o enunciador desdobra a sua fala numa explicação das modificações resultantes da Lei, como mecanismo dessa tradução de que falamos:

*(3) Com a nova lei, ao ser retirado do poço, o petróleo deixa de pertencer à União. Torna-se propriedade de quem o extraiu, **não tendo as grandes empresas petrolíferas internacionais que, desde então, também o exploram, qualquer compromisso com o desenvolvimento do Brasil.***

Embora o tom agressivo seja posto de lado, não se pode dizer que o mesmo ocorre no que diz respeito a uma avaliação; combinam-se, portanto, a função de explicar a que o enunciador se incumba, criando também um espaço para enviesar a sua própria explicação. Em outras palavras, o esclarecimento serve apenas como pano de fundo para uma apreciação.

No parágrafo antecedente, embora se faça referência a uma Lei, a 2004/53, não se constata o recurso ao intertexto. Vejamos um fragmento:

(4) (...) *o povo saiu às ruas e conquistou o monopólio da União sobre a sua exploração, transporte e comércio, através da Lei 2004/53, assinada no governo Getúlio Vargas.*

Diferentemente, dá-se ao povo o lugar de sujeito, restando à Lei o papel de mero instrumento; o monopólio conquistado pelo povo tem na Lei apenas um referendo; ela não assume, portanto, o mesmo grau de relevância. Aqui, a responsabilidade pelo monopólio é do povo; lá, a quebra dele é da Lei. Chamam a atenção ainda, saindo um pouco da questão do funcionamento intertextual enquanto DR, dois fragmentos, um de cada enunciado aos quais estamos nos referindo: *assinada no governo Getúlio Vargas X assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso*. Se reformulássemos esses trechos, teríamos, dentre outras possibilidades, os seguintes enunciados:

- a) Alguém assinou a lei 2004/53 no governo Getulio Vargas.
- b) Fernando Henrique Cardoso assinou a lei 9478 em agosto de 1997.

Essa reformulação sequer seria necessária, mas ajuda a tornar algumas questões mais claras. Definem-se graus de importância distintos. Getúlio Vargas, evidenciado pelo papel sintático que desempenha, foi apenas um coadjuvante da instituição do monopólio do petróleo no Brasil, enquanto Fernando Henrique Cardoso foi o agente responsável pela sua derrubada. Se relacionarmos o fragmento do intertexto a essas reflexões secundárias, vemos que o intertexto não apenas relata como faz parte de todo um processo de construção da culpabilidade de determinados atores. Cabe ainda ressaltar que da forma como reformulamos os fragmentos relativos às assinaturas das leis, poderíamos falar no discurso narrativizado de Sant'Anna.

Mas se aqui o DN só pode ser concebido sob a pena de uma reformulação deliberada de nossa parte, em outro enunciado, o que vemos é a sua própria manifestação:

(5) *Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal, que **começam a ser anunciados** pela Petrobrás no final de 2007, já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos.*

O dizer se apresenta sob a forma da voz passiva, podendo num primeiro momento ocultar a estrutura de um possível discurso narrativizado. De fato, a Petrobras é a quem se atribuiria a responsabilidade pelo dizer, cujo conteúdo seria a descoberta dos “grandes campos petrolíferos na região do pré-sal”. Comentando este mesmo fragmento no bloco de análise anterior, afirmamos que o relato afasta qualquer possibilidade de duvidar-se sobre o mérito da empresa pelas descobertas. Não avaliamos, no entanto, o papel fundamental que o discurso narrativizado cumpre. Conforme nossa própria análise antecipou, o apagamento da fonte do discurso relatado apaga também, ou pelo menos pretende, a polêmica. O leitor provavelmente concluirá: se houve descoberta, essa se deve ao regime de monopólio.

É preciso ainda articular a própria construção de um relato narrativizado com outros elementos de que o fragmento é constituído. São colocados em oposição dois momentos, que materializam os tempos maiores das FD's que se encontram em confronto na cartilha. O discurso narrativizado, além de se camuflar na forma de uma voz passiva, está apresentado numa estrutura subordinada (“*que começam a ser anunciados pela Petrobras no final de 2007*”) ligada a uma oração subordinante (“*Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos*”).

O DN parece fazer parte de um jogo argumentativo que busca conferir ao período do monopólio os créditos pela descoberta do pré-sal. Estão em questão dois pontos: os campos do pré-sal como uma novidade contemporânea ao período de abertura do mercado de exploração do petróleo e o pré-sal como resultado de um período longo do regime de monopólio da indústria petrolífera. O enunciador não pode negar ao seu co-enunciador um fato empírico a que este poderia ter acesso por outras fontes de informação. Sendo assim, para resolver uma possível inclinação pela Lei 9478 – já que esta é assinada em 1997, substituindo o monopólio pelo sistema de concessões, e só depois disso ser dado início à exploração do pré-sal – constrói-se com o discurso narrativizado uma objeção a partir de uma perspectiva diferente.

Também devemos notar que o DN, tendo na Petrobras, empresa que ao longo da cartilha é louvada e festejada como fruto da Lei 2004/53, o seu agente, enfraquece o argumento de que só com o fim do monopólio se pôde descobrir as províncias do pré-sal. O último enunciado do parágrafo do qual o fragmento analisado faz parte é introduzido por uma conjunção adversativa, reforçando a nossa leitura de que há um forte jogo argumentativo, do qual o discurso

narrativizado faz parte. Nesse enunciado, Petrobras é reformulada pela expressão “empresa brasileira”, como estratégia de valorização dos ideais nacionalistas que o adjetivo “brasileiras” permite inferir.

Se pensarmos a relação entre o intertexto anteriormente abordado e o discurso narrativizado do qual acabamos de nos ocupar, notamos mais uma vez, agora no plano dos discursos relatados, a polarização entre duas formações discursivas bem como das imagens que dela decorrem. Pelo intertexto, como se apenas relatasse, o enunciador condena a Lei 9478/97 no tribunal que a sua própria enunciação forjou; pelo discurso narrativizado, o mesmo enunciador exalta a Petrobras, colocando-a, da mesma forma, no altar que também a sua própria enunciação ergueu, cujo pilar é a Lei 2004/53 que o povo conquistou. A vantagem aqui é a aparência de objetividade que o intertexto e o DN proporcionam, fazendo destas formas de relato mais apagadas o mecanismo para a construção de uma imagem de evidência. Vejamos agora o funcionamento de mais um discurso narrativizado:

*(6) Diante da cobiça internacional, mais uma vez o povo brasileiro é **desafiado** a ir às ruas, para derrotar os grupos econômicos que se utilizam de todas as armas para controlar as novas reservas nacionais.*

Antes de tudo é preciso conceber semanticamente o verbo “desafiar”. Com efeito, é possível fazer um desafio por meio de gestos ou movimentos corporais diversos, sem que se pronuncie uma palavra. Por outro lado, forma de incitação, de provocação, é possível pensar o desafio como um ato verbal e que demanda, assim, palavras. O fragmento anterior coloca dois atores em dois pólos distintos. O povo contra os grupos econômicos. Este mesmo fragmento já foi objeto de comentários no primeiro bloco de análises, mas sob uma perspectiva bastante distinta. Aqui, não nos interessa tanto assim perceber, como foi na seção a qual nos referimos vagamente, um determinado perfil de “povo”. O que chama a atenção é o efeito de sentido provocado pelo tipo de discurso relatado em questão.

O agenciamento parece ter um papel fundamental e significativo. Mais uma vez, é do discurso narrativizado que estamos falando, cuja marca linguística está destacada em negrito. A estrutura passiva remete a uma situação de enunciação em que há o desafiante e o desafiado. Sugere-se assim um conjunto de ações e de dizeres dirigidos de um enunciador (o desafiante) a

um co-enunciador (o desafiado). O apagamento da fonte da informação garante ao enunciador da cartilha a sua “imparcialidade” diante daquilo que relata. Ele simula assim não estar coadunado com quaisquer dos lados. Simula, apenas, porque os papéis atribuídos ao “povo” e aos “grupos econômicos” é da responsabilidade do próprio enunciador, fundando assim os lugares que permitem uma certa perspectiva (portanto um viés) da situação. O dizer, relatado sob a forma de um DN, é uma provocação, uma afronta quase, a qual o povo apenas reage.

Em suma, aqui o discurso narrativizado constrói uma imagem do que é estrangeiro como algo desafiador e provocativo. O povo está na condição de um ente passivo, a que se propõe um desafio, justamente o desafio da cobiça internacional. Desafiar se caracteriza por uma série de atividades, tanto do ponto de vista das ações propriamente ditas, um movimento de corpo, se pensarmos numa linguagem corporal, obviamente, ou de um ponto de vista linguístico, materializado numa cadeia de enunciados, ditos, pressupostos, subentendidos etc.

Podemos defender que deste último ponto de vista, ao enunciado está pressuposta uma situação de enunciação. O desafio parece partir fundamentalmente da “boca” dos agentes, empresas, oligopólios ou elites, mas de fato isto não ocorre, já que no discurso narrativizado, também predomina a reformulação. O desafio se apresenta portanto pela via da reformulação, o que implica uma significativa interferência da parte de quem cita. Nesse caso, o enunciador citante é quem diz que o enunciador citado desafia, sem no entanto mostrar como tem acesso a essa fonte de dizer. Portanto, de uma perspectiva discursiva, não é propriamente um outro na sua integridade quem enuncia, mas um simulacro seu cujo lugar de fala e mesmo o que fala se defini em vista da formação discursiva que o traduz.

Arrematando a introdução, é ainda sob a forma de um discurso relatado que o enunciador lista as principais reivindicações da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso.

(7) A CAMPANHA O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO PROPÕE:

O verbo “propor” representa claramente um ato de fala; ou seja, trata-se de um item lexical que apresenta um “traço semântico de dizer”. É curioso aqui o funcionamento deste discurso narrativizado. Ele permite ao enunciador se colocar ao mesmo tempo na condição daquele que relata como daquele que é relatado. Enuncia na terceira pessoa muito embora se possa atribuir o conjunto do que é enunciado ao próprio enunciador. Esse distanciamento de si

pelo deslocamento da posição enunciativa que o discurso narrativizado proporciona talvez diga respeito a uma possibilidade de conferir, a partir da objetividade característica do DN, a legitimidade de que precisa para validar o conteúdo do que é proposto.

É preciso comentar também alguns traços como por exemplo o destacamento operado entre o enunciado propositivo e as propostas em si. Destacamento este que justamente “descola” as partes do todo sem que o todo se desfaça. Tanto a atitude propositiva da campanha quanto aquilo mesmo que é proposto ganham em evidência. Temos ainda de comentar a diagramação que redundava as nossas reflexões; ressaltamos também o fato de que o enunciado propositivo está em caixa-alta, como se isso representasse um dado de sua própria relevância.

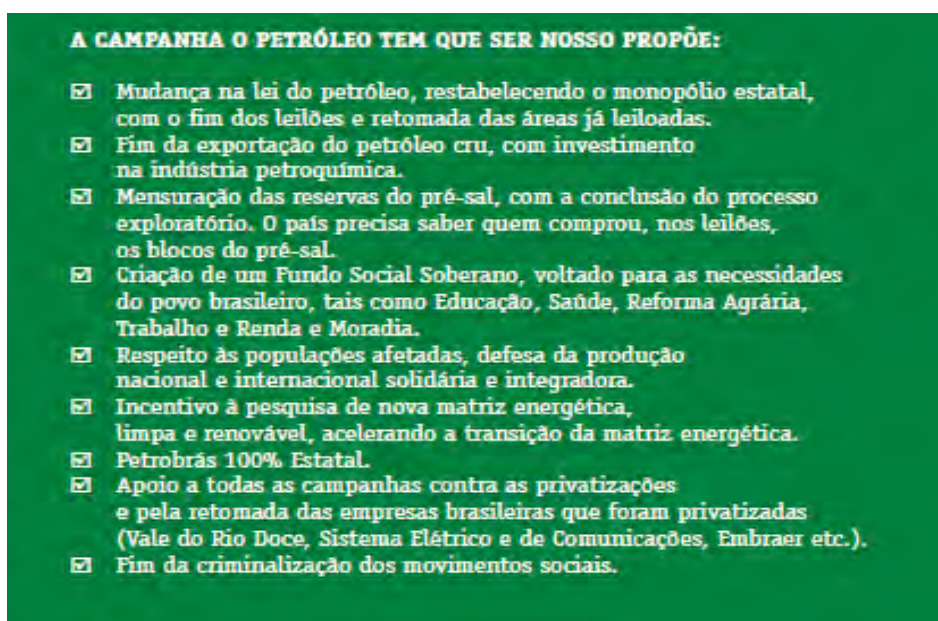


Figura 1 – Propostas da Campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso – Fonte: Cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

Concluindo, vimos que o intertexto e os discursos narrativizados até aqui identificados cumprem papéis bastante específicos dentro do projeto enunciativo da introdução da cartilha. Para os próximos capítulos, a questão se torna mais complexa, já que há uma abundância de discursos relatados, sobre os quais nos posicionaremos.

4.3.7 O relato como índice de julgamento

Augusto Ponzio (2008, p. 102) diz que “todo discurso é manipulação do discurso alheio porque necessariamente o pressupõe (...). Falar, tanto em sua forma escrita como na oral, significa empregar peças que se obtêm desmontando discursos alheios”. Essa é uma observação muito importante, porque ela nos permite vislumbrar formas de citação do discurso de outrem que fogem ao que convencionalmente se tem instituído. O próprio campo tem se reconfigurado ao longo dos anos à medida que as pesquisas lançam novos olhares.

Em nosso trabalho, a procura das marcas de discurso relatado, pontuamos não apenas aquelas formas mais clássicas como também delimitamos alguns fragmentos que, para nós, embora não se enquadrando propriamente nas categorias tradicionais, nos questionavam sobre a possibilidade de os considerarmos exemplos de DR. O discurso relatado marca radicalmente a polifonia dos discursos, que se atravessam mutuamente no seu processo de constituição.

Não há, portanto, discurso que não se funde em outro discurso. Essa relação radical, que está na gênese dos discursos, tem em alguns fenômenos a sua confirmação, como no caso dos discursos relatados. Mas de uma maneira geral, seja de forma explícita ou não, as peças obtidas a partir da desmontagem de outros discursos estão sempre lá.

Nós estamos pensando, é claro, na possibilidade de enxergar em alguns casos, os que destacamos em nosso corpus, manifestações desse jogo polifônico, na medida em que estão, parece-nos, envolvidos dois discursos num movimento que inscreve o outro na ordem da citação do um. Retomemos um fragmento que já abordamos lá atrás para compreendê-lo melhor:

(1) *Desde o final de 2007, jornais, rádios e TVs nos **bombardeiam com notícias** de novas descobertas de petróleo. O Brasil está se tornando um país com grandes reservas. A cada dia, são nomes e mais nomes de novas jazidas: Tupi, Júpiter, Carioca, Bem-te-vi...*

O que temos diante de nós, defendemos, é a voz de um enunciador que a partir de sua própria enunciação relata um outro ato de enunciação. Ficamos particularmente intrigados com casos como este e inclinados a ver aqui um exemplo de discurso relatado. De fato, o que se testemunha no fragmento é um enunciado que se encarrega de relatar um outro enunciado. Não propriamente um enunciado, mas uma situação de enunciação, o que nos autorizaria, baseando-

nos em Authier-Revuz (1998), a vê-lo dessa forma, já que o discurso relatado, segundo a autora coloca, não é o relato de um enunciado, mas de uma outra situação de enunciação.

Além disso, ainda segundo critério da autora, o fragmento apresenta uma expressão que manifesta um “traço de dizer”: “bombardeiam com notícias”. Estão satisfeitos, portanto, os critérios mínimos para se poder falar em discurso relatado. E mesmo em Bakhtin (2006, p. 150), cuja citação já fizemos capítulos atrás, lê-se que “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”.

Pautados nos critérios de Authier-Revuz quanto aos elementos recuperáveis da situação de enunciação relatada, percebemos que no caso apresentado, temos a condição de identificar alguns deles: o locutor (*jornais, rádios e TVs*), os receptores (*nós*, no qual se enquadra o próprio enunciador que relata) e o tempo (*desde o final de 2007*). Quem será capaz de negar que no fragmento acima não temos um discurso no discurso (o enunciador da cartilha incorpora em seu dizer o dizer dos jornais, rádios e TVs)? Ou ainda, que não estamos diante de um caso de um discurso sobre o discurso (o discurso do enunciador da cartilha fala sobre o discurso dos jornais, rádios e TVs)?

Parece-nos evidente que aqui temos um caso de discurso relatado não convencional. Não há autor que diga que o discurso relatado deva se referir a uma situação de enunciação que efetivamente tenha acontecido. Então, se houve ou não o bombardeio de notícias não é a questão; interessa aqui sim é mostrar que cabe a mesma caracterização que se tem dado aos outros tipos de discurso relatado, de um ponto de vista discursivo.

Se assumirmos a perspectiva do leitor da cartilha, ficará ainda mais evidente a sensação de que há um relato, ou melhor, há o relato de um discurso: um enunciador se reporta ao seu co-enunciador tematizando um outro discurso, tomando-o como objeto de sua própria fala. Os enunciados subsequentes (“*O Brasil está se tornando um país com grandes reservas...*”) dá-nos, inclusive, a impressão de se tratarem de um dito reformulado.

Note-se, a título de confirmação, a passagem seguinte (“*A palavra mágica que encanta é pré-sal*”) que nos soa irônica, marcando a subversão da “fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor” (maingueneau, 1997, p. 98). A que se prestaria um modo tão singular de reportar o discurso de outrem? Isso revelaria um traço único do modo de enunciação da cartilha? E ainda, de que tipo de discurso relatado estaríamos falando? Seria esta uma nova categoria?

Alguém terá se perguntado se esse caso não se enquadra no grupo dos discursos narrativizados. O que podemos adiantar, é que há no mínimo um traço no exemplo de que tratamos que o distingue dos discursos narrativizados: a fonte do relato. Nos DN's não se sabe, ou então não se declara.

O fragmento de que tratamos mostra um enunciador que se constitui na própria fonte daquilo que é relatado. Ele enuncia em primeira pessoa, dando-nos a prova de que o que relata é fruto de sua própria observação, colocando também o co-enunciador na mesma posição que a sua (“nos bombardeiam”). O mesmo não ocorre nos discursos narrativizados, embora a objetividade que lhes é característica possa dar essa impressão.

Mas pensando a questão específica do fragmento de que tratamos, devemos avaliar que sentidos estão aí envolvidos. Para nós, o relato de um dizer atribuído aos jornais, revistas e às TVs revela a ideia que o enunciador faz da imagem de seu co-enunciador. Com efeito, é a partir desses canais de veiculação da informação que a grande massa se atualiza sobre diversos assuntos. Está colocado, dessa forma, a crença por parte do enunciador de que os meios de comunicação de massa são a fonte privilegiada de socialização de saberes. Fonte principal dos julgamentos, das avaliações, enfim, fonte principal de formação de opiniões.

O que nos chama a atenção aqui é que o enunciador aproveita o relato que faz de um discurso outro para ao mesmo tempo manifestar sua posição diante dele. Como já colocamos, do ponto de vista de um DR, é o enunciador quem recupera um dito, é ele mesmo a fonte da informação fornecida ao co-enunciador; mas é ao mesmo tempo com este co-enunciador que o enunciador busca validar o conteúdo do dizer que relata. É como se, a partir dessa forma de relato, o enunciador apenas lembrasse ao leitor de um outro discurso do qual este já tinha conhecimento.

Este é um ponto crucial porque permite estender o julgamento que o enunciador faz dessas “notícias de novas descobertas de petróleo”. O emprego da pessoa ampliada, na qual cabem os coenunciadores, vai possibilitar que todo o tratamento irônico que as “notícias” recebem no decorrer do parágrafo seguinte seja da responsabilidade tanto do enunciador quanto do co-enunciador. Vejamos:

(2) A palavra mágica que encanta é pré-sal. Tudo o que existia de petróleo em nosso país até agora é fichinha frente a estas novas descobertas. São quantidades nunca antes imaginadas.

A expressão “palavra mágica” parece desqualificar o conteúdo das notícias. Temos a impressão de que ao remeter ao mundo da magia, o enunciador destitui essas mesmas notícias de qualquer credibilidade. Na seqüência, o emprego de um diminutivo também remonta a ironia. A palavra “fichinha” marca um certo desacordo do enunciador que relata com o enunciador daquilo que é relatado. Cabe ainda comentar, que todos os enunciados relativos ao fragmento acima reproduzido dão-nos a impressão de serem reformulações, dizeres que, ao passarem pelo crivo de quem os relata, ganham dele os contornos que julga pertinentes de serem traçados.

A nossa leitura a respeito desse tom irônico se confirma se observarmos o parágrafo seguinte. O primeiro enunciado de que ele é constituído é emblemático: “E daí?” Em um tom coloquial, e muito sucintamente, o enunciador depõe todo o conteúdo anterior, na verdade um relato seu.

Percebe-se, então, que aqui o discurso relatado tem uma dupla função: a sua tradicional, a de marcar numa dada situação de enunciação a referência a uma outra situação de enunciação e a de permitir ao enunciador que relata manifestar o seu posicionamento frente ao que é objeto de seu relato. Relatar aqui, então – e isso não é uma exclusividade do DR de que tratamos – confunde-se com avaliar.

Alguns outros pontos que fogem da alçada do discurso relatado neste capítulo, mas que merecem o comentário devido, devem ser esclarecidos. Testemunhamos o esforço incessante do enunciador em conquistar a adesão do leitor da cartilha. Se na introdução se fez apelo à história como monumento digno de adoração, no capítulo I são abordadas questões que atestam o perfil de co-enunciador que se quer atingir: aquele que depende majoritariamente dos serviços públicos, que são oprimidos pela lógica do latifúndio, aquele que vive com uma renda exígua, ou seja, um perfil de co-enunciador carente; mas também há lugar para um outro perfil: as classes políticas que administram os dividendos da exploração do petróleo e os ativistas que se debruçam sobre as questões do meio ambiente.

O capítulo de introdução se mostrou a grande introdução da cartilha de uma maneira geral, apresentando a questão de um ponto de vista bastante panorâmico. Já o capítulo I é uma sub-introdução, que prepara o terreno para os capítulos seguintes, que encenam a própria campanha e dos quais falaremos na seqüência.

4.3.8 O relato como índice de desigualdade das vozes: o monopólio do petróleo a partir do monopólio enunciativo

Precisamos dizer que os casos de discurso direto e indireto constam todos na parte narrativa da cartilha e são a maioria esmagadora, com o perdão da redundância. Na introdução, temos um dos casos de intertexto apenas, mais dois casos de discurso narrativizado, estando todos os outros DR's, com exceção do que aparece no capítulo I, localizados entre os capítulos II e V. Esse é um dado considerável, porque nos permitiu acenar com a possibilidade de verificar mais de perto como se dava o jogo entre as vozes relacionadas a estes tipos de discursos relatados, o direto e o indireto.

A partir da observação dos discursos relatados, consideramos válido estabelecer uma hierarquia mínima das falas. Assim, para nós, podia-se falar na existência de uma voz atribuível, na parte narrativa da cartilha, a um *enunciador-narrador* (termo que já vínhamos usando nesta dissertação). Este cumpriria a função típica de um narrador em um gênero pertencente aos discursos narrativos. Em seguida viriam os *enunciadores-personagens*, cada qual enunciando de sua posição relativamente à posição ocupada no enredo, do qual o enunciador-narrador seria o orquestrador.

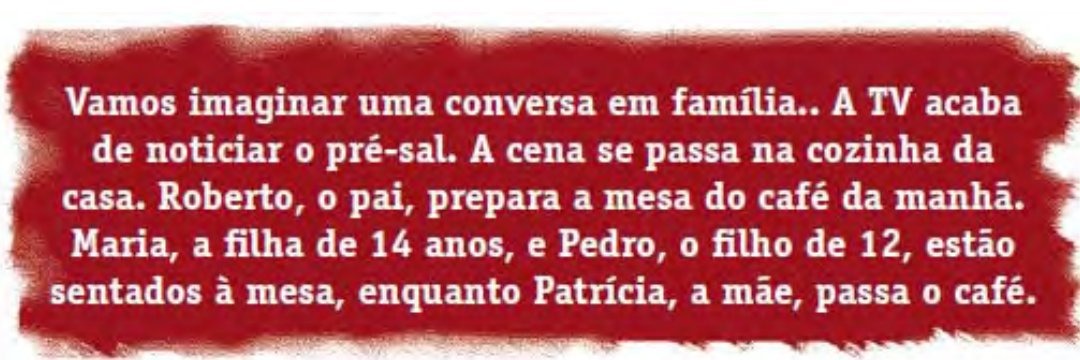
Conforme apontamos algumas páginas atrás, são dez personagens, o que significa que estamos lidando com dez enunciadores-personagens explicitamente identificados. Chamamos a atenção para o fato de ser necessário diferenciar enunciadores-personagens explicitamente identificados e os enunciadores-personagens não identificados. No momento exato, deixaremos mais claro essa distinção.

Para direcionarmos a nossa análise, decidimos observar no corpus de que maneira esses enunciadores se relacionavam: o enunciador-narrador e os enunciadores-personagens. Notamos, assim, que ao enunciador-narrador competia a função de maestro da orquestra polifônica da cartilha. Ele se caracterizava como regente assim como compositor dessa orquestra.

Do capítulo II em diante a cartilha se enquadra em um gênero específico: a narração. A cartilha se desdobra no palco de sua própria encenação. O leitor se depara com uma sequência de cenas de cuja trama tomará conhecimento. O fragmento a seguir mostra a figura de um enunciador que convida o interlocutor a realizar um exercício imaginativo:

(1) *Vamos imaginar uma conversa em família.. A TV acaba de noticiar o pré-sal. A cena se passa na cozinha da casa. Roberto, o pai, prepara a mesa do café da manhã. Maria, a filha de 14 anos, e Pedro, o filho de 12, estão sentados à mesa, enquanto Patrícia, a mãe, passa o café.*

A partir da primeira pessoa do plural, cria-se um clima de aproximação do enunciador com o co-enunciador. O efeito aqui parece ser o de dois sujeitos que se juntam para, de um lugar privilegiado, assistir a uma história que será contada. O fragmento encontra-se destacado em fundo vermelho, o que o diferencia do restante do texto.



Vamos imaginar uma conversa em família.. A TV acaba de noticiar o pré-sal. A cena se passa na cozinha da casa. Roberto, o pai, prepara a mesa do café da manhã. Maria, a filha de 14 anos, e Pedro, o filho de 12, estão sentados à mesa, enquanto Patrícia, a mãe, passa o café.

Figura 2 – Fragmento introdutório da narrativa familiar – Fonte: Cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

Além dele, há outros dois fragmentos que aparecem destacados em fundo semelhante. Note-se ainda que no trecho acima reproduzido, o leitor toma contato com um conjunto mínimo de informações: é possível antecipar o perfil das personagens a partir das pistas que se deixam ver no fio do enunciado. Trata-se de uma família de quatro pessoas, a família ideal, diríamos, do ponto de vista de seu tamanho. Os personagens interagem em torno de uma cena cotidiana, da qual muitos dos leitores da cartilha provavelmente participam casual ou frequentemente. Percebe-se uma arrumação da cena que sugere a harmonia deste ambiente familiar: os filhos esperam à mesa o café da manhã que os seus pais estão a preparar.

Ainda a respeito do emprego da primeira pessoa do plural, como já vimos em outro capítulo desta dissertação, a pessoa ampliada – capaz de incorporar o “não-eu” na fala de um “eu”, dotando-o de responsabilidade pelo que é dito, ou pelo menos fazendo parecer assim – acreditamos haver algo de singular a ser comentado.

Para nós, existe aí um recurso significativo; ao enunciar “Vamos imaginar uma conversa em família”, o enunciador sugere ao co-enunciador que aquilo que será narrado advém não apenas da sua “cabeça”. Cria-se a ilusão de que a narrativa tem na figura do leitor a imagem de um co-autor. Fruto de uma imaginação coletiva na qual se inscrevem locutor e interlocutor, a narrativa ganha em legitimidade. E mesmo o que é (será) imaginado, ou seja, a família enquadrada num perfil aparentemente universal, representando uma cena ritual, já constitui por si só um ponto de identificação com os possíveis interlocutores.

Pretendemos, nas análises que seguem:

- Desenvolver reflexões pautadas no agenciamento de diferentes vozes;
- Compreender os modos de apresentação dessas vozes;
- Avaliar de que modo estas vozes testemunham uma visão da história e do significado do petróleo para o Brasil;
- Investigar como as estratégias de adesão do co-enunciador se constroem a partir dos DR, principalmente, mas também daquelas que se revelarem igualmente significativas.

4.4 A sala de aula fora do espaço escolar – Lição I

A fala que abre o desenrolar dos acontecimentos é de Maria; a sua fala, na verdade, é tão somente a referência a outros dizeres; ela introduz a sua situação de enunciação remetendo primeiro a outra situação de enunciação, ocorrida num tempo anterior ao seu presente e em seguida menciona algo de que estão falando na televisão.

(1) *Pai, o que é pré-sal? O professor **falou** ontem, na aula, mas eu não prestei muita atenção e agora **estão falando** na televisão.*

O primeiro verbo destacado tem no seu termo antecedente aquele que se responsabiliza pelo ato de fala; já a perífrase verbal subsequente não aponta para algum sujeito claramente identificável, trata-se de um sujeito indeterminado que de um lugar enunciativo específico, a TV,

desenrola a sua fala. O leitor da cartilha não tem qualquer informação sobre o tratamento dado ao conteúdo desse dito, sabe apenas do que se trata, o pré-sal. Registre-se, portanto, que se por um lado a fala de Maria nos é apresentada sob a forma do discurso direto, o mesmo não ocorre na remissão que esta mesma personagem realiza do dizer anterior (o professor) bem como de um dizer concomitante (alguém que fala na TV) a sua situação de enunciação.

Essa simples referência que a personagem faz às falas, sem que mais detalhes nos sejam dados a conhecer, se explica justamente pela atitude de quem relata frente ao que é objeto de seu relato; Maria não deu “muita atenção” ao que disse o seu professor e dá a entender que à TV também não. Captou minimamente os elementos do discurso de seu professor e da televisão à qual assiste.

Muito embora a fala da menina deixe lacunas ao leitor, o tema do pré-sal, na medida em que é apresentado como um assunto que circula nas instituições de ensino e nos grandes meios de comunicação, investe-se de algum grau de importância. Espera-se que o leitor julgue relevante um tema que circule por tais espaços. A primeira fala de Maria atesta ainda a circularidade dos discursos, no sentido de que ele atravessa os diversos contextos da vida humana; atesta ainda que é por meio de processos de remissão (o relato, mesmo que precário) a outros discursos que esse fenômeno se realiza, o fluxo ininterrupto dos discursos

A fala de Maria intervêm sobre um co-enunciador específico, o seu pai, que ao responder a pergunta de sua filha – o que seria o pré-sal – assume o mesmo tom professoral que não conseguiu deixar minimamente claro à Maria do que se tratava o assunto: “Nossos geólogos analisam a Terra do que é mais antigo para o mais novo”. Ora, ao assumir o mesmo tom que não surtiu efeito numa outra situação de enunciação, Roberto assumiu igualmente o mesmo risco de que sua explicação do que seria pré-sal fracassasse. No entanto, na sequência, a pergunta de Maria sugere que ela foi capaz de compreender aquilo sobre o qual seu pai se dispôs a explicar.

A segunda intervenção de Roberto ainda traz muito do tom professoral como por exemplo na seguinte passagem: “soterramento da matéria orgânica”. Roberto enuncia presumindo que sua filha saiba exatamente o que vem a ser “soterramento”, bem como “matéria orgânica”.

Seguindo esta fala de Roberto que comentamos, temos a primeira intervenção de um narrador. Este não deverá se confundir com o fragmento reproduzido anteriormente, no qual a voz que se manifesta refere-se ao enunciador maior da cartilha. O fato de que os seus enunciados aparecem destacados em fundo vermelho também os distinguem da trama narrada, o mesmo

ocorrendo em outras duas passagens, nas quais vemos ressurgir a voz desse enunciador maior, para comentar aquilo que é narrado¹²¹.

Na primeira fala de Patrícia, a esposa, verificamos a presença de um discurso relatado clássico, o discurso indireto. Vejamos:

(2) Mas, Roberto, toda hora a gente ouve dizer que a Petrobrás descobriu petróleo. O que esse tem de diferente?

O segmento destacado nos mostra a referência a uma fonte desconhecida do dizer; não se sabe de onde provêm as enunciações a respeito de descobertas de petróleo. Aliás, muito mais elementos desta fala de Patrícia sugerem certo grau de incerteza. A expressão adverbial “toda hora” e o sujeito “a gente” garantem um nível de indeterminação ao conjunto do que é enunciado. Patrícia se mostra uma personagem pouco ou mal informada a respeito do assunto; tal qual Maria, é a Roberto que ela recorre para esclarecer o que há de vago no que ela mesma diz. O marido, respondendo ao que sua esposa lhe pergunta, no entanto, demonstra, por meio de sua enunciação, que aquilo que diz não se pode atribuir a si mesmo: “Só Tupi *teria* mais da metade da atual reserva brasileira de petróleo!”. O verbo flexionado no futuro do pretérito indica que Roberto não se responsabiliza pelo que afirma, remetendo essa fala para um exterior qualquer, já que ele também não revela a fonte dessa informação.

Essa primeira cena termina com a fala de Pedro, o filho mais novo, a respeito da formação de um time de futebol em sua escola. É a fala do menino que permite um deslocamento parcial do tema. Nela, também verificamos um caso de discurso relatado, que remete a um enunciado produzido pelo professor de educação física, mas ele não se refere ao tema discutido durante o café da manhã.

4.5 A sala de aula fora do espaço escolar – Lição II

Na sequência do enredo, cada membro da família segue um destino diferente:

¹²¹ Sobre o comentário, Foucault (2003) já se colocara, identificando-o como um dos procedimentos de controle dos discursos.

(1) *Roberto e os filhos se despedem de Patrícia. Depois que a condução da escola passa, Roberto segue para o trabalho e, no metrô, lê no jornal que a Petrobrás vai encomendar 15 plataformas no Brasil para serem instaladas no sistema da região do pré-sal.*

Consideramos extremamente curioso este fragmento, sobretudo no trecho destacado. Temos ali uma estrutura que acreditamos ser de discurso indireto. Este parágrafo serve para dar prosseguimento às ações das personagens. A partir daqui, o leitor acompanhará apenas os acontecimentos relativos a Roberto. Pensando a questão do DR destacado, achamos pertinente comentar dois pontos. Em primeiro lugar, a fonte do discurso a que Roberto tem acesso, o jornal, também se relaciona ao primeiro parágrafo do capítulo I, reforçando a ideia de que os grandes meios de comunicação são os principais formadores de opinião. Em segundo lugar, aí dizendo respeito propriamente ao mecanismo de relato, ele nos dá uma imagem do próprio narrador. Ele parece pairar sobre a personagem, numa posição onisciente. Somente isso justifica a possibilidade de que o relato se dê por meio de um DI.

Esse nível de onisciência do narrador do qual estamos falando se confirma, em seguida, por meio de um outro tipo de discurso relatado. Vejamos:

(2) *Então, pensa: “Como é importante o governo se preocupar com a geração de empregos no Brasil. Na época em que estive desempregado, meu sofrimento foi grande”.*

O narrador tem acesso aos pensamentos da personagem. Essa posição privilegiada cria um modo de remissão dos discursos de outrem que ao mesmo tempo em que permite realizar o simples relato, possibilita também dar a esse enunciador-narrador poderes para além de um simples relatar, talvez determinar aquilo mesmo que será objeto de seu relato. Nesse sentido, abre-se margem para um questionamento fundamental: embora haja vestígios dos discursos relatados, como verbo *dicendi* mais conjunção subordinativa de um lado, e marcas tipográficas como dois pontos e aspas de outro, não serão estas formas de relato do discurso de outrem um disfarce para enunciar o próprio discurso do enunciador-narrador?

Para nós, o questionamento é pertinente. Além disso, conforme tentaremos mostrar a partir do próximo fragmento, o enunciador-narrador de fato ocupa um lugar privilegiado. A onisciência de que falamos, inclusive, retira das personagens a sua autonomia, estas aproximando-se mais da imagem de fantoches, no sentido negativo do termo. Dessa forma, as

falas reportadas, seja por meio deste ou daquele tipo de discurso relatado, se confundem com as palavras do próprio enunciador-narrador que são apenas transpostas para os personagens, igualmente objetos de sua criação. Como não remetermos ao parágrafo de introdução da narração: “Vamos imaginar uma conversa em família”.

Analisemos, agora, os dois fragmentos seguintes:

(3) *Roberto chega ao trabalho e **ouve os colegas discutindo**. Um deles diz que, com a flexibilização do monopólio do petróleo no país, no governo Fernando Henrique, o setor petróleo ficou mais ativo. A participação do setor petróleo no PIB **teria** aumentado de 2% para 10%. O colega **insiste que** a Petrobrás ficou mais competitiva e que o pré-sal foi descoberto por causa da ‘flexibilização’.*

(4) *Neste instante, Fernando, colega de Roberto, **é convidado a dar sua opinião**. Ele sempre tem algo interessante a dizer, principalmente em assuntos ligados à economia e política. Fernando não foge do debate.*

O primeiro trecho destacado corrobora a nossa caracterização da onisciência do enunciador-narrador, de sua posição superior em relação àquilo que ele mesmo narra (constrói?). Ao leitor é apresentada a discussão que ocorre no local de trabalho de Roberto. O enunciador-narrador parece ouvir com os ouvidos de Roberto a discussão. São outros os personagens que agora falam, especificamente os seus colegas, os quais Roberto encontra discutindo, numa feliz coincidência, o mesmo assunto de que tratavam ele e sua família mais cedo no café da manhã.

Conforme o fragmento 3, temos dois casos de discurso indireto e ainda um condicional. Ambos os relatos indicam a fala daqueles que foram favoráveis à aprovação da Lei 9478/97. Estes dizeres referem-se exatamente à formação discursiva entreguista (FDE). Em seguida, o enunciador-narrador apresenta um novo personagem, Fernando, um dos colegas de Roberto, conforme o fragmento 4.

Alguns dados aqui são bastante interessantes. Notamos, da parte do enunciador-narrador, manifestações de juízo de valor sobre a personagem-locutor-fonte do discurso. Reparemos que

este não opina por intromissão, mas por convite¹²². Sua fala é solicitada (não sabemos por quem, o que dá a entender – ou cria-se o efeito – que ela é sempre assim). O adjetivo que qualifica a fala de Fernando é da responsabilidade do enunciador-narrador.

É possível vislumbrar o início da construção de uma rede de filiações para o enunciador-narrador. Igualmente interessante é que diferente dos colegas em discussão, cujas falas nos são mostradas todas por algum processo de reformulação (“um deles diz que...”; “a participação... teria...”; “o outro insiste que...”), a fala de Fernando, que segue o fragmento de que tratamos, aparece em DD, a citação relíquia, como defendia Authier-Revuz, ou o estilo monumental, para Bakhtin. E como já colocamos, esta fala aparece endossada, legitimada; o leitor não topará com qualquer fala, mas sim uma fala interessante, de alguém que só fala quando solicitado, um sujeito nada impertinente, mas respeitoso.

Destaque-se ainda a utilização das aspas que põem em suspenso um termo da fala do enunciador-narrador, o mesmo ocorrendo na fala de Fernando que vem logo em seguida (‘flexibilização’ e “flexibilização do petróleo”). As aspas aqui parecem marcar um desacordo dos enunciadorees com relação ao dizer do outro. Se por parte do enunciador-narrador essa divergência soa de forma branda, o mesmo não se pode dizer de Fernando que não apenas pelas aspas, mas pelo conjunto de seu enunciado busca desmerecer o dito de um de seus colegas. Nós acreditamos que se trata de um traço muito importante para a enunciação da cartilha de uma maneira geral. Deixando ao personagem a fala mais ríspida, relatada em discurso direto, como “uma encenação visando um efeito de autenticidade” (Maingueneau, 2001 p. 141), cria-se a imagem de que o enunciador-narrador apenas mostra (o discurso direto é menção) um juízo de valor de um personagem autônomo. Ele, o enunciador-narrador, simula portanto seu afastamento do dizer por meio do DD. No entanto, conforme mostramos, ao mesmo tempo, num jogo muito sutil, deixa entrever, a respeito das posições distintas que se apresentam (favoráveis ou contrárias à flexibilização do monopólio do petróleo), com qual delas está coadunado.

Alguns índices lexicais dessa primeira fala de Fernando dão uma noção da forma contundente com que rebate os argumentos de seus colegas que provavelmente teriam sido arrolados, mas dos quais pouco sabemos, haja vista eles nos tenham sido apresentados apenas pela reformulação que o enunciador-narrador realizou deles. “Esse negócio”, que marca atitude

¹²² O fragmento “é convidado a dar a sua opinião”, que destacamos do enunciado 3, poderia ser interpretado como um discurso narrativizado não fosse a visão onisciente de que se institui o enunciador-narrador, que o converte em fonte da informação, desfazendo assim a possibilidade de um DN.

de desprezo; “é muito engraçado”, que busca desautorizar a seriedade do argumento; “não existe meio monopólio ou um pouco de monopólio”, que questiona a validade semântica da expressão que está suspensa pelas aspas; e por fim, o enunciado final dessa primeira fala, que procura determinar a verdade legítima – depois de deslegitimar a verdade do outro – a partir de uma afirmação categórica de um processo histórico.

Remetemos aqui à noção de interincompreensão. Para Maingueneau (2008), o espaço discursivo, como rede de interações, compreende diversas posições enunciativas. Para elas, ajustar-se a sua FD e não compreender o sentido dos enunciados do outro não são processos descolados. Pelo mecanismo de tradução, o outro é absorvido pelos enunciados de uma determinada posição discursiva segundo seu próprio sistema de restrições. Isso envolve logicamente, uma questão de demarcação identitária. Maingueneau ressalta, no entanto, que a tradução resulta na construção de um simulacro do outro, de maneira que os discursos estão em confronto consigo mesmos e não com uma exterioridade absoluta.

Aliás, os discursos oriundos da formação discursiva antagônica jamais aparecem em discurso direto. É sempre por um processo de reformulação, por uma espécie de alusão, subentendidos e assim por diante que esse outro ganha voz; aliás, voz não, apenas vez. É o que ocorre mais à frente na fala de Luíza, uma das funcionárias que participam do debate:

(5) Mas dizem que, quando uma empresa tem o monopólio em um setor, isso é ruim para a população, porque ela aumenta o preço dos produtos sem que a população possa fazer muita coisa, na medida em que não há concorrência.

Aqui, além do discurso indireto, verificamos mais uma vez o recurso a indeterminação do sujeito. Afinal de contas, quem diz? Quem seria o responsável pelo dizer do qual Fernando vai em seguida discordar?

Precisamos, com efeito, lembrar que “com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento” (Maingueneau, 2001, p. 149). Além disso, é possível não se referir a uma série de elementos que constituem a situação de enunciação original. Vejamos também que embora Luíza tome a palavra, não é dela a afirmação de que o

monopólio é ruim. Ou seja, os colegas que “*dizem que, que insistem que a participação teria...*” não são mais do que fantasmas, no sentido figurado da palavra.

Precisamos destacar que a manipulação dos discursos relatados desempenha uma determinada função discursiva a cada vez que eles são mobilizados. A seguir, reproduzimos o seguinte fragmento:

(6) *É dito, também, que elas estão formando um cartel.*

Aqui também estamos diante de um discurso indireto, em que se atribui um conteúdo do pensamento a um outro. No entanto, não se trata de simular precariamente os atores dos quais Fernando discorda quanto às questões relativas ao monopólio do petróleo. Trata-se, isso sim, de um recurso didático, usado para explicar justamente o que seria o oligopólio. E não é tão somente com o DI que Fernando constrói para si a imagem do professor que explica ao aluno a matéria. No fragmento seguinte, é o discurso narrativizado que cumpre essa função:

(7) *Em geral, elas entram em acordo sobre o preço de venda, não existindo concorrência, o que prejudica os compradores.*

O esclarecimento sobre o que seria o oligopólio se pauta no recurso também ao discurso narrativizado. Seguimos aqui a orientação de Deusdará (2006), para quem os enunciados relatados sob a forma dos discursos narrativizados não se restringem àqueles que foram necessariamente proferidos, mas também aqueles que poderão ser proferidos, ao qual nós acrescentamos aqueles que poderiam ter sido proferidos.

É exatamente o nosso caso, no fragmento de que tratamos. Pautando-se numa concepção não restrita de força *dicendi* (Arias, 2003; Deusdará, 2006), é possível vislumbrar no trecho destacado uma situação de enunciação, já que “entrar em acordo” pressupõe os enunciados proferidos pelas partes que tomarão partido ou não no pretense acordo. O enunciador responsável pelo discurso citante não deixa marcado no fio de seu enunciado a fonte da informação que relata aos seus colegas de trabalho.

Mas acreditamos que a questão aqui, no fragmento do qual nos ocupamos, excede o mero esclarecimento. Talvez se possa pensar, já que o posicionamento de Fernando é contrário aos

oligopólios, que ao descrever assim a suposta situação de enunciação, cria-se uma imagem negativa do provável acordo, espécie de conluio, uma negociata que corre “por debaixo dos panos”. Assim, o leitor é levado a ver tais acordos com os traços de uma maquinação.

Na mesma fala onde constam os últimos discursos relatados, os dois últimos, que estamos analisando, vemos o recurso ao discurso indireto, que serve a Fernando como retomada de seu próprio dizer. Na sequência, Fernando é mais uma vez questionado, mas desta vez sobre o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro em decorrência de um incremento no setor de petróleo. Essa fala, embora não apresente traços mais clássicos de referência a um outro discurso, dá-nos a impressão de que se constitui como tal. O mesmo ocorre duas falas depois. Vejamos:

(8) E quanto ao setor petróleo ter ficado mais ativo, com maior participação no PIB (Produto Interno Bruto), depois que acabou o monopólio estatal?

(9) E quanto à Petrobrás ter ficado mais competitiva e o pré-sal ter sido descoberto, depois da mudança da lei do petróleo no Brasil?

A estas perguntas mais uma vez Fernando responde. E justo na última fala do segundo capítulo, identificamos mais um caso de discurso narrativizado. Falando sobre o aumento da competitividade da Petrobras no setor, Fernando não concorda que, para tanto, o único caminho era o fim do monopólio. Diz ele que:

*(10) A empresa ficou mais competitiva, sim, **mas** este caminho não era o único que a deixaria mais competitiva. Bastaria **serem criadas metas** de melhoria da eficiência e elas serem cobradas pelos administradores.*

O primeiro enunciado, dos dois que constituem o fragmento acima, mostra que Fernando aceita o argumento de seu interlocutor, confirmando o que estava pressuposto na pergunta que lhe foi dirigida. No entanto, por meio do operador argumentativo “mas”, redireciona sua fala para um outro “caminho” que a afasta daquilo que nela mesma se mostrou aceito numa primeira instância. Para nós, o recurso aqui ao discurso narrativizado constitui-se em mais um indício de opinião contrária ao que havia sido insinuado na pergunta a que Fernando é chamado a responder.

É por meio desse DN que o locutor aponta o outro caminho de que falou. Criar metas supõe uma série de situações de enunciação e portanto a produção de inúmeros enunciados, tanto orais, no debate de propostas, por exemplo, quanto escritos, na apresentação das mesmas. O DN aqui aponta, evidentemente, para uma possibilidade, tal qual a modalidade do verbo “basta”, mas no sentido concreto de perspectiva plausível.

A estrutura em voz passiva oferece ainda a vantagem de se omitir o agente da passiva, dando assim lugar de destaque às metas propriamente ditas, por mais que fossem apenas projeções.

4.6 A sala de aula fora do espaço escolar – uma atividade de pesquisa e o estudante exemplar

Chegamos ao terceiro capítulo, que em relação aos outros, é bastante *sui generis*. O enunciator-narrador coloca em cena Roberto. Empolgado pela conversa a qual presenciou, conforme o segundo capítulo, decide realizar uma pesquisa na internet para conhecer mais sobre o petróleo:

(1) *Tendo gostado muito da conversa, Roberto resolveu pesquisar mais sobre petróleo, na Internet, em sua hora de almoço.*

O leitor tem acesso ao conteúdo do que é pesquisado. Aliás, é desse conteúdo que se constitui todo o referido capítulo. Neste, identificamos somente um caso de discurso relatado, o discurso indireto. Abaixo reproduzimos o fragmento:

(2) *Leu que o petróleo é uma substância inflamável e oleosa.*

É evidente que aqui não tratamos de um caso clássico de discurso indireto, e mesmo de discurso relatado. Para que assim o consideremos é necessário fazer convergirem alguns critérios. Primeiro, há enunciados aos quais Roberto tem acesso, quais sejam, os enunciados relativos aos textos que a sua pesquisa retornou; segundo, para nós, trata-se, num sentido amplo, de uma situação de enunciação, já que são enunciados que Roberto lê e são necessariamente enunciados

que alguém produziu; terceiro, o enunciador-narrador, valendo-se de sua onisciência relata, a partir de sua própria enunciação, essa outra situação de enunciação de que falamos no segundo critério. Assim, para nós, temos aí um discurso relatado.

Resta ainda respondermos a mais uma questão: por que se trata especificamente de um discurso indireto? A isto respondemos que por não haver nenhum traço que possa remeter aos dizeres que seguem a estrutura “leu que” aos enunciados tais quais eles tenham sido produzidos na sua origem, não sendo, portanto, da ordem do discurso direto, inclinamo-nos a vê-los como enunciados em discurso indireto.

Salientamos ainda a flexão do verbo em terceira pessoa, típico do DI, bem como a conjunção subordinativa que o segue. Necessariamente, ainda, estamos compreendendo aqui também a possibilidade de ampliarmos a noção de força dicendi, enxergando no verbo ler uma etapa posterior a uma etapa na qual teríamos um dizer.

Para nós é fundamental a consideração deste tipo “não usual” de discurso relatado, pelo menos do ponto de vista de sua estrutura, porque através dele o enunciador-narrador reformula os enunciados aos quais Roberto teve acesso; relata-os assim ao leitor da cartilha que nesse ponto acompanha a saga da família do referido personagem.

Sendo um processo de reformulação, acreditamos que nesse capítulo em especial, temos a possibilidade de investigar um conjunto de saberes que se julga importante relatar aos leitores, aos co-enunciadores da cartilha. Temos ainda a possibilidade de observar que estratégias esse enunciador-narrador utiliza para transmitir esses saberes, bem como os seus mecanismos enunciativo-discursivos de apresentação desses conhecimentos.

Nesse sentido, para além dos discursos relatados, no capítulo de que tratamos, passamos a avaliar os traços de didaticidade como preocupação fundamental, em oposição ao lugar mais coadjuvante que esses elementos têm ocupado nas análises anteriores e nas que ainda estão por vir.

Sobre o fragmento que reproduzimos anteriormente, gostaríamos de chamar a atenção para a definição que é feita do petróleo. Aliás, todo o parágrafo do qual o fragmento faz parte tem essa finalidade: definir:

(3) Tem densidade menor que a da água, cheiro característico, cor variando entre o negro e o castanho escuro. É o resultado da combinação de moléculas de carbono e hidrogênio, um composto de hidrocarbonetos.

O enunciador-narrador lança mão de diversos recursos para explicar ao co-enunciador termos que talvez não sejam de fácil compreensão. No fragmento logo acima, a expressão “combinação de moléculas de carbono e hidrogênio” é reformulada como composto de hidrocarboneto. Apesar de realizar tal operação, o enunciador-narrador não foge de um registro científico.

No parágrafo seguinte, o termo “fitoplâncton” é igualmente reformulado, sem, no entanto, incorrer-se no mesmo problema do caso anterior. Destacamos ainda outro caso de reformulação utilizado para “sedimento”, cuja explicação vem em seguida entre parênteses: “fragmentos de rocha que se soltam por conta da erosão”. Pressupõe-se somente que o leitor saiba o que vem a ser “erosão”. Há também o uso de aspas para marcar o emprego inadequado de um termo (“cozimento”); para Authier-Revuz, esse tipo de procedimento equivale ao enunciador dizer: “emprego esta palavra não porque eu não saiba o termo técnico, mas apenas porque você não o conhece”.

Além de dados geológicos, o leitor é informado sobre a gênese da exploração do petróleo para uso industrial. O enunciador-narrador resgata o primeiro caso de perfuração, apresentando dados cronológicos precisos, nome do explorador e lugar geográfico (metade do século XIX – Edwin L. Drake – Pensilvânia, EUA).

Uma informação fica obscura ao leitor, o que seria “Oil Creek”, já que não há qualquer referência do que se trata. Mais à frente, outro recurso explicativo busca elucidar o que seriam os derivados de petróleo, cujo traço tipográfico, os dois pontos, tornam mais clara essa vontade de explicar. Encerrando o capítulo, destacado do restante dos outros enunciados, em fundo vermelho, são apresentados alguns números relativos à indústria mundial do petróleo nos dias de hoje que aliam, acreditamos, a frieza dos dados a certa preocupação do enunciador em mostrar a relativa desigualdade quanto à produção, consumo e propriedade das áreas ricas em petróleo. Nesse mesmo trecho, destaca-se o recurso à expressão “ou seja”, para especificar o sentido de “politicamente instáveis”.

4.7 A sala de aula fora do espaço escolar – Lição III

O capítulo IV mostra Patrícia, a mulher de Roberto em seu ambiente de trabalho. Vejamos o fragmento abaixo:

(1) *Patrícia chega ao trabalho. Na repartição, **ouve comentários** sobre uma campanha defendendo a retomada do monopólio estatal do petróleo: O Petróleo Tem que Ser Nosso. As opiniões se dividem. **Uma colega diz que** empresa privada dá mais lucro. **Outra diz que** o petróleo é um bem estratégico e que o controle estatal é melhor para o povo brasileiro. Ao final do expediente, Patrícia decide visitar os pais. **Lobato, o velho pai aposentado, gosta de livros, conhece história e pode ajudá-la a tirar dúvidas.***

Ao chegar ao seu local de trabalho, Patrícia “ouve comentários”; e não são quaisquer comentários, mas sim sobre a existência de uma campanha cuja bandeira é a “retomada do monopólio estatal do petróleo”. Gostaríamos de comentar que mais uma vez temos a oportunidade de vislumbrar a onisciência do enunciador-narrador. Quem ouve os comentários é Patrícia, porém não é ela quem relata, mas sim o enunciador-narrador. Os outros dois trechos em destaque revelam estruturas de discurso indireto. A cena retratada é bastante parecida com àquela da qual Roberto participou, apenas como ouvinte, no seu trabalho. Numa das ocorrências o enunciador-narrador reformula um dizer favorável à iniciativa privada; noutra, favorável ao controle estatal. Patrícia, ao que tudo indica, também não participa da discussão. Ela, conforme o enredo, ao sair do trabalho, se dirige para a casa de seus pais.

É Lobato quem primeiro intervém. Sua fala, tal qual já havia ocorrido no capítulo II de que tratamos, é referendada anteriormente pela voz do enunciador-narrador. Remetemos para o último destaque no fragmento acima. Lobato, o pai de Patrícia é descrito como um homem culto, habituado à leitura e especificamente conhecedor de história, portanto, uma pessoa apropriada ao lugar do saber. Essa caracterização é extremamente importante de ser destacada, pois é a partir dela que se confere a legitimidade dos dizeres atribuídos a Lobato. Da mesma forma como observamos nas análises anteriores, a dissimetria enunciativa, do ponto de vista da frequência com que falam as personagens também é um traço marcante desse capítulo. É Lobato quem monopoliza o discurso. Os seus enunciados são o testemunho, já que conhece história como

ninguém, do passado. Um passado, devemos dizer, visto sob a ótica de quem está profundamente simpatizado com idéias nacionalistas. Analisemos o seguinte fragmento:

*(2) As empresas estrangeiras foram derrotadas por um dos maiores movimentos populares do país, a campanha **O Petróleo é Nosso**. Esse movimento resultou no monopólio estatal do petróleo e na criação da Petrobrás, em 1953. Mas o capital internacional nunca se deu por vencido e continuou de olho no nosso “ouro negro”.*

Na sua primeira fala, Lobato faz referência à campanha de meados do século passado, O Petróleo é nosso. Em poucas palavras, ele explica do que se tratou e das suas conseqüências. Segundo Lobato, a campanha derrotou, naquela época, empresas estrangeiras que tinham a intenção de atuar no setor. No entanto, conforme o próprio Lobato, a vitória do movimento jamais afastou de vez a ameaça que tais empresas representavam. O personagem se utiliza de um reformulante, “ouro negro”, que busca dar a sua interlocutora uma noção aproximada do valor que o petróleo possui. As aspas servem para marcar uma não-coincidência entre a palavra e as coisas (Authier-Revuz, 1998). É como se o enunciador dissesse: “Olha, eu uso essa palavra mas não é bem essa a palavra exata”. Mas a não-coincidência aqui nos parece deliberada e não um equívoco de construção.

É exatamente este reformulante que motiva a pergunta seguinte de Patrícia. Ao responder, Lobato continua as suas explicações, mas desta vez não exatamente sobre um dado histórico, mas sobre o que representaria o petróleo, de um ponto de vista relativizado. Fala em benefícios e riquezas, mas também em guerras, atrocidades em torno da disputa pela sua posse; comenta ainda sobre a utilidade da matriz energética a partir de definições como a que segue: “É um insumo básico de onde se obtém produtos químicos, insumos agrícolas e combustíveis, que servem para a indústria, as residências e os transportes”; fala também da concentração das jazidas em territórios restritos etc. Ao final da sua fala, nos mostra uma expressão que aponta também, assim como nas seções anteriores identificamos, para os traços de didaticidade:

(3) Ou seja, muito sangue, ganância e luta de poder têm ocorrido na disputa pelo petróleo.

Nossos últimos comentários se concentraram em outros aspectos que não aqueles que havíamos definido como percurso de análise lá no início do capítulo. O que motivou esse movimento foi a relevância discursiva que tinham para a nossa pesquisa e, evidentemente, em virtude da raridade de discursos relatados neste capítulo. Mas é claro que não deixaríamos de contemplá-los. Apesar da sua pouca ocorrência, eles são importantes e devem ser analisados.

Quanto aos discursos diretos (oito, neste capítulo), não temos mais tanto assim a comentar. Além disso, já abordamos a respeito de como o enunciador-narrador orienta o leitor para as falas que são apresentadas pela via do discurso direto. Temos também, dois casos de discurso narrativizado, um de discurso segundo e um de discurso indireto sobre os quais gostaríamos de falar a partir de agora. Os discursos narrativizados e o discurso segundo estão combinados numa só fala, precisamente na terceira intervenção de Lobato. Vejamos essa fala reproduzida abaixo:

(4) *É sobre isto que eu estava falando. **Empresas estrangeiras divulgam mentiras**, através de inserções compradas nas televisões e nos jornais comerciais, subornam – ou, **como dizem de maneira sutil, “cooptam”** – comunicadores, técnicos e políticos, **utilizam técnicas de propaganda para inverter o que é principal e o que é secundário**, enfim, fazem tudo para conseguir o apoio da população e, assim, continuar nos explorando.*

Pela maneira como essa fala é introduzida, é possível perceber que ela responde um enunciado, especificamente uma pergunta anterior. Patrícia o questiona sobre a situação do Brasil quanto à questão ligada às alegrias e tristezas nas quais o petróleo pode acarretar. Mas o que está em jogo aqui não é uma simples relação pergunta/resposta. Há algo de interessante que julgamos válido destacar. O primeiro enunciado de Lobato não somente replica a pergunta que lhe é feita como também recupera um dito seu. Ao dizer “*é sobre isso que eu estava falando*” ele nada mais nada menos faz do que realizar um relato de sua própria fala justamente para retomá-la; em seguida temos o primeiro caso de discurso narrativizado; há alguém que emite um enunciado (empresas estrangeiras) do qual Lobato toma conhecimento e relata à sua interlocutora.

Gostaríamos de chamar a atenção para o aspecto absoluto imprimido ao verbo “divulgar”; flexionado na forma do presente que não se assenta propriamente em numa situação de enunciação específica, ele sugere com isso algo de essencial, mesmo ontológico, nas

falas/enunciados que as empresas estrangeiras divulgam, falas que são, diga-se de passagem, caracterizadas como mentirosas. Um problema, talvez, poderá resultar dos comentários que fazemos: se o verbo no presente absoluto não se refere a nenhuma situação de enunciação específica, é possível falar aqui em discurso narrativizado? Ora, claro que sim. Muito embora não se especifique a situação de enunciação, é sobre uma situação de enunciação que se relata, mesmo que apenas provável. Algo parecido acontece nos casos de discurso direto em que se projeta a fala do outro para o futuro, podendo o mesmo ocorrer com os discursos indiretos (João dirá: “Eu não sou flor que se cheire” – DD; João dirá que não é flor que se cheire – DI).

Com relação aos efeitos de sentido, o que o enunciador Lobato produz é uma aparência perene dos discursos emitidos por um determinado locutor. Se o que um enunciador profere é mentira ou não depende tanto do que ele diz quanto da avaliação de para quem ele diz. O discurso narrativizado assim anula pelo menos uma dessas condições para se determinar a mentira ou a verdade do que é dito pelas empresas estrangeiras. Além disso, Lobato faz passar, sob a forma de um tipo de relato objetivo, característica fundamental do discurso narrativizado, um julgamento seu: mentira que Lobato atesta, que Lobato diz ser, muito embora não dizendo coisa alguma de um ponto de vista explicitamente seu. Aqui temos um exemplo muito claro daquilo que chamaríamos de fronteira nebulosa entre relatar e declarar.

Na sequência há mais um caso de discurso narrativizado que se constitui no complemento do primeiro e para o qual podemos estender os comentários anteriores. Só ressaltamos, como fizemos em outros casos que já analisamos, que aqui também é importante não prescindir de uma perspectiva mais ampla para a noção de força dicendi: utilizar técnicas de propaganda supõe a produção de diversos enunciados. Interessante é que para dar aos discursos narrativizados maior peso e legitimidade, a enunciação de Lobato remete à própria enunciação daquele que é alvo de sua língua afiada. O verbo “subornar”, que é típico do registro do próprio enunciador, do seu sistema de referências, na modalização em discurso segundo, se converte em “cooptar”. Lobato quer deixar claro à sua interlocutora que no registro das empresas estrangeiras, há um eufemismo cínico, pois elas “dizem de maneira sutil”. É como se Lobato dissesse: “elas não dizem com todas as letras, como nós dizemos”.

O recurso ao discurso segundo, assim, é pautado na desqualificação não só de um determinado dizer, mas também da própria maneira como esse dizer é construído; no primeiro caso, recorre-se ao discurso narrativizado e no segundo, ao discurso segundo, com o perdão da

repetição. Esse, na nossa avaliação, é um dos trechos mais ricos em termos de possibilidades de análise. Na sequência, por intervenção de Patrícia, há uma construção em discurso indireto que é bastante marcante, como temos visto em análises de fragmentos anteriores, nessa cartilha; a saber, a referência a uma enunciação de fonte indeterminada:

(5) Mas dizem que, se a Petrobrás estiver voltada apenas para os interesses de mercado, sendo controlada pelo capital privado, vai dar mais lucro.

Mesmo a estrutura sintática aqui, em relação a enunciados anteriores, se repete, com a fala sendo introduzida pela conjunção adversativa, que permite exatamente o confronto de posições. E mais uma vez, também, é um dizer que remete à formação discursiva antagônica, que não vem enunciar de sua própria posição, mas a partir de seus enunciados reformulados. Na sequência, Lobato responde à indagação de Patrícia formulando algumas perguntas retóricas que lhe servem de ponto de partida para continuar expondo os seus argumentos em favor do controle do estado sobre a exploração do petróleo. Ao final desta cena, a fala de Patrícia endossa a de seu pai: “Entendi, pai. Eu sabia que você me daria uma boa explicação”. Sobre o aspecto visual da cena, devemos destacar que Lobato aparece caracterizado, vestindo uma camisa da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso.



Figura 3 – Lobato conversa com Patrícia – Fonte: Cartilha da Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso

4.8 A sala de aula fora do espaço escolar – Lição final

O quinto capítulo marca o fim da cartilha; momento de sabermos quais os desdobramentos de toda a narrativa. O referido capítulo é composto de diversas cenas: o retorno dos membros da família, todos “cansados de um dia cheio de trabalho e emoções”; a ida de Roberto com a filha e os colegas da escola a uma palestra sobre o pré-sal; a apresentação de um trabalho sobre o pré-sal do qual Maria e seus colegas ficaram incumbidos; e, finalmente, como consequência de todas as ações até aqui desenroladas, a criação por parte de Roberto de um comitê da campanha bem como o ingresso de sua filha e dos colegas no mesmo.

Este capítulo também é marcado pela maciça intervenção do enunciador-narrador. Toda a trama, conforme, ficou sugerido no parágrafo anterior acontece em apenas um dia. Nem todas as situações ocorridas nesse dia, ou possivelmente ocorridas, são dadas ao conhecimento do leitor. Nem sequer tem-se uma visão total das ações que se desenrolaram; apenas alguns eventos são trazidos à baila: a chegada ao trabalho de Roberto e a breve discussão; a pesquisa na hora do almoço; quanto à Patrícia, também a sua chegada ao trabalho, igualmente acontece um debate, mas do qual ficamos sabendo muito pouco; a visita de Patrícia ao seu pai, durante a qual tiveram uma conversa sobre o tema central da cartilha.

O leitor toma contato com alguns episódios relativos, sobretudo, ao que se passara com Maria na escola. O quinto capítulo se abre com a voz do enunciador-narrador:

(1) Enquanto Patrícia curtia a sabedoria e o amor pelo Brasil de seus pais, Roberto cuidava do jantar de Maria e Pedro. Os filhos assistem a televisão na sala. No intervalo comercial, Maria começa a falar.

Um dos personagens relativo ao capítulo anterior, Lobato, é valorizado, mostrado como homem sábio e ufanista. Se considerarmos que toda enunciação se realiza de uma determinada posição, os julgamentos que o enunciador-narrador faz desse personagem de alguma forma retornam sobre ele mesmo, dando ao leitor uma imagem que o enunciador faz de si. Ressaltamos ainda o funcionamento da conjunção “enquanto” que indica justamente a visão privilegiada que o enunciador-narrador tem das ações dos personagens. Note-se que a conjunção referida permite

justapor duas cenas, a que ele está começando a narrar e a que acabou de narrar. Esse é mais um indício da sua onisciência.

A primeira fala, de Maria, organizada toda ela sobre a base de discursos indiretos, remete o leitor a pelo menos uma das várias situações que a menina experimentou durante o seu dia:

(2) Pai, eu sugeri que o tema do nosso grupo para a Feira de Ciências fosse “petróleo”. Aí, os colegas do grupo queriam saber quem entendia de petróleo. Eu disse que você entendia. Aí, eles concordaram que o senhor ajudasse o nosso grupo na feira.

As sequências de discursos indiretos sintetizam toda uma situação de enunciação em que diversos falantes se manifestaram muito provavelmente com contribuições bastante heterogêneas. No entanto, por uma questão talvez de economia, e se utilizando de um tipo de discurso relatado especificamente, Maria vai condensando todas as falas decorrentes do acontecimento do qual participou. Essa condensação operada pelo discurso indireto, além de se constituir numa síntese, oculta todas as divergências possivelmente construídas na situação de interação.

Na sequência do quinto capítulo, outros dois casos de discurso relatado chamam a atenção. Um na fala de Pedro e outro na de Roberto:

(3) Há quem diga que o Brasil não foi descoberto e sim invadido, pois já havia povos vivendo aqui quando os portugueses chegaram.

(4) Quem disse que o álcool vem do petróleo?

Em ambos os casos temos a impessoalização do responsável pelo dito. Quem disse que o Brasil foi invadido e não descoberto? Quem teria dito que do petróleo se obtém o álcool? São informações às quais o leitor não tem acesso. No entanto, os dois casos são bastante sugestivos. No primeiro fragmento, são confrontadas duas posições distintas a respeito de um processo histórico; a sua relativização a partir do confronto de pontos de vista induz o co-enunciador a considerar sua própria visão do processo histórico em questão. Além disso, o português, como elemento estrangeiro, se amarra a toda a formação discursiva nacionalista que engendra a cartilha. Já no segundo fragmento, Roberto, a partir do questionamento que realiza, impõe-se

como fonte da verdade, por mais que se trate de uma questão cuja validade ou verdade não repouse em pontos de vista, mas sim em fatos incontornáveis: ninguém dirá, a não ser que ignore ou se engane, que álcool vem do petróleo.

A impessoalização, o apagamento dos responsáveis pelo dizer relatado nos dois casos, como um dado em comum, no entanto, parecem apontar para caminhos distintos. Destacamos especialmente Pedro, que insinua um dizer como se pretendesse estrategicamente ocultar o seu autor, como se para preservar a identidade de alguém cujo discurso aponta uma interpretação distinta da história oficial. Ao dizer “o Brasil não foi descoberto”, admite que haja quem acredite na sua simples descoberta; ponto de vista contra o qual se volta um enunciador não especificado. Com efeito, temos nesse trecho um caso bastante interessante de alteridade em cadeia. Pedro relata um outro dizer que está em relação polêmica com um dizer ainda anterior.

Na sequência da narrativa, as crianças saem de cena e entra Patrícia. Antes, porém, numa intervenção do enunciador-narrador, testemunhamos a sua avaliação do que seja educar filhos. O leitor se depara ainda com o que na visão deste enunciador é um comportamento esperado no que diz respeito ao envolvimento com o tema do pré-sal. Patrícia, ao chegar em casa, conta a Roberto como foi o seu dia:

*(5) Sabe que hoje, no trabalho, **estavam discutindo** sobre a questão do petróleo? Aí, procurei o papai para **tirar umas dúvidas** e foi muito bom, pois ele me **explicou tudo**. O velho **Lobato conhece profundamente a questão** e **disse que** chegou a participar da campanha *O Petróleo é Nosso*.*

O primeiro enunciado recupera a situação de enunciação a qual ela assistiu; apesar de não se tratar de nenhuma forma canônica de DR, percebe-se claramente o relato: alguém esteve envolvido numa discussão sobre petróleo, produzindo enunciados em situação de interação. É também sobre uma situação de enunciação a que Patrícia se refere ao contar sobre a conversa com seu pai: este lhe explicara “tudo”. Convém comentar aqui o efeito do emprego da palavra “aspeada”. Como se não bastasse o próprio enunciador-narrador dar uma imagem de Lobato como alguém extremamente sábio, Patrícia assim também o faz. Vislumbramos então uma afinidade de pontos de vista entre quem narra e os personagens. O enunciado seguinte em destaque confirma nossa interpretação. Por fim, um discurso indireto retoma uma fala que de fato

o leitor não sabe se existiu ou não, já que no capítulo IV não há o discurso direto de Lobato que ateste se ele realmente falou sobre a sua participação na campanha O Petróleo é Nosso. Em nossa opinião, a última fala de Patrícia é emblemática, pois sintetiza um modelo de co-enunciador, qual seja, aquele que terá “comprado” o discurso:

(6) *É que esta questão mexe com uma riqueza muito grande. Empresas estrangeiras estão investindo muito dinheiro para ganhar a opinião pública e se apropriar das nossas reservas de petróleo. O povo brasileiro não pode se deixar enganar.*

A respeito de um enunciador-narrador onisciente de que vínhamos falando já há algumas páginas, outros trechos são capazes de confirmar a nossa constatação:

(7) *No dia seguinte, Roberto **ficou sabendo** pelo seu sogro, Lobato, do lançamento de um filme – “O Petróleo Tem que Ser Nosso, Última Fronteira”. Seria no Cinema Odeon, na Cinelândia, no Rio de Janeiro.*

(8) *Roberto **ficou sabendo** de uma extensa agenda de debates.*

Para que Roberto tivesse “ficado sabendo” de tais eventos, seria necessário sua participação em uma situação de interação, na qual enunciados teriam sido produzidos, fossem eles escritos ou orais. É justamente a posição privilegiada ocupada pelo enunciador-narrador que lhe dá a oportunidade de relatar da maneira como faz.

A penúltima fala em discurso direto da cartilha cabe ao geólogo Campos. Trata-se da maior fala em sequência, já que está inserida num contexto bastante específico: o enunciador está na condição de palestrante. Palestra a qual comparecem Roberto, sua filha e os colegas. Estes, portanto, estão na condição de co-enunciadores. A avaliação que fazemos da fala de Campos é que ela se inscreve no âmbito do discurso político, apesar da especialidade de quem conferencia. Não observamos indícios de um tratamento do assunto que se espera de um geólogo, mas sim de um militante. Note-se como, ao abordar o tema, há uma orientação absolutamente política de seu discurso. O trecho que destacamos atualiza a polêmica maior da cartilha:

(9) *Essa oportunidade pode se perder, por meio de **contratos lesivos aos interesses nacionais, favorecendo empresas privadas e transferindo para elas toda essa riqueza.***

Importa salientar, como talvez já tenha ficado um tanto claro pelas nossas reflexões, que são convocados a falar, ao longo dessa narrativa, dois perfis particulares de enunciadores. O primeiro congrega aqueles que ainda não compreendem bem o assunto (Roberto e sua família; os funcionários do trabalho de Roberto e de Patrícia); o segundo reúne os que estão em posição de ensinar (Roberto, Fernando, Lobato e Campos). Não é de causar estranhamento que Roberto esteja enquadrado nos dois perfis; a sua condição se altera à medida que as situações de interação das quais participa igualmente se alteram. São ainda de lugares distintos que falam esses enunciadores: alguns estão inscritos numa formação discursiva nacionalista; outros, embora não totalmente inscritos, revelam reconhecer posicionamentos relativos ao que chamamos formação discursiva entreguista.

Voltando aos comentários sobre a fala do geólogo Campos, precisamos ainda discutir as passagens em que há os discursos relatados por nós identificados. Vejamos o seguinte fragmento:

(10) *Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso **mudou a Lei 2.004/53, que criou o monopólio estatal do petróleo, dando a posse do mesmo para quem o produzisse (Lei 9.478/97), o Brasil abdicou de fazer ação geopolítica e estratégica com o seu petróleo. É como se o petróleo produzido no Brasil pelas empresas estrangeiras não pertencesse mais ao nosso país.***

Temos aqui combinados discurso narrativizado e um intertexto. O primeiro destaque mostra o discurso narrativizado. Entendemos aqui “mudar” no sentido de “trocar”. Em se tratando de leis, pressupõe-se a produção de enunciados, tanto da própria lei, quanto das propostas, das emendas de alteração dos projetos de lei, as exposições de motivos típicas das leis que são propostas, consulta à própria lei que se quer mudar entre outros. “Mudar”, portanto, remete a inúmeras situações de enunciação, caracterizando assim o discurso narrativizado. O intertexto dá à Lei a incumbência pela criação do monopólio, informação considerada velha se tomarmos como referência um leitor que tenha acompanhado a cartilha desde o seu limiar. Destaca-se essa sequência de discursos relatados, pois sugere uma espécie de eixo das

sucessividades, um encadeamento de ações que colocam em cena dois atores significativos da memória que caracteriza as FD's antagônicas.

Sobre o discurso narrativizado, o seu modo de funcionamento, o da aparente objetividade, aqui ela ganha contornos bastante interessantes. Sabe-se que ao presidente não compete a total responsabilidade pelas decisões políticas tomadas no país. São inúmeras as instâncias e esferas pelas quais uma lei necessita passar até a sua efetiva aprovação. São, portanto, meses de trâmites legais, nas quais estão envolvidas, como nos referimos acima, diversas situações de enunciação e seus respectivos enunciadores. Evidente que não há, assim, apenas um sujeito responsável por todo este processo. Mas não é o que faz parecer o discurso narrativizado, a partir dos apagamentos que a sua natureza permite.

Cabe ainda dizer que o intertexto tem aqui uma dupla função: serve tanto para direcionar a ação de criação do monopólio estatal do petróleo para a Lei 2004/53, ao mesmo tempo em que explica, por meio da ação que realiza, de que se tratou a própria lei. Trata-se, por conseguinte, de um recurso explicativo. Recurso, aliás, que se repete no último enunciado do fragmento de que tratamos. A construção “é como se” evidencia uma forma de analogia, que busca compreender um mecanismo pela referência a outro.

No entanto, essa preocupação com relação ao esclarecimento de questões que seriam nebulosas não se aplica a todos os temas de que a cartilha trata. Na mesma fala do geólogo Campos, notamos passagens que se pressupõe já serem do conhecimento de quem assiste à sua palestra e também de quem lê a cartilha. Afinal, o que seria “plataforma continental brasileira? E a IV Frota dos Estados Unidos?

O mesmo ocorre na última fala de Fernando, aliás, a última fala em DD da cartilha. Expressões como “receita líquida”, “taxação média”, que advém de uma área específica das ciências humanas, a economia, são aí enunciadas sem qualquer preocupação em esclarecê-las. Há também um desequilíbrio quanto às atitudes didáticas da cartilha como um todo. Ainda na introdução, faz-se referência à ANP, cuja sigla só é decifrada na penúltima página da cartilha. Perguntamo-nos se o movimento mais lógico não seria primeiro o novo e depois o dado e não o inverso, com neste caso.

Aproximando-se do fim, os saltos temporais são maiores. A palestra, apesar de não estar precisamente situada no tempo, é realizada no mínimo dois dias depois daquele agitado dia para a família de Roberto; no dia após a palestra se dá o encontro de Fernando e Roberto. Ainda do

ponto de vista dos aspectos temporais, a última cena da narrativa ocorre num “hoje” não ancorado. É o dia da feira de ciências da qual Maria vai participar, juntamente com os seus colegas de turma. Do conteúdo de sua apresentação, temos uma informação mínima em discurso indireto.

(11) *Os estudantes conseguiram até uma cópia do documentário O Petróleo Tem que Ser Nosso e um DVD que mostra como se formou a camada do pré-sal, em que até as placas tectônicas se movimentavam! O DVD retrata a separação entre África e América do Sul, há milhões de anos, quando um grande golfo, que se tornaria o Oceano Atlântico, é formado entre os dois continentes. A apresentadora **pode explicar que**, naquele momento, acumularam-se os resíduos de matéria orgânica que deram origem ao pré-sal, além da própria deposição do sal.*

Note-se ainda a referência a outros materiais que fazem parte da campanha, como o documentário “O Petróleo Tem que Ser Nosso, Última Fronteira”. Os dois últimos casos de discurso relatado da narrativa são bastante significativos. No primeiro, o intertexto:

(12) *O presente abaixo-assinado de projeto de lei tem por objetivo assegurar a consolidação do monopólio estatal do petróleo, a reestatização da Petrobrás, o fim das concessões brasileiras de petróleo e gás, garantindo a destinação social dos recursos gerados.*

A campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso, dentre as suas diversas ações, tem na assinatura de um abaixo-assinado o seu principal instrumento de luta. Afinal de contas, a cartilha que analisamos tem por objetivo justamente convencer quem a lê a assinar o abaixo-assinado. Nacionalmente, os comitês de cada região tem se articulado para conseguir a adesão de mais cidadãos ao movimento. O último trecho reproduzido é literalmente parte do texto do abaixo-assinado que corre o país. O recurso ao intertexto aqui confere todo o poder ao abaixo-assinado que, por definição, reúne inúmeras assinaturas que se responsabilizam pelo seu conteúdo.

O abaixo-assinado será a arma com a qual o inimigo será derrotado, arma que centenas, ou milhares, talvez milhões, de pessoas empunham juntas. O abaixo-assinado ocupa, no trecho de que falamos, a posição de sujeito da proposição, reforçando assim a sua finalidade; é curiosa esta

construção, pois o texto tem como seu sujeito lingüístico aquele que do ponto de vista discursivo o funda. Temos aqui uma dupla determinação: do lingüístico ao discursivo e do discursivo ao lingüístico.

O último parágrafo da narrativa arremata toda a trama narrada, bem como sintetiza o seu projeto enunciativo-discursivo e – por que não dizermos? – ideológico.:

(13) *A essa altura, Roberto estava convencido de que Barbosa Lima Sobrinho é quem tinha razão: “no Brasil – costumava dizer o jornalista - só havia, de fato, dois partidos, o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis”. Percebeu que, neste caso, os partidários de Tiradentes estavam reunidos em torno da campanha **O Petróleo Tem que Ser Nosso**. E tratou de fazer a sua parte, organizando um comitê da campanha em seu local de trabalho.*

A expressão adverbial que introduz o fragmento está claramente ligada ao enredo, no entanto é possível que ela se estenda, de um ponto de vista discursivo, até o leitor da cartilha. Afinal de contas, há processos de identificação leitor/personagem que são características das obras literárias. Muito embora não estejamos tratando de nenhum texto literário, tal qual o compreenda os estudos de teoria da literatura.

Mas em se tratando de discurso, as distâncias entre textos literários e não-literários são de fato encurtadas. Lembremos Bakhtin (1926), para quem a obra de arte (vamos tomar as reflexões aqui também para discurso) é resultado de uma relação triádica: autor, o herói e o ouvinte. O autor não enuncia de seu isolamento, mas sim da sua profunda imersão no meio social, de onde retira as suas palavras, seus referenciais e a imagem que faz de seu público. O autor se relaciona com o herói na medida em que este se constrói e quem lhe dá o acabamento é o ouvinte. É possível estender elementos da obra tanto ao universo de quem enuncia quanto ao universo de para quem se volta a enunciação, o que implica, para sermos mais fiéis ao conjunto do processo, pensar num universo único nos quais transitam todos os elementos. Quem já estava convencido a esta altura? Do ponto de vista da narrativa: Roberto; do ponto de vista discursivo: o co-enunciador da cartilha.

O discurso direto que retoma uma fala de Barbosa Lima Sobrinho é uma síntese das posições que se enfrentam durante toda a cartilha: a formação discursiva nacionalista (partidários

de Tiradentes) e a formação discursiva entreguista (partidários de Joaquim Silvério dos Reis). É a memória que sustenta o discurso; ou melhor, é o discurso que se constitui em memória.

Roberto é uma extensão do co-enunciador; o protagonista com o qual o leitor deverá se identificar; identificar-se significa “a essa altura” estar convencido do que dizia Barbosa Lima Sobrinho, perceber quais são os flancos e de que lado deverá ficar, tratar “de fazer a sua parte”, para que no final dessa grande saga, todos tenham aprendido a sua lição.

4.9 Alguns aspectos para a composição da cenografia

Realizadas as análises que se seguiram, podemos tecer algumas considerações que julgamos pertinentes. Uma diz respeito à organização interna da cartilha que permite amarrar momentos distintos do material. No capítulo I, conforme já havíamos visto, há referência aos meios de comunicação de massa como fonte privilegiada de informação; é também por esta mesma fonte que o assunto chega à família de Roberto, ou seja, ela também é vítima do “bombardeio”. A fala de Patrícia é a mais emblemática, sobretudo se considerarmos a expressão adverbial “toda hora” e a seguinte, de natureza verbal, “a gente ouve dizer”, que sugerem algo que vem de todos os lugares sem que se saiba especificamente de quais; quanto à fala de Maria, ela revela que apesar dessa onipresença do tema em questão, pairam grandes dúvidas acerca do mesmo. Isso fica evidenciado pelas perguntas que são dirigidas a Roberto.

Este jogo de perguntas e respostas nos permite enxergar ainda dois lugares opostos que se ligam aos traços genéricos de uma cartilha: o lugar de um saber e o lugar de um vazio. Cada um desses lugares ocupado por personagens específicos. Evidentemente, colocam-se na boca dos personagens as dúvidas que são julgadas pertinentes, as que o leitor da cartilha talvez pudesse ter, para as quais são dadas as respostas por um outro personagem. Isso por si só já pode constituir um índice para pensarmos a imagem que o enunciador faz de seu co-enunciador. É justamente o recurso aos discursos relatados que permite captar esta imagem de um co-enunciador que é bombardeado por diversos enunciados (na escola, na televisão, toda hora a gente ouve dizer e mesmo aquelas posições que se atualizam em algumas falas dos colegas de trabalho) sem no entanto compreendê-los.

Destacamos ainda, com relação a cena em família, a discrepância entre a situação de enunciação (um café da manhã em família) e o tom de voz usado por Roberto: ele fala

solenemente, ou seja, destoa do contexto no qual se encontra ao construir os seus enunciados. As marcas de pessoa dão um testemunho deste tom: a maioria dos enunciados de Roberto estão na terceira pessoa, revelando a imagem de alguém que reproduz saberes construídos alhures, dos quais ele seria conhecedor, um porta-voz, e do qual busca manter a distância de quem fala com certa propriedade.

A relação ensino-aprendizagem característica do gênero cartilha não está evidenciada apenas no jogo de perguntas e respostas que simula o lugar do professor e do aluno. Nas falas de Roberto, o suposto professor, alguns traços de didaticidade revelam uma vontade por parte deste enunciatador de tornar menos obscuro (ou não) o conteúdo de seu dizer. Vejamos um fragmento:

(1) *É a quantidade de petróleo que, desta vez, é mesmo muito grande. **Por exemplo**, só com o campo de Tupi, na Bacia de Santos, um dos campos do pré-sal, se tudo se confirmar, as reservas brasileiras vão pular de 13 para 20 bilhões de barris. Só Tupi **teria mais da metade da atual reserva brasileira de petróleo!** Além disso, o petróleo descoberto está abaixo de uma camada de sal.*

Se reparamos nos trechos destacados poderemos perceber o apelo a procedimentos discursivos que buscam explicar um determinado enunciado por meio de outros enunciados. A expressão “por exemplo” marca esse recurso à facilitação; da mesma forma, no segmento destacado em seguida, busca-se dar conta, por meio de um cálculo de proporção, do que representa a quantidade de petróleo possivelmente descoberta no campo de Tupi. Mas se por um lado nestas passagens o enunciatador-personagem Roberto se preocupa em clarificar algumas questões, noutras não notamos a mesma preocupação, como no caso que já citamos da expressão “soterramento da matéria orgânica”.

Num primeiro momento, Roberto é aquele personagem que conhece alguma coisa sobre o petróleo e sobre o pré-sal de um ponto de vista técnico-científico. Ele esclarece dúvidas nesse âmbito ao informar seus familiares sobre composição do combustível, quantidade relativa das jazidas descobertas, estruturas geológicas dos locais onde estariam os reservatórios do pré-sal entre outros. Roberto é quem mais fala e por isso é a sua fala a que tem mais substância. É da posição de Roberto que o enunciatador maior da cartilha parece enunciar (subentende-se que aquele que se mostra mais conhecedor do tema corresponderá a esse enunciatador). São as posições

de Patrícia, de Maria e de Pedro as quais deverão ocupar os co-enunciadores, como aqueles que ainda não conhecem.

Essa é uma leitura preliminar e que talvez necessite de uma outra orientação se consideramos a segunda cena ainda deste segundo capítulo, sobre a qual algumas observações devem ser feitas. Primeiro, o enunciador-narrador intervém mais contundentemente; é ele quem constrói o cenário, quem organiza os flancos do debate a ocorrer no local de trabalho de Roberto e é ele quem envia o olhar do leitor sobre cada um desses novos personagens que aparecem, devido a sua onisciência da qual já falamos; segundo, Roberto se apaga nessa nova situação de diálogo (ele não “abre a boca” uma só vez), o que reconfigura a dissimetria em relação à primeira cena; Roberto é apenas um ouvinte e, nesse ponto, deixa de se identificar com a figura de um enunciador, já que ele não é mais o que sabe, para se reconhecer nele, nesta nova situação de enunciação, a figura do co-enunciador; terceiro, a questão já não é mais tanto técnico-científica mas sim político-econômica, conforme o próprio enunciador-narrador dá a entender.

O que há de comum entre as duas cenas é a dissimetria enunciativa, já que dentro da polifonia relativa aos diálogos que se estabelecem, as falas se concentram em torno de dois personagens: Roberto no café da manhã e Fernando no ambiente de trabalho. Temos ainda como características próximas à relação de ensino-aprendizagem que se materializa discursivamente também a partir destes dois personagens dos quais acabamos de falar. Da mesma forma como ocorre na primeira cena, quando Roberto se vale de estruturas enunciativas que revelam uma vontade de explicar, Fernando também assim procede. Vejamos alguns fragmentos:

(2) Monopólio ocorre quando, em um setor, só existe uma empresa. Por exemplo, no Brasil, entre 1953 e 1997, as atividades de encontrar e produzir petróleo e gás natural só podiam ser feitas pela Petrobrás, em nome da União, que detinha o monopólio...

Aqui temos um trecho em que há uma definição do que seria monopólio, bem como a sua exemplificação

(3) Oligopólio ocorre quando um número limitado de empresas oferecendo o produto.

Já neste trecho define-se o que seria oligopólio. Note-se que as estruturas sintáticas dos dois exemplos de definição são absolutamente similares, mudando apenas o objeto de sentido.

(4) Para explicar o aumento da participação do setor no PIB, é preciso entender como é feito esse cálculo. Assim, o valor do produto é fixado em função dos preços do petróleo, do gás natural e de seus derivados, bem como dos volumes produzidos. Esses preços são fortemente influenciados pela cotação do barril no mercado mundial. Entre 1998 e 2008, a valorização do petróleo foi de 268%! Além disso, a produção brasileira, no período considerado, aumentou em 111%. Mas 95% deste acréscimo da produção ocorreu graças aos campos descobertos na época do monopólio estatal.

Neste trecho relativamente maior, novamente Fernando se coloca no lugar daquele que explica; mas aqui se combinam explicação e argumentação já que ele pretende rebater o argumento implícito na pergunta que lhe é dirigida anteriormente. Aqui também destacamos o emprego exaustivo de dados matemáticos que, igualmente, remetem a idéia de certeza (a crença de que a matemática é uma ciência exata) aliada a defesa de um ponto de vista próprio.

Sintetizando as análises, pudemos perceber que a dissimetria radical de um gênero como a cartilha se caracteriza, no caso particular de que tratamos, por meio da construção de uma cenografia. Não é a cena genérica ou a englobante que predomina aqui, muito embora o leitor se veja implicado nas duas. Os lugares de enunciador e de co-enunciador de uma cartilha tal qual esta enquanto gênero pressupõe se vêem todos modificados. Não é mais o leitor, na cenografia que se ergue no jogo enunciativo, que ocupará o lugar de um vazio, que talvez pudesse ser incômodo a ele; é este ou aquele personagem quem vai fazer as vezes do ignorante. O enunciador, por sua vez, não se dirigindo diretamente ao seu co-enunciador, preserva-lhe a face e diminui o risco de seu afastamento. Tanto o enunciador quanto o co-enunciador se desdobram em vários perfis que de um ponto de vista discursivo constituem um excelente recurso de interpelação sem que esta represente, conforme Maingueneau (1998), uma ameaça violenta característica da própria interpelação.

No tocante à cena englobante, o conjunto daquilo que é enunciado permite inscrevê-lo em um tipo de discurso político. Trata-se, portanto, de uma cena englobante política. O leitor saberá identificar sem maiores problemas que a prática discursiva em questão mobiliza temas relativos

ao universo político. A esta cena some-se a genérica, ou seja, o gênero no qual o discurso se materializa. Isso implica a definição de certos papéis os quais o próprio gênero institui. Na cartilha, como temos colocado não poucas vezes nesta dissertação, trata-se de uma voz professoral que se dirige aos iniciantes. Assim, essas duas cenas, a englobante e a genérica, compõem o que Maingueneau (2008) definiu como quadro cênico.

Mas muitos discursos não se restringem ao seu quadro cênico e não é propriamente com ele que os leitores se confrontam, mas com uma cenografia. A partir dela, conforme Maingueneau, o leitor é pego em uma cilada. Ao deslocar o quadro cênico a segundo plano, institui um novo estatuto ao leitor. No caso da cartilha, a campanha O Petróleo Tem que Ser nosso cede a palavra a enunciadores os mais diversos para simular o seu distanciamento daquilo que é ela mesma quem diz. E mesmo o movimento que descrevem as FD's nos mostrou isso.

Porém, o que gostaríamos de enfatizar é que, apesar dos vários gêneros que constituem a cartilha, como vimos no capítulo de análise sobre os gêneros do discurso, parece-nos que é sobretudo a narrativa familiar a que compõe melhor a cenografia. Os enunciados da cartilha apresentam marcas que seriam esperadas do gênero cartilha (p. e. os traços de didaticidade), definindo assim lugares próprios a este gênero. No entanto, tais lugares estão determinados por uma cenografia que o discurso constrói e pressupõe. Isso distinguiria a cartilha que analisamos de outros textos pertencentes ao mesmo gênero. A cartilha desenvolve um dispositivo de fala original, e com mais substância na parte referente à narrativa familiar, como queremos deixar como uma última reflexão.

A cenografia, sendo um jogo de/com imagens, faz do discurso o seu palco de encenação, ao mesmo tempo em que é este mesmo discurso a engendra. As imagens como estereótipos sociais, os quais permitem a materialização discursiva de identidades. Dessa maneira, o discurso nada mais é que o cenário de composição de identidades, do eu e do(s) outro(s). São essas identidades que vão determinar uma forma de estar, de ser, de existir, não apenas de um ponto de vista da materialidade linguística, mas de uma perspectiva discursiva, o que significa, também, para além do linguístico, um olhar para o histórico e para o social.

A narrativa familiar compreende, em nossa opinião, o que de mais significativo se pode dizer desta cartilha em termos de cenografia. Não é, acreditamos, a cena literária a cena genérica, mas sim uma cenografia. Esta tem como característica, repetimos, por em segundo plano as cenas genérica e englobante (Cavalcanti, 2010). Conforme Maingueneau, - e pensando especificamente

a cartilha - pela sua interação com uma dada cenografia, o leitor terá aceitado o lugar de um aluno (de um vazio) sem se dar conta, acreditando, provavelmente, que ele não é o ignorante, mas apenas um leitor de um texto por onde desfilam aqueles que ainda não sabem, os personagens.

Note-se ainda que essa narrativa se estende a outros espaços além do lar, desdobrando-se assim em outras cenas validadas. As várias cenas validadas permitem ao leitor transitar pelos mais variados lugares discursivos, ora filho, ora pai de família, ora aluno etc. O mesmo ocorre com o enunciador, que se investe de imagens as mais diversas. O que de comum entre estas inúmeras cenas? Em todas elas pode-se vislumbrar os lugares de um saber e os lugares de um vazio (pai/filho; professor/aluno; militante/base...) Sendo assim, as cenografias parecem legitimar o gênero cartilha, visto que está na base da própria cartilha a questão do ensinamento, da doutrinação, da catequese, da iniciação, ou seja, da dissimetria dos lugares enunciativos que pressupõem todos estes elementos.

A começar pela introdução do capítulo II da cartilha, o enunciador se apresenta como aquela pessoa mais próxima do leitor, a quem vai contar uma história, mas uma história, como discutimos ao longo da dissertação, como ensinamento. Em seguida, ora o pai de família, ora o colega de trabalho que entenda de política, ora um geólogo, ora uma pessoa mais experiente e com bagagem histórica: os perfis de enunciador mudam a todo instante, mas eles estão atravessados por FD's comuns. Os personagens ganham "corpo" pela voz de um enunciador; essa caracterização deixa um rastro de evidências a partir da qual é possível pensar as posições que esse enunciador ocupa. Há uma voz que unifica. Essa variedade de perfis, parece-nos, camufla um monopólio enunciativo (de um ponto de vista da materialidade linguística, nossa análise dos DR's comprovou esse monopólio).

Vejamos que na cartilha – mais evidentemente na narrativa familiar – há a construção de cenografias distintas. Isso possibilita considerar perfis identitários os mais igualmente distintos. Consequentemente há de se levar em conta que a cada perfil corresponderia uma voz. Apesar dessa diversidade que salta aos olhos, é possível perceber, que tais vozes se coadunam, pois há, no nível do interdiscurso e das relações com os elementos de alteridade, uma base comum. Nesse sentido, a partir de certas coordenadas, constrói-se uma rede de filiações segundo as quais as vozes distintas se unificam e se organizam, instituindo-se numa comunidade discursiva.

Pensando a questão dos focos narrativos, na tipologia de Norman Friedman, o enunciador faz as vezes de um "narrador onisciente intruso". "Esse tipo de narrador tem a liberdade de narrar

à vontade, de colocar-se acima, ou [...] por trás, adotando um ponto de vista divino [...], para além dos lites do tempo e espaço” (Leite, 1985: p. 26-7). Ou ainda, “seu traço característico é a intrusão, ou seja, seus comentários sobre a vida, os costumes, os caracteres e a moral” (Ibid. p. 27). Pode-se pensar também, a partir de uma terminologia de Jean Poullion, num enunciadornarrador que possui uma *visão com*, uma *visão por trás* e uma *visão de fora*. Eis o que permite ao enunciadador se desdobrar em diferentes posições enunciativas e orquestrar polifonicamente a cartilha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao momento de encerrar o trabalho, ou melhor, um dos ciclos de um trabalho que não se esgota nestas singelas páginas. Traçaremos, em linhas gerais, algumas considerações acerca do que foi apresentado, tentando a um só tempo amarrar, sobretudo, as análises a que nos propomos realizar e sintetizar o percurso de nossa pesquisa no tocante à contribuição para o tema que toma como seu objeto de interesse e os caminhos que ela aponta, de um ponto de vista teórico-metodológico.

Nesta dissertação, foi possível compor um quadro a partir do qual enxergamos como estão organizados os embates em torno da questão do petróleo no país. Com efeito, se rivalizam nos debates sobre as mudanças do marco regulatório do petróleo brasileiro minimamente dois grandes grupos, um dos quais a serviço da classe trabalhadora e o outro em atendimento aos interesses dos grandes grupos de investidores. De acordo com o nosso levantamento, percebemos que o cenário desta disputa remonta a dissimetria que marca genericamente a cartilha, uma vez que o conjunto dos trabalhadores, organizado em entidades sindicais, associativas e movimentos sociais, não dispõe de um aparato de mídia tão sofisticado de divulgação de suas bandeiras.

Acreditamos que nosso trabalho possa ter contribuído nesse sentido, ou seja, o de mostrar, com base num sistemático acompanhamento das discussões acerca do pré-sal, como se dá a distribuição desigual dos espaços de fala e intervenção. Assim, fica registrado em nossa pesquisa, também, um retrato da conjuntura política relativa aos prováveis rumos do mercado petrolífero no país.

Se refletirmos sobre a vontade do Presidente da República no pronunciamento que citamos na introdução desta dissertação, a saber, a de que cada brasileiro, dona de casa, lavrador e outros fizessem parte de um grande debate sobre o destino do pré-sal, veremos que, já passados alguns meses, isso não aconteceu. Muito embora os projetos de lei propostos pelo governo estejam sendo aprovados no Congresso Nacional à toque de caixa. A marginalização de movimentos como o da Campanha Nacional O petróleo Tem que Ser Nosso revela, então, que o cenário constituído é exatamente o oposto; pouco debate e pressa nas aprovações dos projetos.

Nossa aproximação do tema, diga-se de passagem, foi mais uma questão de esforço de pesquisa do que propriamente por conta de uma massificação dos debates sobre petróleo. Esse

movimento nos permitiu, aliás, um conhecimento aprofundado sobre os grupos em conformação. E foi justamente por termos vislumbrado aí um espaço de observação interessante que pudemos “pinçar” a comunidade discursiva a qual nos dedicaríamos a compreender.

De um ponto de vista metodológico propriamente dito, acreditamos ter sido uma importante contribuição demonstrar que é possível fazer do trabalho de campo e de observação em pesquisa sobre linguagem uma estratégia produtiva. Nossa participação em reuniões como espectadores foi fundamental para tomada de decisões, definição de estratégias. Foi interessante perceber como o movimento daquele que pesquisa e daquele que é pesquisado pode ser pensado como de mútua cooperação. Ao invés de manipular o objeto de estudo, reificando-o, fizemos dele uma espécie de bússola a orientar as escolhas e os recortes de pesquisa. Da coleta de dados à seleção do material a ser analisado, não fizemos mais do que sermos um ouvido sensível ao que nos dizia a própria campanha. Dessa forma, buscávamos restituir, numa atitude ética e discursiva, ao objeto a sua “subjetividade”. E assim, nos constituíamos não apenas como analistas do diálogo, no sentido amplo do termo, mas como participantes de um.

No tocante ao aspecto teórico da nossa dissertação, podemos ressaltar o papel que a Análise do Discurso teve em nossa empreitada. Tomada como ferramenta de análise, foi com ela que pudemos tecer as nossas reflexões. Nosso trabalho, nesse sentido, se coaduna com o conjunto de pesquisas com base na AD, que tem demonstrado que é possível construir um estudo sobre a sociedade a partir daquilo que ela diz e que porventura deixa de dizer. Isso equivale a afirmar que uma dada produção de social, nos seus diversos níveis, demanda uma produção discursiva a qual ao mesmo tempo a engendra e a pressupõe. E é justamente a partir da observação da maneira como uma dada comunidade se inscreve em seu próprio discurso que se pode concluir sobre os aspectos identitários desta mesma comunidade.

Aliás, era essa uma de nossas principais preocupações de pesquisa, qual seja, recuperar imagens de enunciador e co-enunciador da cartilha da campanha, principal material de divulgação e mobilização. Conseguimos, de fato, verificar algumas dessas imagens que são construídas para os coenunciadores.

Inicialmente, realizamos uma discussão sobre a cartilha e a função que cumpre como elemento de ensinamento e doutrinação. Discutimos a sua importância para a conformação de grupos coesos, tanto quanto um aspecto de sua identidade como um plano de ação. Ficou-nos a impressão de que ainda não existe um conjunto sólido de trabalhos acadêmicos acerca desse tipo

de publicação, a saber, as cartilhas de massas, típicas dos movimentos sociais de grande contingente. Tivemos acesso a inúmeras cartilhas desta natureza, tanto sobre a questão do pré-sal quanto sobre outras questões, o que nos leva a pensar na possibilidade de haver (ou não) entre elas algum traço comum que nos permita postular a emergência talvez de um outro gênero; trabalho este que fica sugerido para uma pesquisa de maior envergadura e para o qual ainda se deveria pensar tanto a sua viabilidade quanto uma metodologia específica.

Mas no que diz respeito ao nosso trabalho, para depreender as imagens de que falamos no parágrafo anterior, utilizamos a cenografia como macro-categoria de análise e ainda nos debruçamos sobre os discursos relatados como marca linguística a ser observada, por coerção do próprio material. Demonstramos os aspectos relativos às regularidades enunciativo-discursivas, ao discutirmos justamente o papel dos DR`s. Descrevemos ainda as Formações Discursivas que regulam o discurso da cartilha.

O discurso relatado, como evidência da presença do outro no mesmo, propiciou a observação de uma dada forma de relação do enunciador com seu outro polêmico, conforme a nossa caracterização do funcionamento dos discursos direto e indireto, sobretudo. A partir dos discursos narrativizados, pudemos perceber como as diversas posições enunciativas disputam uma certa interpretação do real. Além disso, no que toca a questão dos discursos relatados como um tópico já clássico, figurando inclusive nos currículos escolares, este trabalho é mais um daqueles que se preocuparam em mostrar que os DR`s não se prestam apenas aos exercícios de transposição que boa parte das gramáticas apregoa, configurando-se num campo de investigação que, de um ponto de vista discursivo, deixa entrever formas de relação entre sujeitos historicamente marcados.

Sobre a cenografia, fica a nossa humilde contribuição no sentido de conferir-se um novo olhar sobre a questão da produção de sentidos, produção esta que para muitos ainda se encontra apenas na superfície dos textos, a despeito de pesquisas consistentes terem provado que não. A cenografia como noção teórica concede ao pesquisador um outro viés sobre o material de análise; há um duplo deslocamento, a do quadro cênico a um segundo plano, efetivada pela cenografia, e a do próprio pesquisador, que ao tentar entender este deslocamento, desloca-se inevitavelmente. A cenografia é via de acesso, portanto, a determinadas situações de enunciação, nas quais um par interlocutivo, sob determinadas condições espacio-temporais, interagem.

Efetivamente, notamos que na cartilha há um enunciador que se desdobra nos mais diversos perfis identitários sem no entanto se desligar de uma mesma posição enunciativa, ou seja, a posição daquele que se identifica profundamente com os valores nacionalistas. Sendo assim, as imagens valorizadas tendem a se enquadrar num dado sistema de restrições semânticas (Maingueneau, 2008a), sem o qual não poderiam enunciar. Esse mudar aparente suaviza a relação do leitor com o texto, minimizando os riscos de desidentificação. Os elementos que compõem o discurso simulam uma variedade mas que não pode ser considerada dispersa.

Retomando os nossos objetivos de pesquisa, acreditamos que conseguimos atingi-los. Quanto ao geral, percebemos, grosso modo, que no âmbito da cartilha da Campanha Nacional, pelo menos dois sentidos maiores de petróleo estão sendo construídos: um diz respeito às ideias de redenção popular, extinção das principais mazelas sociais, autonomia econômica aos estado brasileiro, enriquecimento, satisfação dos interesses nacionais etc.; o outro se liga aos ideais antinacionalistas, à entrega das riquezas nacionais em mãos estranhas, enfraquecimento do estado brasileiro, continuísmo de estado de dependência etc. Tais sentidos são regulados pelas FD`s que se regulam mutuamente no espaço de troca próprio do interdiscurso.

Com relação aos objetivos específicos, acreditamos que o primeiro deles já tenha sido comentado parágrafos atrás, quando tratamos das regularidades do material. Tratando agora do segundo, gostaríamos muito de que esse trabalho fosse efetivamente um elemento a agregar-se à campanha. Que se para nós, interessar-se pelo tema foi motivo de contato com um conhecimento de tamanha importância, qual seja, aquele sobre a mercadoria mais valiosa e cobiçada do mundo, que para os leitores seja motivo de reflexão sobre as nossas formas de organização e de intervenção em matérias fundamentais aos interesses nossos.

Esperamos também ter contribuído para a documentação de um movimento popular, que por ser desta natureza, muito facilmente se perde pela ação do tempo. Helena N. Brandão relata sua dificuldade em recuperar material para sua pesquisa, quando procurava dados sobre a campanha O Petróleo é Nosso. De nossa parte fica a garantia de que pelo menos um dos materiais, dos mais significativos, relacionados à Campanha Nacional O Petróleo Tem que Ser Nosso, estará arquivado e poderá ser consultado pela posteridade.

Evidentemente, muitas questões seguem em aberto para uma discussão mais amadurecida, talvez quando tiver sido dado cabo à campanha, e algum pesquisador puder ter uma visão de conjunto, dando nova e melhor contribuição do que a nossa. E mesmo aquelas reflexões que aqui

foram ensaiadas podem ainda ser retomadas e discutidas livremente, porque não esgotam qualquer verdade definitiva a respeito daquilo sobre o qual refletem e porque não podem ser chamadas de minha, nem de tua, mas de nossas.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Petróleo (Brasil). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. 2009. Disponível em: <<http://www.anp.org.br/?dw=14162>>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

ALMEIDA, Fernando A. de. Enunciação, ethos e gêneros do discurso na análise da interação. In: PAULIUKONIS, Maria A L. e GAVAZI, Sigrid (org). **Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ARIAS, Sandra Marcela Di Lullo.. **A enunciação do espanhol como língua estrangeira: vozes da notícia**. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029: Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a Transparência e a Opacidade**. Porto Alegre: EDPURS, 2005.

_____. Duas Palavras para uma mesma coisa: trajetos de não-coincidência. **Revista Universa**, Brasília, v. 8, n. 2, jun. 2000.

_____. **Palavras Incertas**. Campinas: Edunicamp, 1998

_____. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 19, 2º sem. 1990.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Discourse in life and discourse in art (concerning sociological poetics). In: _____. **Freudianism. A marxist critique**. New York Academic Press, 1976. (Trad. do russo de I. R. Titunik). (Texto russo publicado em 1926) (Tradução de Cristóvão Tezza - para uso didático)

BARBI, Fernando C. ; SILVA, Ana Lúcia P. da. O Petróleo do Pré-sal: Os Desafios e as Possibilidades de uma Nova Política Industrial no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.19, n. 2 (34), p. 255-271, 2008.

BARBOSA, Alfredo Ruy. Breve Panorama dos Contratos no Setor de Petróleo. In: **Jus Navigandi**, Teresina,n. 55, 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/tesxto.asp?id=2794>>. Acesso em : 24 de jan. 2010.

BARROS, Evandro Vieira de. A Matriz Energética Mundial e a Competitividade das Nações: Bases de uma Nova Geopolítica. **ENGEVISTA**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 47-56, 2007.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BRANDÃO, Helena N. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Ed Pontes, 1995.

_____. **Subjetividade, polifonia e argumentação: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

Brasil. Presidente (2007-2010 : Lula). **Pronunciamento à Nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, por ocasião das comemorações do dia 7 de setembro**. 2008. Disponível em:

<<http://www.imprensa.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamento070908@.doc>>.

Acesso em: 05 de jun. 2009.

_____. **Pronunciamento à Nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, por ocasião das comemorações do dia 7 de setembro**. 2009.

Disponível em:

<<http://www.imprensa.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamento070908@.doc>>.

Acesso em: 05 de jun. 2009.

CALVET, Louis-Jean. **Saussure: Pró e Contra**. São Paulo: Cultrix, 1975.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995.

CARVALHO, Carlos E. ;TEPASSÊ, Ângela C. O Fundo Soberano Brasileiro e a Crise Financeira Internacional. In: **Papéis Legislativos** (Necon/Iuperj), Rio de Janeiro, n. 4, ano 2, p. 21 , 2008. Disponível em: <<http://necon.iuperj.br/>>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

CAVALCANTI, Jauranice R. O conceito de cenografia e sua produtividade na leitura e interpretação de textos. **Signum: Estud Ling**, Londrina, n. 13/1, p. 81-90, jul. 2010.

CAZARIN, Ercília Ana. Da Polifonia de Bakhtin à Heterogeneidade Discursiva na Análise do Discurso. In: ZANDWAIS, Ana. **Mikhail Bakhtin. Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p. 132-147.

COELHO, Wladimir Tadeu S. O Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil: a Criação da Petrobras. In: **História, Imagem e Narrativas**, n. 8, abr. 2009. Disponível em:

<<http://www.historiaimagem.com.br/edicao8abril2009/petrobras.pdf>>. Acesso em 12 de jan.

2010.

COSTA, André. **O Fracasso da Globalização**. Rio de Janeiro: Macadá, 2002.

CUNHA, Dóris de A. C. da. “Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa”. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 23-39, 2º sem. 2009.

_____. Do discurso Citado à Circulação dos Discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 129-144, 1º sem. 2008.

_____. Bakhtin e a linguística atual: interlocuções. In: BRAIT, B (Org). **Bakhtin: dialogismo e produção de sentido**. Campinas: Ed Unicamp, 2005.

DAHER, A. **Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos linguísticos no Brasil do século XVI**. Revista Brasileira de Educação. SP, 1998, n. 8. Apud MOZDZENKI, Leonardo P. **A Cartilha Jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais**. 185f. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DAHER, Maria Del Carmen F. G. Uma análise linguístico-discursiva do pronunciamento de Getúlio Vargas aos trabalhadores em 1 de maio de 1938. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 57-76, jan./jun. 2007.

_____. **Pronunciamentos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva**. 2000. 2v. Tese (Doutorado em Letras)- Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DALLA COSTA, Armando J. e SOUZA-SANTOS, Elson R. **As Jazidas Petrolíferas do Pré-sal: Marco Regulatório, Exploração e Papel da Petrobras**. Economia e Tecnologia, UFPR 2009. 25p. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_para_discussao_ano_2009_texto_14.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2010.

DEUSDARÁ, Bruno. **Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade**. 2006. 249 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DIEESE. **As Recentes Descobertas de Petróleo e Gás Natural e o Marco Regulatório da Indústria do Petróleo no Brasil**. Nota Técnica nº 71, agosto 2008. Disponível em: <www.presal.org.br/uploads/.../10_documentos_notatec71Petroleo.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2010.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1995.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, edição 606. dez. 2009.

FAÏTA, Daniel. A Noção de 'Gênero Discursivo' em Bakhtin: uma Mudança de Paradigma. In: BRAIT, B (org). **Bakhtin: dialogismo e produção de sentido**. Campinas, Ed Unicamp, 2005.

FIORI, José Luís. A Nova Geopolítica das Nações e o Lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, in **Oikos**, RJ, número 8, ano VI, 2007, pp. 77-106.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. A Linguagem em Uso. In: FIORIN, J.L. et al. **Introdução à Linguística**, v. 1. São Paulo: Contexto, 2003.

FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOLHA DO BRASIL. **Revista Fortune Aponta Shell no Ranking das Maiores Empresas do Mundo**. 2009. Disponível em: <<http://folhadobrasil.blogspot.com/2009/07/revista-fortune-aponta-shell-no-ranking.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

FOLHA ONLINE. **Royalties do Pré-sal Irão para Todos os Estados e Municípios**. 2009a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/.../ult91u612366.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Pré-sal Terá Risco Maior, Aponta Estudo**. 2009b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/.../ult91u613584.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Entenda o que é o Pré-sal**. 2009c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/.../ult91u440468.shtml>>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

FONSECA, Gondin da. **Que Sabe Você sobre o Petróleo?** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

FRANÇA, M. B. **Uma comunidade dialógica de pesquisa: atividade e discurso em guichê hospitalar**. São Paulo: Educ, 2007.

GARCIA, Márcio. Macroeconomia do Pré-sal. **Valor Econômico**, São Paulo, p. 13, 29, 30, e 31 ago. 2008.

GLASBER, Rubens e ALMEIDA, Ângela Maria Mendes de. Ele voltará. In: **Nosso Século: Brasil (1945/1960 I)**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GOMES, Américo. **Uma proposta classista para reestatização da PETROBRÁS**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

GRIGOLETTO, Evandra. Reflexões sobre o funcionamento do discurso do outro. In: ZANDWAIS, Ana. **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005.

HOLQUIST, M. ; CLARK, K. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ISTO É. São Paulo : Três editorial, n. 2095, jan. 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. **Os Grandes Líderes: Getúlio**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEITE, Ligia C. M. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.

LIMA, Paulo César R. **Constitucionalidade da lei do petróleo e da adoção de novos regimes de contratação**. Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009. 8 p.
Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/964>>. Acesso em: 20 de jan. 2010.

_____. **Um Novo Marco Legal para Pesquisa e Lavra das Jazidas Brasileiras de Petróleo**. Brasília, DF : Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2008. 14 p. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/983>>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. **Gênese dos Discursos**. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Ed. Pontes, 1997

MAINGUENEAU, D e CHARAUDEAU, P. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: história e prática**. São Paulo: Parábola, 2007.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

MOZDZENKI, Leonardo P. **A Cartilha Jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais**. 185f. 2006. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, Ana C. (Org). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULILLO, Rosana. Procedimentos de Análise do Discurso Referido. In: ALMEIDA, L. F. R. et al (Org.). **Análise do Discurso Político: abordagens**. São Paulo: Educ, 1993.

PETROBRAS. **Pré-sal: Perguntas e Respostas**. 2009. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/presal/10-perguntas/>>. Acesso em: 10 de jan. 2010.

PONZIO, Augusto. **A Revolução Bakhtiniana**. O Pensamento de Bakhtin e a Ideologia Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008.

SANT'ANNA, Vera L. A. **O Trabalho em Notícias sobre o Mercosul**: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade. São Paulo: Educ, 2004.

REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores 2009**. 2009. Disponível em: <<http://mm.portalexame.abril.com.br/>>. Acesso em 10 de jan. 2010.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed. 2145, dez. 2009.

VEJA ONLINE. **Perguntas & Respostas**: Pré-sal. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/pre-sal/index.shtml>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

_____. **A Exploração do Petróleo...** 2008. Disponível em <http://veja.abril.com.br/200808/p_058.shtml>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

VICTOR, Mário (1970). **A Batalha do Petróleo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXOS A - Quadro com todos os Discursos Relatados encontrados na cartilha

Fragmento	Fonte do dizer	Tipo de DR	Marca linguística e/ou tipográfica
A Lei 9.478, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, <i>derrubou</i> o monopólio da exploração e produção de petróleo pela Petrobrás e, ao mesmo tempo, <i>criou</i> a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de emitir permissões ou concessões para a exploração do petróleo brasileiro.	Lei 9478	Intertexto	Verbos <i>derrubou</i> e <i>criou</i>
Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal, que <i>começam a ser anunciados</i> pela Petrobrás no final de 2007, já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos.	Petrobras	Discurso narrativizado	Locução <i>começam a ser anunciados</i>
Diante da cobiça internacional, mais uma vez o povo brasileiro <i>é desafiado</i> a ir às ruas, para derrotar os grupos econômicos que se utilizam de todas as armas para controlar as novas reservas nacionais.	Grupos econômicos	Discurso narrativizado	Locução <i>é desafiado</i>
A CAMPANHA O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO <i>PROPÕE</i>	A campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso	Discurso narrativizado	Verbo <i>propõe</i>
Mas, Roberto, toda hora a gente <i>ouve dizer que</i> a Petrobrás descobriu petróleo.	Desconhecida	DI	Locução <i>ouve dizer + que</i>
Só Tupi <i>teria</i> mais da metade da atual reserva brasileira de petróleo!	Desconhecida	condicional	Verbo <i>teria</i>
Pai, o professor de Educação Física <i>disse para pensarmos</i> em um nome para nosso time de futebol. Que você acha de “Pré-sal”?	O professor de educação física	DI	Locução <i>disse para pensarmos</i>
Depois que a condução da escola passa, Roberto segue para o trabalho e, no metrô, <i>lê no jornal que</i> a Petrobrás vai encomendar 15 plataformas no Brasil para serem instaladas no sistema da região do pré-sal.	Jornal	DI	Verbo <i>lê + que</i>
Então, <i>pensa</i> : “Como é importante o governo se preocupar com a geração de empregos no Brasil. Na época em que estive desempregado, meu sofrimento foi grande”.	Roberto	DD	Verbo <i>pensa</i> ; Dois pontos; aspas
Um deles <i>diz que</i> , com a flexibilização do monopólio do petróleo no país, no governo Fernando Henrique, o setor petróleo ficou mais ativo.	Um dos colegas de Roberto	DI	Verbo <i>diz + que</i>
A participação do setor petróleo no PIB <i>teria</i> aumentado de 2% para 10%.	Um dos colegas de Roberto	condicional	Verbo <i>teria</i>
O colega <i>insiste que</i> a Petrobrás ficou mais competitiva e que o pré-sal foi descoberto por causa da ‘flexibilização’	O colega	DI	Verbo <i>insiste + que</i>

Em geral, elas <i>entram em acordo</i> sobre o preço de venda, não existindo concorrência, o que prejudica os compradores.	Empresas	Discurso narrativizado	Expressão <i>entram em acordo</i>
Mas <i>dizem que</i> , quando uma empresa tem o monopólio em um setor, isso é ruim para a população, porque ela aumenta o preço dos produtos sem que a população possa fazer muita coisa, na medida em que não há concorrência.	Desconhecida	DI	Verbo dizem + que
<i>É dito</i> , também, <i>que</i> elas estão formando um cartel	Desconhecida	DI	Locução é dito + que
Mas, <i>eu estava dizendo que</i> o monopólio ou o oligopólio privado é prejudicial à população, pois as empresas costumam impor o preço e os compradores, se quiserem consumir, serão obrigados a aceitar a imposição.	Fernando	DI	Locução estava dizendo + que
<i>Bastaria serem criadas metas</i> de melhoria da eficiência e elas serem cobradas pelos administradores.	Indefinido	Discurso narrativizado	Expressão <i>bastaria serem criadas metas</i>
<i>Leu que</i> o petróleo é uma substância inflamável e oleosa.	Internet	DI	Verbo leu + que
Uma colega <i>diz que</i> empresa privada dá mais lucro.	Uma colega	DI	Verbo diz + que
Outra <i>diz que</i> o petróleo é um bem estratégico e que o controle estatal é melhor para o povo brasileiro.	Outra colega	DI	Verbo diz + que
Empresas estrangeiras <i>divulgam</i> mentiras, através de inserções compradas nas televisões e nos jornais comerciais, subornam – ou, <i>como dizem de maneira sutil</i> , “cooptam” – comunicadores, técnicos e políticos, <i>utilizam técnicas de propaganda</i> para inverter o que é principal e o que é secundário, enfim, fazem tudo para conseguir o apoio da população e, assim, continuar nos explorando.	Empresas estrangeiras	Discurso narrativizado; discurso segundo; discurso narrativizado	Verbo <i>divulgar</i> ; oração conformativa: como dizem de maneira sutil, “cooptam”; Expressão <i>utilizam técnicas de propaganda</i>
Mas <i>dizem que</i> , se a Petrobrás estiver voltada apenas para os interesses de mercado, sendo controlada pelo capital privado, vai dar mais lucro.	Desconhecida	DI	Verbo dizem + que
Pai, eu <i>sugeri que</i> o tema do nosso grupo para a Feira de Ciências fosse “petróleo”.	Maria	DI	Verbo sugeri + que
Aí, os colegas do grupo <i>queriam saber quem</i> entendia de petróleo.	Os colegas do grupo	DI	Verbo Queriam saber + quem
Eu <i>disse que</i> você entendia.	Maria	DI	Verbo disse + que
Aí, eles <i>concordaram que</i> o senhor ajudasse o nosso grupo na feira.	Eles (os colegas do grupo)	DI	Verbo concordaram + que
<i>Há quem diga que</i> o Brasil não foi descoberto e sim invadido, pois já havia povos vivendo aqui quando os portugueses chegaram.	Desconhecida	DI	Locução há quem diga + que
Quem <i>disse que</i> o álcool vem do petróleo?	Desconhecida	DI	Verbo disse + que
O velho Lobato conhece profundamente a	O velho Lobato	DI	Verbo disse +

questão e <i>disse que</i> chegou a participar da campanha O Petróleo é Nosso.			que
Depois o documentário <i>será lançado</i> na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no mesmo local onde se reúne o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), <i>criado</i> pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho.	Campanha; Barbosa Lima Sobrinho	Discurso narrativizado; discurso narrativizado	Locução <i>será lançado</i> ; verbo no particípio <i>criado</i>
No dia seguinte, Roberto <i>ficou sabendo</i> pelo seu sogro, Lobato, do lançamento de um filme – “O Petróleo Tem que Ser Nosso, Última Fronteira”. Seria no Cinema Odeon, na Cinelândia, no Rio de Janeiro.	Desconhecida	DI	Locução <i>ficou sabendo</i>
Roberto <i>ficou sabendo</i> de uma extensa agenda de debates.	Desconhecida	DI	Locução <i>ficou sabendo</i>
Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso <i>mudou</i> a Lei 2.004/53, que criou o monopólio estatal do petróleo, dando a posse do mesmo para quem o produzisse (Lei 9.478/97), o Brasil <i>abdicou</i> de fazer ação geopolítica e estratégica com o seu petróleo.	FHC; Lei 2.004/53; Brasil	Discurso narrativizado; intertexto; discurso narrativizado	Verbo <i>mudou</i> ; verbo <i>criou</i> ; verbo <i>abdicou</i>
Mas uma parte fica depois das 200 milhas, cuja reserva para atuação exclusiva do Brasil já <i>foi solicitada</i> à ONU (Organização das Nações Unidas), embora a questão continue pendente: seria esta uma das razões da reativação da IV Frota dos Estados Unidos? Quem sabe para proteger plataformas de exploração de petróleo de empresas dos Estados Unidos, que estariam preparadas para atuar nessa “área de ninguém”?	Brasil	Discurso narrativizado	Locução <i>foi solicitada</i>
A apresentadora <i>pode explicar que</i> , naquele momento, acumularam-se os resíduos de matéria orgânica que deram origem ao pré-sal, além da própria deposição do sal.	A apresentadora (Maria)	DI	Locução <i>pode explicar + que</i>
<i>O presente abaixo-assinado</i> de projeto de lei tem por objetivo assegurar a consolidação do monopólio estatal do petróleo, a reestatização da Petrobrás, o fim das concessões brasileiras de petróleo e gás, garantindo a destinação social dos recursos gerados.	O presente abaixo-assinado	Intertexto	Locução <i>tem por objetivo assegurar</i>
A essa altura, Roberto estava convencido de que Barbosa Lima Sobrinho é quem tinha razão: “no Brasil – costumava dizer o jornalista - só havia, de fato, dois partidos, o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis”.	Barbosa Lima Sobrinho	DD	Dois pontos; aspas

ANEXO B – A cartilha da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso



ASSISTA

Novo livro de Colman

O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO

ULTIMA FRONTEIRA

Diante das gigantescas reservas descobertas no Pré-Sal, que direção o país vai tomar?

NOVO

O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO!

PETROBRÁS 100% ESTATAL E PÚBLICA

saúde
reforma agrária
energias limpas
educação
moradia

Como a retomada do Monopólio Estatal do Petróleo pode mudar sua vida?

Texto de Paulo Mello, com a colaboração de Brayer Garcia Lins, Emanuel Cascoff, Paloma Lealza, Francisco Sarmim, Gilmar Rodrigues, Marcelo Lins, Rafael Travenço, Sérgio Gomes e Flávio Casanelli



Esta cartilha é uma publicação da Campanha Nacional
O Petróleo Tem que Ser Nosso, editada sob a responsabilidade
do Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás/Sindicpetro-RJ

Texto

Paulo Metri, com a colaboração de Brayer Grudzka Lira,
Emanuel Cancelli, Fatima Lacerda, Francisco Soriano, Gisela Rodrigues,
Mercedes Lima, Rafael Duarte, Sérgio Gomes e Vito Giannotti

Revisão

Antony Dervalle

Capa

Mírcia Comunicações

Ilustrações

Mega

Fotos / Imagens

Samuel Tosta e Banco de Imagens Petrobras

Edição e Diagramação

Fatima Lacerda e Daniel Costa

Impressão

Gráfica MEC Editora Ltda

Tiragem: 100 mil exemplares - 1ª Edição

Julho/2009

Contatos

Comitê Nacional da Campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso

Eua da Abolição, 227 - 2º andar

Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01319-010

Correio eletrônico: campanhahpetroleo@gmail.com - Tel.: (11) 3104-6746

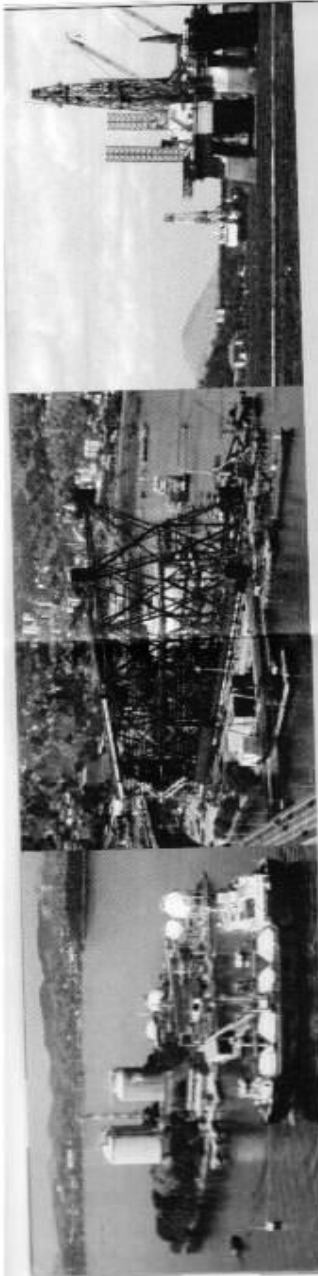
Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás

Avenida Passos, 34 (Sindicpetro-RJ)

Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20051-040

Correio eletrônico: agencia@apn.org.br - Tel.: (21) 3852-0148

Quer organizar um comitê
da Campanha O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO?
Entre em contato com o Comitê Nacional
campanhahpetroleo@gmail.com - Tel.: (11) 3104-6746 ou
com o Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás/RJ
agencia@apn.org.br - Tel.: (21) 3852-0148



Introdução

Já se passaram 60 anos da campanha **O Petróleo é Nosso**. Naquela época, o petróleo era apenas um sonho. O Brasil nem sabia que teria tanto petróleo. Mesmo assim, o povo saiu às ruas e conquistou o monopólio da União sobre a sua exploração, transporte e comércio, através da Lei 2004/53, assinada no governo Getúlio Vargas.

Em agosto de 1997, foi desferido um golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira. A Lei 9.478, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, derrubou o monopólio da exploração e produção de petróleo pela Petrobrás e, ao mesmo tempo, criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de emitir permissões ou concessões para a exploração do petróleo brasileiro. Com a nova lei, ao ser retirado do poço, o petróleo deixa de pertencer à União. Toma-se propriedade de quem o extraiu, não tendo as grandes empresas petrolíferas internacionais que, desde então, também o exploram, qualquer compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal, que começaram a ser anunciados pela Petrobrás no final de 2007, já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos. Mas só agora a empresa brasileira desenvolveu a tecnologia que permite comprovar e explorar essas reservas, sendo, nesse sentido, pioneira no mundo.

Diante da cobiça internacional, mais uma vez o povo brasileiro é desafiado a ir às ruas, para derrotar os grupos econômicos que se utilizam de todas as armas para controlar as novas reservas nacionais.

A campanha **O Petróleo Tem que Ser Nosso** pretende organizar a resistência popular, contra a ganância dos oligopólios e das elites. Reúne movimentos sociais, sindicais, estudantes, partidos políticos, enfim, brasileiros e brasileiras que estão dispostos a lutar para que as riquezas do país sejam

revertidas em benefício do povo brasileiro.

Vamos repetir a vitoriosa campanha que resultou na criação da Petrobrás, atualmente a maior empresa do país e uma das maiores petrolíferas do mundo. Ao contrário da campanha **O Petróleo é Nosso**, quando a luta que moveu multidões ainda era por um sonho, hoje as reservas de petróleo e gás são uma realidade e temos que lutar para que todo o petróleo, inclusive o do pré-sal, seja de fato, nosso.

A CAMPANHA O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO PROPÕE:

- ☑ Mudança na lei do petróleo, restabelecendo o monopólio estatal, com o fim dos leilões e retomada das áreas já leiloadas.
- ☑ Fim da exportação do petróleo cru, com investimento na indústria petroquímica.
- ☑ Mensuração das reservas do pré-sal, com a conclusão do processo exploratório. O país precisa saber quem comprou, nos leilões, os blocos do pré-sal.
- ☑ Criação de um Fundo Social Soberano, voltado para as necessidades do povo brasileiro, tais como Educação, Saúde, Reforma Agrária, Trabalho e Renda e Moradia.
- ☑ Respeito às populações afetadas, defesa da produção nacional e internacional solidária e integradora.
- ☑ Incentivo à pesquisa de nova matriz energética, limpa e renovável, acelerando a transição da matriz energética.
- ☑ Petrobrás 100% Estatal.
- ☑ Apoio a todas as campanhas contra as privatizações e pela retomada das empresas brasileiras que foram privatizadas (Vale do Rio Doce, Sistema Elétrico e de Comunicações, Embraer etc.).
- ☑ Fim da criminalização dos movimentos sociais.

Capítulo I

Desde o final de 2007, jornais, rádios e TVs nos bombardiam com notícias de novas descobertas de petróleo. O Brasil está se tornando um país com grandes reservas. A cada dia, são nomes e mais nomes de novas jazidas: Tupi, Júpiter, Carioca, Bem-te-vi....

A palavra mágica que encanta é pré-sal. Tudo o que existia de petróleo em nosso país até agora é fchinha frente a estas novas descobertas. São quantidades nunca antes imaginadas.

E daí? A Educação, a Saúde e os serviços públicos vão deixar de ser o vezame que são? Poderemos, finalmente, realizar a Reforma Agrária? Suprir a carência de casas populares? Pagar royalties a todos os municípios brasileiros, sem prejuízo dos que já recebem? Melhorar a distribuição de renda de nosso povo? Defender a soberania nacional? O país vai investir em fontes alternativas de energia (eólica, hidráulica, solar e biomassa), a fim de acelerar a transição para uma matriz energética menos poluente?

O petróleo é a principal matriz energética no mundo, mas também é a que mais agribe o meio ambiente: é fundamental usar os recursos do pré-sal na busca de alternativas.

O petróleo é estratégico. Usá-lo na indústria petroquímica é muito mais lucrativo. O uso racional é fundamental, pois além da preservação ambiental, prolongaríamos o tempo útil de nossas reservas.

Não podemos produzir a toque de caixa, como querem as multinacionais, para que o Brasil se transforme num grande exportador. Já somos auto-suficientes na produção de petróleo. O petróleo é finito, diferente da cana de açúcar e dos grãos que proporcionam mais de uma safra ao ano. O petróleo exportado não vai gerar mais emprego!

Com os bilhões de barris de petróleo descobertos no pré-sal, os problemas do Brasil vão acabar? A quem se destinará a produção? Quem será beneficiado? Afinal, o que a existência dessas reservas representa para o povo brasileiro?

Capítulo II

Vamos imaginar uma conversa em família.. A TV acaba de noticiar o pré-sal. A cena se passa na cozinha da casa. Roberto, o pai, prepara a mesa do café da manhã. Maria, a filha de 14 anos, e Pedro, o filho de 12, estão sentados à mesa, enquanto Patrícia, a mãe, passa o café.

Maria – Pai, o que é pré-sal? O professor falou ontem, na aula, mas eu não prestei muita atenção e agora estão falando na televisão.

Roberto – Nossos geólogos analisam a Terra a partir do que é mais antigo para o mais novo. Como as rochas que estão abaixo do sal são mais antigas, elas são chamadas de pré-sal. Antes da camada de sal, eles avistaram uma imensa reserva de petróleo no fundo do mar.

Maria – Misturado com a água do mar?

Roberto – Algumas vezes sim. A água do mar é aprisionada durante o soterramento da matéria orgânica e dos sedimentos que formam a rocha. É por isso que, muitas vezes, o petróleo é retirado junto com água salgada.

Patrícia se aproxima com a garrafa de café.

Patrícia – Mas, Roberto, toda hora a gente ouve dizer que a Petrobrás descobriu petróleo. O que este tem de diferente?

Roberto – É a quantidade de petróleo que, desta vez, é mesmo muito grande. Por exemplo, só com o campo de Tupi, na Baía de Santos, um dos campos do pré-sal, se tudo se confirmar, as reservas brasileiras vão pular de 13 para 20 bilhões de barris. Só Tupi teria mais da metade da atual reserva brasileira de petróleo! Além disso, o petróleo descoberto está abaixo de uma camada de sal.

Patrícia – Camada de sal? O sal de cozinha?

Roberto - Não exatamente. Existem vários tipos de sal que podem ser formados. Um deles é o cloreto de sódio, o famoso "sal de cozinha".

Pedro - Pai, o professor de Educação Física disse para pensarmos em um nome para nosso time de futebol. Que você acha de "Pré-sal"?

Roberto - É filho, Grêmio Esportivo Pré-sal!

Maria - Putz!

Patrícia - Nome de time de futebol é mais simples.

Pedro - Vai lá, Pré-sal! Vai, Pré-sal! Não, pai, deixa pra lá.

Roberto e os filhos se despedem de Patrícia. Depois que a condução da escola passa, Roberto segue para o trabalho e, no metrô, lê no jornal que a Petrobrás vai encomendar 15 plataformas no Brasil para serem instaladas no sistema da região do pré-sal.

Então, pensar: "Como é importante o governo se preocupar com a geração de empregos no Brasil. Na época em que estive desempregado, meu sofrimento foi grande".

Roberto chega ao trabalho e ouve os colegas discutindo. Um deles diz que, com a flexibilização do monopólio do petróleo no país, no governo Fernando Henrique, o setor petróleo ficou mais ativo. A participação do setor petróleo no PIB teria aumentado de 2% para 10%. O colega insiste que a Petrobrás ficou mais competitiva e que o pré-sal foi descoberto por causa da "flexibilização".

Neste instante, Fernando, colega de Roberto, é convidado a dar sua opinião. Ele sempre tem algo interessante a dizer, principalmente em assuntos ligados à economia e política. Fernando não foge do debate:

Fernando - Esse negócio de "flexibilização do monopólio do petróleo" é muito engraçado, porque não existe meio monopólio ou um pouco de monopólio. O que aconteceu em 1997, com a aprovação da Lei 9.478, foi a quebra do monopólio estatal do petróleo.

Alfredo - Você podia, antes de continuar, explicar o que é mesmo monopólio estatal?

Fernando - Monopólio ocorre quando, em um setor, só existe uma empresa.

Por exemplo, no Brasil, entre 1953 e 1997, as atividades de encontrar e produzir petróleo e gás natural só podiam ser feitas pela Petrobrás, em nome da União, que detinha o monopólio...

Luíza - Mas dizem que, quando uma empresa tem o monopólio em um setor, isso é ruim para a população, porque ela aumenta o preço dos produtos sem que a população possa fazer muita coisa, na medida em que não há concorrência.

Fernando - Existe muita diferença entre o monopólio da União e o oligopólio privado...

Luíza - Qual é a diferença?

Fernando - Oligopólio ocorre quando um número limitado de empresas oferecem o produto. Em geral, elas entram em acordo sobre o preço de venda, não existindo concorrência, o que prejudica os compradores. É dito, também, que elas estão formando um cartel. Mas, eu estava dizendo que o monopólio ou o oligopólio privado é prejudicial à população, pois as empresas costumam impor o preço e os compradores, se quiserem consumir, serão obrigados a aceitar a imposição. Já com o monopólio estatal, a sociedade tem mais condições de fiscalizar as ações do governo, para evitar o abuso nos preços, levando em consideração os interesses do povo.

Antonio - E quanto ao setor petróleo ter ficado mais ativo, com maior participação no PIB (Produto Interno Bruto), depois que acabou o monopólio estatal?



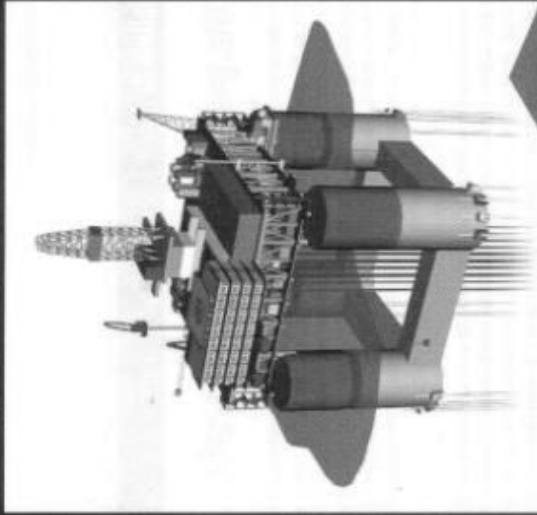
Fernando - Para explicar o aumento da participação do setor no PIB, é preciso entender como é feito esse cálculo. Assim, o valor do produto é fixado em função dos preços do petróleo, do gás natural e de seus derivados, bem como dos volumes produzidos. Esses preços são fortemente influenciados pela cotação do barril no mercado mundial. Entre 1998 e 2008, a valorização do petróleo foi de 268%. Além disso, a produção brasileira, no período considerado, aumentou em 111%. Mas 95% deste acréscimo da produção ocorreu graças aos campos descobertos na época do monopólio estatal. Então, o aumento na participação do setor petróleo no PIB tem pouco ou nada a ver com o novo modelo adotado, depois da quebra do monopólio.

Antonio - E quanto à Petrobras ter ficado mais competitiva e o pré-sal ter sido descoberto, depois da mudança da lei do petróleo no Brasil?

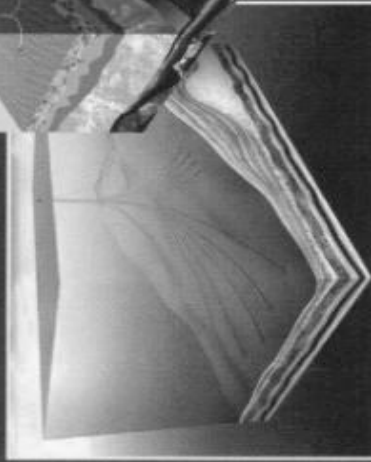
Fernando - A empresa ficou mais competitiva, sim, mas este caminho não era o único que a deixaria mais competitiva. Bastaria serem criadas metas de melhoria da eficiência e elas seriam cobradas pelos administradores. Nesse caso, a Petrobras ficaria competitiva sem que o país precisasse entregar seu petróleo a empresas estrangeiras.

Quanto ao novo modelo ter descoberto o pré-sal,

esta é uma afirmação que não faz o menor sentido, pois quem descobriu o pré-sal foi a Petrobras, fruto do modelo de monopólio. O pré-sal no mar já era conhecido antes da mudança da lei do petróleo. Além, se o modelo só com a participação de empresas privadas existisse desde 1953, ou seja, se o monopólio exercido pela Petrobras não existisse, nem a Bacia de Campos teria sido descoberta, quanto mais o pré-sal! A razão é simples: as empresas estrangeiras não iriam pesquisar em águas profundas no Brasil, nas décadas de 1970, 80 e 90, pois os investimentos teriam que ser altíssimos. Iriam investir, em terra, no Oriente Médio, no Cazaquistão, nas águas rasas da Nigéria. A lógica do capital não se levaria à Bacia de Campos, o que foi comprovado pelos contratos de risco, que existiram no Brasil dos anos de 1970. Em 13 anos de contratos de risco, as empresas estrangeiras praticamente nada investiram aqui.



Modelo de plataforma do tipo TLP (Tension Leg Platform) com sistema de compensação seca, que está sendo cogitado para o pré-sal



A província do pré-sal é uma oportunidade para desenvolver tecnologias sem precedentes na indústria

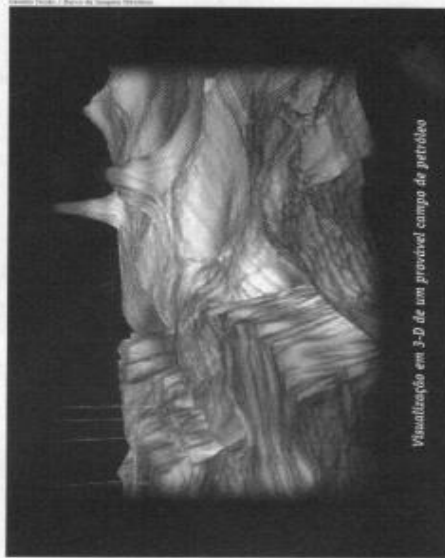
Capítulo III

Um pouco antes da Pré-História

Tendo gostado muito da conversa, Roberto resolveu pesquisar mais sobre petróleo, na Internet, em sua hora de almoço.

Leu que o petróleo é uma substância inflamável e oleosa. Tem densidade menor que a da água, cheiro característico, cor variando entre o negro e o castanho escuro. É o resultado da combinação de moléculas de carbono e hidrogênio, um composto de hidrocarbonetos.

A matéria-prima que contribui efetivamente para a formação do petróleo é de origem vegetal. A maciça contribuição para o estoque orgânico dos sedimentos provém do fitoplâncton, constituído por formas microscópicas de vida aquática, essencialmente algas, que proliferam nas camadas superiores das águas dos lagos e dos mares. Restos de vegetais superiores terrestres também



Visualização em 3-D de um provável campo de petróleo

contribuem para a carga orgânica, embora sua preservação seja mais difícil em virtude do meio fortemente oxidante onde ocorrem, e quando são preservados, geralmente formam carvão mineral, ao invés de petróleo.

Esta matéria orgânica que se acumulou no fundo de lagos, lagoas e mares foi soterrado por sedimentos (fragmentos de rocha que se soltam por conta da erosão). A medida que estes sedimentos se depositaram, foram formadas diversas camadas e o peso destas camadas provocou o aumento de temperatura e pressão, proporcionando o "cozimento" da matéria orgânica. Como o petróleo possui uma densidade menor que a água e as rochas, a tendência é que ele migre até a superfície e se perca no meio ambiente. Por isso é necessário que haja estruturas que aprisionem o petróleo. É função de geólogos e geofísicos descobrir estas estruturas e indicar o melhor local para perfurar os poços.

Referências esparsas nos levam a crer que o homem já conhecia o petróleo quatro mil anos a.C. Mas a pesquisa sistemática do petróleo para utilização em bases industriais e comerciais foi iniciada na metade do século XIX. O marco inicial foi a perfuração, em 1859, pelo coronel Edwin L. Drake, de um poço no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, do qual fluía óleo de boa qualidade e fácil destilação.

O poço, próximo a Oil Creek, tornou-se o símbolo e a base para o explosivo crescimento da moderna indústria mundial do petróleo. Através dos seus derivados: gasolina, diesel, gás liquefeito do petróleo, GLP, querosene, nafta etc., o petróleo se tornou o combustível mais utilizado, em todo mundo, para calor industrial e residencial, em motores de combustão interna, geradores termoeletricos, petroquímica e outros usos.

Hoje, cerca de 60% da energia consumida no mundo vem do petróleo.

Os países desenvolvidos são responsáveis por 58% do consumo de petróleo no mundo e possuem menos de 7% das reservas.

Além disso, mais de 80% das reservas mundiais estão em áreas "politicamente instáveis", ou seja, fora do controle direto dos países consumidores.

Capítulo IV

Patrícia chega ao trabalho. Na repartição, ouve comentários sobre uma campanha defendendo a retomada do monopólio estatal do petróleo: **O Petróleo Tem que Ser Nosso**. As opiniões se dividem. Uma colega diz que empresa privada dá mais lucro. Outra diz que o petróleo é um bem estratégico e que o controle estatal é melhor para o povo brasileiro. Ao final do expediente, Patrícia decide visitar os pais. Lobato, o velho pai aposentado, gosta de livros, conhece história e pode ajudá-la a tirar dúvidas. Naquela noite, enquanto lanchavam, conversavam:

Lobato - As empresas estrangeiras foram derrotadas por um dos maiores movimentos populares do país, a campanha **O Petróleo é Nosso**. Esse movimento fez o capital internacional nunca se deu por vencido e continuou de olho no nosso "outro negro".

Patrícia - O petróleo é tão valioso assim?

Lobato - Sim, por mais de um século e meio, o petróleo vem trazendo para a sociedade do mundo alegrias e tristezas. É um insumo básico de onde se obtêm produtos químicos, insumos agrícolas e combustíveis, que servem para a indústria, as residências e os transportes. Em compensação, devido exatamente ao seu papel estratégico, à sua ocorrência concentrada na face da terra e à grande incompetência financeira que ele proporciona, muitas guerras e atrocidades ocorreram no mundo pela posse das suas jazidas e das suas rotas de abastecimento. Ou seja, muito sangue, ganância e luta de poder têm ocorrido na disputa pelo petróleo.

Patrícia - E o que está acontecendo no Brasil?

Lobato - É sobre isto que eu estava falando. Empresas estrangeiras divulgam mentiras, através de inserções compradas nas televisões e nos jornais comerciais, subornam - ou, como dizem de maneira sutil, "cooptam" - comunicadores, técnicos e políticos, utilizam técnicas de propaganda para inverter o que é principal e o que é secundário, enfim, fazem tudo para conseguir o apoio da população e, assim, continuar nos explorando.

Patrícia - Mas dizem que, se a Petrobrás estiver voltada apenas para os interesses de mercado, sendo controlada pelo capital privado, vai dar mais lucro.

Lobato - O que é mais importante para a sociedade brasileira? De que serve a empresa estar voltada apenas para o lucro imediato, sem visar aos interesses da nação e do seu povo? Uma empresa voltada apenas para o lucro imediato também não teria acumulado conhecimento para investir em tecnologia para a exploração em águas profundas e ultraprofundas. Portanto, a Petrobrás só se tornou uma grande empresa por ser estatal. Além disso, é mais importante para os brasileiros uma Petrobrás estatal, que atue em diversas políticas públicas, gere emprego, economize divisas e promova a integração nacional. Você sabia que só a Petrobrás abastece regiões onde o lucro é menor, como em grande parte da Amazônia?

Patrícia - Entendi, pai. Eu sabia que você me daria uma boa explicação.



Capítulo V

Enquanto Patrícia curtia a sabedoria e o amor pelo Brasil de seus pais, Roberto cuidava do jantar de Maria e Pedro. Os filhos assistem a televisão na sala. No intervalo comercial, Maria começa a falar.

Maria – Pai, eu sugeri que o tema do nosso grupo para a Feira de Ciências fosse "petróleo". Ai, os colegas do grupo queriam saber quem entendia de petróleo. Eu disse que você entendia. Ai, eles concordaram que o senhor ajudasse o nosso grupo na feira.

Roberto – Será que eu entendo tanto assim?

Maria – Entende muito! Você explica tudo.

Roberto – Só sei o que está nos jornais e nem sempre são informações confiáveis. Mas hoje, por coincidência, aconteceu um debate muito interessante no meu trabalho, exatamente sobre petróleo, e eu andei pesquisando na Internet.

Maria – Está vendo? Mas não se esqueça de que preciso tirar oito, no mínimo, para passar direto.

Pedro – Pai, eu também estou precisando tirar uma nota boa em História. Não é para nenhuma Feira de História, mas é um trabalho muito importante. É sobre o Descobrimento do Brasil. Há quem diga que o Brasil não foi descoberto e sim invadido, pois já havia povos vivendo aqui quando os portugueses chegaram.

Roberto esboça um sorriso e se dirige aos dois filhos:

Roberto – Sugiro que vocês comecem já a pesquisar tanto para a Feira de Ciências quanto para o trabalho de História. Posso dar um apoio.

Maria – Sua ajuda será muito importante. Por enquanto, só sabemos que, do petróleo, se faz a gasolina e o álcool.

Roberto – Quem disse que o álcool vem do petróleo? Vem da cana-de-açúcar!

O intervalo comercial acabou e também a atenção dos meninos, que já

estavam quase dormindo. Roberto sabia que todos teriam que pesquisar muito para a Feira de Ciências. Para ele, seria uma boa oportunidade acompanhar os estudos de Maria. Aliás, uma boa forma de curtir os filhos e estudando com eles. Assim, ele também poderia se informar melhor sobre um tema tão polêmico. Em seguida, chega Patrícia e vai logo dizendo:

Patrícia – Sabe que hoje, no trabalho, estavam discutindo sobre a questão do petróleo? Ai, procurei o papai para tirar umas dúvidas e foi muito bom, pois ele me explicou tudo. O velho Lobato conhece profundamente a questão e disse que chegou a participar da campanha **O Petróleo é Nosso**.

Roberto – Interessante, porque também tivemos uma discussão sobre petróleo no meu trabalho. Parece que o assunto está na moda.

Patrícia – É que esta questão mexe com uma riqueza muito grande. Empresas estrangeiras estão investindo muito dinheiro para ganhar a opinião pública e se apropriar das nossas reservas de petróleo. O povo brasileiro não pode se deixar enganar.

Cansados de um dia cheio de trabalho e emoções, foram dormir.

No dia seguinte, Roberto ficou sabendo pelo seu sogro, Lobato, do lançamento de um filme – "O Petróleo Tem que Ser Nosso, Última Fronteira". Seria no Cinema Odeon, na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Em frente ao Clube Militar, no mesmo cenário que foi palco de retumbantes debates durante a campanha **O Petróleo é Nosso**, nos idos de 1940-50.

Depois o documentário será lançado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no mesmo local onde se reúne o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Moudecen), criado pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Hoje presidido por Maria Augusta Tibirica, uma das aguerridas lutadoras da campanha **O Petróleo é Nosso**.

Com a descoberta do pré-sal, um grande número de brasileiros está se movimentando, para defender a reestatização da Petrobrás, para que a empresa volte a deter o monopólio estatal da exploração do petróleo brasileiro, como era antes da desastrosa Lei 9.478/97, sancionada no governo Fernando Henrique Cardoso.

Roberto ficou sabendo de uma extensa agenda de debates. Convidou Maria e os colegas do seu grupo de trabalho para assistirem juntos a uma palestra do geólogo Campos:

Campo - O pré-sal é a última descoberta de petróleo de grande porte ocorrida no Brasil, talvez seja a última no mundo. Possivelmente não haverá outra descoberta de igual proporção em nosso país. Portanto, os brasileiros devem pensar muito bem sobre o que fazer com esses recursos, senão poderemos perder o trem para o desenvolvimento, há 500 anos esperando.

Essa oportunidade pode se perder, por meio de contratos lesivos aos interesses nacionais, favorecendo empresas privadas e transferindo para elas toda essa riqueza.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso mudou a Lei 2.004/53, que criou o monopólio estatal do petróleo, dando a posse do mesmo para quem o produzisse (Lei 9.478/97), o Brasil abdicou de fazer ação geopolítica e estratégica com o seu petróleo. É como se o petróleo produzido no Brasil pelas empresas estrangeiras não pertencesse mais ao nosso país.



As grandes descobertas do pré-sal, até o momento, estão dentro da plataforma continental brasileira (até 200 milhas). Mas uma parte fica depois das 200 milhas, cuja reserva para atuação exclusiva do Brasil já foi solicitada à ONU (Organização das Nações Unidas), embora a questão continue pendente: seria esta uma das razões da reativação da IV Frota dos Estados Unidos? Quem sabe para proteger plataformas de exploração de petróleo de empresas dos Estados Unidos, que estariam preparadas para atuar nessa "Área de ninguém"?

Se fizermos um balanço dos mais de dez anos de aprovação da Lei 9.478/97, vamos verificar que algumas dezenas de empresas estrangeiras estão com centenas de contratos, relativos a blocos do território nacional, arrematados em leilões, assinados com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). São contratos de 30 anos de duração, que entregam a elas a propriedade do petróleo produzido, dando-lhes o direito de fazer o que bem quiserem. Em contra partida, o Brasil recebe uma das menores participações governamentais do mundo.

No dia seguinte, Roberto procurou o amigo Fernando no trabalho, para mostrar as anotações que fez da palestra de Campos. Descobriu que os dois pensavam da mesma forma.

Fernando - A taxa média do Brasil sobre a receita líquida da produção de petróleo é de 45% ou 23%, no caso do petróleo bruto. A taxa média dos países exportadores de petróleo sobre as empresas estrangeiras é de 85%. Portanto, o Brasil taxa muito pouco a atividade petrolífera, que é de alto risco. Basta considerar os acidentes com danos ambientais e mortes de trabalhadores.

Hoje é o dia da feira de Ciências na escola da Maria. Apesar do entusiasmo do pai, que se envolveu com o grupo de estudantes na preparação do trabalho, ela estava muito nervosa. Roberto conseguiu o empréstimo de quatro computadores, para que cada representante do grupo pudesse mostrar uma parte da pesquisa.

Os estudantes conseguiram até uma cópia do documentário **O Petróleo Tem que Ser Nosso** e um DVD que mostra como se formou a camada do pré-sal, em África e América do Sul, há milhões de anos, quando um grande golfo, que se tornaria o Oceano Atlântico, é formado entre os dois continentes. A apresentadora pode explicar que, naquele momento, acumularam-se os resíduos de matéria orgânica que estão originados no pré-sal, além da própria deposição do sal.

Mas os estudantes não pararam por aí. Decidiram ingressar na campanha **O Petróleo Tem que Ser Nosso** e repassar o abaixo-assinado na escola, com o seguinte conteúdo:

O presente abaixo-assinado de projeto de lei tem por objetivo assegurar a consolidação do monopólio estatal do petróleo, a reestatização da Petrobrás, o fim das concessões brasileiras de petróleo e gás, garantindo a destinação social dos recursos gerados.

Este abaixo-assinado será encaminhado ao Congresso Nacional como projeto de lei de iniciativa popular, nos termos do artigo 61, parágrafo 2º da Constituição Federal, bem como ao Presidente da República.

A essa altura, Roberto estava convencido de que Barbosa Lima Sobrinho é quem tinha razão: "no Brasil - costumava dizer o jornalista - só havia, de fato, dois partidos, o de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis". Percebeu que, neste caso, os partidários de Tiradentes estavam reunidos em torno da campanha **O Petróleo Tem que Ser Nosso**. E tratou de fazer a sua parte, organizando um comitê da campanha em seu local de trabalho.



**Comitê Operativo da Campanha Nacional
O Petróleo Tem que Ser Nosso**

Assembleia Popular, Conam, Conlutas, Consulta Popular, CTB,
CUT, FNP, Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás, FUP,
Inter-sindical, MAB, MST, PCB